

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA

SIVALDO CORREIA DA SILVA

TOPONÍMIA AFRO-INDÍGENA DO VALE DO IPOJUCA

RECIFE

2014

SIVALDO CORREIA DA SILVA

TOPONÍMIA AFRO-INDÍGENA DO VALE DO IPOJUCA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Medianeira Souza
Co-orientador: Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa

RECIFE

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

S586t Silva, Sivaldo Correia da
Toponímia Afro-indígena do Vale do Ipojuca / Sivaldo Correia da Silva. -
Recife: O Autor, 2014.
184 p.: il.

Orientador: Maria Medianeira Souza.
Co-Orientador: Marlos de Barros Pessôa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de
Artes e Comunicação. Letras, 2014.
Inclui referências, apêndice e anexo.

1. Linguística. 2. Toponímia. 3. Nomes geográficos. I. Souza, Maria
Medianeira (Orientador). II. Pessôa, Marlos de Barros (Co-Orientador). III.
Titulo.

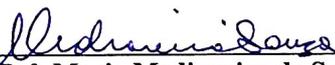
410 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2014-148)

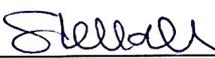
SIVALDO CORREIA DA SILVA

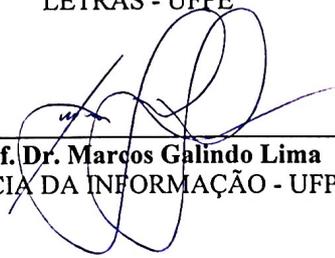
Toponímia Afro-Indígena do Vale do Ipojuca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística, em 29/8/2014.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:


Prof.^a. Dr.^a. Maria Medianeira de Souza
Orientadora – LETRAS - UFPE


Prof.^a. Dr.^a. Stella Virgínia Telles de Araujo Pereira
LETRAS - UFPE


Prof. Dr. Marcos Galindo Lima
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFPE

**Recife – PE
2014**

Ao meu pai José Francisco da Silva e aos meus avós que me apresentaram ao universo do Agreste e do Sertão.

Aos Mestres Aryon Dall'Igna Rodrigues e Marlos de Barros Pessôa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela luz e inspiração nos momentos mais difíceis desta jornada.

Aos meus pais Francisco (in memoriam) e Sevy, avó Santana (in memoriam), tia Socorro e irmãos Sandoval e Silvano que sempre buscaram fornecer o melhor para a minha formação profissional e pessoal, investindo seu tempo, recursos, carinho e dedicação em prol do meu bem-estar e em apoio à realização dos meus sonhos. Pelos cuidados com a minha saúde e recuperação dedicados por minha mãe Sevy, tia Socorro, Silvano e Sicília.

À Professora Medianeira Souza, exímia profissional e respeitável pesquisadora, por ter me acolhido como orientando mesmo com um projeto não relacionado com sua área de atuação. Pela amizade, carinho e admiração construídos desde a sua cadeira de Sintaxe Sistêmico-Funcional, no primeiro semestre de 2012, e ao longo de todo o curso de mestrado. Pela disponibilidade de tempo em me orientar, pelo acompanhamento no desenvolvimento da escrita e preocupação com a qualidade do trabalho e cumprimento dos prazos; bem como pela confiança investida na continuidade da realização deste trabalho.

Ao Professor Marlos Pessôa, pela disponibilidade, presteza e dedicação em me orientar neste e em outros trabalhos do curso, pelas informações e fontes preciosas sem as quais seria impossível atingir os resultados desta pesquisa. Por acolher o meu projeto de pesquisa em toponímia, mesmo não fazendo parte de seu campo específico de investigação. Pela confiança dispensada, acompanhamento e orientação em todas as etapas desta pesquisa. Professor, pesquisador e extraordinário ser humano, despertou o meu interesse e fascínio pelos estudos em História Social da Linguagem, Tradições Discursivas e Romanística em geral. Além de sua brilhante trajetória acadêmica e importância na construção da história do português brasileiro e para a linguística brasileira, pelo qual tenho admiração, tenho-o como um mestre que vem me orientando e acompanha minha trajetória desde o trabalho de conclusão do Bacharelado em Pesquisa de Língua Portuguesa.

À Professora Stella Telles, por aceitar participar da banca examinadora, trazendo importantes contribuições a este trabalho. Professora e pesquisadora que aprendi a admirar desde a graduação nas cadeiras de Morfologia e História Interna da Língua Portuguesa, que despertou o meu interesse pela Linguística e pelo estudo das estruturas da língua e suas transformações. Além de respeitável pesquisadora, um ser humano admirável que sempre estimulou o crescimento acadêmico de seus alunos e orientandos, acreditando no desenvolvimento de suas potencialidades.

Ao Professor Edson Hely Silva, historiador, pesquisador do povo xucuru, que forneceu acesso a informações históricas relevantes. Ao Professor Marcos Galindo, do Departamento de Ciência da Informação, por ter aceito participar como membro da banca examinadora e que também contribuiu fornecendo orientação e importantes indicações bibliográficas para este trabalho. Às profissionais da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Pesqueira: Rosinete e Cassia (minha companheira de aventuras), que forneceram informações e me acompanharam em minha pesquisa de campo. Aos profissionais do Memorial da Cidade de Caruaru e da Biblioteca Municipal de Caruaru. A Levy Rodrigues, funcionário do Departamento de História da UFPE por me fornecer acesso a documentos importantes. Às bibliotecárias e funcionárias do Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. A João Batista Gabu, da biblioteca do Memorial da Cidade de Gravatá. À bibliotecária Clarice da biblioteca da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Aos meus informantes das localidades de Gravatá-Açu e Tapuia (Caruaru), Comorongo, Ipanema, “Cafundó” (Pesqueira), Ipojuca (Arcoverde).

À Fernanda Maciel, por ter me proporcionado o acesso à dissertação de João Domingos Wolf da Silva, pelo seu carinho e amizade durante todo o curso de Mestrado e pelo estímulo à pesquisa e crescimento acadêmico de todos. À Paulinha Mendes pelas reflexões acerca da fonologia dos topônimos. A Ton Israel pelo acesso à obra de Yeda Pessoa de Castro, indicações bibliográficas, pelo estímulo aos estudos lexicais e históricos, e pela amizade e atenção dispensada durante o período de escrita. A Hugo Siqueira por ter me ajudado a recuperar meu trabalho após um problema de falha de sincronização no *Google Drive*.

Às minhas amigas das Letras e da vida Gabriela Modesto, Maria Pereira e Paulinha Mendes pelo enorme carinho, apoio e companheirismo durante todo o período do curso de Mestrado, pelas alegrias, angústias, estímulos e momentos inesquecíveis compartilhados em nossa trajetória. Aos amigos e colegas companheiros de Mestrado e Doutorado: Julia Larré, Angela Rezende, Ricardo Barreto, Michele Leonor, Francisco Eduardo, Shenia Bezerra, Sônia Virgínia, Ana Karine, Edney Belo, Emanuel Cordeiro, Thais Ranieri e outros que fizeram parte da minha história.

Aos meus colegas de trabalho da UFRPE, Wellita Santos, Dedé e Edson Cordeiro que compreenderam as minhas dificuldades de saúde e disponibilidade de tempo, e pelo apoio dado ao curso de mestrado e à conclusão desta dissertação.

À equipe do PGLetras: Evandra Grigoletto, Fabiele Stockmans, Jozaias Santos e Diva Rego por serem sempre prestativos.

“Conquanto diferenciados em suas matrizes raciais e culturais e em suas funções ecológico-regionais, bem como nos perfis de descendentes de velhos povoadores ou de imigrantes recentes, os brasileiros se sabem, se sentem e se comportam como uma só gente, pertencente a uma mesma etnia.”

Excerto de “O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil” de Darcy Ribeiro

RESUMO

As pesquisas toponímicas têm sido de grande relevo na preservação de aspectos da cultura local. Isto é possível graças ao caráter singular do topônimo que muitas vezes porta uma superposição de camadas da história de uma região ao longo do *continuum* denominativo. Os topônimos não são apenas uma referência imediata a determinado objeto, mas refletem a visão de mundo do sujeito denominador em relação a aspectos físicos da paisagem natural ou elementos da cultura e história do povo de uma dada região. É a partir destas duas principais categorias que Dick (1990) propõe um modelo de classificação toponímica para a realidade brasileira que introduz taxas para elementos motivadores da natureza física ou de ordem antropocultural. Baseado no modelo de Dick, este trabalho objetiva identificar os principais elementos motivadores presentes nos topônimos de possível origem indígena e africana ao longo do Vale do Rio Ipojuca, com base em cartas do IBGE (2010) dos municípios de Ipojuca, Escada, Chã Grande, Gravatá, Bezerros, Caruaru, São Caitano, Tacaimbó, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira e Arcoverde. Dentre outros objetivos, este trabalho investiga aspectos sócio-históricos das regiões da Mata e Agreste de Pernambuco que consideramos relevantes na tentativa de elucidar os elementos motivadores na toponímia do vale do Rio Ipojuca. Enfatizamos nossa abordagem histórica na perspectiva da formação dos primeiros núcleos de povoamento, dos fluxos e fixação de povos de etnias indígenas e africanas e nos elementos culturais que estes povos deixaram impressos na toponímia. Com relação à língua, analisamos como se deram as influências lexicais destas línguas no português brasileiro, que conseqüentemente teve reflexos na toponímia local. Analisaremos também quais foram os processos fonológicos mais comuns pelos quais possivelmente passaram estes topônimos no processo de adaptação para o português brasileiro. Foi encontrada na região uma predominância de 70% de topônimos indígenas de origem tupi dentre topônimos indígenas, africanos e de etimologia desconhecida. Os elementos motivadores predominantes são de ordem física, com 52% de fitotopônimos e 33% de zootopônimos.

Palavras-chave: Toponímia. Toponímia Pernambucana. Topônimos Indígenas. Topônimos Africanos. Rio Ipojuca.

ABSTRACT

The toponymic research has been of great importance in preserving aspects of a local culture. This is possible thanks to the unique character of the toponym which often carries a superposition of layers of history of a region along the continuum denominative. The toponyms are not only an immediate reference to a particular object, but rather reflect the worldview of the denominator subject in relation to physical aspects of the natural landscape or elements of culture and people's history of a region. From these two main categories, Dick (1990) proposes a model of toponymic taxonomy for the Brazilian reality introducing taxes for motivating factors of physical aspects of nature or cultural and humans aspects. Based on the Dick model, this work aims to identify the main motivating factors present in the place names of possible indigenous and African origin throughout the Ipojuca River Valley, based on maps from IBGE (2010) in the municipalities areas of Ipojuca, Escada, Chã Grande, Gravatá, Bezerros, Caruaru, São Caitano, Tacaimbó, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira and Arcoverde. Among other objectives, this study investigates socio-historical factors of Agreste and Sertão regions from Pernambuco we consider relevant to elucidate the motivating elements in place names along the Ipojuca River Valley. We emphasize our historical approach in view of the formation of the first settlements, migratory flows and settlements of natives and African from various ethnicities and about cultural elements of these people that were printed in toponymy. Concerned to language, we analyze how these lexical influences occurred in Brazilian Portuguese language, which consequently had an impact on the local toponymy. We also analyze what were the most common phonological processes by which possibly these toponyms went through in the process of adaptation to Brazilian Portuguese. We found a predominance in the region of 70% of indigenous place names among Tupian, African languages and placenames from unknown etymology. The motivating elements are predominant physical, with 52% of phitotponyms and 33% of zootponyms.

Keywords: Toponymy. Toponymy of Pernambuco. Indigenous Toponyms. African Toponyms. Ipojuca River.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Perspectivas dos nomes geográficos segundo Furtado (1959).....	39
Figura 2: Triângulo da Significação.....	55
Figura 3: Grau de transparência e opacidade na diacronia.....	58
Figura 4: Interrelação Toponímia e Antroponímia.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de topônimos por origem etimológica.....	123
Gráfico 2: Quantidade e tipos de topônimos híbridos.....	124
Gráfico 3: Topônimos que apresentam maior recorrência.....	125
Gráfico 4: Quantificação geral das taxes.....	128
Gráfico 5: Percentual das taxes de natureza física.....	129
Gráfico 6: Quantificação das taxes de ordem antropocultural.....	131
Gráfico 7: Taxes físicas x taxes antropoculturais.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Divisão de Stuart Mill entre nomes gerais e individuais.....	28
Quadro 2: Sistema de Frege: “palavras-conceito” x nomes próprios	31
Quadro 3: Estrutura do topônimo.....	45
Quadro 4: Percurso gerativo do topônimo.....	47
Quadro 5: Modelo de Classificação de Dick.....	47
Quadro 6: Dados do corpus e classificação toponímica.....	110
Quadro 7: Adaptações fonético-fonológicas dos topônimos indígenas para o português.....	136
Quadro 8: Adaptações fonético-fonológicas dos topônimos africanos.....	143
Quadro 9: Metaplasmos do português popular.....	143

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Bacias hidrográficas de Pernambuco.....	63
Mapa 2: Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes.....	74
Mapa 3: Mapa da região limite entre Pernambuco e Paraíba – região de fluxo dos xucurus...	91
Mapa 4: Rotas do gado no Nordeste.....	96
Mapa 5: Comunidades e territórios quilombolas auto-identificados em Pernambuco.....	101
Mapa 6: Mapa com topônimos relacionados com a distribuição étnica.....	126

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Metodologia	19
1.1.1	Critérios para a Classificação Toponímica.....	20
1.1.2	Critérios para a Elaboração do Glossário.....	22
1.1.3	Organização do Trabalho.....	23
2	ONOMÁSTICA E TOPONÍMIA	26
2.1	A Princípio de Tudo, o Nome	26
2.2	O Nome Próprio	27
2.3	A Onomástica	33
2.4	A Toponímia	38
2.5	A Toponímia Brasileira e o Modelo Taxionômico de Dick	41
2.6	O Signo Toponímico	51
3	GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO VALE DO IPOJUCA	61
3.1	O Caminho do Ipojuca – Uma Rota para o Sertão	69
3.2	Os Grupos Indígenas da Costa de Pernambuco	73
3.3	Os Índios do Agreste Pernambucano	80
3.3.1	A Etnia Carnijó.....	84
3.3.2	A Presença dos Carapotós na Região do Vale do Ipojuca.....	85
3.3.3	Os Xucurus e Paratiós.....	87
3.3.4	A Guerra dos Bárbaros e o Papel da Sesmaria do Ororubá.....	89
3.3.5	Os Índios do Ararobá.....	91
3.4	Interiorização e Povoamento do Agreste Pernambucano	94
3.5	Pontos de Presença Africana no Agreste	98
4	ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS DO IPOJUCA	103
4.1	O Tupi e as Línguas Gerais	103
4.2	Fontes Lexicográficas para o estudo do Tupinambá	107
4.3	Apresentação do <i>Corpus</i>	110
4.4	Análise Quantitativa dos Topônimos	122

4.4.1	Análise Toponímica.....	127
4.4.2	Taxes de Natureza Física.....	128
4.4.3	Taxes de Natureza Antropocultural.....	129
4.5	Resultados da Amostra de Pesquisa de Campo.....	133
4.5.1	Comorongo – Pesqueira (PE).....	134
4.5.2	Ipojuca – Arcoverde (PE).....	134
4.5.3	Gravatá-Açu – Caruaru (PE).....	135
4.5.4	Sítio Tapuia – Caruaru (PE).....	135
4.6	Aspectos Morfológicos dos Topônimos.....	135
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
	REFERÊNCIAS.....	148
	APÊNDICE.....	158
	ANEXO.....	184

1 INTRODUÇÃO

Um dos aspectos culturais que mais bem marca a identidade de um povo é a riqueza registrada no inventário lexical particular de uma dada região. É a partir deste repertório de nomes à disposição dos falantes de uma língua que o homem permite nomear as coisas que o rodeia bem como cunhar topônimos, estes que possuem a característica singular de signo linguístico essencialmente motivado, “impulsionado por fatores de diferentes conteúdos semânticos”, segundo Dick (1990, p. 22). Desta forma, os topônimos acabam refletindo diversos aspectos culturais a partir da cosmovisão dos grupos humanos. São fixados na toponímia de uma região signos da cultura material e imaterial de um povo, elementos que são postos em relevo em virtude de sua importância na vida cultural dos habitantes de uma localidade.

Com base nesses pressupostos, esta dissertação tem como um de seus objetivos realizar um estudo toponímico sincrônico da região do Vale do Rio Ipojuca (Agreste de Pernambuco), buscando evidenciar os principais elementos motivadores para as topônimos de provável base lexical indígena e africana registrados em cartas do IBGE (ano 2010) dos municípios cortados pelo rio Ipojuca.

O Vale do Rio Ipojuca, em sua maior extensão, corta a mesorregião do Agreste de Pernambuco, zona de transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga, passando por municípios da zona da Mata, até desembocar no Atlântico. O rio Ipojuca se apresenta como um dos primeiros caminhos no processo de interiorização do território desde o período colonial, como aponta o historiador Mello (1966). A importância cultural desta região reside na fusão interétnica resultante do contato de etnias indígenas tupis, não-tupis, africanos escravizados e colonos portugueses. Esse processo, à semelhança do que ocorreu em diversas regiões do território nacional, resultou em variedades linguísticas que se incorporaram ao léxico dos falantes. Tomamos como hipótese que traços da cultura das populações da região do Ipojuca foram reproduzidos na toponímia, principalmente através dos nomes de base indígena ou africana que caíram em desuso ou se conservam no português popular, característico sobretudo das comunidades rurais.

Historicamente, a Toponímia tem sido um campo em que convergem interesses de estudiosos de diferentes áreas como História, Geografia, Sociologia e Linguística. Foi pelo viés da Linguística que os estudos toponímicos ganharam um enfoque etimológico, inicialmente inspirando-se pelos métodos histórico-comparativos das línguas, e que foi ganhando contribuições de análises estruturais e da lexicologia. Também com o apoio da

Geografia e da História foram se originando na Europa, a partir do século XIX, os primeiros mapas que buscavam recuperar o significado e a origem linguística dos topônimos de muitas áreas geográficas em paralelo com estudos em dialetologia. Com este ímpeto, estas pesquisas aportaram no Brasil e teve como um dos pioneiros o geógrafo Teodoro Sampaio, que empreendeu um grande esforço na busca pela etimologia de topônimos de origem tupi. A predileção pela etimologia dos tupinismos tornou-se matéria de interesse de intelectuais do início do século XX, que produziram, com base na obra *O Tupi na Geografia Nacional* de Sampaio, glossários e dicionários de topônimos regionais. Podemos citar algumas obras locais como o *O Tupi na Chorographia Pernambucana: Elucidario Etymologico*, de Alfredo de Carvalho e *Toponymia Pernambucana* de Mario Melo. Apesar de apresentarem inconsistências metodológicas e algumas falsas etimologias, estas obras inauguraram no Brasil um campo de investigações que, ao decorrer do século XX, encontraram novos estudos com caráter científico, assim inserindo a Toponímia como ramo da ciência Onomástica.

Buscaremos recuperar as origens da Onomástica e da Toponímia desde os primeiros embates filosóficos acerca da necessidade humana de dar nomes às coisas e da natureza dos nomes próprios, chegando aos estudos contemporâneos que tratam do caráter motivacional do signo toponímico.

As pesquisas atuais em Toponímia, de caráter interdisciplinar, têm tido a preocupação em recuperar fatos inerentes à história e à cultura das comunidades que se encontram ofuscadas pelo tempo ou não registrados pela história oficial dos municípios. Tomando como ponto de partida a origem do nome de uma localidade, poderemos interpretar as origens da formação de um povoado, elementos que constituíram as identidades étnica e linguística de um povo, como também identificar períodos da história que foram importantes para compreender o sentido que um dado nome de lugar adquiriu.

Visando contemplar a área que abrange os municípios cortados pelo rio Ipojuca, este trabalho objetivou recuperar aspectos inerentes ao povoamento da região do vale por grupos indígenas e africanos. Destacaremos a importância linguística que o tupi desempenhou nos primeiros séculos da colonização, como língua utilizada pelos jesuítas na catequese e com vasto repertório lexical incorporado ao português. Apesar de não ser possível precisar se muitos lugares com nomes em tupi foram batizados por colonos ou pelos próprios índios, reconhecemos que o universo cultural do caboclo reflete-se nesta toponímia que vai do litoral, adentrando o Agreste, até se rarear pelo sertão.

Realizaremos uma revisita ao passado colonial, dando enfoque à história dos grupos étnicos, buscando localizá-los geograficamente nos séculos XVII, XVIII e XIX, identificando

fluxos migratórios, a partir de pistas fornecidas pelos topônimos e sua distribuição espacial. Tentaremos apresentar um esboço do panorama linguístico diversificado que se deu no contexto dos aldeamentos da região e o processo de apagamento das línguas não-tupis. Identificamos como pontos de resistência o território dos índios xucurus, ao redor da serra do Ararobá, (área atual do município de Pesqueira) em que conservaram topônimos que podem ser de étimo brobo (xucuru) ou de outra língua não-tupi ainda não documentada. Um outro ponto forte de resistência foi a aldeia do Comunaty (Águas Belas), em que os índios fulniô conseguiram preservar o iatê, língua isolada pertencente ao tronco Macro-Jê, fruto de uma miscigenação de etnias que habitavam o Agreste pernambucano.

Discutiremos os fatores favoráveis e desfavoráveis à difusão de uma língua geral em nossa região e a hipótese de Aryan Rodrigues sobre a formação de línguas gerais de base tupi. Em face da relevância do léxico tupi na toponímia de nossa região de estudo, recorreremos a uma pesquisa etimológica para identificar as prováveis origens destes tupinismos. Dedicamos uma breve explanação sobre as fontes lexicográficas eleitas para a análise de nosso *corpus*, buscando evitar glossários e dicionários que fizessem interpretações impressionistas de autores que pouco conheciam a estrutura da língua tupi. Seguindo as orientações de Rodrigues (1958), Edelweiss (1969), Silva (1993), objetivamos recuperar a etimologia do topônimos tupis na sua forma mais original possível com base em fontes que se aproximam da descrição do tupi como relatos de viajantes e pesquisadores (Piso, McGrave), compêndios como o do Pe. Lemos Barbosa e o manuscrito *Vocabulario na Lingua Brasilica*. Em paralelo, tentamos identificar processos de adaptação fonética pelos quais possivelmente estes topônimos passaram. Os topônimos de origem africana também serão abordados com base nas explicações de Castro (2005), Senna (1921) e outros. As explicações presentes nas obras lexicográficas servirão de base para a classificação toponímica, as quais serão complementadas com informações históricas, geográficas, sociais, importantes elementos motivadores que condicionaram as escolhas lexicais de um denominador no ato de batismo.

A partir desta abordagem integrada, buscamos fornecer os primeiros subsídios para um estudo da toponímia pernambucana, sobretudo da região Agreste, tendo apoio teórico-metodológico em Dick (1990), Carvalhinhos (2008) e outros trabalhos que privilegiam a toponímia como resgate da história social através dos nomes, os condicionantes motivacionais e a memória de um povo.

1.1 Metodologia

Em nossa pesquisa sobre a toponímia do Vale do Rio Ipojuca foi privilegiado um enfoque sincrônico, sendo os topônimos extraídos de cartas do IBGE (ano 2010), escala 1:100.000, dos municípios de Arcoverde, Pesqueira, Sanharó, Belo Jardim, São Caitano, Caruaru, Bezerros, Gravatá, Chã Grande, Escada, Ipojuca. Foram coletados 265 topônimos que identificamos como de provável étimo indígena ou africano. As cartas evidenciam nomes que se referem a elementos da orografia, hidrografia e de diversas localidades das áreas rurais dos municípios. Dentre as localidades da área rural, encontramos na região da Zona da Mata alguns topônimos que se referem a engenhos e usinas, enquanto que no Agreste encontramos mais sítios. Tendo em vista que a constituição do sintagma toponímico é geralmente formado pela junção do termo genérico (TG) com o termo específico (TE)¹, segundo Dick (1990), encontramos em nosso corpus localidades, por exemplo, como [Sítio + X]. Porém, em alguns casos, temos que o termo genérico não está explícito, sendo [X] também um sítio, povoado etc. Estes acidentes geográficos, que não possuem o TG, classificamo-los como humanos, ao contrário do acidentes físicos que, via de regra, possuem um TG que identifica algum elemento da geografia física (serras, depressões, morros, chamadas, rios, riachos).

Para fins de classificação dos topônimos nas categorias taxionômicas propostas por Dick (1990), consultamos dicionários, fontes históricas e obras de referência, também a fim de dirimir algumas dúvidas com relação às etimologias de alguns nomes. Como complemento ao trabalho com dicionários e fontes históricas, realizamos duas pequenas pesquisas de campo nos municípios de Caruaru, Pesqueira e Arcoverde (limite com Pesqueira). Foram entrevistados moradores das localidades de *Tapuia* (Sítio Tapuia) e Gravatá-Açu em Caruaru, de Comorongo, em Pesqueira, e do povoado de Ipojuca em Arcoverde. Foi aplicado um questionário em que se inquiria basicamente qual a origem do nome daquela localidade e se o morador sabia histórias acerca da presença de africanos ou indígenas em épocas passadas naquela região. Ao realizarmos as visitas, buscamos entrevistar um informante que tivesse nascido na localidade, de preferência, que fosse um dos membros com maior idade e tempo de moradia, a fim de rememorar as origens ou os períodos mais antigos da história local.

Pela antiguidade de muitos topônimos, nem sempre é possível recuperar a motivação inicial que um dado nome recebeu ou se aquele local em outra época tinha uma outra denominação. Uma pesquisa toponímica que privilegiasse o aspecto diacrônico dos nomes

¹ Termo ou elemento genérico é o acidente físico (exs.: *rio, serra, córrego*) ou humano (exs.: *fazenda, chácara, ponte*). Termo específico é o elemento que individualiza o acidente. É o topônimo propriamente dito.

poderia esclarecer muito das causas das mudanças no *continuum* denominativo de uma região. Mesmo assim, temos alguns nomes se mantiveram inalterados desde o seu batismo, estando conservados nos mapas atuais, sendo impossível, pela antiguidade e limitações das fontes históricas, esclarecer qual foi a motivação original para o nome do lugar. A pesquisa de campo por nós empreendida visa apenas servir de amostra para futuras pesquisas em microtoponímia, tomando como pressuposto que os dados fornecidos pelos informantes podem corroborar com outros dados históricos ou mesmo revelar informações não documentadas sobre a história local. Tendo em vista que os objetivos de nossa pesquisa englobam uma malha toponomástica mais ampla, o tratamento dos dados será com base na metodologia proposta por Dick (1990), sendo elaboradas fichas lexicográficas resumidas que auxiliarão na quantificação e classificação toponímica.

Com bases nas obras lexicográficas de Cunha (1978), Sampaio (1987), Castro (2005), Melo (1931), Tibiriçá (1997), Mendonça (2012), Vocabulário na Língua Brasileira, na dissertação de João Domingos Wolff da Silva (1993) e outros, elaboraremos um quadro comparativo com a forma aproximada do nome em sua língua de origem e a forma atual apresentada pelo topônimo. Buscamos, assim, indicar possíveis processos fonológicos que alguns topônimos sofreram na adaptação para o português, o que pode contribuir para evidenciar particularidades regionais do tupi e de algumas formas presentes no português popular regional. Uma análise morfofonológica dos topônimos tupis será de fundamental importância na tentativa de questionar falsas interpretações apresentadas por autores que não consideram, por exemplo, as regras de composição do tupinambá. Assim, também buscando fornecer uma etimologia mais segura na tarefa de identificar dos elementos motivadores presentes nos nomes. Em nosso quadro utilizamos os símbolos fonéticos da fonte Doulos SIL.

1.1.1 Critérios para a Classificação Toponímica

O modelo taxionômico proposto por Dick (1990) se divide em duas categorias principais, quais sejam: de natureza física e de natureza antropológica. Estas categorias se subdividem em *taxes*, as quais utilizaremos na classificação. A *taxe fitotopônimo*, por exemplo, indica que o elemento motivador principal é de ordem física e se refere ao reino vegetal. Primordialmente, na classificação, é levada em conta a semântica que estes nomes evocam, por isso recorreremos a dicionários para identificar as acepções que são fornecidas para um dado item lexical. Nas fichas lexicográfico-toponímicas, além da importância da entrada lexical, os dados históricos e enciclopédicos serão importantes para determinar em qual ou

quais taxes o topônimo será classificado. A pesquisa realizada em fontes documentais e entrevistas realizadas com informantes fornecerão dados complementares que poderão influenciar também na classificação. A taxa *historiotopônimo*, por exemplo, baseia-se em acontecimentos ou fatos que são de relevância histórica, como datas importantes, nomes de mártires etc.

Classificamos alguns topônimos duplamente ou até com três ou quatro taxes diferentes, a depender de quais elementos motivadores o termo específico (TE) pode evocar. Na ausência de maiores informações que garantam uma maior precisão, utilizaremos mais de uma taxa, como por exemplo, para o topônimo *Sanharó*, atribuiremos as taxes fitotopônimo e zootopônimo, em razão da explicação que temos de que “sanharó” pode ser o nome de uma abelha ou de uma árvore. A classificação de Dick vai no sentido de buscar uma aproximação com a motivação real que governou a escolha lexical feita pelo denominador no ato de batismo. Sobre a busca pela real intencionalidade do denominador, a autora explica que:

Apenas um trabalho sério de investigação, que se sabe demorado e constante, poder-nos-á levar à verdadeira causa denominativa e, talvez, num último passo, à intencionalidade do denominador, questão das mais complexas em Toponímia, por envolver, como afirma o toponimista americano George S. Stewart, problemas que afetam, ou são condicionados pela psicologia humana, nem sempre de fácil apreensão. (DICK, 1992 p. 3).

Na escolha de um nome há motivações intra e extralinguísticas. A primeira relaciona-se com o paradigma de escolhas partir do acervo lexical da língua, enquanto que as motivações extra são fruto das impressões ou experiências do denominador sobre a realidade circundante. O denominador poderá ter uma impressão mais imediata da geografia física que o rodeia e, desta forma, nomear uma dada localidade, por exemplo, com um nome de planta ao perceber que naquela região há uma abundância daquele vegetal, como no caso dos topônimos *Serra da Camarutuba e Fazenda Camaratuba*, em que fica evidente, pelo sufixo *tuba ou tyba* do tupi, a indicação de “lugar do, onde abunda”.

Os topônimos de uma dada região também podem guardar entre si certo grau de relação. É muito comum na toponímia de uma pequena área que muitos acidentes humanos² recebam a mesma designação de um rio que corta a região ou serem motivados por outros

² Discorreremos mais adiante sobre os acidentes humanos e geográficos. Esclarecendo que, por oposição, todos os acidentes que não são da geografia física como rios, vales, morros, chapadas, são acidentes humanos (exs.: vila, praça, fazenda).

elementos da geografia física como serras, riachos, córregos etc. Fazendas, por exemplo, podem tomar nomes de serras ou mesmo de outras localidades próximas. Isto nos mostra que nem sempre se dá uma relação pontual entre o referente imediato de um local e o topônimo, por isso, a necessidade de se definir uma área toponomástica para investigação, levando em consideração a geografia e a sócio-história de uma região.

Na pesquisa toponímica mantêm-se indissociadas as relações entre língua e cultura. Sapir (1969) demonstra que o léxico de uma língua é gerado a partir de fatores físicos e culturais, e que podemos estabelecer uma relação entre o meio ambiente e a língua, no qual o primeiro é projetado na toponímia por meio da língua. Sapir e outros adeptos da tradição antropológica na linguística norte-americana como Boas e Whorf veem a língua constituída como um produto da cultura de um povo. Símbolos linguísticos surgem a partir da necessidade, por exemplo, de se identificar algum referente do mundo físico como uma planta ou animal, que os membros de uma comunidade devam algum interesse ou tenham determinada utilidade ou importância para eles. Dessa forma, o léxico, que é gerado a partir da cosmovisão de um grupo, guarda muitos dos nomes que representam artefatos, plantas, animais e mitos de uma cultura.

Os topônimos de nosso corpus provieram de um rico acervo lexical do tupi de outras línguas indígenas e africanas que foi incorporado parcialmente ao português brasileiro. Optamos por classificar alguns topônimos como compostos híbridos entre nomes de origem diversa (NOD) e nomes do português (NP), os quais podem apresentar-se das seguintes formas: [NP +NOD], [NOD +NP], [NOD + NPsufixo]. Foram excluídos de nossa análise topônimos que têm ocorrência duplicada nos mapas e que se referem a uma mesma localidade. Nomes de rios, riachos e outros acidentes físicos que pertencem a mais de um município foram contabilizados com apenas uma ocorrência.

1.1.2 Critérios para a Elaboração do Glossário

Os dados de nossa pesquisa foram utilizados para a constituição de um quadro em forma de glossário etimológico (Apêndice), no qual as entradas estão organizadas em ordem alfabética, seguindo o critério semasiológico, pela forma da base lexical referenciada nas obras lexicográficas. O quadro se organiza da seguinte forma:

Base lexical – Obra consultada X: definição; obra consultada Y: definição (...) – Topônimo
(termo específico) – Estrutura morfológica

Apresentaremos a estrutura morfológica seguindo a estrutura utilizada por Seabra (2004). As definições para as entradas do glossário foram extraídas prioritariamente das obras: *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha; *Vocabulário na Língua Brasileira*; *Contribuição para etimologia dos brasileirismos*, de Aryon Rodrigues (1958); *Flora do Nordeste do Brasil segundo Piso e Marcgrave no século XVII*, D. Bento Pickel; outras obras sobre relatos de viajantes, fontes históricas e dados da pesquisa de campo. Na ausência de dados nesta bibliografia citada, recorreremos às obras de Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional* (1987); *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi* (1997), de Luiz Caldas Tibiriçá; *Toponymia Pernambucana* (1931), de Mario Melo. Para a identificação das obras consultadas, diante de cada definição utilizamos uma simbologia que consta no início do glossário (S: Teodoro Sampaio), (MM: Mario Melo), (G: Antonio Geraldo da Cunha) etc.

Com relação aos topônimos africanos, utilizamos a obra de Yeda Pessoa de Castro, *Falares africanos na Bahia*, Renato Mendonça e outros. Os termos que optamos classificar como de “origem incerta” são os que apresentam dúvidas acerca da sua origem, se africana ou indígena ou que não tenhamos segurança quanto às explicações apresentadas nas obras consultadas, por haver múltiplas interpretações ou também pela falta de referências em outras fontes documentais. Topônimos híbridos com sufixação em português foram agrupados em um único verbete que contém o mesmo radical de base indígena ou africana. Não foram apresentadas definições para topônimos híbridos que contenham nomes de pessoas.

1.1.3 Organização do Trabalho

No capítulo 1 realizaremos uma reflexão sobre os embates linguístico-filosóficos desde a Grécia Antiga sobre a relação entre nome e coisa nomeada; discutiremos a complexidade de se definir linguisticamente a classe dos nomes próprios; em seguida, realizaremos uma exposição sobre os primeiros estudos em Onomástica e o surgimento da Geografia Linguística; sobre a Toponímia como ramo da ciência Onomástica, os trabalhos pioneiros na França e EUA, até a sua chegada ao Brasil e o legado de Teodoro Sampaio, Levy Cardoso, Mario Melo e outros de grande importância na toponímia brasileira e pernambucana. Proporemos um pequeno esboço das principais fases da toponímia nacional e apresentaremos

a abordagem teórico-metodológica de Dick (1990), cujas principais orientações foram adotadas neste trabalho, discutindo alguns conceitos.

O capítulo 2 pretende apresentar a região do Vale do Ipojuca, destacando aspectos da sua geografia física, tais como clima, vegetação, relevo e regime de chuvas, que teriam influenciado na ocupação territorial e na subsistência dos grupos humanos que povoaram o Agreste e a zona da mata de Pernambuco, notadamente ao longo do Ipojuca. Destacaremos a importância do rio Ipojuca como um dos primeiros roteiros de penetração no território pernambucano, de acordo com Mello (1966). Em seguida, tentaremos reconstituir o processo de exploração e povoamento sobre as áreas da mata e Agreste em que habitavam nativos indígenas. Buscaremos identificar os locais onde havia aldeamentos indígenas e as prováveis áreas ocupadas por povos indígenas e africanos em nossa região pesquisada, como também identificar fluxos populacionais impulsionados pelos processos de conflitos e ocupação do sertão. Discutiremos a importância do tupi no processo de dominação dos cativos no contexto dos aldeamentos, em paralelo ao preterimento das línguas tapuias, ditas travadas, pelos missionários. Indicaremos alguns pontos da presença africana no Agreste como regiões de provável resistência à escravidão, originando antigos quilombos.

No capítulo 3 faremos uma breve discussão sobre: a importância do tupi durante o período colonial, sobretudo até a instalação do diretório pombalino, em meados do século XVIII; o contexto linguístico dos aldeamentos em Pernambuco; o conceito de língua geral e a sua difusão pelo Brasil; a herança do acervo lexical tupi para o português brasileiro e as principais obras para o estudo do tupi. Em seguida, apresentaremos o nosso corpus e em realizaremos um tratamento quantitativo dos dados com a finalidade de identificar: os topônimos mais frequentes; fatores de ordem física e antropocultural envolvidos na motivação dos nomes, com base em categorias taxionômicas; a correlação entre acidentes físicos e humanos. Descreveremos alguns processos fonológicos pelos quais passaram os nomes de sua língua de origem para o português brasileiro, identificaremos sufixos herdados do tupi e algumas variantes geográficas. Por fim, apresentaremos um glossário dos topônimos como produto das discussões etimológicas e com base em fontes lexicográficas, relatos de informantes e dados históricos.

Acreditamos que uma pesquisa em toponímia pode contribuir no sentido de revelar aspectos relevantes para a memória das comunidades rurais, permitindo remontar as fases de ocupação e identificar os grupos étnicos que habitaram uma dada região. Neste ponto, a Toponímia se alinha com a História no sentido de recuperar contextos pretéritos importantes para a compreensão da sócio-história de uma localidade ou região maior. Do ponto de vista

linguístico, a pesquisa toponímica visa desconstruir a perpetuação de falsas etimologias, bem como lançar um olhar analítico sobre o signo toponímico que constitui uma unidade semântica diferenciada dos nomes comuns. A busca pela real motivação por trás de muitos nomes revela-se como um desafio que carece de uma exaustiva pesquisa com fontes históricas e entrevistas que estimulem o processo de rememoração dos moradores mais antigos de uma localidade. Neste sentido, apresentaremos no capítulo 3 os resultados de uma pequena pesquisa de campo realizada nos municípios de Arcoverde, Caruaru e Pesqueira que pretende contribuir para a elucidação da motivação de alguns topônimos por meio de entrevistas com moradores mais antigos das localidades e recuperar a relevância destes nomes para a compreensão da sócio-história. Não temos dúvidas de que maiores pesquisas que ativem o processo de rememoração dos habitantes podem trazer à tona fatos importantes não apenas com relação à origem do nome de um lugar como também de aspectos inerentes à etnicidade e à cosmovisão de um povo.

2 ONOMÁSTICA E TOPONÍMIA

2.1 A Princípio de Tudo, o Nome

Desde os primeiros relatos que todos registrados da vida do homem em comunidade, urge a questão do poder que a palavra exerce sobre as nossas experiências cotidianas tanto por questões comunicativas quanto pela razão primeira de dar nome e sentido às coisas e aos indivíduos. No livro do Gênesis, Deus provê Adão com a capacidade de dar “os nomes a todo gado, e às aves dos céus, e a todo animal do campo” (Gn, 2, 20). Antes, porém, o ato de Deus criar os céus e a terra foi acompanhado pela nomeação das suas obras. O mito da criação nos permite inferir que, ao batizarmos algo, estamos criando uma coisa que não tinha existência prévia e que haveria uma etimologia primeira das palavras, sendo estas concebidas pelo Criador. Ao questionarmos como Adão nomeou as coisas pela faculdade da linguagem que o Criador o concebera, poderíamos nos perguntar se cada nome que um animal recebeu foi dado arbitrariamente ou guardou-se alguma relação entre nome e a sua natureza. Este será um dos grandes embates de cunho filosófico que irá se desenrolar na Grécia Antiga dividindo os filósofos entre os defensores do naturalismo e do convencionalismo.

Os naturalistas buscavam a essência das coisas, o princípio de tudo, a que chamavam de *arché*. Tales de Mileto acreditava que tudo seria derivado das águas. Por sua vez, seguindo um pensamento lógico, Anaxímenes buscou a origem da água no vapor e logo atribuiu ao ar a origem do universo. Segundo Neves (2005, p. 25) “Heráclito não põe em relevo *arché* nem *physis*, ele fala do *lógos* como articulação das coisas”. Ainda para a autora, podemos ter várias interpretações para o *lógos* de Heráclito como: razão, inteligência universal, lei cósmica, ou uma interpretação linguística, como palavra ou discurso. Na visão do naturalista Heráclito, tanto as coisas como os nomes são momentos do *logos*, estando no nome a imagem da coisa. O nome para os naturalistas esteve muito tempo ligado à ideia de *physis*, como de origem natural e, posteriormente, filósofos como Empédocles rejeitaram essa visão de gêneses das coisas, levando em conta que nada do que fosse mortal teria uma origem, mas sim que tudo seria resultante de uma mistura. Os partidários do naturalismo viam a palavra como externa ao homem e governada por princípios imutáveis e entre palavra e o som haveria uma correspondência natural. A outra corrente filosófica, o convencionalismo, defende a ideia do *nómos* (para os sofistas) e *thesis* (para os céticos) em que os nomes seriam cunhados por convenção, impostos subjetivamente, sendo assim, passíveis de alteração pela própria comunidade. O embate entre os filósofos naturalistas e convencionalistas se deu nos diálogos do Crátilo, de Platão. As teses foram discutidas por Crátilo (naturalista) e Hermógenes

(convencionalista) e a figura de Sócrates aparece como mediadora do debate, pondo em dúvida os argumentos a favor do naturalismo. O que resultou com o tempo foi uma adesão ao convencionalismo aristotélico que via palavra e sentido como um acordo tácito estabelecido entre os homens, o que muito se aproxima da visão de arbitrariedade do signo proposta por Saussure. Aristóteles em *De Interpretatione* define: “O nome é um som falado possuindo uma significação convencional, sem referência ao tempo, e do qual nenhuma parte apresenta uma significação quando tomada isoladamente” (ARISTÓTELES, 1963, p. 16-19).

Primeiro, constatamos a natureza do nome, um som. Este que é falado, ou seja, distingue-se daqueles sons produzidos por outros animais, com exceção do homem. Possui um significado convencional estabelecido entre os homens e não vindo da natureza do objeto; sem referência a tempo, ou seja, difere dos verbos que permitem serem flexionados em tempo, modo. A preocupação de Aristóteles é evidenciar os sons que são vistos como símbolos convencionais, embora reconheça que há certos sons (signos) que são naturais, ou seja, que exprimiriam os mesmos sentidos para todos os homens³. Assim, a sua herança é a noção de arbitrariedade ou convencionalismo dos signos. Posteriormente, segundo Robins (1983), os estoicos formalizaram as primeiras noções de forma e sentido, fazendo a distinção entre significante e significado.

Ullmann (1964, p. 168) ressalta que a teoria naturalista voltou a ganhar prestígio entre os românticos, especialmente em Charles Nodier, que viam a onomatopéia como forma primitiva da fala humana. Já Saussure (2006), ao tratar do signo linguístico, evidencia o seu caráter eminentemente arbitrário, e vê que as onomatopéias e outras palavras que guardam certa motivação entre significante e significado são, em verdade, exceções à regra. Adiante, brevemente abordaremos a problemática da significação para uma melhor compreensão do signo toponímico. Contudo, apresentaremos a complexidade para a Linguística e para Filosofia da Linguagem em estabelecer uma definição de nome próprio que seja universalmente extensível a todas as línguas.

2.2 O Nome Próprio

O aparecimento dos estudos linguísticos que privilegiaram o nome próprio como objeto de investigação tiveram em paralelo o desenvolvido de discussões acerca do estatuto

³ Segundo Aquino (2004), Aristóteles faz a distinção entre símbolo e signo. O primeiro se relaciona com o signo convencional, enquanto o segundo ele usa para se referir aos sons naturais significativos por imaginação, sensibilidade e por natureza.

linguístico do que vem a ser nomes próprios em oposição aos nomes ditos comuns. O gramático grego Dionísio Trácio parece ter sido o primeiro a fazer uma distinção atribuindo aos nomes próprios o caráter de unicidade. O nome comum é uma parte declinável da oração, que significa um corpo, como a palavra “pedra” ou atividade como “educação”, podendo ser usado comumente ou individualmente. Já um nome próprio como *Homero* ou *Sócrates* significa um ser individual. Autores contemporâneos recorreram ainda a esta noção, porém é insuficiente se pensarmos que muitos lugares e pessoas diferentes possuem o mesmo nome, logo não exprimindo esse significado particular, individual. Não muito diferente de Dionísio, Prisciano (séc. II) dizia que os antigos sustentavam que os nomes próprios eram particulares ou para qualidades e coisas individuais. Havia o contraste entre *nomina propria* e *appellativa*. A palavra *cachorro* representa uma *appellativa*, pois é um termo geral que denomina os membros de uma classe. Já os *nomina propria* têm função de identificar de forma individualizada informações de uma dada cultura, podendo ser divididos em nomes de pessoas e geográficos.

Segundo Pazukhin (1988), este contraste permaneceu em sua forma primitiva quase até os tempos modernos, como podemos ver em Leibniz, que distingue *termes généraux*, usado para designar o geral, de *noms propres*, que são usados numa necessidade de indicar certos fenômenos individuais. Ainda, o próprio Pazukhin (1988) nos fala que no século XIX houve a primeira tentativa de revisão desta oposição *nomina propria x appellativa*, com as abordagens diferenciadas de Stuart Mill e Frege. Brevemente, apresentaremos em esquemas as ideias desenvolvidas por estes dois pensadores. Abaixo, apresentaremos a divisão que Mill (1889) faz entre nomes conotativos (nomes gerais) e não-conotativos (nomes individuais).

Quadro 1 – Divisão de Stuart Mill entre nomes gerais e individuais

Nomes Gerais		Nomes individuais
Nomes conotativos		Nomes não-conotativos
Descrições (nomes complexos)	Nomes únicos	Nomes próprios
<i>O primeiro imperador do Brasil</i>	Sol, Deus	Antônio, Rosa

Fonte: Silva (2014) adaptado de Pazukhin (1988)

No esquema acima, notamos que Mill separa os nomes próprios como termos que não conotam sentido. Conotação é definida como a capacidade de denotar um sujeito e indicar alguns de seus atributos. O exemplo que ele nos dá é a palavra *homem*, que denota vários

nomes como João, Antonio, Carlos e vários indivíduos que, juntos, são tomados como uma classe, a qual difere de outras por atributos que lhes são próprios como corporeidade, vida animal, racionalidade e outros que nos permitem distinguir o que chamamos de “humanos”. Dessa forma, *homem* significa todos estes atributos e todos os sujeitos que possuem estes atributos. Os nomes próprios, por sua vez, terão a função de designar os indivíduos, porém sem implicar atributos pertencentes a eles. Assim, para Mill (op. cit, p. 33-36; GARDINER, 1957, p. 41, grifos nossos), são de significado **irrelevante, estritamente desprovidos de significação**.

Jespersen, ao contrário de Mill, viu que os nomes próprios em uso conotam o maior número de atributos. Evidentemente que para os conhecedores da pessoa ou do lugar denominados, o uso do nome em contexto, conota diversos sentidos. Já se o tomarmos fora de contexto, temos o nome próprio desprovido de significado, principalmente, os antropônimos, ao contrário dos nomes comuns que conotam alguma informação mesmo que vaga ou ambígua. Neste ponto, podemos perceber que topônimos que não provêm de antropônimos, como Juazeiro (PE), conotam algum sentido ligado ao referente tomado pelo denominador.

A simples distinção entre conotação e denotação de Mill não nos é válida. O principal problema apresentado no sistema de Mill, apontado por Pazukhin (1988), reside na questão de como o nome próprio está conectado ao objeto que o identifica. O próprio Mill, para tentar resolver a questão do referente, introduz a categoria *ideia do objeto*, que é a ligação entre o nome próprio e o objeto:

A proper name is but an unmeaning mark which we connect in our minds with the idea of the object, in order that whenever the mark meets our eyes, or occurs in our thought, we may think of that individual object (MILL, 1889, p. 22)⁴

Considerando que há uma ideia de objeto conectada ao nome próprio implica dizer que o falante possui o mínimo de conhecimento sobre o objeto e que havendo essa associação estaríamos assumindo que os nomes próprios não seriam desprovidos de significação, funcionando exatamente como os demais signos linguísticos. A definição de nomes próprios como marcas distintas sem sentido encerra assim uma grande contradição.

Ao tentar não refutar a tese de Mill, Gardiner (1957) faz concessões ao mostrar que os nomes próprios podem tanto ter como não ter sentido em alguns contextos. Eles possuem algum sentido embora este não seja familiar a todos os usuários da língua. Gardiner (1957)

⁴ Tradução: Um nome próprio é uma marca sem significado que nós relacionamos em nossa mente com a ideia de objeto, para que quando vimos esta marca ou quando isto surgir em nosso pensamento, possamos pensar naquele objeto individual.

afirma, como uma condição de existência do nome próprio, a necessidade de haver alguém interessado neste e possuir algum conhecimento sobre o que ele nomeia, e este conhecimento, se maior ou menor, deve ser aceito como o significado. Para o autor, enquanto as palavras comuns transmitem informação, as próprias simplesmente fornecem pistas para informação. Além de considerar os nomes próprios como marcas de identificação, Gardiner, em seu *The Theory of Proper Names*, incorpora o som distintivo como uma característica essencial destes. Ele defende que as coisas a serem nomeadas de forma individual precisam de rótulos especiais que façam a distinção, e mais, que o nome efetivo nos força a atenção mais do que as outras palavras comuns. Dessa forma, faz-se necessária uma configuração sonora própria para esses nomes distinta da dos nomes comuns. As contribuições de Gardiner apenas tendem a enfraquecer a tese de Mill ao trazer confusão entre formas com e sem sentido, além de que as suas observações acerca das peculiaridades sonoras dos nomes próprios não encontram nenhum embasamento teórico linguístico que justifique esse critério como válido.

A problemática dos nomes próprios revela maior complexidade se tentarmos propor critérios universais para a sua identificação. Poderíamos discutir diferentes particularidades nas formas gramaticais apresentadas pelos nomes próprios em diversas línguas. A título de exemplo, Ullman (1964, p. 157) mostra que, em fijiano, os nomes de lugares e os nomes de pessoas são precedidos do prefixo *ko*, e os substantivos comuns pelo prefixo *na*: |ko vanua levu| (Grande Ilha), nome da maior ilha do Fiji; |na vanua levu| (ilha grande), nome comum.

Tentou-se levar como critério gramatical universal o uso do determinante e a ausência de plural. O primeiro facilmente se desfaz ao encontrarmos, dentro do próprio português, variação nos nomes de lugares precedidos ou não de artigo, como *a Bahia*, *Ø Brasília*, bem como o seu uso variável em diferentes regiões do Brasil diante de nomes de pessoas, por exemplo: *a Roberta* (falante do Rio de Janeiro), *Ø Roberta* (falante de Pernambuco)⁵. O uso ou não de determinantes diante de topônimos e antropônimos aparecem normatizado em algumas gramáticas como regras superficiais com exceções. Temos também o fenômeno relacionado com questões de sintaxe da própria língua, prosódia, grau de familiaridade dos falantes etc.

Quanto ao plural, embora não pareça haver vínculo entre a ideia de identificação única com a pluralidade, encontramos diversos nomes que só são utilizados no plural, em

⁵ Callou e Silva (1997) levantam a hipótese de que a distribuição regional do fenômeno do uso do artigo diante de nomes próprios pode se apoiar na diferença rítmica da fala Norte/Nordeste do Sul/Sudeste, levar a crer que as regiões de colonização mais antiga possuem um menor percentual de uso do artigo.

especial os topônimos, como Andes (Cordilheira). Nomes próprios, como os de família, também podem ser usados no plural e em determinados contextos em que há dois ou mais indivíduos com o mesmo nome; podemos chamar “as duas Marias”. Notamos, assim, que o critério gramatical não parece ser muito útil para distinguir os nomes próprios dos comuns. É consenso entre muitos autores, inclusive Mill, que os nomes próprios são marcas de identificação. Este, talvez, seja o critério suficientemente forte e universal ao tratarmos dos nomes próprios em diversas línguas. Passemos agora à proposta de Frege, que vai de encontro à tese de Mill.

Pazukhin (1988) demonstra que Frege utiliza uma terminologia da lógica um pouco complicada na explicação dos fatos linguísticos, o que talvez tenha prejudicado a compreensão de sua teoria. O autor estabelece uma oposição entre “termos de classe” e “termos individuais”⁶. Os termos de classe de Frege são signos linguísticos e não linguísticos que se referem a determinado objeto. O nome próprio fregeano constitui uma classe heterogênea chamada *Eigennamen* em que os nomes próprios como nós conhecemos fazem parte de uma subclasse chamada de *eigentliche Eigennamen*, na tradução de Pazukhin, *Original Proper Names* ou *OPN*. A principal oposição no sistema de Frege é entre “palavras-conceito” (*Begriffswörter*) e nomes próprios (*Eigennamen*).

Quadro 2 – Sistema de Frege: “palavras-conceito” x nomes próprios

Concept-words	Proper Names				
	Improper names	proper	Complex names	Original Names	Proper
Apelativos					

Fonte: Silva (2014) adaptado de Pazukhin (1988)

Frege (1892 *apud* PAZUKHIN, 1988) exemplifica o uso de palavra-conceito com o emprego da palavra “horse”. Em “*The horse is here*” temos um nome próprio, enquanto em “*The horse is a quadrupede*”, “the horse” funciona como palavra-conceito. Percebemos que o que diferencia palavra-conceito de *improper proper names* é o uso de um nome comum (horse) de duas diferentes formas. Enquanto o primeiro refere-se a um único objeto, o segundo faz menção a um grupo de objetos da mesma classe. O contexto de uso dessas palavras é que irá indicar o tipo de denotação. Para Frege, ao inserirmos o artigo

⁶ Tradução livre de “class terms” e “individual terms”.

definido diante de uma palavra, isso irá torná-la nome próprio na maioria dos casos, ao passo que a indefinição caracterizaria as palavras-conceito. Pazukhin (1988) ressalta que essa distinção de Frege relativa aos diferentes usos a partir de um mesmo vocábulo não é útil ao lexicólogo, pois não se trata de palavras pertencentes a classes distintas. Por sua vez, temos uma aproximação com o que os nominalistas medievais chamavam de *suppositiones*⁷. Como exemplos de nomes complexos (complex names), no esquema de Frege, temos: “estrela da tarde” ou “estrela da manhã”. Olhando para o que Frege chamou de Original Proper Names (OPNs), o que parece ser de mais interessante para a Linguística com relação aos nomes próprios, temos que todos possuem um “sentido” (*Sinn*) e ocasionalmente, seu significado (*Bedeutung*). O sentido de Frege se aproxima da categoria “ideia do objeto” de Mill, ou seja, um conhecimento parcial acerca do objeto. O nome Aristóteles, por exemplo, em diferentes sentidos: Discípulo de Platão, O professor de Alexandre o Grande etc. Frege sugere que todos os OPNs possuem sentidos, porém nem todos possuem o significado. Frege irá apontar, diferentemente de Mill, que a identidade do referente não implica identidade de significado. Nosso conhecimento de nome próprio não apenas implica conhecer o referente. Assim, Frege defende que o nome além de ter um referente possui sentido, este sendo um modo de apresentação do referente. Ainda, ele afirma que o sentido de um nome próprio é conhecido por quem tem uma suficiente familiaridade com a língua ou a totalidade de designações que pertencem a esta.

Kripke em *Naming and Necessity* afirma que tanto Frege quanto Russell parecem ter chegado à conclusão de que Mill estava errado no sentido de que um nome próprio usado nesta função apenas é uma “descrição abreviada”. Pazukhin adverte que embora Frege e Mill concordem que cada nome próprio deve ser conjugado com certo conhecimento acerca do objeto que ele denota, o que Strawson (1974) chama de “conhecimento de identificação”, ambos encontram soluções opostas. Mill vê os nomes próprios como desprovidos de sentidos (assemânticos), enquanto que Frege defende que os nomes próprios têm denotação (referente) e que conotam por diversos “sentidos”. Esta é a principal oposição entre Frege e Mill. Os OPNS de Frege são apenas um caso particular de emprego de nomes próprios, que Gardiner (1957) chama de *embodied proper names*. São nomes empregados exclusivamente a uma pessoa ou lugar em particular e que têm a tendência de se agregar àquele referente se tornando

⁷ No decorrer da Idade Média duas posições extremadas se desenvolveram, o **Nominalismo** e o **Realismo**. Os nominalistas afirmavam que nenhuma substância metafísica se esconde por trás das palavras: as pretensas essências não são além de palavras ou signos que representam coisas sempre singulares. Enquanto os realistas postulavam a existência de coisas exteriores a nós e independentes do que pensamos sobre elas.” (disponível em: <http://pibidfilosofiauesc.blogspot.com.br/2011/10/nominalismo-e-realismo.html>)

uma entidade autônoma, fora do sistema linguístico. Russel chama nomes, como Sócrates, de “abreviações de descrição”. Pazukhin (1988) ressalta que estes nomes constituem um fenômeno excepcional na lexicografia e não pode nos dar nenhuma pista sobre um entendimento geral da natureza dos nomes próprios. O autor sinaliza que uma proposta para dar conta dos nomes próprios deve considerar traços distintivos necessariamente semânticos, mesmo que em algumas línguas particulares se possam estabelecer diferenças formais entre nomes comuns e próprios. A tarefa do lexicólogo ao usar a forma vocabular, retirando o nome do seu contexto real de uso, fica em decidir se os nomes que são próprios possuem sentidos específicos e que tipo de sentidos seriam estes.

Um grande desafio que foi posto e ainda não está consolidado é de uma teoria com o necessário rigor científico dentro da Linguística para o estudo dos nomes próprios. Embora tenhamos como fundamentais os conceitos decorrentes das discussões filosóficas aqui expostas sobre esta categorial gramatical, é a partir do nascimento da Semiologia que traremos relevantes contribuições teóricas para as pesquisas em Onomástica sobre a natureza dos nomes próprios como topônimos e antropônimos. Em nosso trabalho, nos deteremos ao estudo dos nomes próprios em sua função toponímica, considerando diretrizes metodológicas dentro da ciência da Onomástica. Na próxima seção, faremos um breve percurso sobre a Onomástica chegando até os estudos toponímicos mais recentes.

2.3 A Onomástica

É no bojo dos estudos filológicos que encontraremos o nascimento da ciência Onomástica, esta que se subdivide em dois ramos: Antroponímia e Toponímia, que para Ulmann (1964, p. 161), a primeira vem do grego (*anthropos*, homem + *onoma*, nome) e toponímia (*topos*, lugar + *onoma*). Partindo de uma perspectiva de conhecimento do mundo ocidental, podemos recuperar desde os gregos uma preocupação com a etimologia das palavras, recorrendo a uma mitologia para a explicação das origens do mundo e das coisas. As raízes da Onomástica ou Onomatologia, segundo Stewart (1958), parecem estar nos primeiros “name books” gregos que ganharam grande popularidade ao explicar as origens dos nomes de rios, montanhas e lugares, como os de Sostratos, Timotheos e Dekyllos. Cabe considerar o peso da tradição mitológica na explicação destes nomes e a preocupação em perpetuar os

conhecimentos às outras gerações. No trecho abaixo, extraído de *De fluviis*⁸, encontramos o significado da origem do nome rio Tigre.

TIGRIS is a river of Armenia flowing into Araxes and the lake of Arsacis, formerly called Sollax, which signifies running and carried downward. It was called Tigris upon this occasion. Bacchus, through the design of Juno running mad, wandered over sea and land, desirous to be quit of his distemper. At length coming into Armenia, and not being able to pass the river before-mentioned, he called upon Jupiter; who, listening to his prayers, sent him a tiger that carried him safely over the water. In remembrance of which accident, he called the river Tigris;—as Theophilus relates in his First Book of Stones. (PLUTARCH, 1874)⁹

Os gregos, como bem conhecemos, deixaram grandes legados de sua cultura nas epopeias *Iliada* e *Odisséia*, as quais foram perpetuadas até hoje pelo árduo trabalho de filólogos como Aristarco e Aristófanes. Cabia-lhes não apenas transcrever os manuscritos, mas aplicar seus conhecimentos retóricos, literários e históricos, dentre outros, na atualização dos textos. Muito da produção intelectual grega se perdeu com a passagem do tempo. Stewart (1958) cita certa de vinte e cinco ensaios sobre os nomes de Pseudo-Plutarco que não foram possíveis de ser recuperados. Como já referido, talvez a grande reflexão que os gregos trouxeram para a Onomástica venha dos diálogos do Crátilo. Destarte Platão abre o debate entre nominalismo e convencionalismo que irá ser retomado na Idade Média com a Escolástica¹⁰. Em síntese, os defensores do realismo platônico acreditavam na máxima “universalia ante rem”, ou seja, que todas as coisas teriam um caráter universal antes de qualquer particularidade. O realismo no pensamento de Champeau encerra a crença no essencialismo das coisas, enquanto que para os nominalistas não haveria uma relação natural, essencial entre palavra e coisa, sendo a associação entre som e significado totalmente arbitrária. Os nominalistas acreditavam na existência de uma origem única (individual) de um nome, este sendo generalizado para grandes grupos. Em outras palavras, cunhava-se um nome próprio e passava-se para o nome comum, sendo as coisas nomeadas genericamente por similaridade.

⁸ Há um conjunto de obras rotuladas como Pseudo-Plutarco, ou seja, de vários autores desconhecidos que são atribuídas a Plutarco. Dentre estas está *De fluviis*, que é um dos livros de nomes gregos que explicam a origem dos nomes dos rios, como conhecemos na nomenclatura atual como hidrotopônimos.

⁹ Tigre é um rio da Armênia que corre para o Araxes e para o lago de Arsacis, anteriormente chamado Sollax, que significa “correndo e levado para baixo”. Foi chamado “tigre” por esta circunstância. Baco, pelo desígnio furioso de Juno, vagueou sobre o mar e a terra, desejoso de sair de sua inquietação. Finalmente, entrando na Armênia, e não sendo possível passar pelo rio antes mencionado, ordenou Jupiter que, ouvindo seus clamores, enviou-lhe um tigre que o levou cuidadosamente sobre a água. Em memória daquele acidente, ele chamou o rio Tigre – como Teófilo relata em seu Primeiro Livro de Pedras. – tradução nossa.

¹⁰ Podemos considerar que tanto na Grécia Antiga quanto na Idade Média, estas sejam as primeiras e mais fundamentais discussões sobre a linguagem.

Ao pensarmos na origem da linguagem podemos imaginar que os primeiros grupos humanos não tinham a necessidade de usar palavras como “homem” para designar os mais próximos, já que a identificação se daria individualmente por um nome próprio. A necessidade de usar a palavra no sentido genérico viria com o contato com outras tribos até então desconhecidas. As discussões do período medieval em torno da linguagem orbitavam basicamente em torno de como se expressar por meio da palavra, sem haver ainda uma preocupação com a estrutura interna das línguas. Quanto aos estudos filológicos, por questões ideológicas, pouco se recorreu aos estudos clássicos, apenas sendo retomados na Renascença. Em suma, podemos considerar que o período medieval foi de férteis discussões sobre a filosofia da linguagem com o debate realismo *versus* nominalismo.

Durante o Renascimento, a Filologia ganha um novo impulso com a retomada do estudo dos clássicos em edições críticas, destacando-se os trabalhos de Wolf, Escalígeros, Saumaise. Muitos autores consideram os *Prolegômenos a Homero* de Friedrich Wolf como obra inaugural da filologia moderna, a qual utiliza métodos que exigem um maior rigor científico no tratamento dos clássicos, até hoje sendo considerada como referência. A partir desta nova fase, a filologia desempenhará um importante papel nos estudos comparativos entre as diferentes línguas ou dos diferentes períodos de uma mesma língua, estes que só foram possíveis de se realizar com os métodos filológicos modernos. Também é tributário da filologia o estudo dos nomes e, sobretudo, no século XIX, surgem na França os primeiros trabalhos de Onomástica com seus métodos próprios.

Voltando ao século XVI, podemos registrar como obra fundamental de contribuição à Onomástica o *Adagiorum* de Erasmo de Roterdã, importante acervo cultural greco-latino. Ela constitui uma grande coletânea de provérbios e citações, desta forma, inaugurando um novo ramo de estudos que privilegia o contato linguístico, lançando também as bases para a ciência da dialetologia. Variadas expressões do *Adagiorum* foram adotadas nas línguas europeias tais como: “lágrimas de crocodilo”, “estar no mesmo barco”, “um passo de cada vez”. Contemporâneo a Erasmo de Roterdã, Ray (1647) lança um dicionário intitulado *A Collection of Words not Generally Used* que reúne palavras informais utilizadas em diversas regiões da Inglaterra, também sendo fundamental para o início da dialetologia.

Entre finais do século XIX e meados do século XX floresceram diversos trabalhos onomásticos, com destaque para Joan Coromines, que compilou em seu *Onomasticon Cataloniae* a etimologia de todos os topônimos catalães, e Leite de Vasconcelos, que reuniu em seus Opúsculos, um grandioso trabalho dividido em volumes que versam sobre filologia,

dialetologia, onomatologia e etnologia de Portugal. Todos estes estudos foram produzidos no contexto do positivismo, ao deitar métodos analíticos herdados das ciências naturais. A própria tese de Vasconcelos (1886) se intitula “A evolução da linguagem: ensaio antropológico”. Dentre as preocupações em estudar a língua àquela época estava o interesse de investigar o étimo das palavras, os dialetos e a cultura popular, tendo o suporte da filologia. O interesse pelo estudo dos dialetos neste período, para Pessoa (2010) refere-se a um terceiro momento em que se concretiza o interesse destes como objeto de estudo com potencial científico, e, por outro lado, “o estudo dos dialetos aparece num contexto que envolve outras formas de contemplação de objetos culturais, ou seja, a cultura popular e o Folclore” (PESSOA, 2010, p. 74). Ainda o autor destaca Leite de Vasconcelos como o “fundador da dialectologia científica em Portugal” que influenciou na formação de uma geração de dialetólogos em Portugal, tendo como reflexo, no Brasil, a preocupação em classificar o “dialeto” do português aqui falado.

Até o final do século XIX, os estudos onomásticos tinham como foco os nomes da antiguidade, remontando às suas origens, muitas vezes atrelados ao seu caráter mitológico. As lendas e o folclore de uma dada região pareciam ser suficientes para explicar os muitos nomes de brasões de família e de certos acidentes geográficos. No final do século XIX e começo do século XX, surgem em vários países diversos estudos sistemáticos de toponímia e antroponímia que vão direcionar para uma abordagem voltada para a história nacional, tais como os trabalhos de Förstemann (1854–1859, 1863) e Schönfeld (1911) na Alemanha e Lognon (1878) na França. Neste período, reuniu-se, assim, em dicionários e obras de diversos formatos, um grande número de dados sobre nomes de lugares e de pessoas, que pela primeira vez foram analisados em sua estrutura morfofonológica, como consequência da aplicação do método histórico-comparativo aos estudos das línguas. Desta forma, o nascimento da Onomástica como ciência foi se consolidando na Europa e ganhou destaque nos Estados Unidos com George R. Stewart e no Brasil, com os trabalhos pioneiros de Teodoro Sampaio, Levy Cardoso e Carlos Drumond.

Esta difusão da Onomástica, sobretudo da Toponímia, parece ter se dado a partir de Albert Dauzat, discípulo de Auguste Lognon, através de suas obras *Les noms de lieux* (1926) e *La Toponymie Française* (1939) sobre a toponímia da França. Lognon e Dauzat, através de pesquisas filológicas, recuperaram-se etimologias de nomes originários dos povos que habitaram as regiões da França. Identificou-se que a toponímia da França é resultante de uma superposição de estratos linguísticos que fornecem índices toponímicos representativos de povos celtas, gauleses, romanos, francos os quais foram preservados, coexistindo lado a lado

em cartas geográficas e outros registros até os dias de hoje¹¹. Sobre os topônimos de origem celta, Lognon, Marichal e Mirot (1920, p. 27) identificaram-nos da seguinte forma:

Les noms de lieu d'origine celtique sont très nombreux en France, et, à défaut de résultats qui ne laissent rien à désirer, l'étude en procure des données intéressantes et certaines. La plupart du temps on est en présence d'un substantif uni, soit avec un nom d'homme, soit avec un adjectif, et occupant d'ordinaire la seconde place. Quelquefois la fin du nom est constituée par un suffixe qui n'a de valeur que combiné avec un nom commun ou un nom propre.

L'un des substantifs gaulois les plus répandus dans la toponomastique de notre pays est *dunos*, latinisé en *dunum*, dont le sens originel est celui de "montagne".¹²

Lognon, Marichal e Mirot (1920, p. 31) esclarecem que nos nomes *Bezaudun*, *Chaudun*, *Coudun*, *Exoudun*, *Laudun* reconhece-se facilmente a terminação celta "dunos", latinizada "dunum". Enquanto que no caso de *Achun*, *Aiglun*, *Arthun*, *Embrun*, *Melun* ocorreu uma supressão completa da dental entre duas vogais, como explica abaixo:

La chute complète d'une dentale originellement placée entre deux voyelles est un fait constant en pays de langue d'oïl¹³, et aïsin explique-t-on que le *d* de *dunum* n'ait pas laissé de traces das les noms suivants: *Achun* [...], *Aiglun* [...], *Arthun* [...], *Autun* [...], *Embrun* [...].¹⁴

É a partir deste tipo de explanação, utilizando fundamentos linguísticos em conjunto com conhecimentos etimológicos, históricos e geográficos que Longon e Dauzat lançarão as bases para os estudos toponímicos em outros países. Na próxima seção, mostraremos o caráter interdisciplinar da Toponímia, destacando alguns sistemas de classificação, até chegar ao modelo taxionômico de Dick (1990), proposto para a realidade brasileira, que adotaremos em nosso trabalho.

¹¹ É este caráter conservador da Toponímia que nos permite encará-la como porção fundamental do vasto repositório linguístico-cultural de um povo. Ainda sobre o papel conservador do topônimo, Dick (tese) destaca que nos estudos de Corominas, sobre a toponímia argentina, que os topônimos também são meios de preservação de formas em desuso da língua castelhana, como por exemplo *valle* que passou a ser hodiernamente *quebrada*, e que ficou na geografia conservado nos topônimos Valle del Cura, Los Vallecitos, Valle Hermoso.

¹² Os nomes de lugar de origem celta são bastante numerosos na França e, apesar dos resultados que não deixam nada a desejar, o estudo obtém dados interessantes e precisos. Na maioria das vezes estamos em presença de um substantivo único, seja um nome de homem, seja um adjetivo, e ocupante da segunda posição [do sintagma toponímico]. Algumas vezes o fim do nome é constituído por um sufixo que possui valor apenas quando combinado com um nome comum ou um nome próprio. Um dos substantivos galeses mais respaldados na toponomástica de nosso país é *dunos*, latinizado em *dunum*, cujo sentido original é o de "montanha" (p.27) (tradução livre)

¹³ Esse termo refere-se à língua românica falada na Idade Média no norte da França que se opõe à *langue d'oc*, falada no Sul, sendo a linha de demarcação situada na altura do Loire. Trata-se, também, de um conjunto de falares românicos modernos provenientes desta língua. Vale ressaltar que, devido à diversidade linguística atual, alguns autores preferem falar de *langues d'oïl*, no plural.

¹⁴ A queda completa de uma dental originalmente posicionada entre duas vogais é um fato constante em países de *langue d'oïl*, e assim se explica que o *d* de *dunum* não tenha deixado traços nos nomes seguintes: *Achun* [...], *Aiglun* [...], *Arthun* [...], *Autun* [...], *Embrun* [...] (p. 31, *Les noms de lieux*)

2.4 A Toponímia

As bases dos pesquisas em Toponímia como ciência parecem ter se iniciado na França com Dauzat e Lognon, como apresentamos anteriormente. No entanto, Carvalhinhos (2008) destaca que já no final do século XVIII houve estudos que foram tentativas de sistematização que iam além da necessidade de datar os topônimos, investigá-los apenas etimologicamente e quanto à filiação linguística, mas buscando a substância semântica. Dentre estes, a autora destaca a proposta de classificação do padre Martín Sarmiento, uma “proto-taxionomia” da toponímia galega. É inegável a importância das diretrizes lançadas por Dauzat para os estudos toponímicos que se realizam na atualidade. No trecho abaixo, Dauzat (1932) ressalta a importância de se conjugar a Toponímia com a História para desvendarmos fluxos de povos e identificar grupos linguísticos que deixaram traços de sua cultura em dada região, o que continua como diretriz nas pesquisas toponímicas atuais, indo além do mero estudo etimológico.

La toponymie, conjugué avec l’histoire, indique ou précise les mouvements anciens des peuples, les migrations, les aires de colonisation, les régions où tel groupe linguistique a laissé ses traces (DAUZAT, 1932, p. 7)

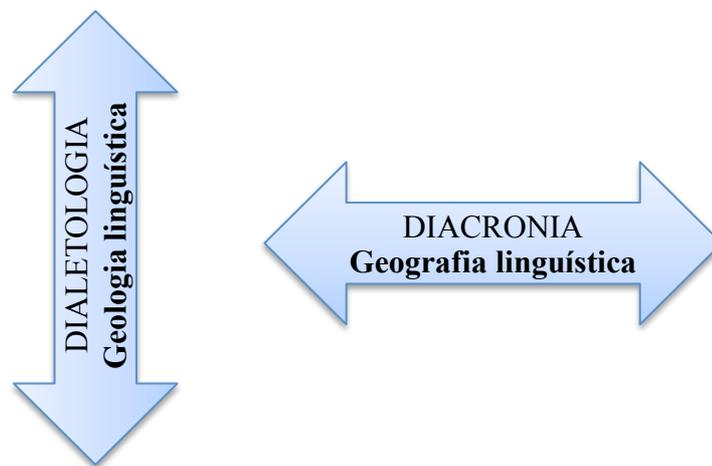
A história da Toponímia na França surge em paralelo com o nascimento dos primeiros trabalhos frutos da Geografia Linguística: os atlas linguísticos, os quais registravam em cartas geográficas os diversos dialetos das regiões francesas. O Atlas Linguístico da França, publicado por Guillieron, serviu de base para que Dauzat aprimorasse os métodos de pesquisa em Toponímia. Segundo o próprio Dauzat (1922, p. 7) foi possível realizar uma reconstituição da história das palavras, de grupamentos sintáticos e flexões a partir do fracionamento das formas e tipos atuais. Com a ajuda dos mapas foi também possível também identificar deslocamentos e transformações dos topônimos. Atualmente, temos que os atlas toponímicos utilizam como base os mesmos procedimentos metodológicos utilizados pela Geografia Linguística na construção dos atlas linguísticos, o que não deixa de ser uma herança deste período.

Para quaisquer estudos toponímicos é imprescindível o papel dos mapas, sendo a cartografia o ponto de partida para a maioria das pesquisas. Com eles é possível delimitar uma área de interesse do pesquisador, este que irá em busca da construção do texto onomástico-toponímico¹⁵. Para Carneiro, (2007) apesar dos enunciados toponímicos terem como

¹⁵ Segundo Carneiro (2007) “a construção do Atlas Toponímico, por meio da análise léxico-semântica do signo toponímico, nos possibilita verificar um conjunto de enunciados toponímicos, pelos quais, podem ou não, se ordenar em uma cadeia, que dentro de nossa abordagem, onomástico-toponímica, transformar-se-ia em texto.”

referentes entidades autônomas, sendo difícil de intuití-los linearmente, tais como as outras modalidades discursivas, Dick (1996) diz que o conjunto de todos estes traços definirá a ordem geral da paisagem, o que constitui o texto toponímico. Em artigo sobre o papel da cartografia na toponímia, Furtado (1959) ressalta a importância dos nomes geográficos, estes que “definem e delimitam uma área cultural, pois, à semelhança dos demais vocábulos, refletem a estrutura vertical ou dialetológica (geologia linguística) e a horizontal (geografia linguística) do idioma”.

Figura 1 – Perspectivas dos nomes geográficos segundo Furtado (1959)



Fonte: Silva (2014)

Carvalhinhos (2008) explica que há claramente dois eixos ao tratarmos de nomes geográficos x área cultural. O eixo horizontal da Geografia Linguística adere a uma perspectiva diacrônica, que se presta à recuperação etimológica dos topônimos, capturando as modificações e substituições dos nomes no *continuum* denominativo. Já a perspectiva da Geologia Linguística, vertical, relaciona-se com a dispersão dos topônimos em uma determinada área geográfica, tais como as diferenças dialetais que podemos encontrar diatopicamente.

Ainda como heranças para as pesquisas atuais em Toponímia, podemos citar também como contribuição de Dauzat, a organização do I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia. Estes e outros encontros foram fundamentais para a reunião de pesquisadores de vários países e para a fundação de entidades, como a American Name Society na década de 1950 nos Estados Unidos. Notadamente, nos EUA, o nome de George Stewart se destaca como um dos pioneiros a desenvolver pesquisas, fornecendo grande contribuição à toponímia indígena. Stewart, em seu artigo intitulado “A classification of place names” (1954), lança as

bases para uma taxionomia consolidada em “Names on the Globe” (1975). Na proposta de Stewart cada topônimo pode ser categorizado em uma das dez categorias principais (*Descriptive names, Associative names, Incident-names, Possessive names, Commemorative names, Condemnatory names, Folk-etymologies, Manufactured names, Mistake-names, Shift-names*), podendo ser subcategorizado nas categorias *Descriptive names, Incident-names e Commemorative names*. Stewart prioriza os **mecanismos de nomeação** como o critério mais importante na elaboração de sua tipologia.

Os motivos do denominador para a nomeação seriam mais psicológicos, portanto, sem importância para o toponimista, podendo estes terem motivações primárias e secundárias ou serem um misto de motivações. O foco da análise estaria em eleger um motivo predominante, logo prevalecendo um mecanismo de nomeação principal. Uma das desvantagens da proposta de Stewart é que para categorizar um topônimo, por exemplo como “*Commemorative name*”, seria necessário que se recuperasse explicações no contexto sócio-histórico sobre a origem daquele nome, sendo insuficiente recorrer apenas à semântica do nome. Também nos parece exagerado que algumas categorias permitam ainda subcategorização. Baker e Carmony (1975) e outros propõem aprimoramentos na classificação de Stewart. Nosso interesse, no entanto, é apenas apresentar o modelo de Stewart e fazer um contraponto com o modelo brasileiro, proposto por Dick, mostrando as diferentes concepções. Para o nosso trabalho, adotamos o modelo teórico de Dick (1991) que, à semelhança das outras pesquisas desenvolvidas no Brasil, vem se mostrando o mais adequado à realidade brasileira.

A Toponímia em outros países ganhou contornos diferenciados, em razão das especificidades locais, o que conseqüentemente vem produzindo metodologias diferenciadas de pesquisa, sob outros pontos de vista teóricos. Podemos destacar a abordagem da Ecolinguística, que emergiu das décadas de 80 e 90, apoiada nas ideias de Sapir das relações entre linguagem e contexto bio-cultural. Nash (2013) explica que:

An ecolinguistic analysis provides a philosophical and conceptual framework for what I believe can result in a more accurate and detailed description of toponyms in their historical, social, and ecological context.¹⁶

O quadro teórico da Ecolinguística não apenas irá se apoiar em uma análise da estrutura formal do topônimo, esta que continua sendo fundamental, mas avança na análise do nome em sua relação com o locus de onde foi gerado e que continua a existir. Para a análise ecolinguística não apenas se consideram os parâmetros formais mas também os ecológicos e

¹⁶ Uma análise ecolinguística fornece um quadro teórico filosófico e conceitual para o que eu acredito que possa resultar em uma descrição mais precisa e detalhada dos topônimos em seu contexto histórico, social e ecológico.

culturais. Subjaz a ideia de que, a partir das práticas linguísticas podemos distinguir dois padrões prototípicos de linguagem, segundo Nash (2013), as incorporadas ecologicamente e as desconectadas. Segundo Mühlhäusler (2003), a maioria das línguas é uma complexa mistura entre serem constituídas pelo e construírem o seu ambiente. Para o autor, as propriedades de uma língua incorporada ecologicamente são: as palavras são reflexos da interação entre pessoas e o meio ambiente; as formas lexicais e gramaticais não são consideradas arbitrárias; a mesma palavra pode ser usada para descrever uma forma humana ou outras formas de vida; o léxico e a gramática de um local refletem a sua topografia; a língua é uma memória de interações passadas entre seres humanos e a natureza. Embora neste trabalho não tenhamos utilizados os métodos da Ecolinguística, compartilhamos da ideia de que os parâmetros formais devem ser combinados com os ecológicos e culturais, que em última instância seriam as relações entre língua e cultura.

Há, de fato, uma heterogeneidade de abordagens, com diferentes objetivos, não apenas dentro da Linguística, como em outras áreas que se dedicam aos estudos dos nomes de lugares. No que concerne às abordagens mais linguísticas, as pesquisas parecem diferenciarem-se por usar modelos taxionômicos distintos, adaptados às realidades culturais de cada país. O que se tem em vários países são diferentes propostas de classificação que tomam desde critérios estritamente formais (morfemas, estruturas gramaticais); traços semânticos, aspectos pragmáticos, até aspectos não linguísticos, como acontecimentos históricos, na construção de taxionomias, desta forma, não seguindo um critério universal. O modelo largamente adotado nas pesquisas no Brasil tem sido o da Profa. Maria Vicentina Dick que se apoia na motivação com taxes baseadas em critérios semânticos.

2.5 A Toponímia Brasileira e o Modelo Taxionômico de Dick

Antes de chegarmos aos estudos toponímicos no Brasil, não podemos desconsiderar a importância dos estudos em Portugal, no século XX, que tiveram nas obras de Xavier Fernandes e Leite de Vasconcelos os seus maiores expoentes. Sobre este último, cabe destacar em seus famosos Opúsculos, o volume III que trata da Onomatologia (1931), em particular, a parte dos Nomes Geográficos. Nela, o filólogo classifica os nomes quanto à filiação linguística (nomes pré-romanos, romanos, germânicos, árabes, propriamente portugueses) e como Lognon, identifica na morfologia de alguns nomes a sua origem etimológica, ao exemplo do sufixo *-briga* (significa ‘altura’ ou ‘castelo’), de origem celta, em *Conimbriga*. Identifica em Portugal um predomínio dos nomes germânicos no norte e na Beira, enquanto

que os nomes árabes predominam da Beira para o sul. Leite de Vasconcelos, em seus Opúsculos, além de explicar alguns processos de alteração fonética, propõe o que parece ser uma proto-taxonomia, que se tem como fundamento “as causas” que deram origem aos nomes, embora não faça referência a motivações semânticas, sendo apenas uma identificação da natureza dos principais topônimos de Portugal. Assim, Vasconcelos agrupa-os em: agricultura, meteorologia, caça, caminhos, campos, natureza do solo, configuração do terreno, rochas, fauna, flora, construção civis e religiosas, história, indústria, instituições sociais, lume, milícia, nomes próprios de pessoas e alcunhas, povoações e arredores, religião e congêneres, cemitérios.

Atualmente, encontra-se em andamento projetos como o Atlas Toponímico de Portugal, coordenado pela pesquisadora Profa. Patrícia Carvalhinhos, que utiliza a metodologia dos atlas toponímicos brasileiros e, dentre os objetivos, pretende traçar um sistema toponímico português.

Devemos levar em conta também que os estudos contemporâneos em Toponímia não partem exclusivamente do interesse dos linguistas, mas reúne pesquisadores de diversas áreas (Geografia, História, Antropologia) que têm se dedicado a abordagens a partir de diferentes perspectivas metodológicas e interesses. O olhar do geógrafo, por exemplo, pode ser sobre a distribuição areal dos topônimos, fatores políticos e outros acontecimentos que desencadearam a substituição dos nomes, as relações entre a geografia física e a nomeação. Enquanto para outros pesquisadores talvez sejam mais relevantes as relações de parentesco, gênero e aspectos religiosos imbricados nos usos dos topônimos. Um campo tão vasto é aberto a diversas metodologias, que em certa medida, refletem o caráter interdisciplinar da Toponímia. Charles Rostaing, um dos grandes toponimistas da França via na Linguística o princípio da Toponímia. Para Ullmann (1987), os estudos dos nomes próprios estariam vinculados à Onomástica, ciência mais ampla, que estaria em relativa posição autônoma à Linguística. Independentemente das várias possibilidades de se estudar um topônimo, e da dificuldade de delimitar o campo da Toponímia, em nosso estudo priorizaremos uma análise linguística, notadamente com uma taxionomia de base semântica, sem é claro, dispensar as contribuições da História, da Geografia e de outras ciências, se necessário, na busca da motivação toponímica¹⁷.

No Brasil, talvez o primeiro e mais importante estudo de Toponímia que surgiu foi o Teodoro Sampaio, em sua obra *O Tupi na Geografia Nacional*, editada em 1901. Neste

¹⁷ Mais adiante desenvolveremos o conceito de motivação toponímica que adotamos de Dick (1990).

período, o interesse primeiro estava na toponímia brasileira de origem indígena, que continuou como tônica nos estudos de posteriores de Levy Cardoso, Carlos Drumond e Maria Vicentina Dick. A obra de Sampaio há muito tem sido referência na explicação de nomes tupis para cidades e regiões, além de se deter a explicações sobre a gramática do tupi antigo e sobre as adaptações fonéticas que os vocábulos sofreram na passagem do tupi para o português. Levy Cardoso deixa como legado um importante estudo sobre a toponímia indígena de origem não tupi. Em suas pesquisas na região fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica, acreditava que poderia identificar a etimologia dos topônimos indígenas daquela região por meio dos linguajares desconhecidos dos índios (Bororó, Karib e Arawak), sendo estes de origem muito anterior à chegada de Cabral ao Brasil. Porém, é com o trabalho do professor Carlos Drumond, discípulo de Plínio Ayrosa, especialista em estudos do tupi e guarani e Professor Titular da Cadeira de Tupi da USP, que os estudos de Toponímia no Brasil ganham o tratamento sistemático que vinha sendo desenvolvido na Europa. Em Drumond (1965) critica o rumo que estes estudos de toponímia tinham tomado no Brasil:

Enquanto na Europa, por exemplo, os estudos de toponímia têm merecido o máximo de atenção, no Brasil, com raríssimas exceções, estudos deste gênero têm sido feitos mais a título de curiosidade, sem os métodos apropriados a tal empreendimento, visando unicamente, em sua grande maioria, pôr em destaque a ocorrência de nomes de origem tupi dentro do acervo toponímico brasileiro. Nada mais são que **listas de palavras** de origem indígena, acompanhadas de um provável significado. Raras foram as tentativas de restauração das formas antigas do topônimo, quando este deveria ser o procedimento fundamental, pois é fato notório que toda etimologia deve repousar, antes do mais, sobre o conhecimento e a interpretação das formas primitivas do nome. **Digressões hipotéticas**, baseadas na forma atual de um determinado nome, mesmo se a explicação parece evidente, pode conduzir a enganos desastrosos. (DRUMOND, 1965)

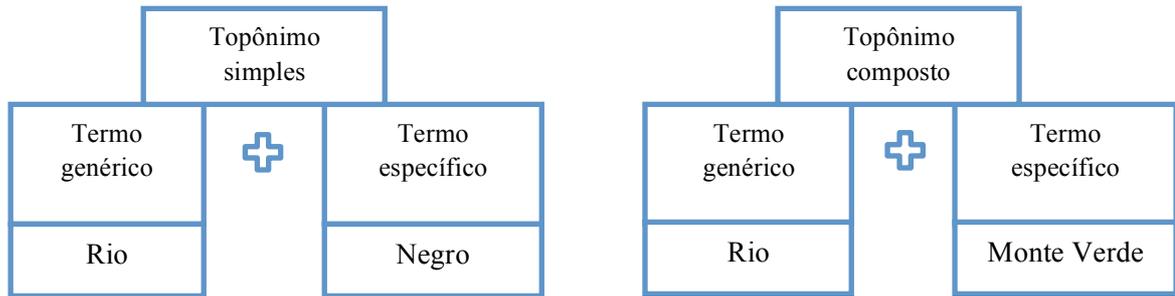
As preocupações de Drumond revelam o quão movediço e arriscado é pesquisar a nossa toponímia indígena. Diferentemente da toponímia europeia, encontramos dificuldades ao tentar recuperar as formas primitivas dos nomes, tendo em vista que as fontes etimológicas do tupi são escassas e se baseiam exclusivamente em registros feitos por padres, relatos de viajantes europeus, a partir de descrições de línguas (tupi e guarani) que foram utilizadas para fins catequéticos. Além das limitações que podemos encontrar nestas descrições, devemos considerar todas as modificações gráficas, fonéticas e de sentido que os nomes tupis foram ganhando ao longo dos séculos, até mesmo a formação de neologismos artificiais e antropônimos. Navarro (2013) explica que o nome *Iracema*, nome do nhengatu (língua geral amazônica), usado por José de Alencar em seu romance homônimo, tem seu significado original (*irá*, abelhas + *sema*, saída) altera pelo autor para “lábios de mel”. Como consequência desta

visão romântica sobre o tupi, encontraremos muitos nomes ditos como de origem tupi, mas que, em verdade, são composições arbitrárias e fantasiosas, por isso, devemos tomar com ressalva quaisquer explicações que divirjam das que constam em obras de referência do tupi dos séculos XVI e XVII. Muitos destes nomes foram utilizados para batizar cidades pequenas e em substituição à toponímia portuguesa movido por um sentimento de ufanismo.

As pesquisas em toponímia indígena ganharam importantes contribuições, no decorrer do século XX, a partir dos estudos e reflexões sobre o tupi e o guarani de Aryon Rodrigues (maior expoente no estudo das línguas indígenas do Brasil), Frederico Edelweiss e de Mansur Guérios. Ainda na primeira metade do século XX, outros diversos estudos de caráter ainda pouco científico se espalharam pelo Brasil a fim de dar conta de especificidades das toponímias mais localizadas. Em Pernambuco, tivemos em Mario Melo, que apesar de não ser tupinista, um ávido pesquisador de nomes indígenas presentes na toponímia do Estado e que trouxe importantes questionamentos sobre as origens de alguns nomes. Destacamos também a figura de José Almeida Maciel, que em suas *Questões de Toponímia Municipal Pernambucana* traz explicações dos significados e de mudanças nos nomes de algumas cidades. Apesar das críticas de Drumond para a falta de metodologia científica destes estudos, acreditamos que estes ao menos podem fornecer é válido ao menos por fornecer um inventário de topônimos e algumas pistas que possam servir de base para futuras pesquisas, mesmo que não apresentem etimologias completamente confiáveis. Um dos problemas destes estudos é o conhecimento superficial do tupi e a confusão entre nomes indígenas não-tupis e nomes originários de línguas africanas.

As pesquisas toponímicas a partir do trabalho do professor Carlos Drumond ganharam uma nova orientação ao tomar elementos extralinguísticos como fatores motivacionais para a nomeação de um dado lugar. Ao recuperarmos o ponto de vista do denominador, perceberemos que no ato de batismo de uma localidade foram conjugados fatores de ordem histórica, social e cognitiva na representação daquele espaço geográfico. Seguindo a linha dos estudos norte-americanos de Stewart, que buscava a motivação da nomeação ao agrupar os topônimos em diferentes categorias de ordem física e antropocultural, Dick introduz um modelo taxionômico para a realidade brasileira, inaugurando uma nova fase para os estudos toponímicos a partir da década de 80. Em seu modelo taxionômico, toma-se o topônimo, em sua natureza semântica, buscando uma motivação principal. Dick (1992, p. 11) esquematiza o sintagma toponímico da seguinte forma:

Quadro 3 – Estrutura do topônimo



Fonte: Silva (2014) – adaptado de Dick (1992)

Basicamente, encontramos os topônimos como descritos acima, pela junção de um termo genérico (TG) com um termo específico (TE), em que o último é o elemento motivador, o topônimo propriamente dito. No entanto, o termo genérico não aparece obrigatoriamente em todos os topônimos; neste caso o topônimo é o próprio termo específico. O TE ainda pode ser formado por mais de um elemento (*Rio Caldas Novas*), neste caso, Dick chama de topônimo composto em que um dos elementos do termo específico prevalecerá como motivação principal. No português não há problemas em separar o termo genérico do específico já que a sequência é sempre TG + TE. Já nas línguas com certo grau de aglutinação, como o tupi, podemos identificar o termo genérico através de um morfema /y/ (*Ipojuca, Ipanema* – início de palavra); (*Capibaribe, Maracápe* - meio); (*Sapucaí, Jundiá* - em posição final) e sua variante mórfica /u/, como elemento designador de água, rio, córrego. Temos que considerar ainda a dificuldade em realizar a separação mórfica em alguns nomes presentes em mapas e outros documentos por estes se apresentarem de formas variáveis¹⁸, que podem ser reflexo de adaptações de uso.

Os nossos topônimos indígenas em sua maioria são caracterizados como mistos de elementos de línguas distintas, ao exemplo de *Rio Ipojuca*. Neste caso, há uma duplicidade de termos genéricos, o primeiro *Rio* (do português) com o /y/ do tupi, ambos designando curso d'água. Apesar de estarmos tratando de nomes de base lexical indígena ou africana, tomaremos os topônimos de nosso corpus (topônimos brasileiros) sempre considerando a estrutura TG + TE, mesmo que o TE possua alguma morfema que já caracterize o TG, resultando em redundância como no exemplo *Rio Ipojuca*, que significaria algo como “rio rio de águas estagnadas”. Desta forma, a classificação toponímica se dará unicamente a partir dos elementos motivadores presentes somente no TE.

¹⁸ Ao lado topônimo *Ipojuca* encontramos grafado em mapa das sesmarias do século XVI, a forma *Pojuca*.

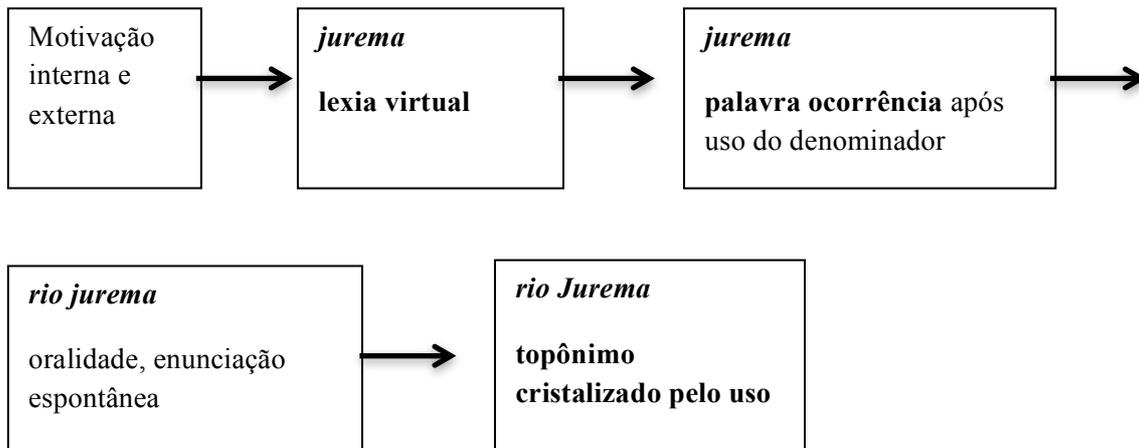
Um outro tipo de topônimo que podemos encontrarmos em nossas pesquisas é aquele que passou por um processo de toponimização, como o caso de *Rio Branco (AC)*. Dick (1999) cita este exemplo e diz que “houve incorporação do designativo genérico “rio”, transposto do curso d’água, formando, assim, um novo par, e conseqüentemente, um novo signo, diferente do primeiro”. Antes, *Rio Branco*, que era um topônimo simples de natureza física (cromotopônimo), passa a designar o nome de um aglomerado urbano, cidade de Rio Branco (AC), tornando-se um topônimo composto. É com base neste olhar terminológico sobre o sintagma toponímico que iremos classificar os topônimos a partir da semântica do termo específico.

Uma pesquisa toponímica que se mostre relevante preza pela necessidade de organização e tratamento dos dados com uma metodologia que confira caráter científico. A proposta de Dick (1991) propõe uma taxionomia que seja possível classificar os topônimos de forma genérica em categorias de ordem física e antropológica. Dick (1992) explica que em seu modelo não há a vinculação do nome com a sua diacronia, sendo possível classificar sincronicamente os nomes geográficos a partir do “produto gerado” pelo homem.

Esse amálgama intrincado de nomes, que constitui a tessitura toponomástica propriamente dita de um território, deve sofrer, por sua vez, uma ordenação ou catalogação a partir, agora, não do doador (o homem) e, sim, do produto gerado. Num primeiro momento é, pois, o homem quem preside a escolha do nome, permitindo a averiguação de todos os impulsos que sujeitaram o ato nomeador; num segundo momento, é a denominação que irá condicionar e determinar os rumos dos estudos toponímicos, (DICK, 1992 p. 25-26).

Do momento de batismo até a cronologia atual, o topônimo pode passar por diversos estágios de transformação no contínuo denominativo. Mudanças fonéticas, morfológicas, perdas ou acréscimos de sentido são algumas das possibilidades, quando não ocorrem processos de apagamento ou esvaziamento semântico. No esquema abaixo, adaptado de Antiquera (2011), podemos acompanhar o percurso gerativo de um topônimo desde o estágio de lexia virtual até se transformar em topônimo cristalizado pelo uso.

Quadro 4 – Percurso gerativo do topônimo



Fonte: Silva (2014) adaptado de Antiquera (2011, p. 39)

No primeiro momento temos um denominador, que a partir de fatores motivacionais intra e extra-linguísticos, faz a escolha de uma lexia virtual. Podemos afirmar que a escolha lexical de “jurema” é arbitrária a partir de uma lexia disponível no código da língua (motivação interna), ao mesmo tempo sendo uma escolha motivada pelo denominador a partir de sua visão de mundo ligada à realidade extralinguística (aspectos físicos ambientais, culturais, crenças etc.), desta forma, o topônimo se revela com um caráter duplamente marcado. Dick¹⁹ resume o percurso da nomeação apresentado acima da seguinte forma: Unidade Léxica (ULx) – lexia virtual > Unidade Terminológica (UT) > Unidade Toponímica (UTop.) – topônimo cristalizado. O modelo de Dick, apoiado na semântica, permitirá classificar o topônimo dentre as 27 categorias taxionômicas, divididas entre os fatores de natureza física e os de natureza antropocultural.

Quadro 5 - Modelo de Classificação de Dick²⁰

Taxes de Natureza Física	Taxes de Natureza Antropocultural
Astrotopônimos - relativos aos corpos celestes em geral.	Animotopônimos / Nootopônimos - relativos à vida psíquica e espiritual.
Cardinotopônimos - relativo às posições geográficas em geral.	Antropotopônimos - relativos a nomes próprios e individuais.

¹⁹ “Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II”; “Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo”.

²⁰ Este modelo, originalmente proposto em 1975, que contava com apenas 19 taxes, foi ampliado pela própria Dick e ainda permite que sejam incorporadas novas categorias.

Taxes de Natureza Física	Taxes de Natureza Antropocultural
Cromotopônimos - fazem referência a cores.	Axiotopônimos - fazem referência a títulos que acompanham os nomes, como alcunhas
Dimensiotopônimos - referem-se às características do próprio acidente.	Corotopônimos - recuperam nomes de cidades, países, regiões e continentes
Fitotopônimos - relativos aos nomes de vegetais.	Cronotopônimos – relativo ao tempo.
Geomorfotopônimos - fazem referências às formas topográficas.	Dirrematotopônimos – frases ou enunciados linguísticos
Hidrotopônimos - relativos aos acidentes hidrográficos em geral.	Ecotopônimos - relativos a habitações humanas e de animais.
Litotopônimos - relativos a minerais e rochas.	Ergotopônimos - referem-se a instrumentos da cultura material .
Metereotopônimos - referem-se a fenômenos meteorológicos.	Etnotopônimos - relativos a elementos ou grupos étnicos.
Morfotopônimos - referem-se a formas geométricas.	Hierotopônimos (Hagiotopônimos e Mitotopônimos) - recuperam nomes sagrados.
Zootopônimos - relativos a nomes de animais.	Historiotopônimos - relativos a movimentos de cunho histórico-social e a seus membros e às datas correspondentes.
	Hodotopônimos – relativos aos caminhos.
	Numerotopônimos - relativos aos numerais.
	Poliotopônimos - relativos aos aglomerados populacionais, tais como vilas, cidades, aldeias, povoados.
	Sociotopônimos - relativos às atividades profissionais e a pontos de encontro.
	Somatotopônimos - referem-se às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal.

Fonte: Silva (2014) adaptado de Dick (1990)

As categorias propostas acima refletem o universo experiencial do ser humano com o meio ambiente que o circunda e as suas práticas culturais. As formas de percepção e apreensão da realidade permitem ao homem designar os espaços geográficos a partir de motivações de ordem física ou antropoculturais. A experiência de cada comunidade com o

locus geográfico onde está inserida irá e, de sobremaneira, nortear o repertório lexical de um povo, o que fica atestado ao mapearmos a toponímia de uma dada região, esta representando um recorte de sua cultura material e imaterial. Assim, podemos encarar os topônimos como registros, quase ícones do universo sócio-cultural daquela comunidade.

A forma como Dick propôs a divisão de *taxes* em motivações de ordem física e antropocultural foi decorrente da observação do repertório de nomes que mais se encontram presentes na toponímia brasileira. A similaridade da formação de nosso sistema toponímico com o norte-americano revela que somos, tais como os Estados Unidos, um país de toponímia recente, trazida pelos europeus (toponímia portuguesa), convivendo ao lado de uma rica variedade de nomes indígenas, somando-se aos nomes de étimo africanos trazidos também para o Brasil. A elaboração de *taxes* tanto no modelo americano como brasileiro busca colaborar com a elucidação de uma toponímia indígena diversificada, vista como repositório de traços culturais e linguísticos de povos que foram exterminados ou de línguas que já foram mortas conjuntamente com os seus falantes.

A utilização de *taxes* para a classificação nem sempre é um método pouco problemático. Em modelos taxionômicos, como o de Stewart (1975), a criação de categorias muito específicas como a de “nomes comemorativos”, citada anteriormente, já pressupõe que se tenha um conhecimento suficiente sobre o uso histórico de um determinado nome, resultado de uma motivação de tal ordem. A dificuldade de se propor *taxes* está em utilizar uma classificação suficientemente ampla, dando conta de todos os possíveis fatos do universo biopsíquico que nortearam a nomeação de diversos lugares. Ao mesmo tempo se encontra a difícil tarefa de agrupar em uma dada categoria topônimos que revelem um traço motivador em comum, sendo este, o principal motivo para a nomeação. A crítica aqui já feita ao modelo de Stewart, e que Dick propõe sanar em sua classificação, é não recorrer a categorias que prescindam de uma maior explicação de natureza histórica ou cultural para a classificação dos nomes. As *taxes* servem justamente para tentar evitar o caráter especulativo na investigação dos fatos toponímicos e fornecer uma terminologia que dê suporte aos dados.

A busca pela motivação recairá mais numa análise semântica do que num exame exaustivo dos motivos do denominador. É complexo identificar qual a intencionalidade plena que norteou o denominador no momento de batismo de um lugar. No entanto,

o conjunto de circunstâncias sócio-culturais, em seu mais amplo sentido, que constitui a realidade na qual o denominador se integra, **poderá facilitar o possível conhecimento dos motivos** que o condicionaram, naquele momento preciso. (DICK, 1999, grifos nossos).

Além de tentarmos buscar alguns dos motivos considerando os elementos ambientais circundantes que em muito governarão as escolhas do denominador, temos como ímpeto para a nossa pesquisa, a busca da motivação sob o ponto de vista do estudo da **natureza** do próprio topônimo, revelada em seus componentes linguísticos (semânticos e gramaticais). Dessa forma, vemos o signo toponímico²¹ como possuidor de um caráter duplo, resumindo-se à **intencionalidade do nomeador** e à própria **semântica do nome** selecionado no paradigma de opções oferecido pelo léxico da língua. Essa duplicidade nos permite estudarmos o topônimo sob dois pontos de vista: um sincrônico e outro diacrônico.

Se pretendêssemos um estudo toponímico diacrônico dos nomes, recuperaríamos toda a cadeia denominativa do nome até chegar ao nome original, ou de maneira aproximada, à intencionalidade do denominador, o que nem sempre é possível de se realizar tendo em vista a escassez de fontes documentais e a opacidade que muitos nomes apresentam atualmente para os moradores de uma comunidade. Como já afirmamos, a base para o modelo taxionômico de Dick é o topônimo como expressão linguística desvinculado de qualquer diacronia. Busca-se, assim, classificá-lo a partir dos traços semânticos que caracterizam o signo toponímico, porém levando em conta que nem todas as taxes propostas serão sempre ideais.

Um problema que Dick (1990) encontrou em seus dados foram os nomes ditos “expressões toponímicas”, que contém verbos ou expressões de ação ou estado, como os topônimos *Passa e Fica (RN)*, *Queira Deus (MG)*, *Tapa Olho (GO)*. A solução encontrada foi classificá-los como *dirrematotopônimos*. Essa categoria foi criada dentro das taxes de ordem antropocultural pela necessidade de se classificar expressões que não cabiam em nenhuma das categorias do modelo. Com o passar do tempo novas taxes foram se incorporando, mas sempre relativas à natureza antropocultural. Isso é possível graças à possibilidade de abertura do modelo a novos casos que não se adequem às taxes já propostas. A divisão das taxes, como estabelecida no quadro 5, é fruto de algumas modificações, quais sejam: da classe dos **cardinotopônimos** (nomes relativos às posições geográficas) se separaram os **dimensiotopônimos** (nomes que refletem a ideia de extensão, altura, profundidade etc); criou-se a categoria de **morfotopônimo** para separar os nomes que expressam morfologia geométrica, dos nomes relativos à formas topográficas consagradas (planícies, depressões, costa etc); a taxe **cromotopônimo**, que no modelo inicial se encontrava como de ordem antropocultural, foi para as taxes de natureza física. Para separar os nomes de cunho histórico, representativos de datas e épocas históricas, dos relativos ao tempo, em geral

²¹ Adiantamos aqui já uma característica do signo toponímico, o seu caráter essencialmente motivado no momento de batismo de um lugar.

(**cronotopônimos**), criou-se os **historiotopônimos**; os **sociotopônimos** vão se referir às atividades profissionais (locais de trabalho, profissão) e a fatos das relações humanas (morte, casamento); as habitações passaram para uma nova classe, os **ecotopônimos**; com relação às aglomerações humanas (vila, aldeia, cidade, arraial), criou-se a taxa dos **poliotopônimos**; para vias de comunicação (caminhos, estradas), surgiu a nova taxa de **hodotopônimos**. Outras pequenas modificações surgiram com a subdivisão entre **mitotopônimos** e **hagiotopônimos**, dentro da classe de hierotopônimos. Este último caso exemplifica como os modelos toponímicos são adaptáveis a um determinado país ou região.

Em um país onde a religião católica exerceu importante influência política, cultural e ideológica, cunhou-se o nome de santos em cidades, vilas, bairros etc, apresentando grande difusão de nomes por todo o território brasileiro. Daí a necessidade uma categoria específica criada, o **hagiotopônimo**. Uma outra subdivisão foi proposta por Isquierdo (1996) dentro da classe de animotopônimos. Em seus dados, ao encontrar os topônimos *Seringal Alegria* e *Seringal Solidão*, a pesquisadora observou que estes poderiam ser subclassificados em **animotopônimos európicos e disfóricos**, respectivamente, em razão das impressões emotivas do denominador. Outras alterações na classificação podem vir a surgir de acordo com novos dados encontrados, no entanto, a quantidade de taxes parece ser suficiente para a descrição da maioria dos nomes presentes em nosso sistema onomástico.

Antes de iniciarmos uma contextualização histórica e geográfica de nossa área de interesse, a saber, o vale rio Ipojuca (PE), faremos uma breve discussão do *status* de signo toponímico, conceito crucial para a delimitação de nosso objeto de estudo. Serão também discutidos aspectos relativos à significação, conceitos de transparência e opacidade e as interrelações entre Toponímia e Antroponímia, fundamentais para a proposição de taxes.

2.6 O Signo Toponímico

Os variados conceitos acerca da noção de signo permearam as discussões dos grandes filósofos desde a antiguidade clássica. Podemos recuperar em Aristóteles, em *De Interpretatione* a seguinte passagem “as coisas na voz são os símbolos das afecções da alma e as coisas escritas [são os símbolos] das coisas na voz”. Na escrita são registrados os símbolos dos sons falados, estes, por sua vez, são signos e símbolos das impressões mentais. Aristóteles vê a palavra como um símbolo que revela um estado psíquico do ser. Como discutido anteriormente, o filósofo defende a convencionalidade das palavras, a partir da qual é possível justificarmos a variedade de sistemas de línguas no mundo e suas diferentes regras de uso

entre comunidades, descartando a possibilidade de haver uma ligação natural entre palavras e coisas. Para Aristóteles, embora haja diversidade na constituição dos sistemas sígnicos das línguas, estas diferenças se mostram apenas no plano da expressão, já que no plano do conteúdo todos os pensamentos seriam os mesmos nas várias comunidades. Podemos encontrar nos estóicos o conceito de signo pela primeira vez inserido na configuração do triângulo da significação. Os signos portariam: um significante material (*semainon*) – grafema ou fonema; um significado ou sentido (*semainomenon*) – expresso pelo som e apreensível em nossa mente; e um objeto externo ou referente (*pragma*). Significante e referente seriam entidades materiais, enquanto o significado seria incorpóreo. Parece que os estóicos também anteciparam a oposição entre conotação e denotação e o conceito de som articulado, este último como sendo requisito para participação de um som (significante) nos sistemas simbólicos. No período medieval houve uma reflexão mais ampla acerca da natureza dos signos, Todorov (1997) e Mannetti (1993) reconheceram em Santo Agostinho o primeiro a unificar uma teoria dos signos na Antiguidade, desta forma ampliando o estatuto do signo para além do linguístico, representando a realidade a partir de uma visão metafísica e apoiada em fundamentos cristãos. Kirchof (2011) explica que em *De Magistro*, Agostinho sintetiza da seguinte maneira o seu conceito de signo:

é um *instrumento arbitrário* criado pela *razão* para expressar as *realidades do mundo externo e interno*; portanto, está em relação de *substituição* para com outra *coisa*. Ao ser utilizado na comunicação, seu significado adere à *memória* e, por isso, pode servir como instrumento de aprendizagem, na medida em que incita ao conhecimento das coisas, (KIRCHOF, 2011 p. 17).

Ainda que apoiado em valores cristãos e atrelada ao platonismo (objetivo das palavras como sendo pedagógico), Agostinho desenvolve uma semiótica, apontando para três possibilidades de relação entre signo e realidade, quais sejam: alguns signos veiculam apenas signos, outros veiculam coisas, e algumas coisas se veiculam sem signos. A primeira tem a ver com signos, como a preposição latina *ex* (*de*), estes que só ganham sentido na sinonímia com outros; o segundo se dá pela relação direta entre palavra ou outros tipos de signo e um referente concreto do mundo real. Agostinho exemplifica esta última noção como quando alguém o pergunta como é o ato de caminhar e apenas se demonstra fazendo a ação ao invés de tentar definir o caminhar por meio de um signo.

Alguns autores atribuem o nascimento da ciência Semiótica ao ano 1690 com John Locke, em *Essay on Human Understanding*, este que reivindicava em prol de uma doutrina dos signos denominada *semeiotiké*, outros consideram Johann Lambert, com seu tratado

Semiotik, como marco inicial em 1764. Lambert, que concebia uma isomorfia entre conceitos e coisas, fez aplicações do seu modelo em ensaios sobre física e ficou famoso pela sua projeção cartográfica do globo terrestre. Segundo Nöth (1995):

Lambert explorou nada menos do que 19 sistemas sígnicos: de notas musicais, gestos, hieróglifos até signos químicos, astrológicos, heráldicos, sociais e naturais. Os critérios de investigação usados por ele são a arbitrariedade, a motivação, a necessidade e a autenticidade dos signos. Sob essas diretrizes, os sistemas sígnicos alcançam graus diferenciados de aproximação à realidade. (NÖTH, 1995, p. 52)

Apesar das contribuições anteriores como exposto até aqui, foi a partir das reflexões de Charles Sanders Peirce e Ferdinand Saussure que a ciência da Semiótica ganhou o reconhecimento acadêmico e se estabeleceu como disciplina no século XX. Destarte a importância do conceito de signo de Saussure para a Linguística, deteremo-nos a uma breve discussão acerca dos conceitos de arbitrariedade, referência e motivação que são essenciais para compreendermos o signo em sua função toponímica.

Para Peirce (2000), o ato semiótico pressupõe que exista um personagem “interpretante”, sendo o signo um processo de mediação que tende ao infinito, pois cada signo vai ser gerado como fruto da mente do interpretante. O autor segue a tradição filosófica que estabelece uma visão triádica de signo herdada dos estóicos e de Santo Agostinho. Para Peirce (op. cit.) a relação se dá entre *representâmen* (signo), objeto (representação do signo) e interpretante (intérprete do signo, ou seja, o significado). Desta forma, os signos vão se classificar a partir de três pontos de vista: do signo em relação a ele mesmo; signo com o objeto; signo em relação ao interpretante. Da relação signo com objeto vêm as categorias ícone, índice e símbolo. Os ícones denotam características imanentes aos objetos, na medida em que estes guardam semelhança com o objeto (uma imagem mental, desenho, uma fórmula algébrica). O índice guarda uma relação de contiguidade com o objeto, algum sinal que fizesse referência ao objeto (dêiticos, por exemplo). Os símbolos, por sua vez, já se apoiam na convencionalidade e são governados por leis. Para Peirce todas as palavras estariam dentro de uma convenção, bem como os outros signos que são convencionados socialmente.

Por um outro lado, Saussure ao reivindicar o termo Semiologia como a ciência que se propõe ao estudo dos signos e das leis que os regem, sendo esta parte da Psicologia Social, traz uma concepção diádica de signo, ou seja, o signo não vai unir uma coisa a um nome, mas será a união de uma imagem acústica a um conceito. Como consequência, está excluída dos processos de significação a figura do referente, o que acarretará críticas à Saussure por creditar à língua a resolução de todos os problemas da significação. A Linguística, na visão de Saussure, é tributária da Semiologia, sendo as suas leis gerais aplicáveis às ciências da

linguagem. Diferente de Peirce, Saussure (2006) vê o signo como um fato social da fala, sendo mediado por dois interlocutores. O signo saussureano é de natureza psíquica; em analogia a uma moeda, podemos tomá-lo como de dupla face, em que uma delas é o significante (imagem acústica²²) e a outra o significado (conceito), e a relação entre ambos é essencialmente arbitrária. Arbitrário, no sentido de que não há nenhuma relação necessária, por exemplo, entre o significado de *mar* e a imagem acústica /*mar*/, tanto que o mesmo conceito pode ser representado em outras línguas por outros significantes, como defende o próprio Saussure (op. cit).

Além da arbitrariedade, temos que os signos obedecem a uma linearidade, ou seja, são emitidos em sequência na cadeia da fala. Hjelmslev, com a Glossemática, traz contribuições à teoria de Saussure ao propor a incorporação do conceito de valor ao signo. Os signos seriam a união da forma de expressão com a forma de conteúdo, diferenciando-se uns dos outros por um conjunto de traços distintivos. Não apenas na frase ou nas palavras que se daria a significação, mas os morfemas já poderiam ser tomados como signo na Glossemática. Voltando à arbitrariedade, Saussure atenuou a dicotomia *arbitrário x motivado*, ao conceber que há signos que são absolutamente arbitrários e outros que são de relativa arbitrariedade. Na palavra *laranjeira*, temos duas noções, uma de fruta e outra de árvore, que se juntam para formar um significado (árvore da fruta X).

O caráter motivado ou relativamente arbitrário estaria na relação paradigmática de *laranjeira* com *macieira*, *goiabeira* e outras árvores por meio do sufixo *-eira*. Enquanto que em isolado *maçã*, *goiaba*, *laranja*, seriam, a princípio, signos absolutamente arbitrários. Assim, Saussure entende haver graus de motivação entre o significante e significado. Quanto ao caráter motivado ou não das onomatopeias, Saussure as considera como particularidades dentro dos sistemas das línguas, apenas sendo meras aproximações com os ruídos, sendo já tomadas como escolhas arbitrárias que foram convencionadas e ganharam aceitação social.

À semelhança de Saussure, os gramáticos de Port-Royal também entendiam como puramente arbitrária a relação entre som e conceito, sendo um fenômeno de superfície governado pelo significante. Ao compararmos os conceitos de arbitrariedade entre Saussure e Frege, temos que este último vê a língua como nomenclatura, o que se diferencia totalmente do Saussure ao concebê-la como um sistema. Frege vê os nomes próprios, além de pertencerem a uma categorial gramatical, tendo como função primordial a de denotar

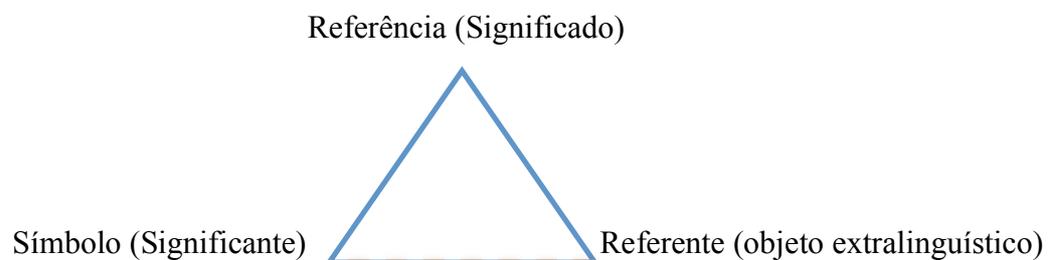
²² Por imagem acústica, Saussure no Curso de Linguística Geral define que “não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som” Saussure (2006, p. 80). Saussure ao lado de Hjelmslev e Greimas seguem a tradição diádica de signo, que segundo ela “as ideias não existem antes da linguagem; nada é distinto e inteligível antes do aparecimento da linguagem” Saussure (2006, p. 30).

características de um objeto do mundo exterior (nomenclatura). Poderíamos também, para um mesmo objeto, referenciá-lo por sinais diferentes, como exemplo de *estrela-da-manhã* e *estrela-da-tarde*, em que ambas possuem o mesmo referente, o *planeta Vênus*. Desta forma, Frege concebe como arbitrária a escolha de um sinal ou de outro para referenciar o mesmo objeto. Já para os objetivos de Saussure, o fundamental era justamente refutar as influências externas ao sistema da língua e eliminar concepções de língua como: expressão do pensamento, nomenclatura ou representação do mundo. O sistema sócio-saussureano é fechado e a arbitrariedade se dá internamente na relação entre significante e significado, sem prescindir de um referente externo.

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo lingüístico é arbitrário. (SAUSSURE, 2006, p. 81).

Uma outra característica do signo saussureano é a imutabilidade. A partir do momento que se convencionou chamar tal objeto como */kaza/*, este uso se perpetua por várias gerações e a tendência é que não haja mudanças. Já os falantes não poderiam mudar um signo por vontade própria (princípio da imutabilidade e mutabilidade do signo), dado que a língua é um fenômeno social. Em decorrência da arbitrariedade, depreende-se o caráter imotivado do signo saussureano. A problemática da significação seria resolvida pelo próprio sistema, sem a necessidade de trazer um referente externo. Muitos semanticistas, por outro lado, fazem necessária a inclusão da figura do referente, dentre eles, Ogden e Richards (apud BLIKSTEIN, 1995, p.23) que propuseram o famoso triângulo da significação:

Figura 2 – Triângulo da Significação



Fonte: Blikstein (1995)

Como já vimos anteriormente, a concepção triádica de signo vem desde os estóicos e Santo Agostinho. A relação entre significante (palavra, som), significado (conceito, ideia) e referente (coisa, objeto) é discutida por filósofos, linguistas e no triângulo acima podemos verificar a importância de se reportar à coisa denominada. A linha pontilhada na base do triângulo mostra que a relação entre o significante e o objeto não é direta. Blikstein (2003) contesta esta posição do referente no triângulo como objeto fora da linguística. Por extralinguístico, o autor entende que o referente está situado atrás ou anteriormente à linguagem, num processo cognitivo que precede à própria experiência verbal. Desta maneira, ele entende que a realidade é percebida através do referente, e entre este e a realidade há uma série de filtros como elementos da cognição que contribuem na construção da realidade, sendo tais elementos chamados de: práxis; traços de diferenciação e identificação; traços ideológicos; corredores isotópicos; percepção/cognição/estereótipos. Assim, ao triângulo de Ogden e Richards caberia fazer uma diferenciação entre o referente e a realidade, em que o primeiro seria produto de um processo cognitivo, fazendo parte da tríade da significação. Outros semiólogos também defendem a concepção triádica de significação como Ullmann, Baldinger e Eco, fazendo pequenas adaptações ao triângulo, mas mantendo a sua essência.

Blikstein (1985, p. 135) diz que, ao reorganizar as palavras do semiólogo Buysens, “o referente é um produto da dimensão perceptivo-cognitiva; é cognoscível; tem vinculação direta com a significação linguística na medida em que não é, mas representa a realidade extralinguística”. Ainda Blikstein (1995) entende que há um consenso entre linguistas de que o referente é um produto da percepção ao citar que Greimas fala em percepção como “**lugar não linguístico** em que se situa a apreensão da significação”, nas palavras de Coseriu, que as **estruturas linguísticas não são da realidade**, mas “impostas à realidade pela **interpretação humana**” e ainda nas palavras de Saussure que “é o **ponto de vista** que cria o objeto”. Muito poderíamos teorizar sobre a figura do referente, no entanto, cabe destacar aqui a sua importância para o conceito de signo toponímico.

Para as nossas preocupações em relação à Toponímia, a figura do referente não é possível de ser desprezada. Sempre temos, atrelado ao processo de significação, a realidade extralinguística. Ao evocarmos um nome de lugar, nunca estaremos apenas lidando com um signo portando as mesmas características dos outros signos convencionais da língua, ou seja, os nomes comuns que possuem largo emprego na língua. O signo quando se reveste de função toponímica possui características diferenciadas que o próprio Saussure admite como uma exceção ao seu sistema sígnico de como interdependência única entre significante e significado. Aurox (1998) aponta que Saussure flexibiliza o seu modelo diádico de signo ao

considerar que, no caso dos **nomes geográficos**, se dá uma relação significante/significado/referência, configurando assim uma tríade. Saussure (2004) justifica esta excepcionalidade ao explicar que existe uma **fixidez no uso destes nomes**. Diferentemente dos outros signos, o signo toponímico, ao designar um ponto geográfico preciso no mundo, estabelece uma fixidez, pressupondo que não haverá outros signos para fazerem referência àquele mesmo lugar, e que ao longo do tempo não convém que as pessoas o modifiquem, já que ele sempre remeterá a um mesmo objeto extralinguístico. Esta mesma característica também se aplica aos nomes próprios em geral, o que difere, por exemplo, do uso de signos comuns como *casa e habitação*, que seriam possíveis formas de se referir a um lugar. No entanto, ao utilizarmos o topônimo *Rio Ipojuca*, pressupõe-se uma fixidez, tendo aquele rio como um referente único.

Embora não haja uma correlação direta em signo e objeto, na concepção de Saussure, o signo linguístico aborda o objeto do mundo real (referente) de forma **oblíqua**. Silva (2008) reflete que para Saussure:

a língua possui a sua ordem própria e está desvinculada de toda a materialidade do mundo. Mas, paralelamente, as línguas tocam obliquamente os objetos na medida em que, mesmo que uma idéia seja insuficiente para determiná-los, é preciso denominá-los. (SILVA, 2008, p. 486)

Ainda para Silva (2008), há uma tensão entre refutar a figura do objeto na constituição do próprio sistema da língua e o toque que a língua realiza ao se reportar a esse objeto. Não há como não prescindir da língua ao realizarmos um ato de nomeação, por isso, a ressalva saussureana com relação aos nomes próprios e geográficos, os quais guardam, nas palavras de Aurox (1998), “resquícios” dos objetos materiais que chegam ao nosso espírito.

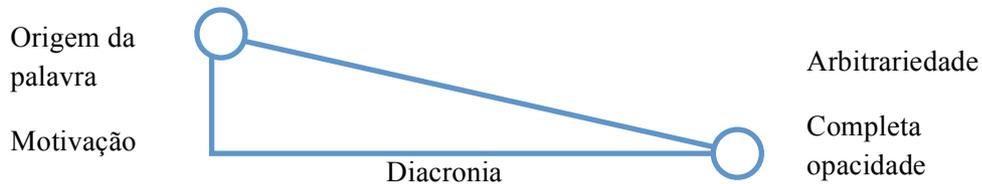
Como mostramos, a arbitrariedade do signo para Saussure é da relação entre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito). Guiraud (1972) traz à tona um novo olhar sobre o signo e diz que:

a essência do signo linguístico é a convencionalidade e não o arbitrário, convencionalidade que tende à desmotivação do signo, e portanto ao arbitrário, mas que exclui a motivação; apenas nesse caso a motivação constitui um caráter secundário, não imediatamente necessário, e que, por tal fato, tende a se alterar, a se obscurecer, e, muitas vezes, a se apagar. (GUIRAUD, 1972, p. 28)

É interessante notarmos que Guiraud ao propor que toda palavra possui uma motivação original, quebra com o caráter essencialmente arbitrário do signo saussureano. Poderíamos resumir na figura abaixo que a motivação, na diacronia, tende a ser decrescente, ou seja, o significado original da palavra vai se tornando opaco pelos falantes de uma

comunidade, até chegar a um estágio em que não é mais possível recuperar a motivação inicial.

Figura 3 - Grau de transparência e opacidade na diacronia



Fonte: Silva (2014)

Para os estudos em toponímia é de grande importância a possibilidade de se realizar a reconstituição da cadeia etimológica da palavra, método utilizado por Dauzat em seus trabalhos. É a partir de dados do extracódigo (referente) que se conseguirá recuperar o sentido original de tal denominação, daí a importância da etimologia em associação com a história e conhecimentos de outras áreas (Geografia, Linguística, Sociologia) para as pesquisas em Toponímia.

Em síntese, temos que, enquanto os signos em geral são essencialmente arbitrários, alguns possuem relativa motivação, quais sejam, por exemplo, de ordem fonética (onomatopeias) ou morfológica (processos de derivação e composição). Giraud (1972, p. 32) observa que “todas as palavras são etimologicamente motivadas, mas – e eis aí o ponto capital – tal motivação não é determinada nem determinante”. Temos que a motivação é livre e sempre possível, ao mesmo tempo que não é necessária a uma atualização de sentido, por isso que se perde muitas vezes na diacronia. Indo para além do caráter parcialmente motivado, temos que os signos, quando utilizados em função toponímica, e também antroponímica, são essencialmente **motivados**. Dick (1992) enfatiza isto ao dizer que:

o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato de batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (DICK, 1992, p. 18)

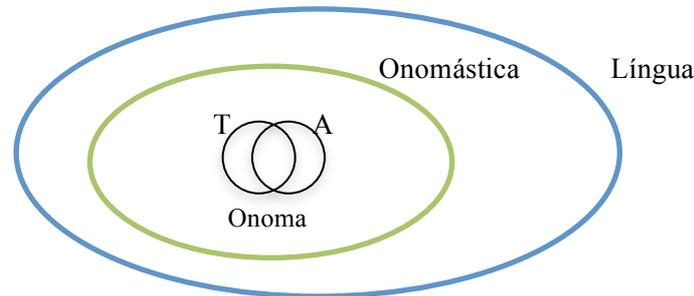
Com relação ao caráter paradoxal de mutabilidade e imutabilidade dos signos levantado por Saussure, podemos compreender o topônimo, à semelhança dos outros signos da língua, preservando-se entre gerações, ao mesmo tempo que é passível de deslocamento de

sentido ou em sua estrutura. No entanto, o traço da imutabilidade se acentua ao se cristalizar o topônimo quando da sua fixação.

Nomes que pertenciam a línguas que já foram extintas ou em estágios pretéritos são conservados tais como verdadeiros fósseis linguísticos, na expressão de Jean Brunhes. Uma outra característica do topônimo que podemos obter a partir dos nomes próprios é a sua **função identificadora**, neste caso, de identificação precisa de um lugar geográfico. Nesta função, Dick (1990, p. 40) ainda diz que é possível haver aproximação do conceito de topônimo ao de ícone ou símbolo pelo fato do signo toponímico sugerir as características do acidente nomeado. Podemos notar, por exemplo, no topônimo Serra Talhada (PE), que este guarda características físicas do próprio referente geográfico que motivou o nome. Dick (1990, p. 41) ainda ressalta que, ao lado da função identificadora, tanto os topônimos como os antropônimos “guardam em sua estrutura imanente uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de seus condicionantes tempo-espaciais”. Essa é uma das dificuldades da pesquisa toponímica, a contínua perda da transparência que os nomes sofrem ao longo do tempo. No contínuo denominativo, outros fatores também podem concorrer para nos distanciarmos da motivação original, um deles é a diversidade de falsas etimologias que surgem quando leigos ou curiosos se propõem a dar explicações sem apoio em fontes seguras ou recorrem a suposições. Quanto mais encontrarmos explicações para a origem de um nome, mais inseguros e distantes estaremos da história daquele designativo.

É fundamental compreendermos também que há pontos de contato entre Toponímia e Antroponímia. Dick (1999) fala em “intersecção dos campos onomásticos” ao apresentar topônimos que podem surgir derivados de antropônimos e vice-versa (exs.: *Delmiro Gouveia* (AL), *Serra do Cabral* (MT)). No caso de *Cabral*, a autora explica que a partir do lexema cabra, passou-se à cabral (lugar onde pastam as cabras), que teve um uso posterior como antropônimo de origem familiar, depois veio o uso como topônimo, ao designar o acidente *Serra do Cabral*, por exemplo. Dessa forma, concordamos com Dick posicionando a Onomástica dentro do sistema da língua e compreendemos também que há no interior da Onomástica uma intersecção entre Toponímia e Antroponímia como ilustrado no diagrama abaixo, extraído de Dick (1999).

Figura 4 – Interrelação Toponímia e Antroponímia



Fonte: Dick (1999, p. 145).

A Toponímia ao recorrer à Filologia, História, Geografia, Linguística e com o suporte de outras ciências que necessitar, trará explicações mais consistentes acerca dos objetos culturais que se revelam na forma de topônimos. A riqueza de se estudar a toponímia de uma região se justifica pela principal característica do signo toponímico, a sua motivação semântica. Dick (1999) nos mostra que os topônimos são motivados por fatores extralinguísticos que governam o ato de batismo de um local e, com isso, o designativo irá se revestir de um “**valor**” que transcenderá ao próprio ato da nomeação.

Concebemos que ao nomear um local estão necessariamente presentes condicionantes de ordem física ou antropocultural e entendemos como Sapir (1969, p. 2) que o “léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes”. Por isso, ao estudarmos a toponímia de uma região não estaremos apenas descrevendo as origens dos nomes, mas realizando a partir deles uma reconstituição dos momentos importantes da história de um povo, descrevendo artefatos culturais, dentre elementos da geografia física e humana de uma região. Acreditamos ser possível também fornecer pistas para a identificação de línguas extintas, localização e fluxos de grupos humanos, bem como fornecer subsídios para a história social de comunidades e suas línguas. Com este ímpeto, realizaremos uma investigação da toponímia da região do vale do Rio Ipojuca. Teremos um olhar voltado para os topônimos de procedência das línguas indígenas e africanas que se incorporaram ao léxico do português brasileiro ou que se encontram fossilizados em nossos mapas como vestígios de línguas não documentadas.

3 GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO VALE DO IPOJUCA

No decorrer deste capítulo, faremos um levantamento de vários componentes não linguísticos que irão exercer influência na Toponímia da região do Ipojuca. A ciência toponímica, como já vimos, mostra-se como um campo interdisciplinar e por isso prescinde do conhecimento de outras áreas a fim de recuperar a motivação dos nomes dos lugares, quando não possível, ao menos, lançar hipóteses sobre as origens destes desde que forneçam explicações pautadas em dados históricos, geográficos, sociais, linguísticos e outros que sejam relacionados com a realidade dos habitantes de uma comunidade que vivem ou viveram em um dado espaço geográfico. Realizaremos, a seguir, uma abordagem dos aspectos geográficos dos municípios que cortam o vale do Ipojuca caracterizando, além da geografia física, a fauna e flora da região para, em seguida, fazermos um recuo histórico aos períodos em que possivelmente se originaram a maioria dos topônimos de nosso *corpus*. Ao mesmo tempo, buscaremos trazer à tona os perfis étnicos dos habitantes, detectar os fluxos populacionais para dentro e fora da região, e avaliar o quanto da cultura e da língua falada por estes povos irá se refletir na toponímia.

O vale do rio Ipojuca compreende duas regiões que se distinguem por aspectos climáticos e biomas que guardam particulares tanto na fauna como na flora. As zonas da Mata e Agreste de Pernambuco têm com um de seus principais rios o Ipojuca, ficando a maior parte do seu curso na mesorregião Agreste. O rio tem sua nascente na serra das Porteiras, no município de Arcoverde, considerado o portal do Sertão pernambucano. Ao lado do rio Capibaribe, destacou-se como uma das primeiras rotas de povoamento com vistas a uma exploração do interior do território pernambucano. A primeira investida de que se tem registros rumo ao interior foi empreendida pelo donatário Duarte Coelho Pereira, já nos primeiros anos do período colonial, quando se tinha a ideia de sertão como um eldorado de riquezas minerais. As expedições rumavam via rio São Francisco, que, tempos depois, irá se constituir ao longo das suas margens a atividade pecuária para suprir as demandas por alimento da região dos engenhos, que se concentravam no litoral.

O papel dos rios para a formação dos primeiros aglomerados humanos vai além das necessidades primeiras das comunidades, como fornecimento de água, irrigação para a agricultura e atividade pesqueira. Os rios também se revestem de importância para a abertura de novos caminhos. Os exploradores, ao se aventurarem por territórios desconhecidos, teriam grandes dificuldades se não fossem traçados caminhos paralelos ou com o referencial espacial do curso natural de rios e seus afluentes. Melo (1940) aponta que em Pernambuco:

Na primeira fase da colonização, quando os rios navegados por pequenas embarcações ao arpejo da corrente serviram para a penetração e ocupação, e, logo depois, navegados a favor da corrente, para escoamento do açúcar produzidos nos engenhos e engenhocas, a função do elemento potamográfico no domínio da geografia das cidades era também representada pelo meio de circulação que ofereciam (MELO, 1940, p. 135).

Na região da mata, muitos engenhos se originaram nas margens dos rios, facilitando escoamento do açúcar e alguns (os reais) utilizando a força motriz da água. O Ipojuca, bem como o rio Una e outros favoreceram o aparecimento de engenhos às suas margens, na região mata. Porém, ao avançar rumo ao Agreste, apresentavam intermitências em razão do regime mais escasso de chuvas. Cronistas como Frei Bernardo de Nantes relatam que chegava a se caminhar nos leitos dos rios. Historiadores como Estevao Pinto apontam que o caráter nômade de muitas tribos tem sido motivado pela fuga da seca. A busca pela disponibilidade de água em rios e pequenos córregos gerou diversos fluxos dos indígenas.

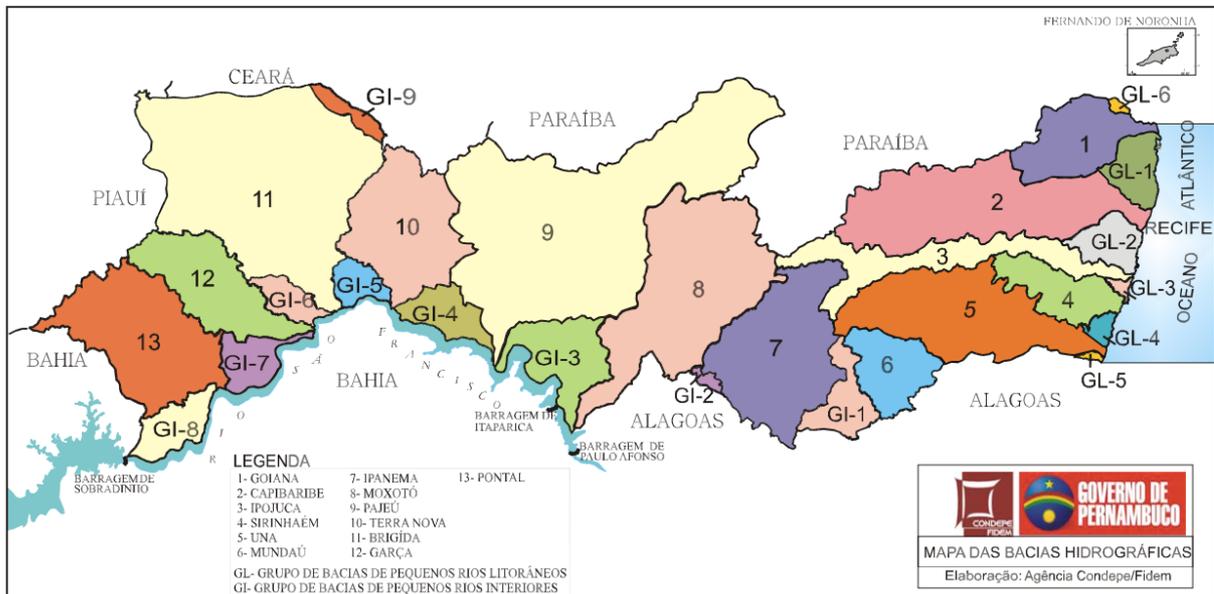
Ao contrário do São Francisco, que apresenta um regime perene, os rios que compõem a bacia do Ipojuca recebem água das nascentes. Ao longo do curso superior e médio apresentam baixo volume, sendo de regime intermitente e ficando perenes apenas ao chegarem na zona da Mata, por ser uma região com chuvas mais constantes. O rio corta transversalmente o planalto da Borborema no sentido oeste-leste, na região Agreste, e em seu curso médio apresenta um elevado índice de poluição, notadamente entre os municípios de Belo Jardim e Gravatá. A denominação Ipojuca, que será discutida adiante, reflete um aspecto negativo em relação à qualidade de suas águas. Seria um rio de águas podres, estagnado ou imprestável. Podemos inferir que essas características que impressionaram o denominador podem estar relacionadas ao volume de água do rio, que na maior parte do seu curso é baixo.

A poluição dos rios na região da zona da mata se deu, em data mais recente, a partir do fim do século XIX com o surgimento das usinas de processamento de cana e extração do álcool ao descarregar dejetos da cana, o vinhoto. Na região Agreste, muito da poluição tem se dado pela falta de saneamento básico, que tem sido erroneamente direcionado para os cursos d'água, juntamente com uma falta de atenção que tem sido dedicada à preservação dos rios e córregos intermitentes. As partes que secam são utilizadas como depósito de lixo doméstico e esgoto provenientes dos núcleos urbanos que cortam os rios²³. O Rio Ipojuca, ao longo de seu trajeto, corta as cidade de Sanharó, Tacaimbó, São Caetano, Caruaru, Bezerros, Gravatá, Primavera, Escada e Ipojuca. Também banha parte dos municípios de Arcoverde (nascente),

²³ Encontra-se em fase inicial o projeto de Saneamento Ambiental da Bacia do rio Ipojuca, estabelecido pelo Decreto nº 40.169/2013 do Governo do Estado.

Pesqueira, Poção, Santo Bento do Una e Belo Jardim. Da microrregião do vale do Ipojuca também fazem parte os rios Capibaribe e Una.

Mapa 1 – Bacias hidrográficas de Pernambuco



Fonte: CONDEPE/FIDEM (2005, p. 21)

No município de Pesqueira, o rio Ipanema vai descer ao sul para o encontro do rio São Francisco. Há documentos do final do século XVIII que mostram que o caminho do Ipojuca partia da sua foz (Ipojuca) até a nascente (Arcoverde) e de lá se comunicaria com o rio Moxotó, em Sertânia. Não se dá uma comunicação direta entre os dois rios, porém entre eles encontramos alguns afluentes do Moxotó que parecem dar continuidade ao trajeto. É bem provável que através do riacho Piutá tenha se dado a forma mais direta de comunicação entre os rios. O Moxotó irá também seguir rumo ao sul em direção à Alagoas, desembocando no rio São Francisco, passando pelo vale do Catimbau. As comunicações da malha hidrográfica de Pernambuco nos ajudam a traçar hipóteses sobre os fluxos de povos indígenas, africanos (remanescentes quilombolas) e exploradores europeus (portugueses, holandeses). O desbravamento dos sertões sempre transpareceu uma hostilidade aos colonizadores que não conheciam bem a terra. Seguir os caminhos dos rios pareceu ser a forma mais segura de se alcançar o sertão.

De acordo com o CONDEPE (2011), a microrregião do vale do Ipojuca localiza-se no Agreste pernambucano que se interliga à microrregião da mata meridional. Caracterizaremos, a seguir, aspectos geográficos que trazem reflexo na toponímia do vale do Ipojuca, sobretudo com relação aos topônimos mais antigos que remetem a uma influência de línguas indígenas e

africanas. A geografia física, em especial a flora e a fauna, são responsáveis por nomear grande parte dos acidentes geográficos naturais e humanos da toponímia brasileira. Nas regiões que são traçadas pelo vale do Ipojuca, destacaremos 4 tipos de formação vegetal, com base em Andrade (2009). Partindo da nascente à foz, encontramos como predominante na região Agreste a caatinga hipoxerófila, que se caracteriza por formações arbóreas e arbustivas adaptadas à escassez de água da região, que perdem as folhas durante o período da estação seca. Podemos destacar algumas espécies como jurema preta, mandacaru, marmeleiro (ou mameleiro), mulungu e a macambira. Lima (2007) vê o Agreste pernambucano como uma subdivisão da caatinga com a presença de muitas espécies decíduas armadas de espinhos. As cactáceas e as bromeliáceas abundam na região, no entanto, esta vegetação encontra-se hoje, em razão da devastação pelo avanço que se tem dado da cidade sobre o campo, praticamente reduzida a serras, brejos ou reversas ecológicas. Lima (2007) ainda destaca alguns espécies características do Agreste: ouricuri, canafistula, pau santo, rabo de calango, braúna, imbuzeiro, craibeira, bromélias (*Tillandsia usneoides* L, *Tillandsia streptocarpa* Baker), *Myroxylon peruiferum* L. F. (chorão, conhecido como cabreúva), turco (*Parkinsonia aculeata* L).

Nos pontos de maior altitude no Agreste e na região de transição com a zona da mata encontramos a floresta subcaducifólia, com formações arbóreas de grande porte e que perdem folhas durante a estação mais seca. Lima (op. cit.) destaca que nestas regiões chamadas de brejos de altitude, nunca inferiores a 500m e até 1.100m, são disjunções das floresta tropical perenifólia e guardam continuidade com a floresta úmida costeira; pelo menos é o que parece que havia entre a floresta da serra de Garanhuns com a serra de Bom Conselho na direção de Brejão. Podemos destacar muitos pontos no Agreste classificados como brejos de altitudes, tais como: Serra Negra de Bezerras; Serra dos Cavalos, em Caruaru e Ororobá, em Pesqueira. No Sertão também encontramos regiões de brejos na Serra Negra, entre Inajá e Floresta, em Tacaratu e Triunfo. As principais espécies que podemos destacar são: pau d'arco roxo, pereiro brabo, maçaranduba, abacate do mato ou canela do brejo, mamaluco, cedro, lacre, pau d'óleo, pau ferro, ingazeira, pau d'alho, *Rubus* sp.

Chegando mais próximo ao litoral, encontramos a floresta subperenifólia, que se já apresenta com uma formação densa e de grande porte, que abriga uma maior variedade de espécies. De fato, o que temos hoje são apenas resquícios desta mata atlântica, restando apenas algumas áreas de reserva. A perda da mata atlântica se iniciou com a extração vigorosa do pau-brasil e com a chegada da cultura da cana-de-açúcar este processo se intensificou. A

zona da mata atlântica pernambucana permite ainda três subdivisões: mata seca, mata úmida e mata serrana, sendo a última, já apresentada acima, representando os brejos de altitude. A zona de mata seca circunscreve os municípios da mata norte como Goiana, Vicência, Carpina, Glória do Goitá, Aliança, Timbaúba, São Vicente Férrer, Vitória de Santo Antão e parte de Gravatá. Lima (op. cit.) destaca as espécies vegetais típicas desta zona: pau d'arco amarelo, frei-jorge, brito, pau brasil, camondongo, timbaúba e catolé. Parcialmente, alguns dos municípios da mata norte e Agreste também se incluem na zona de mata úmida juntamente com municípios da mata sul (Palmares, Escada, Ipojuca, Barreiros e outros).

Embora encontremos uma variação de espécies vegetais entre a porção norte e sul do território de Pernambuco, Lima (op. cit.) destaca as principais formações arbóreas que apresentam maior frequência na área de mata úmida: tabua, chapéu de couro, *Hydrocleis nymphoides* (Willd.) Buchem, junco, periperi, alho do mato, capim estrela, tiririca, rabo de raposa, grama de burro, capim de roça, capim mimoso, taquari, papuã, pindoba, Imbé, gravatá de raposa, gravatá, baroneza, oiticica da mata, embaúba, amora da mata, pau d'alho, raticum apé, urucuba, louros, muraré, oiti coró, azeitona da mata, ingá de beira de rio, ingá-caixão, ingaí, barbatimão, jaguarana, bordão de velho, malícia, favinha, amarelo, visgueiro, pau d'óleo, jatobá, jatobá vermelho, barabu, mororó, pau-ferro, coração-de-negro, ingá, porco, jacarandá branco, pau santo, sucupira-mirim, sucupira-baraquim, pau-sangue, piaca, cumaru, oití de morcego, laranjinha, praíba, amescla, jiló, cajacatinga, muricí da mata, bulandí-jaca, sete cascos, cocão, piripitanga, pau-pombo, marmajuda, pau-de-jangada, pereira da mata, munguba, pirauá, mutamba, camaçarí, pororoca, bulandí de leite, jaracatiá, sapucaia, embiriba, sapucaia de apito, embirindiba, sambacuim, oiti trubá, prijuí, maçaranduba, capitão, cabo de machado, pitiá-mandioca, angélica da mata, pau d'arco roxo, mal-me-quer e outras de nome científico sem correspondente nome vulgar²⁴.

Por último, encontramos as formações litorâneas que são arbustivas e rasteiras adaptadas a ambientes salinos. Os mangues branco, vermelho e canoé se destacam ao lado de espécies da mata de restinga como o oití de praia, cajueiro, aroeira da praia, goiti, macaíba, paquevira e outras.

É importante ressaltar que as formações vegetais primitivas vêm sofrendo contínua eliminação tanto pelo avanço urbano sobre áreas rurais, quanto pelo desmatamento, inclusive

²⁴ Muitas dessas denominações populares, oriundas de um léxico predominantemente tupi, fazem-se presentes na toponímia brasileira. É um desafio para a Botânica a identificação precisa das espécies com base nos nomes vulgares. Muitas vezes ocorre de um mesmo nome designar espécies distintas de diferentes regiões do país. Os trabalhos pioneiros de Martius, Lery, Thevet e Gândavo trazem reproduções da flora e fauna.

da caatinga, que tem a sua importância reduzida em função de um sub-aproveitamento de seus recursos. Muitas vezes a cobertura vegetal da caatinga é apenas utilizada para a extração de lenha, quando não se pratica a coivara para a implantação de culturas ou a atividade pecuária, tanto para subsistência como para o abastecimento dos centros urbanos. Estes processos juntamente com os baixos índices pluviométricos têm desencadeado a desertificação em diversos pontos da caatinga. Na região central do Agreste as principais atividades agropecuárias que contribuem em torno de 70 a 74% para o setor são: horticultura, leite, aves, bovinos e tomate. (CONDEPE, 2001, p. 54). Enquanto que na mata sul a cana-de-açúcar e a horticultura são os principais produtos. O desenvolvimento da cultura da cana na região da mata foi propiciado por um solo rico em nutrientes, o conhecido massapê, e por condições climáticas favoráveis: altas temperaturas durante o ano e regime abundante chuvas no inverno.

A rede hidrográfica da mata sul, além do Ipojuca, tem como rios principais o Amaraji, Sirinhaém e Una. A topografia da região da mata é geralmente baixa, mas com relevo ondulado, o que dificulta a mecanização da lavoura canavieira. O Agreste central se caracteriza por uma topografia mais íngreme, fazendo parte da formação do Planalto da Borborema, com altitude média entre 600 e 800 metros, com pontos de altitude entre 800 e 1200 metros, e pontos mais altos nos municípios de Pesqueira, Poção, Belo Jardim e Brejo da Madre de Deus. Da rede hidrográfica da região fazem parte também os rios Capibaribe, Ipanema, Una e Amaraji.

O Rio Ipojuca vai ter o seu curso alto entre os municípios de Pesqueira e Belo Jardim (região de altitude de 600 a 800m), passando para o médio curso entre Belo Jardim, Tacaimbó, São Caitano e Caruaru (500 a 600m). De Caruaru a Chã Grande (de 400 a 500m), o rio corta as cidades do Agreste com o volume mais baixo de água e alto índice de poluentes. O baixo curso vai de Chã Grande a Ipojuca com altitudes entre 0 e 300m, onde o rio se torna perene. O Ipojuca tem como principal afluente o Riacho Liberal, que vai confluir pela margem direita, na cidade Sanharó. O rio vai ganhar perenidade justamente na região da zona da mata onde os índices pluviométricos são maiores. Tendo como referência a média anual de pluviosidade medida na série histórica entre 1961 e 1990²⁵, no percurso do rio entre Arcoverde e Gravatá, a média oscilou entre 501 e 750mm. Já em Chã Grande (1000 a 1250mm), Escada (1500-1750mm), Primavera e Ipojuca tiveram os maiores índices do estado, sendo as duas últimas superiores a 2000mm. O volume maior de chuvas é entre os

²⁵ Fonte: ITEP/Lamepe, 2011; Agência CONDEPE/FIDEM, 2011, p. 19

meses de março e agosto, concentrando-se na região litorânea e zona da Mata. Em razão da barreira geográfica do planalto da Borborema, notadamente, a partir da Serra das Russas, há uma maior dificuldade de passagem das massas de ar vindas do oceano. Isso influencia diretamente na taxa de umidade da região nas serras à sotavento do planalto. Enquanto que de Chã Grande a Ipojuca temos um clima tropical, quente e úmido, Gravatá localiza-se numa faixa de transição, com clima tropical quente sub-úmido seco. Em Tacaimbó, São Caitano, Caruaru, Bezerros e Arcoverde temos um clima já igual ao do Sertão com características do semiárido (tropical quente e seco)²⁶. A principal característica dessa faixa climática é a grande amplitude térmica diária, temperaturas altas durante o dia e baixa umidade relativa do ar.

A zona climática que abrange os municípios de Pesqueira, Poção, Sanharó e Belo Jardim apresenta um clima tropical de altitude. Essa região, conhecida como brejos de altitude, diferencia-se do clima semiárido por ter uma menor temperatura, maior umidade e índice pluviométrico, porém com alta amplitude térmica diária. As encostas voltadas para o litoral (à barlavento) tendem a ser mais frias e úmidas, enquanto que à sotavento, possuem maior temperatura e mais baixa umidade. Na classificação climática de Köppen, seis tipos de climas são identificados em Pernambuco.

Atuam na região do Vale do Ipojuca os climas As' (clima quente e úmido) com chuvas no inverno e BSAs' (clima seco), típico das regiões de baixa latitude com temperatura média acima de 18° C, baixa precipitação e chuvas de inverno-outono. O clima As' localiza-se na faixa de zona da mata e litoral e adentra o Agreste meridional, encontrando-se também em um pequeno polígono que mais ou menos corresponderia à região classificada como brejos de altitude entre Pesqueira, Brejo da Madre de Deus e Belo Jardim.

Lima (2014) propôs uma classificação ecológica do Agreste Pernambuco que caracterizou bem as regiões de brejos de altitude como pequenas porções de floresta perenifolia isoladas pela vegetação da caatinga. São verdadeiros oásis que se localizam nas faixas altitude entre 700 e 1.200 metros. Em estudo de Rodrigues (1951) delimitam-se 7 brejos de altitude identificados em mapa de solos de escala 1:100.000, quais sejam: Brejo de Taquaritinga do Norte, Brejos das Serras Negra e Verde, Brejo da Serra das Varas, Ororubá/Sabiá, Brejo da Serra do Bituri e Brejo de Poção. Segundo o autor, estas áreas não apresentam um potencial para uso intensivo da agropecuária em razão das características dos solos, que possuem baixa profundidade e muita pedregosidade. Apesar disso não representar um fator favorável à mecanização, as terras dos brejos de altitude são ricas em matéria

²⁶ Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2005; CONDEPE/FIDEM, 2011, p. 15

orgânica (carbono) e têm sido importantes para o cultivo de hortaliças. Comparativamente, o estudo aponta que os brejos de Poção, Ororubá, Sabiá e das Varas apresentam-se um pouco mais secos que os do Bituri e Taquaritinga do Norte; os de Serra Negra e Verde são os que apresentam mais baixa umidade e menor potencial agroecológico.

É importante compreendermos que em uma região Agreste com pouca disponibilidade de água e em épocas de maior escassez, os brejos são verdadeiros oásis e funcionam como atrativos para a fixação de povos. Nas terras altas do brejo do Ororubá concentram-se até hoje aldeias de índios Xucuru os quais aproveitam a boa fertilidade do solo para o cultivo de hortaliças. Esta e outras regiões de altitude não só serviram de atrativos para povos indígenas, africanos²⁷ e mesmo holandeses²⁸, em busca de refúgio de guerras, fugas, como também foram alvo de disputa desde o período colonial. A própria sesmaria de Ororubá tem um histórico de constantes e violentas perseguições aos índios Xucuru pela posse de suas terras que se perpetuaram pelos séculos XIX e XX.

As formas de interação do homem com o ambiente natural que o circunda são fortemente influenciadas por fatores como o clima, regime de chuvas, solo e a flora. Ademais, podemos incluir a relação deste com a fauna que se liga diretamente às atividades de caça e pesca. Também não podemos deixar de evidenciar que os elementos da cultura material e imaterial, juntamente com todos os outros citados são refletidos na toponímia de uma dada região.

Sem dúvida, a cultura do grupo é determinante na condução desse saber-fazer denominativo, responsável pelas novas séries de designação que formam a cadeia lexical, nas perspectivas de uma antropologia linguística que é também semiológica. (DICK, 2004, p. 100)

Traçar um perfil da fauna das zonas de mata e Agreste seria um trabalho um tanto exaustivo dada a grande variedade de espécies e descrição de novas espécies ainda em andamento. Porém, podemos destacar que alguns animais exerceram e ainda fazem parte do convívio diário, sobretudo dos moradores da zona rural. Temos não apenas uma relação de utilitarismo com os animais, mas também se estabelecem vínculos de apreço ou aversão a certas criaturas do mato. Podemos acreditar a várias espécies um papel no imaginário mítico

²⁷ Com a diáspora de Palmares, muitos negros buscaram refúgio em terras do Agreste e sertão. Em regiões de altitude do Agreste central e meridional, conseguiram fixar quilombos como o de Castainho e Timbó (Garanhuns), Serrote do Gado Brabo (Santo Bento do Una), Negros do Osso (Pesqueira – Serra de Santa Cruz).

²⁸ Uma antiga lenda dos povos Xucuru diz que holandeses rodeavam a Serra do Ororubá em busca de riquezas ocultas até terem encontrado minas na região. Para demarcar a sua presença, eles teriam desenhando no cume da serra uma mão. Essa lenda conhecida como “Mão Holandesa” teria provável ligação com misteriosos potes com moedas de ouro, prata e joias encontrados no Ororubá que permaneceram no imaginário indígena.

dos povos. O homem do campo recorre não só aos animais mas às plantas para prever estações de chuva ou estiagem, predizer maus agouros ou bonanças.

O que iremos recuperar na toponímia que corta a zona da mata e Agreste são estágios pretéritos que remontam a vida de indígenas, caboclos, escravos africanos e colonos em sua experiência com os lugares por eles explorados ou habitados. À medida que avançarmos para um resgate histórico da região, desde os primeiros contatos dos povos indígenas com os colonizadores, tentaremos traçar os perfis de alguns grupos étnicos, recuperando traços de suas culturas que em alguma medida ficaram impressos na toponímia local. Uma das grandes perguntas que se faz ao pesquisar a toponímia de uma região é saber como aqueles nomes ganharam aceitação social e o quanto eles significam para a comunidade.

Ao longo do tempo, em algumas localidades, percebemos mudanças na denominação de um lugar que, por vontade alheia à comunidade, impõe-se por alguma autoridade, mas não ganha uso por parte das pessoas daquele lugar. Uma das causas é justamente as pessoas não terem qualquer apreço por aquele denominativo. Por isso, estudar a toponímia é buscar entender parte do universo cultural e linguístico de um povo e as suas formas de apropriação da realidade. Não menos importante é uma análise linguística que leve em conta aspectos dialetais dos falantes de uma comunidade, estes que irão conservar no léxico variedades e peculiaridades que se afastam dos falares urbanos. Há, ao lado de nomes que são regionalismos, outros que são vestígios de línguas desconhecidas, o que representa um desafio para o toponimista, quando muitas vezes o que encontramos são apenas indícios de que aquela língua pertence a um tronco linguístico. Antes de procedermos a uma análise dos topônimos dos municípios que cortam o vale do Ipojuca, vamos tentar traçar um panorama da formação sócio-histórica da região e identificar os principais perfis étnicos que possam ter contribuído para a gênese de nomes indígenas e africanos.

3.1 O Caminho do Ipojuca – Uma Rota para o Sertão

A interiorização e o povoamento das regiões conhecidas atualmente como Agreste e sertão de Pernambuco se deram como consequência de uma série de investidas através de caminhos poucos atraentes aos primeiros colonos. Segundo Capistrano de Abreu, o que se fabulava em torno da região para além do litoral eram as riquezas que se encontrariam no rio São Francisco, que Duarte Coelho já se ofereceu a conquistar. A opção feita pelo donatário para atingir o São Francisco foi pela via marítima, como pode-se perceber em cartas de 1591

de Gabriel Soares de Sousa em sua viagem na busca de minas, em que há menção ao “lugar onde chegou Duarte Coelho pela via da Capitania de Pernambuco”.

Capistrano de Abreu fala de uma ressalva um tanto intrigante sobre a penetração no território pernambucano. Dizia o ilustre historiador que “na segunda metade do século XVIII não se penetrava no Recife além de Bezerros, a quinze léguas para o interior: o que ficava além entendia-se com a Bahia.” Esta afirmação nos surpreende ao constatarmos que parece ter havido um prolongado desinteresse em se penetrar no interior ou uma certa resistência por parte dos portugueses. Gonsalves de Mello, em sua monografia intitulada *Os Três Roteiros de Penetração do Território Pernambuco (1738 e 1802)*, contesta a tese de Abreu de que “os serviços superiores de Pernambuco avultavam na conquista do Norte e Nordeste do país, ao passo que não ocorrem no devassamento do seu próprio sertão”.

Através da divulgação de documentos pela Divisão de História, do extinto Instituto de Ciências do Homem, na década de 1960, obtiveram-se dados da presença de pernambucanos nos limites da capitania, na região conhecida como Carinhanha (atual município do sertão da Bahia) em 1738²⁹, o que já diverge da tese de Capistrano do limite de quinze léguas para o interior na segunda metade do século XVIII. Os documentos encontrados revelaram a existência de três caminhos para atingir o São Francisco. O primeiro seria pelo rio Capibaribe, que cortaria parte do território paraibano, chegando ao sertão do Pajeú nos atuais municípios de São José do Egito e Itapetim, seguindo até Brejo da Gama, onde cruzaria rumo a Cabrobó para encontrar com o São Francisco.

O segundo caminho seria o do Ipojuca, começando pela freguesia de Santo Amaro de Jaboaão, passando por Santo Antão da Mata, subindo a serra das Ruças, abrindo passagem no Rio das Pedras e acompanhando o percurso do rio. Houve duas possibilidades de prosseguimento da rota: uma que na altura de Sanharó se encontraria com o vale do rio Ipanema, descendo no sentido a Alagoas para o encontro do Rio São Francisco, e a outra que seguiria o Ipojuca até sua nascente, subia pelas serras de Buíque para se encontrar com o rio Moxotó, atingindo o São Francisco na Boa Vista. É interessante notar no documento as referências que este faz a algumas localidades como: o **Sítio Queimadas**, onde começava a freguesia de Santo Antão; o **Rio das Pedras** que permaneceu com este nome e fica entre Bezerros e Caruaru; sítio **Carara**, que pode ter sido um erro de grafia, como referência à Caruaru; **Itacaité** ou **Tacaeté**, riacho e sítio em Belo Jardim, que pode daí ter surgido a corruptela Tacaimbó; **Lagoinha** que pode ser referência à atual Lagoinha.

²⁹ Mapa no Anexo.

O terceiro caminho é o que o bispo Azeredo Coutinho mandou abrir em seu governo em 1802, que, na verdade, repete o traçado do caminho do Ipojuca, com objetivo de verificar os melhores pontos para descanso das boiadas³⁰. Vale destacar neste novo roteiro alguns pontos como o: Engenho Moreno, Tamuatá-Mirim, Santo Antônio, Catinga Vermelha (Crauatá, Cachoeira, Jacaré (neste ponto se transpunha da margem direita para a esquerda), Caruaru, Tacoara, Salgado, Fazenda do Tocayte ou Tacaité (fazia parte da sesmaria de Ororubá), Curralinho, Riacho dos Macacos, Pedra do Pochinana, Cabo do Campo de Boyque³¹.

Embora os registros destes percursos tenham sido revelados através de documentos que remetiam a meados do século XVIII, não significa que o interior do território não fora desbravado anteriormente e que não se tenham formado núcleos de povoamento ao longo do século XVII. O povoamento do Agreste teria se intensificado em fins do XVII e início do XVIII, acompanhando não só o caminho do Ipojuca como também o do rio Capibaribe, e a partir deste subiriam os rios Tapacurá até a sua nascente na serra da Ruças (Gravatá) e o riacho Cotunguba, também com nascente em Gravatá, onde poderiam se reencontrar com o caminho do Ipojuca. A região entre estes rios mostra-se como de várzeas férteis propícias à agricultura e à criação de gado.

Há um grande hiato em relação à escassez de documentação do período do governo holandês e da guerra dos Mascates que nos impossibilita precisar dados sobre a fixação de povoados e localização de grupos indígenas. Se recuarmos para o século XVI, ainda ficam mais escassos os registros sobre os nossos interiores. É importante considerar que a historiografia enfrenta limitações ao tomar os relatos de viajantes e cronistas, que muitas vezes reproduzem um etnocentrismo que sempre deve ser interpretado com certa cautela quando estes se propuseram descrever os índios³².

Assim, é no contexto do século XVII que temos o primeiro grande impulso para a conquista dos sertões, o que resultou num período de conflitos conhecido como Guerra dos

³⁰ Um dos pontos de descanso das boiadas eram onde hoje se encontram os municípios de Vitória de Santo Antão e Gravatá. Muitas cidades se originaram a partir de fazendas que funcionaram anteriormente como pouso para os viajantes.

³¹ Estes pontos referem-se ao trabalho de Nelson Barbalho (1983, vol 7:175) sobre os manuscritos de autoria desconhecida enviado ao Ouvidor Geral que foram compilados pelo historiador Alberto Lamego.

³² Lindoso (p. 153-154) diz que “Loreto Couto adverte em sua obra, a respeito do uso dos termos “caboclos” ou “caboclo” e tapuia” aos índios. Eram apelativos de menosprezo e desdouro que indicavam a transformação da humanidade indígena da precedência num estado social degenerativo, comparável à animalidade e a irracionalidade dos animais selvagens. [...] Etimologicamente “cabocoro significa o homem que tem caça no matto; e Tapuya quer dizer inimigo” [...] Se, no começo, não era um apelativo de desdouro, e caracterizava um tipo de vida de índios não-aldeados, distinguindo-os dos índios dos aldeamentos dirigidos, a palavra “cabocoro” ou caboclo passou a ser uma palavra injuriosa, que definia os que viviam ainda a vida selvagem da precedência. [...] O mesmo ocorreu ao termo “tapuia”, que passou a um significado injurioso aprofundado pela dialética das alianças e contra-alianças coloniais”.

Bárbaros, embates entre as tropas da região do açúcar³³ e índios do sertão. Estes confrontos foram decisivos para o início do período de dominação de terras do Agreste e sertão, concomitante ao processo de extermínio e aculturação dos povos de língua não-tupi. Silva (2010) sintetiza esses acontecimentos da seguinte forma:

Nesse sentido, dentro do quadro geral do que a administração colonial chamava de guerra dos bárbaros, fosse no Açú, em Palmares ou no Recôncavo, contra índios ou mocambeiros, as práticas e estratégias militares mantiveram uma constância de expedições institucionais formadas por homens dos núcleos urbanos litorâneos e fortes contingentes indígenas, os quais gradualmente foi se somando o comando dos sertanistas paulistas. (SILVA, 2010, p. 183)

Após a expulsão dos holandeses, instalou-se uma crise no sistema agroexportador canavieiro que fez o preço do produto cair bastante no mercado internacional, em razão da concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas e a crise na Europa. Apesar da grande redução dos lucros, o número de engenhos, segundo Lima (1973, p. 23) “passou de 120 em 1600 para 528 em 1700”. Ainda tínhamos a cana como força motriz da economia que girava em torno do litoral. O gado ainda era um apêndice deste sistema. Com o final da Guerra dos Bárbaros, o rei repartiu terras entre os soldados vitoriosos, sendo as sesmarias mais cobiçadas as do litoral. É a partir deste momento pós-guerra que se desencadeia uma nova frente de exploração e povoamento das terras do sertão, este que ainda aparecia como um território inóspito e sem riquezas, mas que a crise econômica impeliu a sua exploração, incentivada pelo rei. Para Medeiros (1993), ainda havia outro fator que contribuiu para a penetração do sertão:

a pressão demográfica em cima do litoral, provocada pela leva de portugueses desenganados de amealhar no Oriente, onde a política portuguesa colhia os últimos fracassos (em 1651 terminava a dominação portuguesa no Golfo Pérsico), era mais um determinante para dilatar o ecúmeno da conquista. (MEDEIROS, 1993, p. 24)

As sesmarias do sertão foram concedidas aos fidalgos que empreenderam grandes esforços de guerras ou por atos heroicos realizados, no entanto, poucos conseguiriam arcar com recursos para desenvolvê-las economicamente. O que acabou se dando foi a posse de muitas terras por senhores de engenho do litoral. Os Vieira de Melo foram os que receberam

³³ “No principal conflito travado pela conquista dos sertões de Pernambuco e capitâneas anexas, a chamada Guerra dos Bárbaros, as primeiras tropas deslocadas foram as burocráticas, visto seu caráter profissional, logo seguidas por algumas milícias que tomaram papel ativo nas expedições, caso dos Henriques e Camarões, ou seja, tropas negras e índias” (SILVA, 2010, p. 80) “O recrutamento para as tropas burocráticas era realizado através de violento processo de alistamento forçado sobre as camadas mais baixas dos principais centros urbanos açucareiros” (op. cit., p. 81).

grandes extensões de terra no sertão, realizando um verdadeiro massacre de índios tapuias. Em História de Garanhuns, de Cavalcanti (1983, p. 33), há relatos de negros refugiados na fazenda Jupi que foram exterminados por Bernardo Vieira de Melo em luta armada na destruição do quilombo. Foram constantes as investidas contra os indígenas e alguns quilombos, mesmo após o grande extermínio promovido pela Guerra dos Bárbaros, com a justificativa de assegurar a paz nas fazendas e em combate à rebeldia dos tapuias que não aceitaram se submeter à escravidão. Medeiros (1993), com base em documentos sobre as sesmarias, verifica que, em 1689, os principais requerentes de terras no sertão eram moradores do litoral que tinham gado, mas não possuíam terras. O desconhecimento da região era tal que nas solicitações indicava-se vagamente os limites das sesmarias. Neste sentido, o que servia como marcos geográficos para o desbravamento eram os rios, sendo estes os principais pontos de referência na exploração de regiões desconhecidas.

Os rios Capibaribe, Ipojuca e Una foram os que, da foz até a sua nascente, serviram de caminho para atingir os sertões. A nossa pesquisa busca recuperar a toponímia do vale do Ipojuca, não exatamente pelos caminhos de Azeredo Coutinho (1802) e do Ipojuca (1738), mas seguindo o curso natural do rio desde a sua nascente na Serra do Pau D'Arco até a sua foz em Ipojuca, passando por atuais municípios da mata sul (Ipojuca, Escada, Primavera). A importância de haver rotas de penetração no território residiu na necessidade de fixar os limites das capitanias para o deslocamento de um excedente populacional do litoral, que foi aos poucos sendo empurrado para o interior, estimulado pela coroa a partir de doações de terras. Porém, não podemos esquecer que os maiores conhecedores dos sertões eram os índios que se deslocavam por estes espaços através de rotas até então desconhecidas.

Podemos identificar que houve fluxos migratórios de etnias e acreditamos que estas tribos deixaram rastros de sua passagem ou fixação à determinada época registrados através da toponímia em alguns pontos do território. Antes de passarmos ao estudo de algumas tribos não-tupi do Agreste, denominadas tapuias, faremos uma análise das tribos que ocuparam o litoral e parte do Agreste, falantes do tupi da costa, sempre tomando em relação os espaços geográficos por elas habitados.

3.2 Os Grupos Indígenas da Costa de Pernambuco

Segundo o mapeamento feito por Nimuendaju (1981), a costa da capitania de Pernambuco no século XVI era habitada por índios caetés, que se localizam entre a ilha de

engenhos e propriedades, realizados principalmente pelos *Caetés*, que ocupavam a costa de Pernambuco.” Os índios tabajara foram os que melhor adaptaram a sua cultura aos ideais do colonizador. Revestindo-se de uma identidade belicosa, aliaram-se nos primeiros anos do século XVII com os potiguares, já submetidos, nas conquistas dos sertões de dentro rumo às capitanias do Rio Grande e Ceará. Os índios caetés apresentaram uma forte resistência inicial que culminou em diversos conflitos sendo derrotados no sul da capitania e também em Olinda e Igarassu em 1540, no cerco que se fechou contra eles. A administração de Duarte Coelho ficou marcada tanto por processos de conflitos como de alianças entre portugueses e as tribos locais. Ele travou uma aliança com os marins caetés, os mais belicosos da região, atacou os caetés ao sul da capitania e conseguiu estabelecer a paz com os tabajaras, após casar a filha do cacique Arcoverde com o seu cunhado Jerônimo de Albuquerque.

Ainda sobre os caetés, Gabriel Soares de Sousa os descreveu como “mui belicosos e guerreiros, mas mui atraído e sem nenhuma fé nem verdade”. Após o conhecido episódio do naufrágio do navio que transportava o Bispo Pero Fernandes Sardinha, no rio Coruripe, em que os caetés cometeram antropofagia, Mem de Sá, em 1562, por retaliação, empreendeu uma guerra “justa”, prendendo todos os índios e os submetendo à escravidão perpétua, inclusive aqueles que já se encontravam sob a proteção das aldeias jesuítas. Bethell (1997, p. 266-267) lembra que nos anos de 1562 e 1563 houve no litoral surtos de doenças europeias (gripe, varíola, sarampo e tuberculose) que devastaram a população indígena reduzindo-a de um terço à metade, reduzindo também o número de aldeias de onze para cinco. Muitos conflitos e alianças foram se formando ao sabor da troca de interesses entre colonizadores e índios, e entre as próprias tribos. A aliança dos potiguares com os franceses é um exemplo de como a não imposição de costumes os foi favorável na exploração do pau-brasil, enquanto que para os portugueses isto representou uma dificuldade para a dominação da capitania do Rio Grande.

Os laços de alianças entre nações e grupos de povos tupis, como os tupinambás, tabajaras, potiguares e caetés, e, ou, entre estes e outros grupos indígenas de troncos lingüísticos diferentes, eram tecidos por relações de troca, casamentos e por participação comum em atividades guerreiras. Relações que, também, valeram para nativos e portugueses, ou nativos e outros europeus, que pela costa estabeleceram seus contatos. (FAUSTO, 1992, p.384).

Os choques entre os nativos do litoral e os portugueses provocaram rearranjos nas relações de poder sobre o território. Os portugueses intervieram na tentativa de submeter os índios à escravidão, exterminando e perseguindo índios não aliados e catequisando os índios que eram submetidos ao regime de aldeamento. Essa intervenção contribuiu para homogeneizar as diferenças culturais entre os grupos do litoral, tanto na condição de índios

aldeados³⁶, como entre aqueles recrutados para as atividades bélicas contra os índios do sertão. Apesar de todas as tensões decorrentes da resistência ao trabalho forçado e as dificuldades de submissão à catequese, os índios da costa não tiveram muitas opções. Poderiam se misturar com outros índios em aldeamentos conduzidos por padres ou se aliarem à coroa nos projetos de colonização dos interiores. As fugas e a rebeldia seriam as formas de resistência mais perigosas, pois os levariam à condição de escravo. Ademais, temos já no século XVI a gênese da formação de uma sociedade miscigenada entre brancos, índios e negros, com a vinda de africanos na condição de escravos como força motriz dos engenhos de cana, em decorrência da proibição da escravidão indígena, exceto daqueles presos por “guerra justa”.

Apesar dos portugueses terem realizado um contínuo processo de desagregação das tribos e terem imposto seus costumes como melhores dos que os dos nativos, a cultura brasileira muito incorporou dos elementos culturais dos indígenas, bem como dos africanos que vieram para o Brasil. Dentre os traços culturais mais marcantes dos tupis da costa está a fabricação da cerâmica tanto para a decoração como em artefatos para preparação de comida ou reservatórios de água. A base alimentar destes povos é a coleta de vegetais e os produtos da pesca ribeirinha³⁷, sendo a agricultura uma atividade complementar. A guerra e a religião também aparecem como elementos importantes na cultura tupi. Xamãs, caraíbas e pajés foram figuras muitas vezes vistas de forma demonizada por cronistas da época como o frei Vicente Salvador.

E assim se podem estes feiticeiros chamar mais matasanos que médicos, nem eles curam os enfermos se não com enganos, chupando-lhes na parte que dói, e tirando da boca um espinho ou prego velho que já nela levanta, lho mostram, dizendo que aquilo lhes fazia mal e que já ficam sãos, (SALVADOR, 1965, p. 79).

A prática do canibalismo entre as tribos da costa, sobretudo pelos caetés, era emblemática, representava tanto a vingança como selava fins de conflitos e alianças. Jean Léry ressaltou que também era comum nos rituais dos tupinambás, a presença do cauim, uma bebida alcoólica fermentada de mandioca feita exclusivamente pelas mulheres. Não só entre tribos tupis, mas também entre índios de outras etnias do Nordeste, dentre estas os Xucurus e Pankararus, ainda hoje, conserva-se o uso da jurema branca em rituais religiosos por possuir efeitos alucinógenos levando a estados de transe e possessão. De forma híbrida, segundo

³⁶ Os aldeamentos aglutinavam índios de diversas etnias tupis e cariris. Muitas dessas foram aldeias-presídio que abrigavam os cativos fugitivos ou prisioneiros de levantes como a Guerra dos Bárbaros.

³⁷ Silva (2010, p. 51) ressaltou que: “A atividade pesqueira foi inicialmente desenvolvida por indígenas assimilados pela sociedade colonial, mas a partir do século XVII os pretos forros e os pardos passaram a dominar este mercado, criando aldeias pesqueiras ao longo da costa de Pernambuco.”

Brandão e Rios (2004), a partir do século XVI nasceu no Brasil o culto do catimbó-jurema³⁸ como um sincretismo europeu, africano e indígena. Poderíamos referenciar muitos outros elementos da cultura indígena proveniente dos índios tupis, que influenciaram de forma mais incisiva a cultura brasileira, já que foram estes os que tiveram um maior contato com os colonizadores e ocuparam praticamente toda a costa do Brasil.

Analisando a situação da ocupação territorial dos índios em Pernambuco no século XVI, Barbosa (2007, p. 4) esclarece que caetés, tabajaras e cariris viviam em luta pelo controle dos territórios.

A inexistência de marcos, muralhas e cercas como fronteiras, ou mesmo, a não ocupação física da terra por aldeias ou campos de plantio contínuos não significava a inexistência de poder e domínio sobre ela. Aldeias inteiras poderiam migrar para áreas com terras mais férteis ou, segundo outro critério que garantisse uma melhor sobrevivência. (BARBOSA, 2007, p. 4)

Em face da complexidade de delimitar as terras em que as tribos se estabeleciam, mesmo que em caráter temporário, e pela limitação das fontes históricas, é dificultada a tarefa de precisarmos em nossa área de estudo as fixações dos grupos indígenas e quais as suas áreas de influência na região do vale do Ipojuca da sua foz à nascente. Devemos considerar que quando os portugueses chegaram ao Brasil predominavam na costa os índios tupi, sendo os índios caetés os prováveis habitantes que se encontravam na costa de Pernambuco na região de Ipojuca.

No ano de 1560, a ocupação da região de Ipojuca (atual município) pelos portugueses foi bastante intensa, como citado anteriormente, desencadeando uma perseguição aos índios caetés, escravizando-os. Assim, o povoamento da região logo se deu com a abertura de engenhos de cana-de-açúcar, produto que se adaptou bem às condições climáticas do Nordeste brasileiro e ao excelente solo massapê. O nascimento de Ipojuca se fez em paralelo ao surgimento dos primeiros engenhos, alguns foram batizados com nomes tupis, todos sob a proteção de um santo católico: Sibiró de Baixo, Sibiró de Cima, Pindoba, Coroaçu. O açúcar

³⁸ O sincretismo religioso do catimbó/jurema é típico da região Nordeste do Brasil. De base católica, são cultuados santos, Jesus e a Virgem Maria, incorpora elementos da feitiçaria europeia como orações e símbolos, mas é carregado de xamanismo dos pajés, a exemplo das baforadas de cachimbo para espantar espíritos maus (daí a palavra caa timbó, fumaça do cachimbo). O culto do catimbó posteriormente veio incorporar elementos da umbanda como os exus e as pomba giras. Considera-se culto afro-brasileiro, tendo que vista que as práticas foram mutuamente incorporadas entre si. As práticas de catimbó invocam espíritos como dos mestres e mestras (espíritos de antigos caboclos, tangerinos de gado), para curar e afastar os males. Acredita-se que por volta do século XVIII, os tangerinos, pacientes condutores do rebanho de gado, ofereciam presentes aos índios que encontravam pelo caminho e alguns eram “enjuremados” por pajés. As perseguições aos índios que praticavam o catimbó quase que extinguíram o culto, sendo este preservado pelos mestres juremeiros, caboclos do sertão, muitos desses tangerinos, vaqueiros e boadeiros que se doutrinaram na jurema e recebiam espíritos de mestres antepassados.

propiciou o surgimento de uma forte e rica elite no povoado de Ipojuca. Data de 1584 o documento mais antigo que indica já a presença de habitantes na localidade, dentre eles, Gaspar Pereira de Castro (imigrante da Galiza) casado com Ana Tomé; Pero Dias da Fonseca, senhor engenho (Engenho Tabatinga) e Antonio Gonçalves Menaia, mestre de açúcar e lavrador. A fundação da freguesia de Ipojuca teria sido em 1596, tendo como primeiro vigário o padre Sebastião Rodrigues. Ipojuca teve um papel fundamental na insurreição contra os holandeses, estes que ao reconhecerem a prosperidade agrícola da região a chamavam de Bela Pojuca³⁹.

À época da invasão holandesa, o convento de Santo Antonio de Ipojuca serviu de refúgio aos franciscanos perseguidos em Olinda e Igarassu em 1632. Um episódio marcante da insurreição em 1645 foi a emboscada armada contra os holandeses no engenho Tabatinga, onde lá a população conseguiu finalmente derrotar os batavos. O frei Jaboaão ao descrever a freguesia de S. Miguel do Ipojuca em meados do século XVIII enfatiza a riqueza dos seus nobres moradores “vindos da parte do reino, como Achiotis, Rollins, Cavalcantis, Albuquerque, Lacerdas, Mouras e outros mais com esses enlaçados⁴⁰. Ressaltou também a grandiosidade dos engenhos e a fertilidade da terra. O município de Ipojuca, criado em 1846, passou ao longo de quase meio século oscilando entre as denominações São Miguel do Ipojuca e Nossa Senhora do Ó. Na divisão administrativa de 1911, o município de Ipojuca se compõe por dois distritos, sendo criado em 1933 o distrito de Santo Antônio da Camela (topônimo que foi simplificado em *Camela* em 1938). Atualmente são distritos de Ipojuca: Camela, Nossa Senhora do Ó, Cupe, Porto de Galinhas, Usina Salgado e Usina Ipojuca. O rio que dá nome à cidade desemboca no mar e abre um porto de 200 léguas, conhecido como Porto de Galinhas.

Retornando ao século XVI, temo que uma das primeiras missões indígenas fundadas em Pernambuco foi a de Escada, denominada Missão do Ipojuca. Primeiramente foi administrada pelos franciscanos, que a abandonaram e foi passada para o comando dos jesuítas, sendo novamente encerrada em 1635. A sua extensão ia até o atual município de Porto das Pedras em Alagoas. Em 1670, a missão foi retomada pelos oratorianos com o nome de Aldeia de Nossa Senhora da Apresentação. Foi motivado pela religiosidade e devoção dos fiéis que se cunhou o nome Aldeia de Nossa Senhora da Escada, por haver na parte alta da aldeia um oratório que era acessado por uma escada de degraus cavados na terra. Sabe-se que

³⁹ Costa (1951, v. 2, p. 90)

⁴⁰ Costa (1951, v. 2, p. 92)

na aldeia de Escada existiram tribos potiguaras, tabajaras, índios mariquitos⁴¹ e caetés. Estes índios, que foram requisitados para destruir o quilombo de Palmares, tiveram como prêmio a ampliação da aldeia em mais uma légua. Provavelmente, após esta vitória sobre Palmares outras tribos que participaram da destituição do quilombo passaram a morar na missão de Escada. A prosperidade da aldeia era tal que além de possuir excelentes terras drenadas por rios e riachos favoráveis à agricultura, os índios ainda eram donos dos engenhos Cassupim e Boa Sorte. Porém, no final do século XIX, intensifica-se o processo de invasão das terras por senhores de engenho ávidos por sua posse e pelo lucro proporcionado pelos engenhos; ao mesmo tempo nesse período imperava um forte processo de descaracterização da identidade indígena, já não cabendo espaço para aldeias.

Temos como outro núcleo que aglutinou índios caetés a missão conhecida por São Miguel da Aldeia do Una⁴², administrada inicialmente pelo clero secular, passando ao comando dos jesuítas, no ano de 1624, por requerimento dos índios. Em 1636 com a invasão dos holandeses o aldeamento foi extinto e os índios dispersos, sendo reestabelecida a aldeia por volta de 1681⁴³. Nela se concentravam os índios caetés do Iguna, em referência ao nome do rio, e localizava-se perto da foz do Una, nos limites ao norte de Barreiros. Em 1729, a aldeia já se encontrava sob o comando dos franciscanos, passando em 1760 para a administração dos carmelitas. No ano de 1774, de acordo com o relatório do capitão-geral Jozé César de Menezes, identifica-se a população indígena da aldeia de Barreiros do Una como mista de tupis e cariris, o que segundo Lindoso (2005), talvez se explique pelo fato dos índios tupis terem lutado ao lado das tropas do governo contra os cabanos, e os cariris (índios cabanos) guerrearem juntos com os da aldeia de Jacuípe. O rio Una teve um importante papel, pois permitia a comunicação com as antigas terras dos grupos Xucurus⁴⁴, passando pelo Agreste meridional e mata sul (São Bento do Una, Altinho, Bonito, próximo a Pannels, Água Preta, finalmente chegando a Barreiros), onde nestas localidades havia índios Xucurus, Fulniôs, Xocós e Garanhuns. Todos esses participaram da Cabanada, juntamente com negros

⁴¹ Vieira (1950:22) fala dos índios mariquitos como índios tapuias, ao lado dos Goitacazes, cariris, aimorés e guaianases. Mariquita também se trata de uma espécie de peixe de pequeno porte que habita em águas rasas. Na fase adulta chega a medir 30 centímetros de comprimento e chega a pesar até 500 gramas. De cor vermelha e de carne branca é um peixe de fácil comercialização.

⁴² Serafim Leite ressalta o papel importante das aldeias de São Miguel do Una, Nossa Senhora da Escada, Gueena e Paraíba logo no início da colonização. Juntas, elas enviaram índios para a defesa do território contra o ataque inglês a Olinda em 1596.

⁴³ Costa, 1951 (vol 3, p. 52-53)

⁴⁴ Entre os atuais municípios de São Bento do Una e Capoeiras, encontra-se o Sítio Xucurus, próximo às nascentes do rio Una, o que indica a presença desses índios neste local recuperada pelo topônimo.

fugitivos, mestiços e brancos, aliando-se aos índios de Jacuípe e ficaram conhecidos na historiografia como índios “Painéis de Miranda”.

Apesar dos padres jesuítas terem se fixado ao longo do Ipojuca na aldeia de Escada, Leite⁴⁵ ainda destaca ter havido missões jesuíticas itinerantes que peregrinaram por engenhos e fazendas no interior tanto para doutrinar os índios, como para realizar casamentos, batismos e confissões. Em todos os documentos que encontramos, os relatos sobre as missões da costa identificam os cativos como caboclos falantes de língua geral. Como veremos adiante, em alguns aldeamentos do Agreste também encontraremos esta situação de índios falantes do tupi, que foram facilmente catequisados com base nos catecismos e gramáticas jesuíticas. Um maior desafio para os missionários, no entanto, foi a catequese das tribos de línguas travadas, os conhecidos tapuias⁴⁶, que se comunicavam em dialetos completamente diferentes daqueles dos índios da costa dos quais os padres já tinham conhecimento.

Pela necessidade da fixação de aldeias e conversão do gentio, principalmente nas missões realizadas ao longo do São Francisco, de população majoritariamente cariri, missionários como o Pe. Luiz Mamiani se dedicaram ao estudo dos dialetos cariris. Mamiani elaborou o compêndio gramatical intitulado “Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Naçam Kiriri” impresso em 1699 e ainda um catecismo. Com exceção dos dialetos cariris, descritos por viajantes e missionários na região do São Francisco e Bahia, temos uma escassez de fontes relativas às línguas faladas pelos índios cariris, tarairiús e de outras etnias da porção mais ao norte. As missões, ao registrarem os falantes como caboclos de língua geral, já indicam que, no contexto de hibridismo dos aldeamentos, os índios naquelas condições já não utilizavam sua língua de origem, sendo rechaçada juntamente com os outros traços da sua cultura.

3.3 Os Índios do Agreste Pernambucano

Ao continuarmos o curso do Ipojuca, adentrando o Agreste, subindo rumo à sua nascente, podemos visualizar que ali se encontrava uma zona de transição em que já podemos encontrar relatos da presença de grupos de tronco linguístico não-tupi, podendo encontrar na

⁴⁵ Cf. LEITE, Serafim. Op. Cit. TOMO I. P. 117.

⁴⁶ Puntoni (1998) esclarece que há um consenso nos estudos contemporâneos de que no sertão nordestino, os povos referidos como tapuias no período colonial pertenciam a três grandes grupos culturais distintos: Cariri, Tarairiu e Jê, e ainda havia grupos isolados sem classificação.

região índios Carnijó Fulniô (língua iatê), Carapotós e Prarto⁴⁷ (provavelmente pertencentes ao grupo Cariri), Xucurus⁴⁸ (descendentes dos tarairiús⁴⁹), Paratiós e Xocós.

Os indígenas que não falavam a língua considerada boa, o tupi, foram rotulados pejorativamente como tapuias, sendo alvo de constantes investidas da coroa no processo de interiorização das capitânicas. Neste processo, a figura das aldeias veio justamente aparar as singularidades das diferentes tribos, agrupando etnias diversas, reduzindo-as aos dogmas da fé católica e repudiando falares e costumes estranhos à sociedade colonial. O que tínhamos entre os séculos XVII e até meados do XVIII era o uso de uma língua geral tupi que foi se difundindo pela população do litoral e Agreste, sendo o português geralmente utilizado mais na escrita de documentos oficiais e no ensino de filhos de colonos, enquanto que aos índios eram repassado o tupi jesuítico. Com relação aos índios do Agreste, de etnia cariri e outros, acredita-se que houve um processo de contato com o tupi facilitado pelo contexto dos aldeamentos, o que ocasionou um apagamento de suas línguas originais.

Nas aldeias, apesar de haver recomendações oficiais para estas reunirem tribos da mesma etnia, o que ocorria na prática era uma grande mistura de identidades indígenas tratadas sob o mesmo rótulo e algumas ainda abrigavam não índios. Para Lindoso (2005), os aldeamentos seguiram distintos modelos que atendiam aos interesses do projeto de colonização da coroa. Basicamente, atendiam a três requisitos:

desapropriação das terras indígenas, redução das populações submetidas à escravidão ou à servidão, a conversão compulsória dos índios, que eram para esse fim comparados aos “infieis” e “gentios”. Subsidiariamente aparece o aproveitamento das aldeias catequéticas para postos de vigilância militar contra o irredentismo das tribos insubmissas e dos negros escravos (LINDOSO, 2005, p. 123).

Os aldeamentos foram adaptados, a partir de meados do século XVII, às contingências de um período de guerras contra os chamados tapuias dos sertões e também serviram como fortificações militares que concentraram soldados indígenas recrutados para a destruição de pontos de resistência de escravos, como o quilombo de Palmares⁵⁰. Este tipo de aldeamento foi chamado por Lindoso de aldeia-presídio, em que as aldeias eram um misto de feudo e quartel. Havia o trabalho compulsório, em regime de servidão ou escravidão feito por um

⁴⁷ Nimuendajú (1987b), localiza este grupo entre as cabeceiras do rio Ipanema e Capibaribe.

⁴⁸ De acordo com Silva (2003), em 1692, com a capitulação dos índios Janduí, os xucurus ou sucurus foram identificados como pertencentes à etnia Tarairiú, são considerados cariris. Habitavam a região dos rios Curimataú e Aracaji.

⁴⁹ Há ainda discussão na literatura sobre a etnia dos xucurus, se estes seriam descendentes ou não dos tarairiús.

⁵⁰ As diversas investidas sobre Palmares não foram suficientes, sendo necessário contar com o apoio dos terços paulistas comandados por Domingos Jorge Velho.

gentio, anteriormente “bárbaro”, que fora convertido à fé cristã. Posteriormente, alguns índios foram militarizados chegando até a receberem patentes e prêmios por lutarem ao lado da coroa portuguesa contra índios e negros rebeldes. Este modelo de aldeamento fixo, idealizado pelo padre Manuel da Nóbrega, foi ganhando espaço a partir de São Paulo, subindo para a Bahia pelo São Francisco, espalhando-se até a Amazônia.

Antes do aldeamento compulsório, o que se operavam pelos jesuítas eram missões volantes em que um ou dois missionários se dirigiam às aldeias indígenas para pregarem as sementes do cristianismo. Este tipo de conversão não se mostrou muito eficaz pois não foi suficiente para modificar os hábitos de uma vida social indígena totalmente alheia aos padrões culturais impostos pelos portugueses. Com o modelo de aldeamento compulsório é que se conseguiu implantar uma lógica que reduzia as terras indígenas a sesmarias, retirava-se do indígena a sua identidade tribal, reduzindo-o à condição de servo ou soldado. Aos que se rebelavam e não se enquadravam na lógica do sistema colonial restava-lhes a fuga ou os confrontos, e quando capturados, os índios rebeldes acabavam servindo de mão-de-obra escrava nas aldeias. Foram utilizadas estratégias diversas para fixarem os índios em aldeamentos; uma delas foi a preação, empregada pelos bandeirantes, que mantinha os índios militarizados numa condição intermediária de liberdade.

Couto (1981, p. 70) indicava a existência do pagamento de soldo anual aos índios para que estes não gozassem de plena liberdade, mas ao mesmo tempo não padecessem completamente do cativo. Na situação de aldeados, os cativos encontravam-se sob a vigilância da figura do “capitão dos índios”, que era geralmente um índio de confiança, e de um “capitão-mor dos índios”, um colono. A partir do governo de Mem de Sá, tornou-se obrigatório o aldeamento de modelo sedentário, e também foram criadas a figura do governador dos índios, o qual era responsável pela supervisão de todas as aldeias da capitania e as juntas de missões, que funcionavam como órgãos deliberativos os quais submetiam relatórios sobre os índios ao governador-geral e representantes do rei.

Pela mistura entre as diversas etnias, os aldeados eram chamados genericamente de caboclos ou cabocos (segundo Camara Cascudo). Esta designação é reflexo da descaracterização identitária pela qual os índios vinham sendo submetidos ao longo dos séculos XVII e XVIII. Ao falarmos em “caboclo”, também estaremos tratando dos filhos de portugueses com índios, mestiços, que, ao lado dos mulatos e cafuzos, representavam as primeiras gerações de cruzamentos interétnicos entre os diversos segmentos da sociedade colonial. Na conquista dos sertões, alguns destes mestiços, conhecedores da terra, tornaram-se

hábeis vaqueiros tangedores do gado que vagueavam pelas extensas sesmarias recebidas como doação pelos senhores de engenho.

A figura do vaqueiro, vinda de uma crescente classe de mestiços, foi a que sobressaiu após os extermínios de índios e com o aumento populacional da colônia, sendo eles os responsáveis por formarem os primeiros núcleos de povoamento mais distantes do litoral. Machado (2009), ao tratar da relação do vaqueiro com a terra, aponta para algumas plantas típicas da caatinga muito úteis para a sobrevivência dos rebanhos. Pela relevância dessas espécies, batizou-se muitos sítios com esses nomes.

Os restolhos do roçados de algodão, feijão, fava e milho também são usados na alimentação do gado, assim como o caroço de algodão ou ramos da catingueira, do mulungu, da jurema, do angico, que têm que ser podados pelo vaqueiro. Nos anos mais secos, alguns cactos como o mandacaru e o xique-xique precisam ser queimados antes de ser colocados para alimentar os animais. A macambira, além de ser queimada, deve ser ainda picada. (MACHADO, 2009).

No século XVII, processam-se em Pernambuco e também nas outras capitanias do Nordeste transformações identitárias e espaciais dos indígenas. Índios são batizados com nomes portugueses, surgem lideranças decorrentes dos embates entre holandeses e portugueses sobre o domínio da colônia, tais como: Pedro Poty e Antonio Paraupaba (aliados dos holandeses) e Filipe Camarão (fiel ao portugueses). No período de dominação holandesa, por exemplo, os batavos, através da Companhia das Índias Ocidentais, chegaram a levar índios para a Europa e fornecer-lhes educação, depois contratá-los como intérpretes, e ainda nomearam lideranças indígenas a fim de conferir-lhes um prestígio e, dessa forma, conquistar aliados.

Nas palavras de Barbosa (2007, p. 5) constitui-se uma “elite indígena guerreira que desenvolve papel fundamental no estabelecimento da estrutura colonial portuguesa assim como, sobre a desintegração de grupos nativos e seus espaços originais”. Barbosa ainda fala que muitas cartas eram trocadas entre lideranças indígenas da época, escritas em tupi, relatando as dificuldades que os indígenas passavam tanto sob a dominação de portugueses como dos holandeses e as esperanças de um futuro melhor para suas tribos. Temos já a essa época índios imersos no padrão cultural europeu, falantes do tupi, com preocupações políticas e poder de liderança sobre seu grupo. Foi fundamental para a pacificação das tribos que os líderes destas se convertessem ao cristianismo. Uma das lideranças que destacamos é Antonio Gonçalves, chefe dos índios carapotós, que:

sendo reduzido a fé pelo missionario frey Jozé de Bluerme capuchinho frances, com as suas persuçoens, e doutrina converteo todos os gentios da sua nação a ley

evangélica [...] Nomiado governador, e mestre de campo dos seus por hua patente, que depois confirmou elrey servio com tanta satisfação o estado, que soube mostrar-se não só acredor do premio, mas de estatuas. [sic] (COUTO, 1981, p. 453)

O documento refere-se aos fins do século XVII, quando os índios Carapotós ou Carapotás se estabeleceram na Serra do Comunati, na região dos atuais municípios de Águas Belas e Bom Conselho. Foram catequisados pelo Frei José de Blueme, da ordem dos capuchinhos, que os registrou como tapuias que falavam o tupi. É interessante este dado, pois revela que apesar deste grupo reunir características culturais dos tapuias, comunicavam-se na língua geral tupi na aldeia. Como dito anteriormente, a situação das aldeias era de imposição do tupi, o que provavelmente aconteceu com os carapotós, pertencentes à etnia cariri, mas que tiveram a sua língua preterida nas situações de contato no contexto do aldeamento ou mesmo nas relações com os colonos. Por habitarem a faixa de transição entre o Agreste e o litoral é provável que em um período precedente ao de aldeamento tenham havido intercâmbios entre carapotós e grupos tupis da costa como caetés, tabajaras e potiguares.

Situações como a de bilinguismo no século XVI são difíceis de se conjecturar em face das fontes se limitarem aos relatos dos viajantes. Porém, não podemos descartar que entre os tapuias do Agreste e os tupis do litoral houvesse uma língua de contato, tendo em vista que estamos falando de regiões fronteiriças. No entanto, cabe ressaltar que, até meados do século XVIII, era a língua geral tupi que predominava no Brasil, esta que influenciou diretamente na nomeação de grande parte dos lugares do país. Os resquícios de toponímia tapuia são escassos e encontramos-os à medida que adentramos no continente e mais nos afastamos da influência do tupi da costa. Os carapotós, assim como outras nações cariris e grupos não-tupis são etnônimos que ficaram registrados na toponímia brasileira. Sobre o etnônimo *carapotó*, este designa tanto a etnia como também o chefe dos carapotós; como relata o cronista holandês Herckmans, “KURUPOTO” é o nome do rei dos “caririwasys”. Relaciona-se ainda os carapotós com a formação de uma outra etnia do Agreste, a carnijó.

3.3.1 A Etnia Carnijó

Raro foi o fato dos índios carnijós, em Águas Belas, terem conseguido preservar a língua iatê no aldeamento de Ipanema. Este foi um aldeamento mais recente, formado a partir de fluxos de populações que habitavam a região entre a Serra do Comunaty e o rio Ipanema. O que se tem conhecimento é que houve a fusão de duas aldeias ali existentes em meados do

século XVIII, ambas de índios Carnijó⁵¹. Pereira da Costa aponta a existência de um aldeamento dos carnijós ou carijós em 1746, na vila de Penedo e outro na ribeira do Panema. No mesmo ano, Medeiros (1993, p. 336) cita uma representação da Câmara de Pernambuco que fala da rebeldia que levaram ao despovoamento e destruição de fazendas na ribeira do Panema, inclusive por índios Carnijó, Xocó e Paraquió.

Muitos autores têm sustentado que a etnia Carnijó provém da fusão de povos Carapotós e Xocós, no século XVIII, quando da fundação do aldeamento de Águas Belas. Porém, Quirino (2006) lembra que Melo (1929) em seus escritos classifica os carnijós como os últimos remanescentes dos índios cariris e que habitaram a região do Ararobá (Pesqueira) desde o século XVII, para depois migrarem para o Ipanema e Águas Belas. A autora defende que esses índios já habitavam o sertão no século XVII, sendo alvo de catequese, sedentarização e fusões étnicas. Desta forma, não é possível falarmos em etnias autóctones nem afirmamos que os carnijós de Águas Belas são os mesmos que vivenciaram a situação de aldeamento em 1684⁵², pelos oratorianos, nem quando da fundação da aldeia da Serra do Comunati no século XVIII.

Vemos que também há confusões com os nomes das tribos, em que um grupo as denominam de uma forma, enquanto para outros, elas possuem outros nomes. Como veremos adiante, os xucurus, que também foram chamados de sucurus, receberam o denominativo xocó quando migraram para o Ceará, ao norte, e para o sul (ribeira do São Francisco). Apesar de registrarmos que em uma grande porção do Agreste, na região do vale do Ipojuca, havia uma presença maciça de índios carapotós, não podemos ignorar a existência de outras etnias que concorriam para esta região.

3.3.2 A Presença dos Carapotós na Região do Vale do Ipojuca

Sobre a região Agreste, Barbalho (1971, p. 119) afirma que no ano de 1691 houve a concessão de uma grande sesmaria de 16 léguas aos capitães João Cavalcanti de Albuquerque, Cristóvão Pais Cavalcanti, Gaspar de Mendonça Bandeira João de Magalhães, Manuel de Magalhães, Amaro Gonçalves Barros, Domingos Barros e Manuel Alves de Azevedo. Este

⁵¹ Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. In Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 28. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1908. p. 421.

⁵² Por ordem de D. Pedro II, em 1684, o governador da capitania de Pernambuco ordenou aos oratorianos a administração das aldeias de Ararobá, Limoeiro, Carnijós e Palmar.

lugar era conhecido como Aldeia de Carapotós⁵³ que abrangia a região entre os rios Ipojuca (ao norte) e Sirinhaém (ao sul), o que hoje corresponde às áreas dos municípios de Sairé, Camocim de São Félix, São Joaquim do Monte, Barra de Guabiraba, Agrestina, Bonito, e porções mais ao sul dos municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá e Chã Grande. Lins (1993), em *História de Gravatá*, afirma que, antes do século XVII, os carapotós habitavam Gravatá, e que os “tapuia-cariri aqui [lá] semearam aldeias, que se foram adentrando na nordestadora dos sertões, à medida que os currais de gado avançam Agreste a fora.” e ainda diz que:

os carapotó, de nação cariri ou Kiriri, demoravam mais tempo em aldeamentos permanentes. Todavia o século XVIII não mais os encontrou no planalto, restando na zona a serra com o mesmo nome da nação guerreira e remotos vestígios arqueológicos em paredões e encostas de difícil acesso nas faixas de Cotunguba; Caatinga Vermelha, a o este, e São Severino dos Macacos, ao sul. (LINS, 1993, p. 45)

O autor, ao afirmar que no século XVIII já não havia mais índios carapotós no planalto da Borborema (região de Gravatá), coincide com a informação de Pereira da Costa de que em 1699 houve uma grande doação de sesmarias e em consequência pode ter ocorrido a expulsão dos últimos carapotós. Deve-se considerar que o final do século XVII é o período que os portugueses, após terem reestabelecido a colônia do domínio holandês, retomaram a conquista dos sertões. É neste contexto que os índios das aldeias mais próximas à costa foram arregimentados juntamente com pobres e mestiços para guerrearem contra os tapuias do sertão (Guerra dos Bárbaros). É provável que uma leva expressiva de carapotós tenha sido conduzida a partir da região Agreste como contingente militar ou então que estes índios fossem simplesmente expulsos para outras regiões. Sabe-se que, no período de 1681 a 1685, os carapotós vão se estabelecer na serra do Comunati, em Águas Belas. Dantas (2010) diz que Sanelva de Vasconcelos conseguiu traçar os deslocamentos dos carapotós da seguinte forma:

Através de uma análise documental um pouco mais ampla, Sanelva de Vasconcelos, historiador de Águas Belas, extrapolou essas conjecturas. Vasconcelos trabalhou com a mesma documentação apresentada até aqui, mostrando a ocupação dos Carapotós da serra por volta de 1681 e 1685, bem como o seu posterior deslocamento para as ribeiras do Serinhaém e do Ipojuca, e depois para a vila do Penedo. (DANTAS, 2010, p. 49)

A partir das informações de Sanelva, o último deslocamento dos carapotós partiu da região do Ipojuca para a Vila de Penedo. A tendência, a essa época, já era de empurrar os índios para as missões ao longo do rio São Francisco. Na Aldeia de Alagoa Comprida (vila de

⁵³ Costa (1951) também afirma que “entre os rios Serinhãem e Ipojuca houve um aldeamento de índios Carapotós, o qual já não existia em 1699, porquanto então, as terras da antiga aldeia, foram doadas por carta de sesmaria do governador da capitania a diversos indivíduos pra as povoar e cultivar” Costa (1951, v. 5, p.163)

Penedo) se concentrava uma só nação de carapotós ou carapatioz em 1709. Depois, há relatos de carapotós na aldeia de Porto Real do Colégio⁵⁴ (Alagoas), juntamente com outras tribos. O bacharel Manuel Lourenço Silveira (1864 apud LINDOSO, 2005, p.159), acredita que os carapotós da aldeia de Porto Real vieram do lado sergipano, juntamente com os Acunãs e relata apenas os xucurus como os índios migrados para a aldeia vindos de Pernambuco.

Barbalho (1982), com base nos relatos do cronista holandês Gaspar Barleus, parece-nos esclarecer um pouco melhor a respeito da ideia de aldeamento para os carapotós habitantes do Agreste e sertão Pernambuco no século XVII.

Alguns tapuias-cariris acompanhavam Nassau em sua viagem para a Holanda, inclusive quatro agrestino-sertanejos “da nação dos Carapotós e Vaipelas”, índios que pouco havia tinham invadido os recessos dos Palmares Grandes e exterminado (parcialmente) a malta de salteadores ali escondidos. [...] Os tapuias-cariris ainda constituíam o grosso das populações que habitavam terras do Agreste e do Sertão de Pernambuco. Descrevendo-lhes usos, costumes, índoles, etc., Barléu ensina que, ao tempo de Nassau, esses índios interioranos, mais chegados aos holandeses que aos lusitanos, vagueavam à maneira de nômades, pouco se detendo em aldeamentos fixos e mudando de morada conforme a quadra do ano e a facilidade de alimentação”. (BARBALHO, 1982, p. 154)

Ao que nos parece, os carapotós não se fixavam muito em aldeias, como inferiu Lins (1993), o que nos leva a crer que a região descrita como Aldeia de Carapotós entre o Ipojuca e o Serinhaém eram terras pelas quais os índios se fixavam sazonalmente. Há diversos pontos em que encontramos nos mapas da região o topônimo “carapotós”, que segundo Pereira da Costa, testemunham a presença desses índios na região.

É importante ressaltar que esta faixa, onde se encontrava a Aldeia de Carapotós, apresenta brejos de altitude com um índice pluviométrico entre os maiores do Agreste, o que significou uma zona de atração para os carapotós. Podemos afirmar que este fator também foi determinante na fundação da aldeia da Serra do Comunati, que oferece bom clima e elevada disponibilidade de água, bem como na sesmaria do Ororubá (Pesqueira).

3.3.3 Os Xucurus e Paratiós

Como já citado anteriormente, de meados para o final do século XVII, em razão da vitória dos portugueses sobre os holandeses, ocorreram doações de grandes porções de terra

⁵⁴ Em 1708, o governador de Pernambuco, Sebastião Castro Caldas, concede terras para os aldeamentos de São Brás e Porto Real do Colégio, em decorrência da exigência do alvará régio de 1700, o qual determinava que se desse a cada missão uma légua em quadra para a sustento de índios e missionários.

no Agreste, início do sertão de Pernambuco e parte de onde hoje é a Paraíba. Nessas terras habitavam tribos tapuias-cariris, que eram conhecidas por sua ferocidade, e também se encontrava a presença de assaltantes negros provindos de Palmares e de outros quilombos do Agreste. Isso se mostrou como primeiro empecilho ao povoamento do Agreste, pois os colonos enfrentaram, além dessas adversidades, os obstáculos naturais como a Serra das Ruças. Barbalho (1982, p. 19) fala que o Agreste de meados do século XVII parece “intocável”, ainda sem sofrer a ação do homem civilizado, o mesmo do início da colonização. As doações de sesmaria acontecerem mas sem a coroa garantir armas e munição, ficando a iniciativa de tomar posse das terras nas mãos de particulares.

Um dos grandes proprietários foi o sesmeiro João Fernandes Vieira, que recebeu em 1654 terras do sertão de Santo Antão, que não se sabe ao certo quais eram os seus limites, entre os rios Ipojuca e Paraíba e também no Ararobá⁵⁵ em 1666. Segundo Wilson (1980, p. 29), em 1698, a exploração das terras dos Viera de Melo no Ararobá se deu “excruciando e matando, entre outros gentios, os Xucurus e Paratiós”. Galvão (1927, v. 4, p. 186) fala dos paratiós como habitantes dos arredores das serras de Cimbres. No jornal *A Voz de Pesqueira* (04/07/1948, p. 3), o então vereador José de Almeida Maciel apresenta na justificativa de seu projeto que: os “Paratiós espalhavam-se pelos contrafortes da mesma [serra do Ororubá], isto é, pelas serras do Gavião, Jardim, Guerra, Barra da Onça etc.” Há notícias dos paratiós ou paraquiós como habitantes da Aldeia do Macaco em 1671, localizada nas nascentes do rio Ipanema, perto de Cimbres, que foram catequisados por um franciscano.

Segundo Silva (2008, p. 113) tem-se a última citação nominal dos paratiós feita em documento da Câmara de Cimbres de 1777. Nele, dizia os paratiós viverem em boa harmonia com os Jucurius (Xukurus), moradores da mesma vila⁵⁶. Silva (op. cit.) diz que após esse período não se fala mais dos paraquiós, trata-se genericamente dos “índios da vila de Cimbres”. Os paratiós tiveram, no período de 1692 a 1696, um papel fundamental na luta junto com os xucurus e outros povos na Confederação Cariri, chamada pelos portugueses de Guerra dos Bárbaros.

⁵⁵ A sesmaria do Ararobá, que será alvo nos séculos seguintes de disputas pela posse de terras e conflitos entre indígenas xucurus e colonos.

⁵⁶ A partir de 1757, com a criação do Diretório Pombalino, todos os antigos aldeamentos passaram à condição de vila, todas com senado de câmara, constituído este por índios e não-índios eleitos para o cargo de vereador. A partir do diretório ficava proibido o uso de outra língua que não fosse a portuguesa.

3.3.4 A Guerra dos Bárbaros e o papel da Sesmaria do Ororubá

O avanço da expansão sobre o sertão se deu por duas frentes: partindo do litoral e do sul para o norte. A reação não esperada pelos portugueses foi a organização de uma confederação de índios cariris, chamada na historiografia de guerra dos Bárbaros ou levante dos Tapuias. As causas dos conflitos não se reduziram a uma mera disputa por terras. No entanto, com a chegada das fazendas de gado, inicialmente houve uma relativa paz entre colonos e tapuias, pois aos índios interessavam as ferramentas fabricadas pelos vaqueiros. Os sesmeiros ou seus prepostos, sem recursos para adquirir escravos, recorreram à captura de índios para o trabalho compulsório, o que em algumas regiões foi alvo de revolta. Na região do Açu, à época do período de dominação holandesa, os janduís, conhecidos pela sua barbárie, formaram alianças com os batavos, representando temor aos vaqueiros. As informações de documentos mostram que índios teriam promovido a morte de colonos e atacado o gado em represália a uma ação violenta dos colonos.

De acordo com Medeiros (1993, p. 27), o estopim da guerra teria sido a morte do filho de um dos líderes tapuias, que culminou na degola de vaqueiros e apresamento de gado e de armas. A partir deste episódio, vários conflitos foram sendo desenrolados. Em 1687, um exército partindo de Pernambuco, com 3 mil homens liderados por Antonio de Albuquerque, não foi suficiente para pôr fim ao levante dos janduís. A nova estratégia foi um ataque em três frentes: a primeira comandada por Manoel Soares, com o auxílio de um batalhão de índios do terço de Camarão e de outro de negros liderado por Henriques; a segunda, comandada pelo bandeirante paulista Matias Cardoso; e a terceira, por Domingos Jorge Velho, que foi convocado para intervir na guerra antes da investida no quilombo dos Palmares. Os conflitos se prolongaram por décadas, alternando vitórias e derrotas entre colonos luso-brasileiros e índios tapuias.

Com relação ao território entre Pernambuco e Paraíba, Lindoso (2005) fala de uma possível não adesão ou defecção dos índios cariris-sucurus ao levante. Segundo o autor:

O fato enfraqueceu a frente de rebelião cariri na parte sul, isto é, no triângulo geográfico formado pelas serras do Jacará [Poção – PE] e do Jabitacá [região dos Cariris Velhos], pois esses índios se aliançaram à tropas de repressão enviadas pelo governo-geral, sendo levados para a fronteira do Rio Grande do Norte, onde guerream os Janduís sublevados que vinham atacando os currais estabelecidos desde a serra da Cupaoba até a do Cuité. (LINDOSO, 2005, p. 142)

Um outro episódio de destaque neste período ocorreu na atual região do município de Pesqueira. Em 1691, registrou-se a invasão da sesmaria do Ararobá por índios tapuias ohés-

ohés. O governador Marquês de Montebelo convocou os índios urumarus para combater os tapuias. À época, o Conselho Ultramarino avaliava como positiva a missão dos oratorianos no Ororobá, que desde a sua fundação nunca mais teve descida do gentio bravo, servindo como barreira de segurança. Em 1680, os oratorianos receberam de João Fernandes Vieira o sítio Sapoti, que ficava entre os rios Ipojuca e Tabocas, próximo à aldeia de Ararobá. Em 1692, houve registro de outra doação de terras no Ararobá feita por Bernardo Vieira de Melo. Havia uma boa política entre os sesmeiros e os monges na medida em que uns dependiam dos outros. A povoação e pacificação do gentio, por meio da catequese ajudava na manutenção da paz da região, ao mesmo tempo que liberava espaço para os currais de gado dos colonos.

Manter os índios aldeados, representou uma segurança na região do Capibaribe e alto Ipojuca, um feito que os oratorianos conseguiram, inclusive ao ter efetivo que defendesse a região de invasões de tribos não submetidas. Além do Ararobá, os oratorianos instalaram missões no Agreste (Limoeiro e Santo Antão) e fizeram algumas missões deambulatórias por engenhos, fazendo o trabalho de batismo e confessionário entre escravos. Os oratorianos não condenavam a escravidão africana, aliás, fizeram uso deles em suas fazendas no Ararobá, na construção da Igreja da Madre de Deus. Para Medeiros (1993, p. 100), a partir do início do século XVIII, houve um desinteresse da Congregação pelos currais, à medida que o patrimônio dos oratorianos foi investido em prédios urbanos no Recife⁵⁷. Como consequência, não houve mais a necessidade de se ter escravos, já que era uma mão-de-obra dispendiosa. A predileção dos padres pelo meio urbano foi concomitante ao desprezo pela missões permanentes. Estes preferiam realizar missões deambulatórias e fixar residência na casa da Madre de Deus, no Recife.

O início do século XVIII é marcado por um povoamento no interior com acentuadas disputas de terras entre os próprios sesmeiros. A situação das aldeias, levadas ao abandono, tornou-se mais crítica com as invasões dos portugueses e a destruição das plantações. Em meados do século XVIII, com a ascensão de Pombal, o estado português promove uma série de arrochos econômicos e reformas, dentre elas, a lei do Diretório dos Índios, que afetou diretamente a situação dos aldeamentos, especialmente os de ordem jesuíta.

(...) o pensamento do Diretório defendia a ordem ocidental com suas instituições (escola, igreja, cidade, comércio, entre outros) como instrumentos de civilidade, por cujos efeitos o indígena saíria da sua "barbaridade" para um degrau mais elevado na cultura colonial, tornando-se, portanto, um ser produtivo da sociedade. (GALINDO, 2011, p. 188)

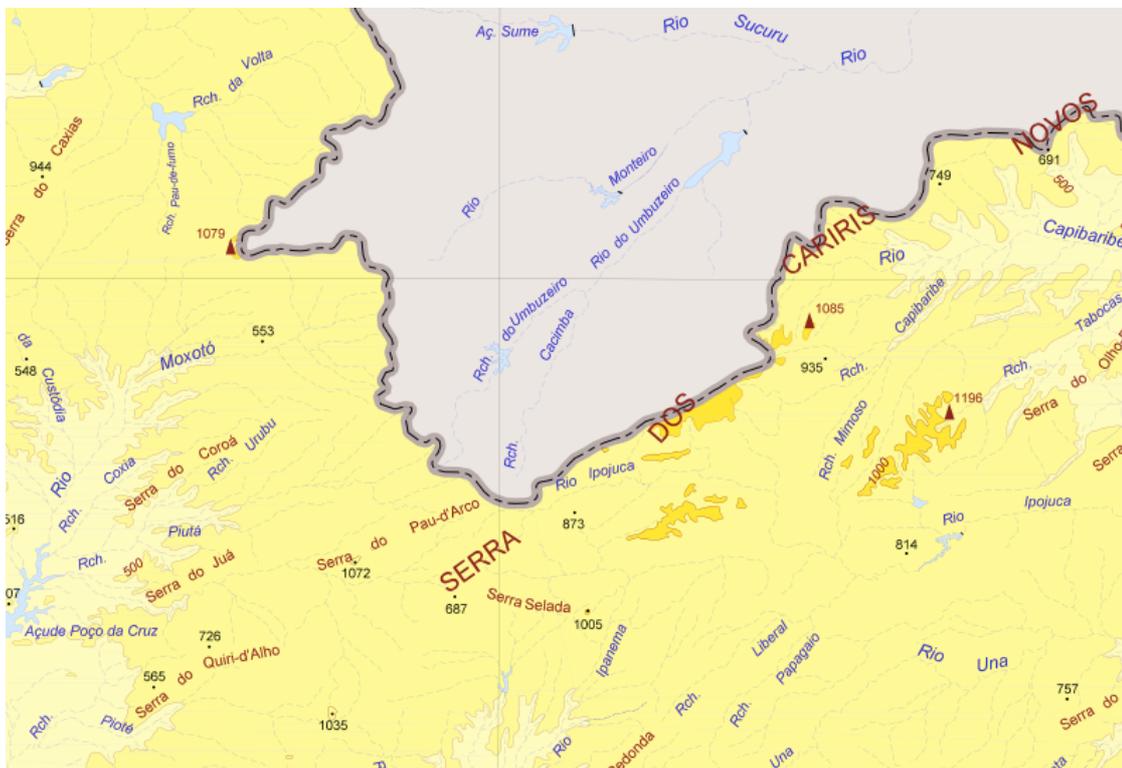
⁵⁷ O ciclo do gado vai até o século XVIII.

Um dos maiores aldeamentos de Pernambuco, o da Serra do Ararobá, sofreu com a imposição do diretório pombalino, ficando os seus habitantes ainda mais afastados de sua etnicidade para se adequarem ao modelo colonial português.

3.3.5 Os Índios do Ararobá

A região da Serra do Ararobá, em Pesqueira, agrupa até hoje índios de uma etnia que, não muito diferente do que ocorreu com os aldeados ao longo do São Francisco e no Sertão, passou por misturas étnicas com brancos e negros, constituindo uma identidade híbrida, o que fez Hohenthal (1952) classificá-los em seu relatório como “afro-índios”. Desde o estabelecimento dos xucurus na serra do Ororobá, não se tem certeza se estes compartilham de uma etnia tarairiú ou cariri, ou mesmo se houve uma expulsão dos índios ararobá. Silva (2003), com base em Medeiros Filho (1984), traça o histórico das tribos do Nordeste e aponta que, em 1718, índios xucurus encontravam-se aldeados na missão da Boa Vista, em Bananeiras (PB), sendo o núcleo da sua povoação a ribeira do rio Sucuru, afluente do Rio Paraíba, com nascente na serra dos Cariris Velhos.

Mapa 3 – Mapa da região limite entre Pernambuco e Paraíba – região de fluxo dos xucurus



Fonte: MAPA (2011)

É possível que estes índios tenham atingido Monteiro (PB) pelo rio de mesmo nome e São João do Cariri pelo riacho Jatobá. Estes fixaram-se, em Pernambuco, na região da Serra do Ararobá, atual município de Pesqueira, mas acredita-se que as suas terras se estendiam por uma área maior, abrangendo os municípios de Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Poção, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira e Arcoverde. Expandiram-se ao sul, segundo Dantas (1987), habitando o rio São Francisco em Porto da Folha, Pacatuba, Propriá e Neópolis, sendo já identificados como xocós. Em 1860, ao norte, os xucurus foram identificados também como xocós em Milagres (CE). Encontramos, atualmente, os índios xocós habitando a reserva de Porto Real do Colégio em Sergipe e há relatos da sua presença na aldeia de Pão de Açúcar (1749) e em Penedo (AL) em 1761. Em época mais recente (década de 1930), em Porto Real do Colégio, Estevão (1943) afirma que os Xocós dividiam espaço com os índios Natu e Carapotós, sendo estes últimos originários da Serra do Comunati. Em Palmeira dos Índios são conhecidos como Xucurus-Cariris.

Barbalho (1977), ao tentar remontar o povoamento da Serra do Ororubá, afirma que no local onde hoje é a Serra tinha como seus habitantes mais antigos os índios ararobás, os quais foram expulsos com a chegada dos xucurus. Com estes também se estabeleceram na serra os Paratiós, em período não definido. Os primeiros relatos da presença xucuru no Orarobá, segundo Hohenthal (1958, p. 99) datam em torno de 1599. A partir do ano de 1661, o governador Francisco de Brito Freire autoriza os padres oratorianos a percorrerem o Capibaribe e catequisar os temíveis tapuias-cariris, dentre estes os xucurus. Desta expedição resultou a fundação da missão de Limoeiro, e no ano de 1671, os oratorianos fundaram a missão de Ararobá. Na freguesia do Ararobá também foram fundadas a aldeia dos Carnijós, na ribeira do Panema e a aldeia dos Macacos dos índios paratiós.

Na tentativa de classificar a procedência étnica dos xucurus do Ararobá, discute-se se estes viriam dos tarairiús dos cariris. Lapenda (1962), em estudos prévios do que restou do dialeto xucuru, encontrou em pequena lista de palavras que foram contribuições do tupi (provavelmente trazido pelo português) e algumas palavras idênticas e outras semelhantes ao iatê⁵⁸. Urban (1998-1999) considerou que o xucuru se trata de uma língua isolada. As poucas palavras recolhidas e as frases artificialmente produzidas por Cicero Cavalcanti a Lapenda não possibilitaram uma classificação desta língua, já que não é possível recuperar a sua

⁵⁸ À semelhança do tupi e do iatê, a ordem das palavras no dialeto xucuru poderia servir pra exprimir conceitos de forma regressiva, diferentemente do cariri do Pe. Mamiani que estabelece uma relação progressiva. O exemplo que Lapenda nos dá é **kré-ká** (cabeça) + **agugo** (coberta, cobrir) = **kré-agúgo** (coberta da cabeça = chapéu).

morfologia e sintaxe. É provável que não pertença ao tronco linguístico tupi, mas por estas limitações não é possível classificá-la, mas sendo provável que pertença ao tronco Macro-Jê. Com relação à herança étnica dos xucurus, Santos faz referência ao trabalho de Borges (1993), o qual:

afirma que os únicos remanescentes Tarairiús do Nordeste são os Sucurus que vivem na serra do Ararobá, município de Pesqueira, no estado de Pernambuco. Mesmo assim, são remanescentes completamente aculturados. O autor é um dos poucos que aproxima os Tarairiús, via seus traços linguísticos, físicos e etnográficos no tronco linguístico Jê, da mesma forma que outros pesquisadores já enquadraram os Cariris no tronco Jê. Cariris e Tarairiús eram aparentados, pertencentes ao tronco linguístico-cultural Macro-Jê. (SANTOS, 2009, p. 252-253)

A pesquisa de Santos (2009) evidencia que encontramos muitas semelhanças entre as etnias tarairiús e cariris habitantes do Agreste e Sertão. Por serem povos de caráter seminômade, praticavam uma agricultura sazonal de acordo com as condições climáticas da região. Preferiam caçar pequenos animais como o mocó, o tatu, preá ao invés dos grandes animais ferozes. Tinham conhecimento de plantas que eram utilizadas na confecção de habitações, utensílios e algumas para consumo. Foi evidenciado o uso de cipós e cordas de taquara para a construção de armações, subir em árvores e na confecção de armas. Ainda o autor afirma que os cariris utilizavam o jequi, jerere, balaio e tarrafa para a pesca, enquanto os tarairiús utilizavam armadilhas como a arataca, o quixô e o laço. Pinto (1956) identificou entre os tapuia fulniô a utilização da fibra do Ouricuri e do caroá⁵⁹ na fabricação cordas, tapetes e cestos.

Em seus rituais, os cariris utilizavam máscaras, baforadas de fumo (promovia a cura dos enfermos) e a jurema sagrada. Os tarairiús tinham no pajé a figura de líder espiritual e curandeiro. A mesma figura está presente entre os xucurus. Enquanto os natimortos eram comidos pelos tarairiús, os cariris os enterravam em urnas chamadas igaçabas. MarcGrave (1942) relata muitos hábitos culturais dos tapuias (cariris e tarairiús). Podemos destacar que estes não usavam pratos de barro, mas sim cuyabas, cabaças obtidas através da planta cuité. Utilizavam também a taquara, espécie de bambu resistente na fabricação de setas. Muitas plantas medicinais como a quixaba (*Bumelia sertorum* Mart.) e a canela (*Cinnamomum zeylanicum* Breyn) foram utilizadas pelos tapuias. O papagaio e o sagui eram os animais de estimação que eles carregavam em suas andanças. Para a pesca, costumavam entorpecer os peixes com o cururu ape, raízes de magui, tinguy e folha de timbopotia. Cronistas como Morisot relatavam que os tapuias plantavam abóbora (conhecido jerimum), milho, amendoim,

⁵⁹ O caroá é uma bromélia utilizada na fabricação de redes, corda de arco e do puçá (rede de apanhar peixes). Já o caraguatá ou gravatá é uma bromélia maior com finalidade também de extração de fios.

mamão e banana, esta última trazida por europeus.⁶⁰ Andrade apud Santos (2009) afirma que os tapuias alimentavam-se do mel da abelha urucu (*Melipona scutellaris*) e de todas as imundícies da terra, como cobras e lagartos.

3.4 Interiorização e Povoamento do Agreste Pernambucano

Ao pensarmos nos elementos culturais dos grupos étnicos que serviram de motivação para a gênese dos topônimos, reiteramos que, para além da grande influência do léxico tupi e tapuia, devemos levar em conta o universo cultural trazido por algumas etnias africanas que vieram se miscigenar com índios e brancos.

O léxico regional do Nordeste se constituiu a partir da variedade de nomes indígenas, africanos e portugueses, falados por índios, colonos, escravos africanos e outros tantos mestiços como o vaqueiro. A figura do vaqueiro foi de fundamental importância na formação da sociedade agrestina e sertaneja, esta que teve suas origens a partir da expansão dos currais de gado rumo aos sertões. O processo de povoamento se deu nos finais do XVII e no século XVIII, após doações de grandes sesmarias a particulares da região do açúcar. Para administrar essas largas porções de terra, os sesmeiros, que tinham apenas alguma noção dos limites de suas propriedades, arrendaram-nas aos vaqueiros, que após quatro ou cinco anos de trabalho, recebiam um quarto das crias do gado referente ao seu trabalho e soldo em alimentos.

A atividade pecuária foi um atrativo para muitos mestiços que almejavam tornarem-se proprietários de gado. Os ofícios na zona do açúcar requeriam uma especialização e para se investir na atividade canavieira necessitava-se de muitos recursos com os quais a população pobre da costa não poderia arcar. O pastoreio do gado foi adentrando o Agreste e o Sertão por diversos caminhos, sempre buscando fazer pousos em lugares com disponibilidade de água. Ribeiro (1995) explica que:

No curso desse movimento de expansão, todo o sertão foi sendo ocupado e cortado por estradas abertas pela batida das boiadas. Estas marchavam de pouso em pouso, assentados todos eles nos locais de água permanente e de boa pastagem, capaz de propiciar a recuperação do rebanho. Muitos desses pousos se transformariam em vilas e cidades, célebres como feiras de gado, vindo de imensas regiões circundantes. (RIBEIRO, 1995, p. 344)

Dentre as primeiras estradas abertas de que temos notícia, foram os caminhos do Capibaribe e do Ipojuca as principais vias de acesso ao sertão, ambas saindo de Olinda e

⁶⁰ Mesmo praticando a agricultura, não podemos retirar a sua condição de nomadismo, já que a base era a caça e pesca e estas plantas possuíam um ciclo rápido de cultivo.

Recife. Sobre o caminho do Ipojuca, que já nos reportamos, alguns dos primeiros aglomerados humanos se formaram a partir dos locais de pouso para os vaqueiros e tropeiros; um destes foi a passagem do Caroá (atual município de Gravatá), local onde havia, de acordo com Lins (1993, p. 46), os currais de gado Casa Nova, Água Fria, Crauatá e Caatinga Vermelha. Ainda segundo Lins (op. cit.), estes currais passaram a ganhar o designativo único Gravatá, que derivava da forma Caraguatá, e a motivação que os vaqueiros encontraram para este nome teria sido a vastidão desta espécie de bromélia nos entremorros e serranias que cercavam as choças dos tropeiros e tangerinos.

Mesmo durante o século XVIII, a região permanecia pouco habitada, prestando mais ao pasto dos bois dos engenhos do sul e descanso de peões. Em 1773, o governador Manuel da Cunha Menezes enviara campanha de infantaria para fazer o policiamento da região, margeando o Rio Ipojuca, em razão dos constantes assaltos de escravos negros fugitivos aos currais. Além de saqueadores, o curral da Caatinga Vermelha serviu de refúgio para os conspiradores da Guerra dos Mascates, que se opunham ao governador. A região, por estar localizada entre montanhas e apresentar vegetação densa de cipós e plantas espinhosas, apresentou-se como de difícil acesso, sendo assim favorável ao esconderijo de escravos fugitivos. Não encontramos relatos da constituição de quilombos⁶¹ nesta área, mas ao que tudo indica, estes negros se miscigenaram com índios e brancos. Barbalho (1982, p. 167) afirma ter havido mocambos ao longo da ribeira do Ipojuca e para além das serras na parte setentrional do Agreste no Vale do Capibaribe e nas matas do Goitá. Ainda Barbalho (1982, p. 155), fala do extermínio do Mocambo do Mofumbo, local onde havia negros aquilombados que faziam ataques às fazendas de gado na ribeira do Goitá.

Apenas no início do século XIX irá surgir a fazenda de gado denominada Gravatá, de propriedade de José Justino Carreiro de Miranda. Ao redor daquela fazenda, pululavam pequenos sítios⁶² de subsistência com hortas, pomares e casas de farinha. Eram compostos principalmente por trabalhadores, segundo Lins (1993, p. 51), vindos dos engenhos de Escada e Cabo de Santo Agostinho, que no início de seu estabelecimento na região ainda recorriam à ajuda dos antigos patrões. Gravatá, por muito tempo, pertenceu a São José do Bezerros (atual Bezerros), esta que se formou também a partir de uma fazenda de gado em 1740. Acompanhando o traçado das boiadas pelo caminho do Ipojuca chegaremos a Caruaru. Já no

⁶¹ O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (Ki-lombo, aportuguesado Qui-lombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos Lunda, Ovimbundu, Mbundu, Kongo, Imbangala, etc... cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (MUNANGA, 2001, p. 21)

⁶² Sítios Pedra Branca, Contente, Jussará, Cumbe, Brejo Novo, Prianas, Canzenza, Mundo Novo, Capricho, Jucá, Mandacaru, Chã-Grande, Cotunguba, Limeira, Tapera Baité, Uruçu-Mirim.

ano de 1681 registra-se uma doação de sesmaria a família dos Rodrigues de Sá, requisitada após viagem feita por três membros da família em reconhecimento às terras do Agreste. Os Rodrigues, por volta de 1700, fundam os sítios da Posse, Juriti e Caruru ou Coruru. A ausência de documentos não nos permite precisar a localização exata destes sítios.

A história aponta que Simão Rodrigues de Sá, um dos 10 co-sesmeiros, fixa residência na Fazenda Caruru no final do século XVII. Ferreira (2001) fala que o crescimento populacional de Caruru como arruado pode estar ligado à função que a fazenda desempenhava de receber os tropeiros e viajantes, fornecendo alimento e dormida. Uma outra hipótese levantada pelo autor é a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição em 1781. Em 1788, foi solicitado pelo administrador da fazenda um pároco para residência fixa em Caruaru, para não depender de um clérigo vindo de Bezerros devido às dificuldades que eram os deslocamentos entre estas localidades.

Vários historiadores reconhecem a importância da fundação da capela de N. Sra. da Conceição em 1782 para a formação do povoado de Caruaru. Por ser a única igreja da região, além da paróquia de Bezerros, aglutinava fiéis de várias localidades próximas. Não só a atividade religiosa foi fomentada, bem como no dia da missa também era organizada uma feira para o comércio de produtos agropecuários produzidos pelos moradores da região e também eram trazidos tecidos, apetrechos, chapéus e vestimentas por mascates. Essa foi a gênese da feira de Caruaru. No mapa abaixo, estão reproduzidas as rotas das boiadas no Nordeste brasileiro no século XIX. Em Pernambuco, os principais caminhos partiam da praça de Recife, pelo Capibaribe e pelo Ipojuca, convergindo para Pesqueira. No mapa, o trecho de Recife a Pesqueira acompanhando o Ipojuca coincide com o caminho aberto por Azeredo Coutinho.

Mapa 4 – Rotas do gado no Nordeste



Fonte: MAIA, D. S. A Feira de gado na cidade: encontros, conversas e negócios. Revista Formação (online) do Programa de Pós-Graduação em geografia da FCT/UNESP, n.14, vol.1 – p.12-30, 2007. (adaptado)

No século XVIII, nos limites das terras da sesmaria dos Rodrigues de Sá, encontrava-se o sítio da Volta, o que hoje corresponderia a São Caitano. A formação do povoado, no entanto, só se dará no século XIX, em 1838, quando da vinda de José Pedro de Pontes de Bezerros e a construção da igreja em devoção a São Caetano. Em 1844 é criado o distrito com o nome de São Caetano da Raposa. Em 1928 é simplificado para São Caetano, sendo a grafia alterada para São Caitano em 1944. Mais uma vez temos uma situação de povoamento motivada pela religião. Indo rumo à Pesqueira, encontramos ainda os municípios de Tacaimbó, Belo Jardim e Sanharó.

A origem do povoado de Tacaimbó se explica pelo seu primeiro nome *Curralinho*, em razão da presença de currais de gado na região. Após a construção da estrada de ferro da *Great Western* em 1896, resolveram homenagear o engenheiro responsável pela obra, o mineiro Antônio Olinto. Em 1945, por constatar haver uma duplicidade de nomes entre o município de pernambuco e o mineiro, preservou-se o Antônio Olinto (MG) e, por sugestão de Mario Melo, o topônimo pernambucano foi trocado para Tacaimbó⁶³, em homenagem aos índios tacaimbó que habitavam a Fazenda Itacaité. Em 1854, o povoado onde hoje é o município de Belo Jardim era conhecido como Capim e conta-se que, a partir de 1881, o missionário capuchinho Frei Cassiano de Camachio resolve designar a localidade com o nome de Belo Jardim. Vê-se que a partir da sugestão de um habitante um nome pode ganhar a aceitação popular.

O caso do nome *Sanharó* explica-se popularmente pela existência de uma árvore com uma colmeia de abelhas sanharó, muito zangadas. Conta-se que os viajantes, depois de percorrerem longos caminhos, desejavam descansar ao pé de uma árvore, que ficou como marco para o surgimento de Sanharó. A formação do povoado se dá no final do século XVIII quando foi concedida a José Vieira de Melo a sesmaria do Ararobá. As terras de Sanharó, por muitos anos, fizeram parte de Pesqueira, acontecendo a emancipação municipal apenas no ano de 1948. A história do município está intimamente relacionada com a fazenda Jenipapo, onde foi o primeiro núcleo populacional, e que atualmente é denominada de vila de Jenipapo. A vila, que surgiu também no final do século XVIII, foi morada da família aristocrática pernambucana dos Souza Leão que possuía em sua propriedade uma senzala com escravos negros trazidos pelo capitão-mor Antonio dos Santos Coelho da Silva. De acordo com Wilson (1980, p. 111), em seu inventário, como consta no Segundo Cartório de Pesqueira, Antonio

⁶³ Abordaremos no capítulo seguinte o significado de Tacaimbó.

deixara 516 escravos, dentre homens, mulheres e crianças. Este dado vem em oposição à Prado Jr (2000), de que a sociedade do gado do Agreste e sertão foi livre das amarras da mão-de-obra escrava africana. Devemos lembrar que, além do gado, o Nordeste vivenciou o auge do ciclo do algodão, e tendo o Marquês de Pombal substituído o trabalho dos indígenas nas lavouras de algodão pelos escravos, esta atividade que se consolidou com a mão-de-obra africana. Pesquisas em andamento, como a de Versiani e Vergolino (2003), confirmam a hipótese do escravismo ter se estendido para o sertão, o que nos mostra que a fazenda Jenipapo não se constituiu como uma ilha de exceção.

3.5 Pontos de Presença Africana no Agreste

O Agreste, de fato, não foi isento da presença de africanos, desde as primeiras fugas da zona canavieira no século XVI. Segundo relatos de vários cronistas, os escravos faziam saques às fazendas e refugiavam-se da opressão da zona do açúcar em pequenos mocambos, chegando a formar quilombos⁶⁴. A perseguição e desmantelo desses quilombos foi alvo da política da coroa que os via como uma ameaça à segurança e prejuízo aos senhores de engenho. Andrade (2001, p. 80) aponta que os quilombos eram construções simples com folhas e galhos de árvores que poderiam ser facilmente destruídas e construídas em outros pontos do território em função das perseguições dos colonizadores. Ainda para Andrade, os quilombolas procuravam se refugiar em partes mais altas que dificultassem o acesso, e utilizavam materiais da floresta na construção de armadilhas para defesa contra ataques inimigos. Porém, esses refugiados não estavam totalmente isolados da sociedade colonial. Meneses (2010) informa que muitos quilombolas

comerciavam com fazendas e vilas ou zonas urbanas próximas aos quilombos. Trocavam seus produtos agrícolas e manufatureiros por outros artigos e informações. Através desses contatos – entre os barqueiros que faziam a travessia de rios e lagos e os próprios donos de senzalas – os quilombolas obtinham informações sobre as armadas que se organizavam para destruí-los, (MENESES, 2010, p. 39)

No Agreste pernambuco, segundo Arcanjo (2008, p. 70), a sesmaria de Ararobá permaneceu improdutiva por vários anos em virtude dos constantes ataques dos quilombolas, sendo retomadas as terras pelo capitão André Arcoverde, que fundou a fazenda da Barra (atual povoado de Ipanema, em Pesqueira). Como a estrutura da fazenda era de casa-grande e

⁶⁴ “O movimento negro prefere utilizar, no momento atual, a denominação *comunidades negras rurais*. Pois, tem uma significação muito abrangente, podendo ser empregada para indicar qualquer situação social em que os agentes a ela referidos se auto-representassem como “pretos” e/ou descendentes de escravos africanos que vivessem em meio urbano ou rural.” (SANTOS, 2009, p. 158)

senzala, acredita-se que também se utilizava do trabalho escravo. Desta forma, podemos inferir a existência de comunidades quilombolas ao longo do período colonial espalhadas pelo Agreste, oriundas de escravos fugidos tanto da zona canavieira como de algumas propriedades da própria região que utilizavam a mão-de-obra escrava, a exemplo da fazenda Jenipapo.

Um trabalho etimológico com africanismos é uma tarefa complexa em vista de algumas imprecisões etimológicas e a confusão que se dá com alguns nomes indígenas. Nas discussões acerca do topônimo Caruaru, dentre as hipóteses, uma delas diz tratar de um africanismo **Kalulu**, que significaria o nome de uma planta, espécie de breço que era dada ao gado. Não se sabe ao certo de qual planta se tratava⁶⁵ e se o nome é de origem indígena ou africana. Para Barbalho (1982), havia no século XVII uma aldeia de escravos, o quilombo do Kalulu, que após a chegada dos portugueses, passou a ser chamada Caruru⁶⁶. Este local seria a atual localização da cidade de Caruaru e ao seu redor surgiram povoados como o de Lajeiro Preto e Brejo da Mulata.

Barbalho (1982, p. 269) cita que, de acordo com documentação cartorária, o sítio Brejo da Mulata foi organizado pelo capitão Antonio Vieira de Melo e vendido a Francisco Pereira Xavier, e diz que este sítio foi dos antigos quilombolas que fizeram incursões pela ribeira do médio Ipojuca. Barbalho (1982, p. 227-228) ainda fala que o ano de 1796 foi de muita prosperidade para o povoado do Caruru “onde até os africanos escravizados se mostravam alegres, já que, com a fartura existente em todos os lares, eles também se alimentavam melhor e desfrutavam de um pouco mais de folga”. O autor diz serem os angolezes do Caruru os responsáveis pela fabricação de instrumentos musicais como os pandeiros, o malungo, o cangá⁶⁷ utilizados nas cantorias e danças realizadas nas ruas dos Pretos e Angolinha. É provável que aí estejam as raízes das tradições musicais como o forró e os cocos-de-umbigada.

No final do século XVIII temos em Pernambuco o auge da produção algodoeira. O surto do algodão foi ocupando as terras do Agreste e sertão.

Assim, o algodão foi se espalhando por Pernambuco, em Quipapá, Canhotinho, Corrente, Bom Conselho, em terras ribeirinhas do Rio São Francisco, penetrando até o alto sertão. No centro norte estabeleceu-se em Flores, Triunfo, Ingazeira, Alagoa de Baixo, Pesqueira, Poções, Brejo. Menos distante do Recife, Limoeiro, Bom Jardim, Timbaúba, Glória de Goitá, Vitória, Nazaré. Mais distante, Caruarú, Gravatá, Bezerros (com exceção das zonas montanhosas), (R. JUNIOR, 1981, p. 237)

⁶⁵ O caruru, em Pernambuco, é conhecido como breço, plantas do gênero *Amaranthus*. O breço de coco é um prato típico da culinária pernambucana. Piso, que viveu em Pernambuco de 1638-1644, diz que caruru é de origem indígena.

⁶⁶ É preciso ainda confrontar esta informação com outras fontes históricas, além de Nelson Barbalho.

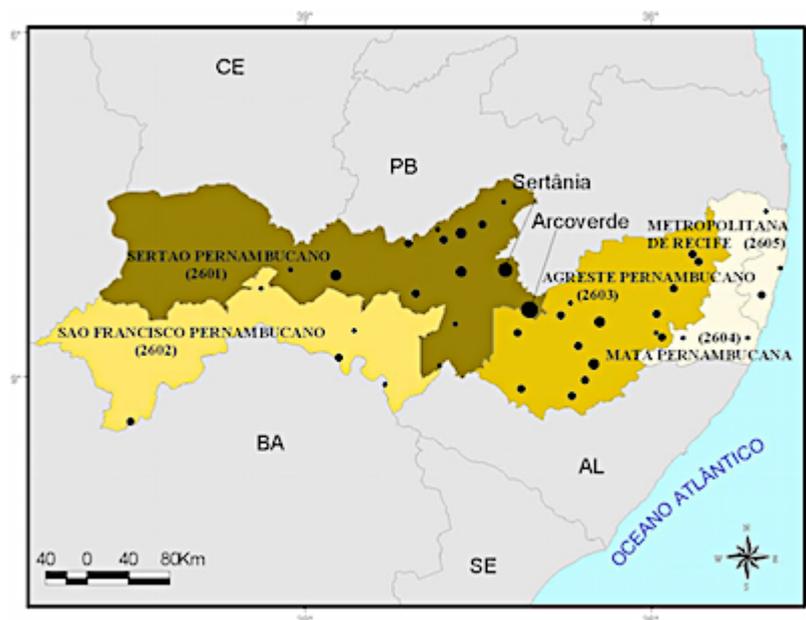
⁶⁷ Barbalho (1982, p. 228) ainda afirma que o pífano se assemelha aos cangás e os bombos aos atabaques.

Entre os finais do XVIII e início do XIX, a produção de algodão vai se concentrar nas grandes propriedades. Tollenare *apud* R. Junior (1981, p.238) cita que para cada produtor havia em média entre 50 e 300 escravos. Koster (1942, p. 238) *apud* R. Junior (1981, p.238) afirma que estes escravos poderiam alcançar a alforria comprando a liberdade, pois era permitido produzir um pouco de algodão nas terras reservadas para a sua subsistência. O que vemos, após um século da diáspora palmarina, é o emprego da mão-de-obra africana concentrada na atividade algodeira em quase todo o Agreste. O mercado do algodão transferiu um contingente de escravos dos engenhos para latifúndios do Agreste, e com isso, a população negra ainda se via nas amarras do trabalho escravo e presa a uma regime misto de escravidão e servilismo.

Acreditamos que as atuais comunidades negras do Agreste, das quais atualmente encontramos remanescentes, tenham uma origem mais recente, a partir do final do século XIX, relacionadas com o contexto pós-abolição e do início do século XX; situação análoga ao que se deu entre as freguesias de Recife, Paulista e Paratibe, com o quilombo do Catucá, descrito por Carvalho (1991). O autor ainda ressalta que nos anos 20 e 30 do século XIX, com o colapso do algodão e a Cabanada, houve um intenso fluxo migratório entre as áreas rurais próximas ao Recife, o que provocou um crescimento vegetativo da população recifense. A situação dos negros pós-abolição resultou em uma dificuldade de inserção desta parcela da sociedade no mercado de trabalho, principalmente nas cidades. Houve assim, rumo ao interior, migrações de africanos para regiões mais isoladas do Agreste e principalmente para o Sertão.

Em trabalho de Cintra (1988), sobre a comunidade do Serrote do Gado Brabo, em São Bento do Una, identificou-se um núcleo quilombola formado a partir de cinco famílias de escravos após a abolição, que passaram a desenvolver a atividade agrícola como forma de sobrevivência e também realizavam a venda de seus produtos expostos em jiraus de pau na estrada para Garanhuns. Muitas comunidades quilombolas se espalharam pelo Agreste formadas por homens livres que negavam a sua condição pretérita de escravo ou de descendente de escravo, pois temiam perder a posse das suas terras por algum sesmeiro ou proprietário que desejasse reavê-las. As localidades destes quilombos, geralmente, não eram as melhores porções de terra do Agreste, sofrendo seus moradores muitas vezes pelas péssimas condições de moradia, higiene, acesso à água e assistência social.

Mapa 5 – Comunidades e territórios quilombolas auto-identificados em Pernambuco



Fonte: Adaptado de LEMTO/UFF (2006)

No mapa acima, os círculos representam municípios que concentram comunidades quilombolas, destacando-se Arcoverde e Sertânia com um total de 11 comunidades. Ferreira (2001) cita alguns lugares do Agreste pernambucano que atualmente podemos identificar como núcleos com concentração de negros, o que provavelmente indicaria a presença de remanescentes de escravos: o Brejo da Mulata, localizado ao sul de Caruaru, parece ser uma exceção, sendo um lugar com abundância de fontes de água mineral, onde os moradores já não recuperam a sua origem; sítio Zamba, próximo ao povoado de Lages (Caruaru); Barro dos Pretos (na divisa de São Caetano); Sítio Carapotós, que mesmo o nome indicando a presença de índios naquela localidade no século XVII, representou, posteriormente, concentração de africanos; Povoado de Serra Verde (identificado pelo IBGE⁶⁸ como Zamba); Xambá (Riacho da Almas) território que já pertenceu a Caruaru, onde trabalhavam muitos negros nos fornos de cal; Mondé dos Negros (entre Bezerros e Camocim de São Félix). Além dessas localidades citadas por Ferreira (2001), destacamos na nossa área de pesquisa, as comunidades de Negros do Osso (Pesqueira) e Guaribas (Bezerros). Em nossa pesquisa de campo, encontramos em Pesqueira também a comunidade do Quinze, que é provavelmente composta por descendentes de escravos em razão das características de isolamento, dificuldade de comunicação de alguns moradores e traços étnicos característicos de quilombolas.

A toponímia pode nos ajudar a evidenciar outros núcleos de descendentes de

⁶⁸ Mapas municipais estatísticos do IBGE (ano 2010).

africanos, porém se compararmos a quantidade de ocorrências de nomes africanos na toponímia atual em relação aos indígenas e portugueses, vemos ainda que eles representam um percentual bem menor, o que já representa uma dificuldade inicial, além de que as comunidades mais recentes já possuem nomes brasileiros. Ademais, temos que os nomes africanos acabaram se restringindo a núcleos populacionais menores, às margens dos principais núcleos urbanos. É raro encontrarmos núcleos populacionais expressivos como cidades e distritos com nomes africanos. Uma provável explicação para este quadro pode estar na valoração social que tiveram os nomes portugueses em detrimento dos indígenas e africanos, em grande parte, devido ao contínuo apagamento identitário no processo de avanço da expansão do gado e povoamento da região.

Se, de fato, for nome africano, Caruaru pode figurar como um dos poucos nomes africanos para denominar um município importante. Encontramos grandes lacunas com relação à história das pequenas comunidades, que ao longo dos séculos tiveram a sua existência relegada a segundo plano, se pensarmos na predileção de historiadores e intelectuais em evidenciar a origem dos nomes dos municípios. Estudos de toponímia mais localizados têm se dado nas últimas décadas, o que tem sido muito produtivo na tentativa de recuperar a história de comunidades que ainda resta na memória de moradores mais antigos, quando isto ainda é possível.

Nas pesquisas em toponímia verificamos que o nome de uma localidade vai sendo passado entre gerações e ganha uso sem os seus habitantes questionarem muitas vezes o porquê daquela designação. A perda da motivação dos nomes resulta em um esvaziamento semântico, muitas vezes pela própria comunidade por não recontarem a história de seus antepassados para as novas gerações. Os nomes também vão sendo simplesmente repassados na compra e venda de pequenas propriedades, sem o comprador se importar com o sentido daquele nome para as próximas gerações.

No capítulo seguinte iremos discutir a importância do tupi, principalmente durante o período colonial, que legou uma variedade de nomes que ainda hoje figura em nosso inventário lexical. Em seguida, passaremos à análise dos topônimos encontrados em nosso *corpus* de acordo com os procedimentos metodológicos de Dick, seguido de uma análise morfofonológica das adaptações que estes nomes africanos e indígenas sofreram na passagem para o português.

4 ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS DO VALE DO IPOJUCA

4.1 O Tupi e as Línguas Gerais

A história tem nos informado que os primeiros exploradores ao aportarem nas terras brasileiras se depararam ao longo da costa com índios que compartilhavam traços culturais e linguísticos em comum. Esta característica foi logo percebida pelos missionários das ordens religiosas portuguesas que vieram para catequizar estes povos. Os primeiros monges a exercerem a catequese foram os franciscanos, os quais estabeleceram missões volantes e, segundo Glauce Burity⁶⁹, até o ano de 1549, fizeram-se presentes como a única ordem religiosa em terras brasileiras. Após desentendimentos com colonos e constantes reclamações, em 1619 foram suspensas suas atividades de conversão indígena, retornando ao trabalho catequético em 1705 no cariri paraibano. Rupert (1981) nos fala da dificuldade de alguns franciscanos em aprender a língua dos indígenas e que havia poucos que se dedicavam à catequese.

Não lhes faltaram insignes catequizadores. Se de um lado é justo recordar-lhes os méritos, não há ofensa em apontar as deficiências. A autorização para as ordens estava condicionada a aceitar a catequizaçã dos índios. Os franciscanos, não há que negar, muito fizeram nesse campo. Todavia, não é menos verdade que, dado o grande número de religiosos, espalhados nos seus muitos conventos, poucos foram relativamente os que se dedicaram à evangelizaçã dos gentios. Alguns apesar de exemplares e zelosos, pouco fruto fizeram por ignorarem ou aprenderem sofrivelmente a língua indígena. (RUPERT, 1981, p. 131).

Diferentemente destes, os jesuítas que chegaram em 1549 estabeleceram um contato intenso com os índios buscando aprender a sua língua, primeiramente, para a partir de então desenvolver seus métodos de catequese. Ao longo da costa, os jesuítas identificaram os índios, em sua maioria, como falantes do tupinambá. O que poderíamos encontrar, de fato, seriam apenas variações dialetais entre os diversos grupos étnicos, o que não comprometeria a comunicação intertribal. O tupinambá é a língua que, a partir do século XIX, irá ganhar a denominaçã de tupi, também conhecida como a língua mais falada na costa, expressã

⁶⁹ BURITY, Glauce Maria Navarro. A presença dos Franciscanos na Paraíba. através do Convento de Santo Antônio. Rio de Janeiro: Bloch, 1988, p. 25.

cunhada na gramática de José de Anchieta. Foi uma das línguas pertencentes à família tupi-guarani, documentada pelos jesuítas e teve muitas de suas palavras registradas em relatos de viajantes. Juntamente com ela, sabe-se da existência de outras línguas da família tupi-guarani extintas na costa do Brasil como o tupiniquim (ES e BH), um grupo étnico com 820 pessoas, que hoje fala português, segundo Dietrich (2010). Outra língua não documentada, e também extinta, foi o potiguara, na Paraíba, com atuais 13 mil pessoas falantes do português (Dietrich, op. cit.). O tupinambá irá adentrar o interior do país servindo de base para as línguas gerais amazônica (nheengatu, introduzido na Amazônia no século XVII) e paulista⁷⁰ (língua dos bandeirantes). A partir do século XVII, os jesuítas adotaram o termo língua do Brasil ou brasílica em suas publicações para se referir ao tupinambá.

O conhecimento gramatical que temos hoje do tupi se deve às sintetizações do tupinambá feitas pelos padres Anchieta e Figueira em suas gramáticas. Rodrigues (2010, p. 27) explica que Anchieta escreveu a primeira versão de sua gramática antes de 1560, quando em contato com os índios tupis de São Vicente, mas a obra sofreu revisões e foi adaptada às características da língua falada do Rio de Janeiro para o norte, sendo completada na Bahia⁷¹ ou no Espírito Santo. Para Anchieta, tantos os tupinambás do Rio de Janeiro e recôncavo baiano, como os tupiniquins do Espírito Santo e sul da Bahia, os caetés da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco e os potiguares da Paraíba e Rio Grande do Norte falavam a mesma língua. No entanto, Rodrigues (2010) aponta que Anchieta considera diferenças entre o tupi de São Vicente e o tupinambá falado na costa como a ausência em tupi do prefixo *i-* após o prefixo de sujeito em verbos transitivos iniciados por *m* (tupinambá *a-i-mojeb'yr*, tupi *a-0-mojeb'y*, “eu o fiz voltar”). De fato, há poucas diferenças entre essas duas variedades que são muito próximas. Mas mesmo o próprio tupinambá falado ao longo da costa irá apresentar diferenças no nível lexical entre as regiões. Um certo vocábulo poderá ganhar um determinado sentido mais restrito em uma dada região, enquanto para outras localidades aquela palavra não será tão conhecida. Como exemplo, Dietrich e Noll (2010, p. 89) cita *umbu*, como uma fruta do Norte e Nordeste do Brasil, menos conhecida no Rio de Janeiro.

A gramática de Anchieta publicada em 1595 representou uma simplificação do tupinambá original e reproduziu uma visão de gramática latina ao enquadrar os elementos linguísticos em categorias gramaticais tradicionais. Apesar da descrição da língua da costa ter sido feita por padres, especialistas como Rodrigues (1986, p. 99-109) afirmam que o tupi

⁷⁰ Com relação à língua geral paulista, podemos considerá-la como de base tupi, já que o tupi falado pelos paulistas apresenta algumas variações entre o tupinambá da costa.

⁷¹ Rodrigues (1997: 374) fala da descrição da pronúncia da costa nordestina feita por Anchieta.

descrito por Anchieta teve de ser o mais fiel possível, pois em outro caso a fala dos missionários soaria ridícula aos ouvidos dos indígenas. A partir de situações de contato entre índios e colonos irão surgir línguas gerais de base tupinambá.

O termo *língua geral* comumente se refere à língua falada no século XVII, até meados do XVIII, e teria sido resultante da influência da língua portuguesa sobre o tupinambá, o que ocasionou a perda de elementos fonológicos e gramaticais da língua original, como vogal central /i/ (Dietrich e Noll, 2010, p. 84). Ainda para os autores, esta não se trata de uma língua crioula porque, além de conservar o léxico, manteve as estruturas morfossintáticas fundamentais do tupi. Naro e Scherre (1993) compreendem a língua geral como um *pidgin* ou *koiné* simplificado de origem tupi. Dietrich e Noll (2010, p. 81) alerta para o erro que há na compreensão de alguns autores como Silva Neto (1986)⁷² ao utilizar o termo língua geral equivalente ao tupi ou como construto dos jesuítas.

A língua geral predominou no território nacional vindo a ser proibida com o diretório pombalino em meados do século XVIII, quando foi imposto o ensino da língua portuguesa. As duas principais línguas gerais que temos conhecimento, apesar de pouco documentadas, são a Língua Geral Paulista (LGP) e a Língua Geral Amazônica (LGA). A LGP, que conviveu ao lado da língua portuguesa, teve sua difusão a partir do planalto de Piratininga. Segundo Rodrigues (2010, p. 37), lá, os mestiços cresceram utilizando o tupi modificado por influência da língua portuguesa, e foram difundindo a língua em suas expedições por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Os bandeirantes, assim, batizaram muitos dos locais que foram desbravando com nomes tupis e portugueses. Muitos topônimos tupis encontrados nestas regiões devem-se aos bandeirantes, já que não haviam índios tupi-guaranis nas trilhas das bandeiras. A língua geral paulista ao adentrar por estes novos territórios também entrou em contato com outras línguas não-tupis como o bororó, kaingang e a panará.

A situação da LGA também foi de contatos com línguas de outras famílias. Rodrigues (op. cit.) ressalta que, apesar disso, ambas as línguas mantiveram a maior parte do léxico original tupi-guarani bem como as principais características morfossintáticas. Rodrigues (1986), ao falar da dimensão que a língua geral tomou no Brasil, esclarece que:

Foi nas áreas mais afastadas do centro administrativo da Colônia (que era a Bahia) que se intensificou e generalizou o uso da língua brasílica como língua comum entre os portugueses e seus descendentes – predominantemente mestiços – e escravos (inclusive africanos), os índios tupinambá e outros índios incorporados às missões,

⁷² SILVA NETO, Serafim da (1986). Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Presença.

às fazendas e às tropas: em resumo toda a população, não importa qual sua origem, que passou a integrar o sistema colonial (RODRIGUES, 1986, p. 101)

Na costa leste e nordeste do Brasil, Rodrigues (2010) esclarece que, embora tenha havido falantes bilíngues em tupinambá e português, não houve condições favoráveis para o desenvolvimento de uma língua geral e elenca quatro fatores atenuantes:

a) as grandes epidemias de doenças europeias, que em pouco tempo mataram dezenas de milhares de índios; b) as guerras de extermínio promovidas pelos portugueses contra os caetés, os tupinambás da Bahia e os tupinambás do Rio de Janeiro, mas também contra os tupiniquins do sul da Bahia e do Espírito Santo, assim como, no século XVII, contra os potiguaras de Pernambuco e da Paraíba; c) o apresamento e a submissão de milhares de indígenas para o trabalho forçado nos engenhos de açúcar e outras propriedades dos portugueses; d) a migração de grandes contingentes de índios tupinambás para o interior, deslocando-se para a bacia amazônica, para escapar ao terror implantada pelos governadores da Bahia e de Pernambuco; e) o estímulo à vinda de casais portugueses já formados e à importação de órfãos de Portugal para casar com colonos no Brasil. (RODRIGUES, 2010. p. 43-4)

Para a formação de uma língua geral é esperado que tenha ocorrido um processo de transmissão linguística regular, sendo os falantes desta nova língua filhos de índias com portugueses. De acordo com as explicações acima, as conjunturas em Pernambuco e Bahia se mostraram desfavoráveis a esse processo. Uma grande dizimação de índios atrelada a outros fatores como epidemias e migrações repeliram os nativos dos centros administrativos da colônia. Ademais, a vinda de casais portugueses e de órfãos para casarem com colonos também não propiciou uma mestiçagem no grau que ocorreu em São Paulo. Para Rodrigues (2010), existiriam na costa Nordeste falantes bilíngues de português e tupinambá, mas não houve condições para que se difundisse uma língua geral em Pernambuco.

Neste sentido, o português incorporou uma grande quantidade de palavras diretamente do tupinambá e o empréstimos ficaram conhecidos como brasileirismos. Logo, podemos identificar um ponto que difere, quanto à origem, os topônimos indígenas pernambucanos daqueles cunhados pelos bandeirantes paulistas, falantes da LGP.

Mesmo se tomarmos a hipótese da ausência de uma língua geral falada extensivamente em Pernambuco, há a curiosa referência encontrada em alguns documentos que falam sobre a situação linguística no contexto dos aldeamentos. Em certas aldeias registra-se que os índios eram “caboclos falantes da língua geral”. Encontramos este termo também em Silva (2010) ao dizer que os índios do litoral.

Limitados às missões litorâneas, os potiguares foram aos poucos sendo transformados em caboclos de língua geral, no século XVII.” Os índios

carnijós da aldeia da Serra do Comunati, catequizados pelo frei Bleuerme, foram classificados como “caboclos da língua geral” em documento de 1749⁷³ (SILVA, 2010, p. 143)

Edelweiss (1969, p. 24) afirma que, anos após, iriam surgir mais ao norte e no interior aldeamentos de índios potiguaras e cariris que viriam a formar os primeiros núcleos de povoamento. Diante deste contingente populacional de aldeados, o mesmo autor questiona quem seriam os falantes de tupi da Bahia até Pernambuco na segunda metade do XVII, por exemplo, já que sabemos que a costa foi eliminando rapidamente grupos tupis desde o século XVI. Desde a chegada dos jesuítas até o Diretório Pombalino, sabe-se que os índios foram catequizados em tupi, sendo poucas exceções os que aprendiam o português, como o caso do filho do morubixaba Mitaguaia, em Recife, que sabia não só ler, mas falava português, como citava Cardim (1925, p. 315).

Além do número reduzido de índios da costa, deu-se um processo de assimilação desses povos, principalmente do líderes das aldeias, aos ideais portugueses. Não só eram batizados índios com nomes portugueses, mas muitos ainda buscavam angariar terras e patentes militares. Historiadores como Barbosa (2007) falam que se constituiu um elite colonial indígena quando a coroa incitou o desbravamento dos sertões. À figura desse índio “civilizado” utiliza-se o termo caboclo⁷⁴, por isso, documentos dos padres referiam-se aos aldeados como “caboclos falantes de língua geral”.

Sabemos que caboclo é o índio civilizado, porém não nos é clara a noção sobre essa “língua geral” a que os documentos se referem. Os índios se tornavam bilíngues em um tupi jesuítico ou brasileiro ensinado pelos missionários? Haveria língua geral tupi fora do contexto das aldeias? Esses são questionamentos que fogem aos objetivos deste trabalho, mas que seriam de importante elucidação, inclusive para compreender a partir de quais comunidades se originaram os tupinismos encontrados na costa do Nordeste.

4.2 Fontes Lexicográficas para o Estudo do Tupinambá

Noll (2010, p. 65) esclarece que, no Brasil, diferentemente do que ocorreu com o reino espanhol, a documentação de indigenismos foi escassa. Rizzini (1988, p. 145) aponta para o

⁷³ Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. In: Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 28. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908. p 421.

⁷⁴ Na província do Rio de Janeiro, essa era dado o nome caboclo a todo índio que era “civilizado, isto é batizado” DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, p.47.

fato de que os jesuítas eram exortados a não detalhar sobremaneira as coisas mundanas em suas cartas. Por um lado, a parcimônia dos testemunhos se explica pela necessidade, cunhada por interesses espirituais, de querer comunicar aos índios as peculiaridades do mundo profano. De um outro lado, tampouco fora do clero, ninguém tinha tomado ainda nenhuma iniciativa de agir como cronista, segundo Noll (op. cit.).

Os primeiros importantes registros que temos de nomes tupinambás, inclusive utilizados pelos próprios europeus que aqui moraram, advêm das descrições da terra feita pelos cronistas André Thevet (*Les singularités de la France Antarctique*), Jean de Léry (*Historie d'un voyage fait en la terre du Brésil*) e Hans Staden (*Wahrhaftige Historia*). A dificuldade encontrada nos relatos de Staden é de conseguirmos recuperar a nasalidade e a acentuação do tupi em sua descrição, o que não se mostrou problemático para Léry e Thevet. Noll (2010, p. 74) cita que, além do trabalho dos cronistas, há uma carta de Anchieta, em latim, do ano de 1560, que o dicionário Houaiss traz como primeiros tupinismos testemunhados por portugueses. Além destas obras, foi descoberto um manuscrito anônimo de inestimável valor como fonte lexical do tupi: o *Vocabulário na Língua Brasilica (VLB)*⁷⁵. Podemos citar outras fontes importantes como os dicionários dos padres Lemos Barbosa e Ruiz Montoya. Estas obras podem trazer itens lexicais de forma variável em razão de fatores como: variação de grafia, diferentes datas em que as obras foram produzidas, diferentes regiões de onde foram recolhidos os nomes.

Para a análise dos topônimos selecionados em nosso *corpus*, recorreremos, prioritariamente, às primeiras fontes que nos asseguram uma etimologia mais próxima do tupinambá. Na ausência de informações nestas obras, recorreremos de maneira subsidiária às obras mais modernas de Teodoro Sampaio, Mario Melo, Luiz Tibiriçá, sempre considerando as possíveis falhas que elas podem conter. Porém, também foram identificados topônimos que, apesar de possuírem alguns morfemas de origem tupi, não encontramos nenhuma etimologia segura ou então múltiplas interpretações, o que é um problema para o etimologista. Dietrich e Noll (2010) explicam a razão para o aparecimento de formas peculiares de alguns topônimos:

os colonos e fundadores de vilas e cidades dos séculos XIX e XX geralmente criaram os topônimos a partir dos vocabulários existentes da língua brasilica, sem

⁷⁵ Segundo Dick (1990, p. 88-89), “um dos mais valiosos documentos para o estudo do Tupi Quinhentista, o **Vocabulário na língua brasilica**, permite, por um outro lado, o conhecimento da verdadeira índole do idioma e da vivência do povo que o utilizava. Muitos dos designativos registrados nessa obra, como se sabe, foram transformados em designações tópicas, pela toponímia, que passou, em consequência, a refletir, em tantos casos, a mesma visão de mundo, sensível na linguagem.”

conhecer as regras morfossintáticas do tupinambá, combinando palavras soltas segundo regras imaginadas, o que é outro fator desconcertante na interpretação de topônimos ditos de origem “tupi”. Resultou desta tradição brasileira que topônimos de origem “tupi” se encontrem também fora da expansão da língua brasileira no Brasil colonial. (DIETRICH e NOLL, p. 96, 2010)

Quanto aos topônimos africanos, não nos deteremos a uma análise exaustiva, tendo em vista a dificuldade de se precisar sobre qual língua africana estaremos tratando ao analisarmos nomes que podem pertencer a diferentes línguas do grupo linguístico banto, por exemplo. Apenas diferenciaremos os topônimos africanos de origem banto dos de origem iorubá. Em nossa análise, encontramos também nomes que são híbridos (português/tupi, tupi/africano, português/africano). Além disso, devemos considerar que muitos processos fonológicos afetaram de forma comum tanto africanismos como indigenismos.

A toponímia de Pernambuco, de acordo com Fonseca (2006), apresenta 42% de nomes tupis e tapuias batizando as cidades⁷⁶. É importante levarmos em conta que esse alto percentual toma dados sincrônicos, e que houve constantes trocas de nomes em algumas localidades. Ademais, certos nomes tupis foram dados artificialmente através das reformas que se processaram nas décadas de 1930 e 1940 com os trabalhos da Comissão de Divisão Administrativa do Estado. À época, as sugestões de Mario Melo foram acatadas. Vale lembrar que já nos séculos XIX e início do século XX, diversos surtos nacionalistas tomaram conta do país (Independência da República, Semana de Arte Moderna de 22, Movimento Integralista etc) o que fez com que se aflorassem ideais patrióticos e o tupi figurasse como língua que representa as raízes da cultura brasileira. Assim, surgiu quase uma obsessão em empregar nomes tupis como topônimos e antropônimos⁷⁷.

Apesar de ter havido algumas alterações toponímicas artificiais com tupinismos, grande parte da nossa toponímia mais antiga é preservada nos nomes de acidentes físicos, como nomes de rios. A antiguidade de topônimos, como Ipojuca (rio), mostra-nos que muitos destes acidentes geográficos receberam denominações de espécies animais e vegetais da região ou de algum elemento da cultura material e imaterial dos indígenas e africanos. Rodrigues (2010) justifica que aquisição de uma grande quantidade topônimos e nomes comuns com pouca ou nenhuma alteração fonética, como foi o caso da incorporação lexical tupi, requereu um convívio mais intenso entre colonos e indígenas. Por não se ter um conhecimento da terra, os portugueses recorriam ao léxico dos nativos para fazer o registro dos lugares que eram conhecidos pelos índios.

⁷⁶ Fonseca (2006) considera apenas os nomes dos municípios.

⁷⁷ Em nossa antroponímia, ainda hoje é comum encontrarmos nomes como: Iara, Jaciara, Jussara e Ubirajara.

Neste processo, em paralelo ao batismo com nomes indígenas, estavam os nomes de santos, que por vezes se combinavam com nomes tupis para formarem um único topônimo; como exemplo, temos o povoado de *São Miguel do Ipojuca* (atual Ipojuca – PE). O reflexo disto está no hábito de se consultar os folhetos com o santo do dia, que foram muito utilizados para batizar localidades com o nome do santo protetor. No contexto da formação dos primeiros povoados, encontra-se a presença da fé católica representada por uma capela, sob a invocação de um santo padroeiro. Assim, era comum que se adotasse o nome daquele santo para vila ou cidade juntamente ou não de um nome tupi.

Considerando todos estes fatores associados às origens dos topônimos, apresentaremos o *corpus* e procederemos a uma análise quantitativa e qualitativa dos topônimos.

4.3 Apresentação do *Corpus*

Os topônimos de nosso corpus foram coletados dos mapas estatísticos municipais do IBGE (censo ano 2010), em escala 1:100.000. No quadro abaixo, encontram-se listados os acidentes físicos e humanos, correspondendo ao termo genérico (TG) e os topônimos propriamente ditos (TE). Utilizamos a notação 0 para indicar que há também uma localidade em que topônimo é o próprio TE, sem termo genérico. As taxionomias e a provável etimologia dos nomes são baseadas nas informações consolidadas no glossário do Apêndice.

Quadro 6 – Dados do corpus e classificação toponímica

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Arcoverde	Serra	Tinideira	Ergotopônimo	origem incerta
Arcoverde	Riacho, 0	Jacurutu	Zootopônimo	tupi
Arcoverde	Serra	Croatá	Fitotopônimo	tupi
Arcoverde		Mocó	Zootopônimo	tupi
Arcoverde	Açude, Riacho, 0	Zumbi	Antropotopônimo / Mitotopônimo / Geomorfotopônimo	banto
Arcoverde		Caçarinha	Ergotopônimo	híbrido tupi
Arcoverde		Caçara	Ergotopônimo	tupi
Arcoverde	Serra	Juazeiro	Fitotopônimo	Híbrido tupi
Arcoverde	Lagoa	Mandacaru	Fitotopônimo	tupi

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Arcoverde		Mumbuca	Zootopônimo	tupi
Arcoverde		Caraíba Nova, Caraíba Velha	Etnotopônimo / Cronotopônimo / Fitotopônimo / Mitotopônimo	híbrido tupi
Arcoverde	Riacho, 0	Ipojuca, Ipojuca	Hidrotopônimo	Tupi
Arcoverde	Riacho	Cafundó	Geomorfotopônimo / Animotopônimo	Banto
Pesqueira		Mutuca	Zootopônimo	tupi
Pesqueira	Serra	Sabiá	Zootopônimo	Tupi
Pesqueira	Serra	Ororobá	Zootopônimo/Fitotopônimo	Origem incerta
Pesqueira	Serra	Munguba	Fitotopônimo	Tupi
Pesqueira		Papagaio de Cima	Zootopônimo	Híbrido tupi
Pesqueira		Magé	Hierotopônimo	Tupi
Pesqueira	Riacho, 0	Caipe	Hodotopônimo	Tupi
Pesqueira	Fazenda	Pororoca	Hidrotopônimo	Tupi
Pesqueira		Massaranduba	Fitotopônimo	Tupi
Pesqueira		Caipé de Baixo	Hodotopônimo	híbrido tupi
Pesqueira	Fazenda	Tionante	Sem classificação	origem incerta
Pesqueira	Aldeia	Gitó	Fitotopônimo	origem incerta
Pesqueira		Ipanema	Hidrotopônimo	tupi
Pesqueira		Calumbi	Fitotopônimo	tupi
Pesqueira	Sítio	Marimbas	Ergotopônimo	banto
Pesqueira		Juruti	Zootopônimo	tupi
Pesqueira		Baraúna	Fitotopônimo	tupi
Pesqueira	Aldeia, Pé de Serra	Oiti	Fitotopônimo	tupi
Pesqueira		Comorongo	Zootopônimo / Nosotopônimo	Origem incerta
Pesqueira		Camundongo	Zootopônimo	Banto

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Pesqueira		Caianinha	Fitotopônimo	Híbrido tupi
Pesqueira		Quixaba	Fitotopônimo	Origem incerta
Pesqueira	Riacho, 0	Tiogó	Sem classificação	Origem incerta
Pesqueira	Serra	Açaí	Fitotopônimo	tupi
Pesqueira	Lagoa	Itans	Zootopônimo	tupi
Pesqueira	Riacho	Ipaneminha	Hidrotopônimo	híbrido tupi
Pesqueira		Sororoca	Zootopônimo	tupi
Pesqueira	Fazenda	Ipoeira	Hidrotopônimo	tupi
Pesqueira	Fazenda	Catolé	Fitotopônimo	Banto
Pesqueira	0, 0, Morro, Riacho	Cafundó	Geomorfotopônimo / Animotopônimo	banto
Pesqueira	Fazenda	Marabá	Etnotopônimo	tupi
Pesqueira		Angola Nova	Corotopônimo / Cronotopônimo	Híbrido banto
Sanharó		Jenipapo	Fitotopônimo	tupi
Sanharó	Rio, 0	Maniçoba	Fitotopônimo	tupi
Sanharó	Cova do, Riacho Cova do	Caboclo	Etnotopônimo	tupi
Primavera	Sítio	Mombuco	Zootopônimo	tupi
Primavera		Mombuca	Zootopônimo	tupi
Caruaru	Riacho, Açude	Taquara	Fitotopônimo	Tupi
Caruaru		Murici	Fitotopônimo	Tupi
Caruaru	Estrada para	Cruanhas	Fitotopônimo	Tupi
Caruaru	Sítio, Assentamento	Macambira	Fitotopônimo	Tupi
Caruaru		Pitombeira	Fitotopônimo	híbrido tupi
Caruaru		Pororuca	Sem classificação	Origem incerta
Caruaru		Maçaranduba	Fitotopônimo	tupi
Caruaru		Maniçoba	Fitotopônimo	tupi
Caruaru		Xique-Xique	Fitotopônimo	origem incerta

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Caruaru		Angicos	Fitotopônimo / Etnotopônimo	Origem incerta
Caruaru		Maribondo	Zootopônimo	banto
Caruaru	Balneário, Barra de, Riacho, Vila	Carapotós	Etnotopônimo	Origem incerta
Caruaru	Serra	Jaracatiá	Fitotopônimo	tupi
Caruaru		Xicuru	Etnotopônimo	Origem incerta
Caruaru	Laje da, Riacho	Taboca	Fitotopônimo	tupi
Caruaru		Juá	Fitotopônimo	tupi
Caruaru		Jiquiri	Fitotopônimo	tupi
Caruaru		Capivara	Zootopônimo	tupi
Caruaru		Tapuia	Etnotopônimo	tupi
Caruaru		Baraúnas	Fitotopônimo	tupi
Caruaru	Riacho	Caçara	Fitotopônimo	tupi
Caruaru		Itaúna	Litotopônimo / Cromotopônimo	tupi
Caruaru		Juriti	Zootopônimo	tupi
Caruaru		Jurema	Fitotopônimo	tupi
Caruaru		Impueira	Hidrotopônimo	tupi
Caruaru		Guaribas	Zootopônimo	tupi
Belo Jardim	Riacho	Jucá	Fitotopônimo	tupi
Belo Jardim	Serra	Quati	Zootopônimo	tupi
Belo Jardim		Guariba Nova	Zootopônimo / Cronotopônimo	híbrido tupi
Belo Jardim		Guariba	Zootopônimo	tupi
Belo Jardim		Gravatá	Fitotopônimo	tupi
Belo Jardim		Jati	Zootopônimo /Fitotopônimo	tupi

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Belo Jardim		Trapiá	Fitotopônimo	tupi
Belo Jardim	Serra	Mocó	Zootopônimo	tupi
Tacaimbó		Gravatá	Fitotopônimo	tupi
Tacaimbó	Riacho	Tacaimbó	Etnotopônimo / Fitotopônimo	Origem incerta
Tacaimbó		Mocó	Zootopônimo	tupi
Tacaimbó		Mandacaru	Fitotopônimo	tupi
Tacaimbó		Cafundó	Geomorfotopônimo / Animotopônimo	banto
Tacaimbó		Jurema	Fitotopônimo	tupi
Tacaimbó	Poço	Angico	Fitotopônimo / Etnotopônimo	origem incerta
Tacaimbó	Serra	Trapiá	Fitotopônimo	tupi
São Caitano	Vila	Maniçoba	Fitotopônimo	tupi
São Caitano		Japecanga	Fitotopônimo	tupi
São Caitano		Xucuru de Cima	Etnotopônimo	Híbrido or. incerta
São Caitano		Pitombeira	Fitotopônimo	híbrido tupi
São Caitano	Sítio	Macambira	Fitotopônimo	tupi
São Caitano		Tapiraim	Zootopônimo	tupi
São Caitano	Serra, 0	Mingu	Fitotopônimo	origem incerta
São Caitano		Casco de Peba	Zootopônimo	híbrido tupi
São Caitano		Cajazeira	Fitotopônimo	híbrido tupi
São Caitano		Macapá	Fitotopônimo	tupi

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
São Caitano	Sítio	Jequi	Ergotopônimo	tupi
São Caitano	Sítio	Jacu	Zootopônimo	tupi
São Caitano		Jabuticaba	Fitotopônimo	tupi
São Caitano	Sítio	Jurema	Fitotopônimo	tupi
São Caitano	Serra	Araras	Zootopônimo	tupi
São Caitano		Caxingu	Zootopônimo / Somatotopônimo	Banto
São Caitano	Sítio	Xucuru de Baixo	Etnotopônimo	híbrido or. incerta
São Caitano	Estrada	Sao Caitano - Tapiraim	Hagiotopônimo / Zootopônimo	híbrido tupi
São Caitano	Sítio	Tiropeia	Dirrematopônimo	origem incerta
São Caitano	Sítio	Jaracatiá	Fitotopônimo	tupi
São Caitano	Riacho	Carapotós	Etnotopônimo	Origem incerta
São Caitano	Serra	Oró	Fitotopônimo / Mitotopônimo	origem incerta
São Caitano		Jurema	Fitotopônimo	tupi
São Caitano	Sítio	Cafundó	Geomorfotopônimo / Animotopônimo	Banto
Chã Grande	Serra	Gurjaú	Hidrotopônimo / Zootopônimo	tupi
Chã Grande		Tapera Baité	Ecotopônimo / Animotopônimo	tupi
Chã Grande	Serra dos	Caboclos	Etnotopônimo	tupi
Chã Grande	Riacho	Muxoxo	Fitotopônimo / Animotopônimo	banto

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Chã Grande	Sítio, 0	Tipi	Fitotopônimo	tupi
Chã Grande		Catolé	Fitotopônimo	banto
Chã Grande		Mombuca	Zootopônimo	tupi
Escada	Engenho, 0	Atandu / Arandu	Fitotopônimo / Zootopônimo	tupi
Escada	Engenho, Morro, 0	Cafundó	Geomorfotopônimo / Animotopônimo	banto
Escada	Engenho, 0	Cabromena	Zootopônimo	tupi
Escada	Engenho	Arimunã	Fitotopônimo	tupi
Escada	Engenho, 0	Jiqui	Ergotopônimo	tupi
Escada		Piranira / Pirauira	Hidrotopônimo / Zootopônimo	tupi
Escada	Riacho, 0	Camaçari	Fitotopônimo	tupi
Escada		Paraguassu	Hidrotopônimo / Zootopônimo	tupi
Escada	Usina	Timbó Açu	Fitotopônimo / Ergotopônimo	tupi
Escada	Engenho, 0	Quirimeia	Corotopônimo	português popular
Escada	Rio	Sapucaii	Zootopônimo / Hidrotopônimo	tupi
Escada	Engenho	Cassupim	Zootopônimo	tupi
Escada	Riacho, Engenho	Cotegi	Zootopônimo	tupi
Escada	Engenho	Cocoa	Sem classificação	origem incerta
Escada	Estrada, 0	Juçaral / Jussaral	Fitotopônimo	híbrido tupi
Escada	Engenho	Sibiró Grande	Zootopônimo	híbrido tupi
Escada	Morro, Sítio, Engenho	Tejupaba	Ecotopônimo	tupi
Escada	Sítio	Itaperussu	Litotopônimo	tupi
Escada	Rio	Tapiruçu	Zootopônimo	tupi

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Escada	Morro, 0	Muriçoca	Zootopônimo	tupi
Escada	Riacho, Rio, 0	Aripibu	Hidrotopônimo	tupi
Escada	Riacho	Aripibu Mirim	Hidrotopônimo	tupi
Escada		Jundiá Grande	Zootopônimo	híbrido tupi
Escada	Engenho	Jundiá	Zootopônimo	tupi
Escada	Engenho	Massauaçu Grande	Zootopônimo / Meteorotopônimo	Origem incerta
Escada	Rio	Pirapama	Zootopônimo	tupi
Escada	Usina, Estrada Usina	Maçau Açu / Massauassu	Zootopônimo / Meteorotopônimo	tupi
Ipojuca	Sítio das	Jandaias	Zootopônimo	tupi
Ipojuca	Engenho, Sítio, Rio, 0	Sibiró	Zootopônimo	tupi
Ipojuca	Lago	Mingú	Fitotopônimo / Animotopônimo	origem incerta
Ipojuca		Maracaípe	Hodotopônimo / Ergotopônimo	tupi
Ipojuca		Caité	Fitotopônimo / Etnotopônimo	tupi
Ipojuca	Rio	Merepe	Nosotopônimo	tupi
Ipojuca	Ilha do, 0	Camurim	Zootopônimo	tupi
Ipojuca		Caetés	Fitotopônimo / Etnotopônimo	tupi
Ipojuca	Rio, Ilha	Tatuoca	Zootopônimo / Ecotopônimo	tupi
Ipojuca	Rio	Tabatinga	Ecotopônimo / Cromotopônimo	tupi
Ipojuca	Riacho	Congari	Sem classificação	origem incerta
Ipojuca	Engenho	Jitaí	Zoo/fito	tupi
Ipojuca	Engenho	Arambepe	Sem classificação	tupi
Ipojuca	Rio, Engenho	Pirajá	Zootopônimo / Ecotopônimo	tupi

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Ipojuca		Taquará	Fitotopônimo	tupi
Ipojuca	Rio, Engenho, 0	Arimbi	Fitotopônimo / Zootopônimo	tupi
Ipojuca	Rio, Engenho	Gaipió	Fitotopônimo	tupi
Ipojuca	Engenho	Supitanga	Zootopônimo	tupi
Ipojuca		Utinga de Baixo	Hidrotopônimo / Cromotopônimo	híbrido tupi
Ipojuca	Açude, Estrada, Estrada de Ferro	Timbó Açú	Fitotopônimo / Ergotopônimo	tupi
Ipojuca	Córrego	Urubu	Zootopônimo	tupi
Gravatá		Caçaruta	Sem classificação	origem incerta
Gravatá		Coites	Fitotopônimo / Ergotopônimo	tupi
Gravatá	Rio, 0, Fazenda	Cotunguba	Fitotopônimo / Ergotopônimo	tupi
Gravatá		Taquari	Zootopônimo / Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Fazenda	Cafundó	Geomorfotopônimo / Animotopônimo	banto
Gravatá	Fazenda	Olho d'Água das Baraunas	Hidrotopônimo / Fitotopônimo	híbrido tupi
Gravatá	Fazenda	Pajeú	Hierotopônimo	tupi
Gravatá	Sítio	Cajá	Fitotopônimo	tupi
Gravatá		Camará	Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Sítio	Teju	Zootopônimo	tupi
Gravatá	Serra	Tamanduá	Zootopônimo	tupi
Gravatá	Sítio	Angico	Fitotopônimo / Etnotopônimo	origem incerta
Gravatá	Açude	Juriti	Zootopônimo	tupi
Gravatá	Estrada	Isabel do Tamanduá	Antropotopônimo / Zootopônimo	híbrido tupi
Gravatá	Estrada	Olho d'água Mocós	Hidrotopônimo / Zootopônimo	híbrido tupi

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Gravatá	Serra do	Guriaú/Gurjaú	Ecotopônimo / Zootopônimo	tupi
Gravatá	Riacho	Tamanduá	Zootopônimo	tupi
Gravatá		Caruá	Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Fazenda	Braúna	Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Fazenda	Vale Caruá	Fitotopônimo	híbrido tupi
Gravatá	Serra das	Caraíbas/Craibas	Etnotopônimo / Cronotopônimo / Fitotopônimo / Mitotopônimo	tupi
Gravatá	Fazenda	Caturama	Animotopônimo	tupi
Gravatá		Agreste de Carapotós	Geomorfotopônimo/ Etnotopônimo	Híbrido or. incerta
Gravatá		Carapotós	Etnotopônimo	Origem incerta
Gravatá		Tejipió	Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Fazenda	Manacá	Fitotopônimo	tupi
Gravatá		Jureminha	Fitotopônimo	Híbrido tupi
Gravatá	Sítio	Tipim	Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Rio	Taboquinha	Fitotopônimo	híbrido tupi
Gravatá	Foz do	Muxoxo no Rio Ipojuca	Fito / Animotopônimo / Hidrotopônimo	híbrido banto, tupi
Gravatá	Fazenda	Umburana	Fitotopônimo	tupi
Gravatá		Jucá	Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Fazenda	Vale do Ipojuca	Hidrotopônimo	híbrido tupi
Gravatá	Riacho, 0	Mandacaru	Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Fazenda	Baraúna	Fitotopônimo	tupi
Gravatá		Jatobá	Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Fazenda	Camaçari	Fitotopônimo	tupi
Gravatá		Camucim	Ergotopônimo	tupi
Gravatá		Caxito	Corotopônimo / Zootopônimo / Cromotopônimo	Origem incerta

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Gravatá	Caminho, Riacho	Timbó	Fitotopônimo / Ergotopônimo	tupi
Gravatá		Tapera Baité	Ecotopônimo / Animotopônimo	tupi
Gravatá		Cumbé	Sem classificação	origem incerta
Gravatá	Fazenda	Pirituba	Fitotopônimo	tupi
Gravatá	Riachão do	Tapejipe	Hidrotopônimo / Ecotopônimo	tupi
Gravatá		Uruçu Mirim	Zootopônimo	tupi
Gravatá	Estrada	Urucum / Uruçu	Zootopônimo	tupi
Gravatá		Locas	Ecotopônimo	tupi
Bezerros	Sítio	Guariba	Zootopônimo	tupi
Bezerros	Sítio	Ibiriçu	Fitotopônimo	tupi
Bezerros		Guaribas	Zootopônimo	tupi
Bezerros	Sítio	Sapé	Fitotopônimo / Ergotopônimo	tupi
Bezerros	Riacho	Mororó	Fitotopônimo	origem incerta
Bezerros		Sapucaia	Fitotopônimo	tupi
Bezerros		Sapucarana	Fitotopônimo	tupi
Bezerros		Cré-Cré	Sem classificação	origem incerta
Bezerros	Sítio	Guará	Zootopônimo	tupi
Bezerros		Jurubeba	Fitotopônimo	tupi
Bezerros		Sapucaia Grande	Fitotopônimo	híbrido tupi
Bezerros	Fazenda	Maracajá	Zootopônimo	tupi
Bezerros		Jatobá	Fitotopônimo	tupi
Bezerros		Capuxu	Zootopônimo	tupi
Bezerros	Serra do	Caruá	Fitotopônimo	tupi
Bezerros		Tatu	Zootopônimo	tupi
Bezerros		Juá	Fitotopônimo	tupi
Bezerros		Jabuticabas	Fitotopônimo	tupi

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Bezerros	Estrada do	Sagui-Juá	Fitotopônimo / Zootopônimo	tupi
Bezerros		Quixaba	Fitotopônimo	Origem incerta
Bezerros	Riacho	Pitombeiras	Fitotopônimo	híbrido tupi
Bezerros		Mondé dos Negros	Ergotopônimo/ Etnotopônimo	híbrido tupi
Bezerros		Mondé dos Cabrais	Ergotopônimo / Antropotopônimo	híbrido tupi
Bezerros		Quixabas	Fitotopônimo	Origem incerta
Bezerros	Sítio, 0	Cabuji	Zootopônimo	tupi
Bezerros		Cabuji de Baixo	Zootopônimo	híbrido tupi
Bezerros	Fazenda	Tamanduá	Zootopônimo	tupi
Bezerros	Riacho	Quixabeiras	Fitotopônimo	híbrido or. incerta
Bezerros	Fazenda	Suçarana	Zootopônimo	tupi
Bezerros		Tapuia	Etnotopônimo	tupi
Bezerros		Olho D'Água dos Baraúna	Hidrotopônimo/ Fitotopônimo	híbrido tupi
Bezerros		Cajazeiras	Fitotopônimo	híbrido tupi
Bezerros		Tamanduá	Zootopônimo	tupi
Bezerros	Fazenda	Jucá	Fitotopônimo	tupi
Bezerros		Pororoca	Hidrotopônimo	tupi
Bezerros		Sagui	Zootopônimo	tupi
Bezerros	Serra, Fazenda, 0	Camaratuba	Fitotopônimo	tupi
Bezerros	Lagoa do	Exu	Zootopônimo / Hierotopônimo	Origem incerta
Bezerros	Sítio	Jurema	Fitotopônimo	tupi
Bezerros	Riacho	Guaribas	Zootopônimo	tupi
Bezerros	Torrões de	Guariba	Zootopônimo	tupi
Bezerros		Capuxu	Zootopônimo	tupi
Bezerros	Fazenda, 0	Tatu	Zootopônimo	tupi

Município	Acidente	Topônimo	Taxionomia	Origem
Nomes dos municípios		Tacaimbó	Etnotopônimo / Fitotopônimo	Origem incerta
		Gravatá	Fitotopônimo	tupi
		Ipojuca	Hidrotopônimo	tupi
		Sanharó	Zootopônimo /Fitotopônimo	tupi
		Caruaru	Fitotopônimo/ Nosotopônimo	Origem incerta

Como observamos no quadro, a classificação toponímica não se relaciona com o termo genérico (acidente físico ou humano), incidindo apenas sobre o termo específico. À medida que mais informações enciclopédicas tivermos sobre os topônimos, a classificação poderá sofrer modificações. Uma análise diacrônica destes topônimos poderá fornecer causas das mudanças no *continuum* denominativo.

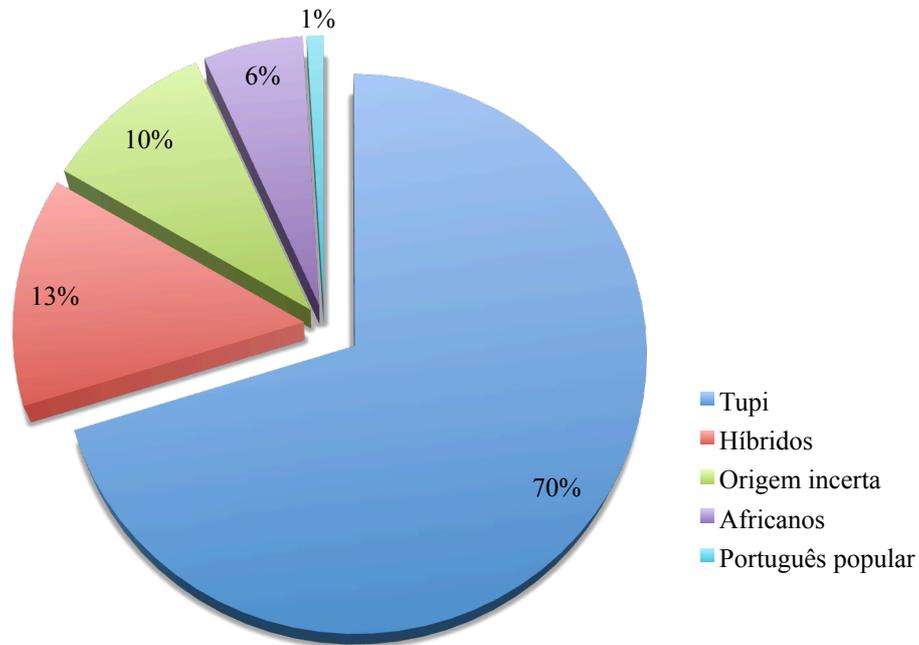
4.4 Análise Quantitativa dos Topônimos

Na região do vale do Ipojuca, bem como em muitas outras áreas pesquisadas pelo Brasil, identifica-se um predomínio da toponímia portuguesa em relação às demais. Resultado das transformações que se processaram em nossa sociedade ao longo dos séculos, como o surgimento de vilas e novos municípios, refletindo diferentes momentos históricos e a consolidação do português como língua nacional. A toponímia portuguesa exerce um predomínio absoluto sobre as demais, vindo em seguida a toponímia indígena e em menor percentual os africanismos.

Ao privilegiarmos em nosso estudo a toponímia de base indígena e africana, evidenciamos as heranças lexicais que fazem parte da cultura brasileira, em geral, e elementos das culturas locais. Ao avaliarmos a presença de topônimos de origem africana e indígena em nossa região de estudo, verificamos uma larga prevalência de nomes de étimo tupi, cuja predominância se deve à grande incorporação lexical do tupi ao português brasileiro como já foi discutido anteriormente.

No gráfico abaixo identificamos, entre os dados do nosso corpus, o percentual de topônimos de origem indígena tupi, híbridos, africanos, de origem incerta e do português popular presentes no vale do Ipojuca:

Gráfico 1 – Percentual de topônimos por origem etimológica



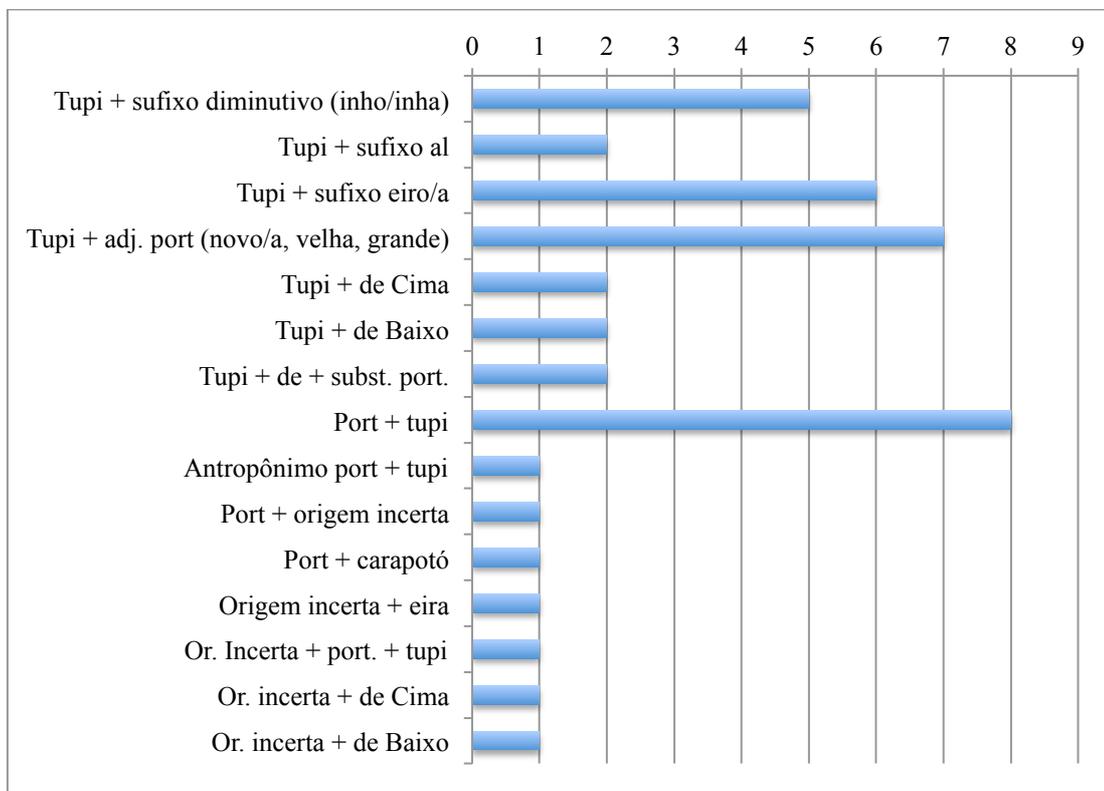
Fonte: Silva (2014)

Os topônimos classificados como de origem incerta podem ser nomes de etimologia obscura ou que apresentaram dúvidas na classificação por não ser possível definirmos como nome indígena ou africano, como o caso dos nomes *Oró* e *Exu*. Como de origem incerta, também identificamos nomes com motivação onomatopaica como *Cré-Cré*. Como exemplo de etimologia obscura, temos *Mingú*, que se for nome tupi, seria alteração de *minduí*, segundo Tibiriçá (1984), com o sentido de “mordido, rasgado”; é registrado como *mingu* por Rubim (1853) referindo-se a uma árvore utilizada na marchetaria, porém o autor não faz a identificação do étimo da palavra.

Dentre os topônimos classificados como híbridos, encontramos nomes tupis com sufixos portugueses (ex.: *Ipaneminha*), com antropônimos (ex.: *Isabel do Tamanduá*), sintagmas portuguesas com indígenas (*Caraíba Nova*) ou africanos (*Angola Nova*). Não foram considerados como híbridos os nomes indígenas e africanos pluralizados com o morfema *-s*.

No gráfico abaixo, quantificamos os casos de hibridismo.

Gráfico 2 – Quantidade e tipos de topônimos híbridos

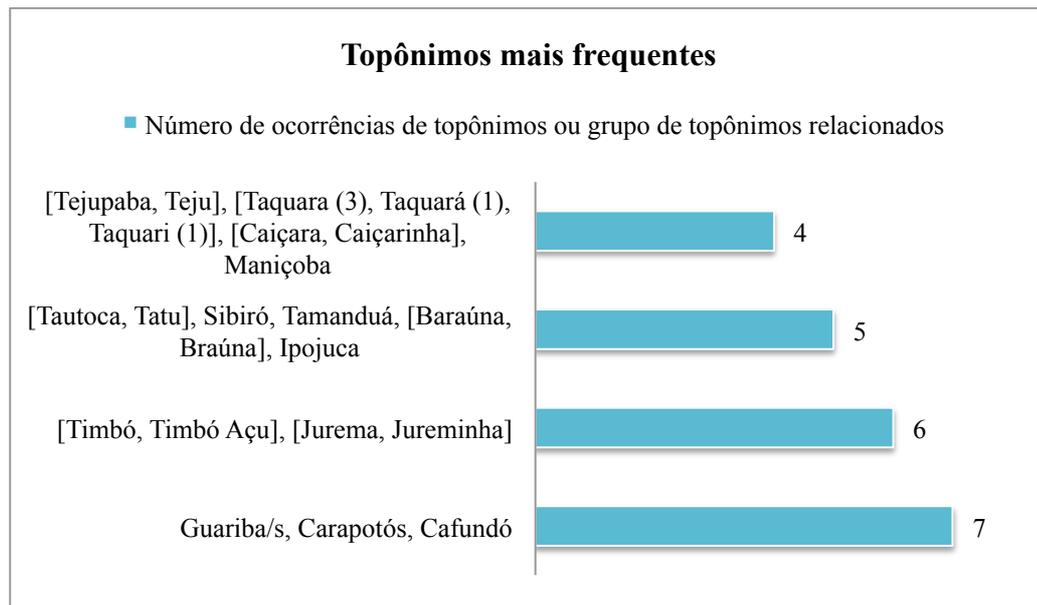


Fonte: Silva (2014)

Dentre os 8 topônimos que são de composição [português + tupi], temos 3 ocorrências da formação [Olho d'Água + tupi].

Registramos abaixo os topônimos que apresentam maior recorrência na área pesquisada. Os que apresentaram maior frequência foram os topônimos com *Guariba/s*, *Carapotós* e *Cafundó*. Para a construção do gráfico abaixo, agrupamos topônimos com elementos motivadores correlatos como *teju* e *tejupaba* para a contagem.

Gráfico 3 – Topônimos que apresentam maior recorrência



Fonte: Silva (2014)

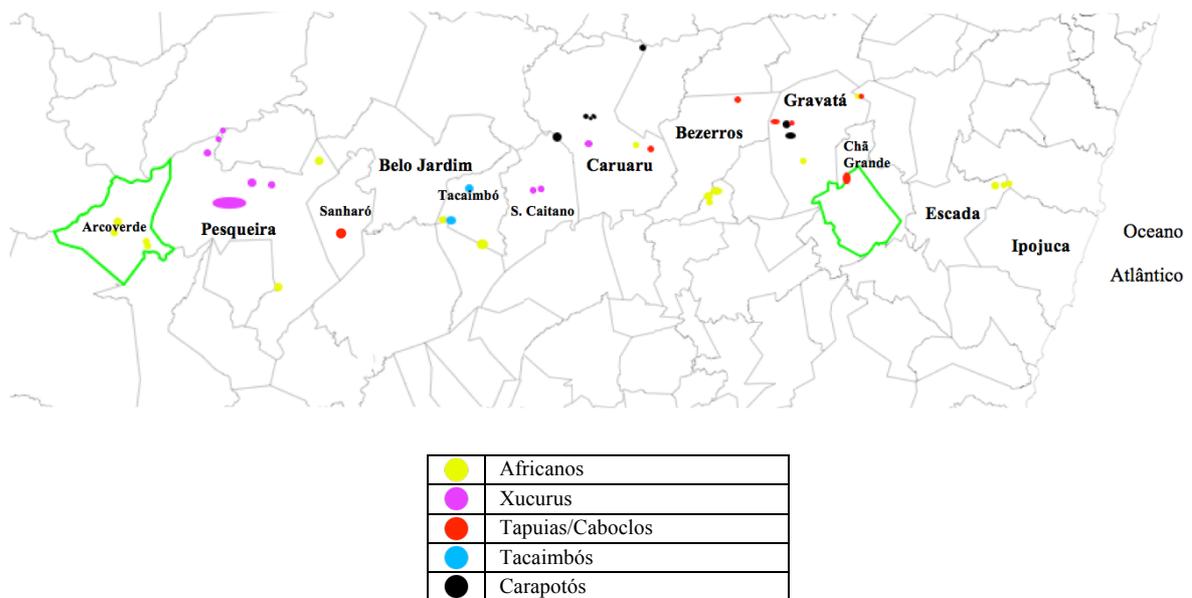
O etnotopônimo *Carapotós* localiza-se nas áreas dos municípios de Gravatá, Caruaru e São Caitano, indicando pontos em que provavelmente teriam se fixado as tribos desta etnia. A maior concentração deste topônimo se encontra em Caruaru, como pode ser observado no mapa seguinte com a distribuição espacial dos etnotopônimos. É possível observar no mapa 6 ocorrências do etnotopônimo *Tacaimbó*, tribo que teria motivado o nome do município, segundo pesquisas de Mario Melo, e que provavelmente deve ter sido influenciado pelo nome do riacho que corta o município. Em Pesqueira, encontramos os topônimos *Tionante* e *Tiogó*, que estão também registrados no mapa e que representam algum sentido de etnicidade para os xucurus. Estes foram classificados como de origem incerta. Em Caruaru, encontramos o etnotopônimo *Xicuru* e em São Caitano, as localidades de *Xucuru de Cima* e *Xucuru de Baixo*. Ambas formas consideramos como possíveis variações de *Xucuru*, etnotopônimo. Pela relativa proximidade dos municípios, podemos supor que estas localidades fizeram parte do território xucuru. Como demonstramos no capítulo 2, os xucurus, de etnia tarairiú, tiveram um deslocamento a partir da porção norte, vindos da região Agreste da Paraíba, e um provável fluxo seria pelos territórios que correspondem às atuais cidades de São Caitano e Caruaru, vindo a se concentrarem na Serra do Ororobá em Pesqueira, onde se fixaram em aldeias e que se transformou em aldeamento.

Os pontos em amarelo registram topônimos que podem ter indicado a presença de grupos africanos ou de remanescentes quilombolas, o que merece cuidadosa verificação através de maiores pesquisas. No município de Arcoverde encontramos três localidades com o

nome de *Zumbi* e uma com *Cafundó*. O topônimo *Cafundó* se espalha por diversas localidades nos municípios de: Escada (3 ocorrências), Gravatá, São Caitano, Tacaimbó e Pesqueira (4 ocorrências). No município de Caruaru, há o topônimo *Quimbá*, de provável étimo iorubá, na região norte do município, o que pode ser indicativo da presença africana de sudaneses. Fontes sobre a história de Caruaru atribuem um bom peso à cultura africana desde a formação da vila do Caruru, cujos habitantes deixaram elementos de suas origens étnicas também impressos na toponímia da cidade em nomes de ruas e outras localidades como o Brejo da Mulata. Comunidades de remanescentes quilombolas podem atualmente ser identificadas também por nomes não africanos, como é o caso do *Mondé dos Negros* e o *Mondé dos Cabrais*, situados no limite entre os municípios de Bezerros e Camocim de São Félix. Apesar de serem pertencentes ao território de Camocim, incluímos estes dois topônimos em nosso corpus, os quais identificamo-los como híbridos [tupi + português].

Nas localidades de Sanharó e Chã Grande encontramos ocorrências do etnotopônimo *Caboclo*; nos municípios de Caruaru e Bezerros, *Tapuia*, e no município de Gravatá, duas ocorrências de *Caraíba*. O termo *tapuia*, comumente utilizado no período colonial para se referir aos índios não-tupis, pode apontar para a existência de algum grupo étnico que teria se fixado na região, como os índios carapotós.

Mapa 6 - Mapa com topônimos relacionados com a distribuição étnica



Fonte: Silva (2014)

4.4.1 Análise Toponímica

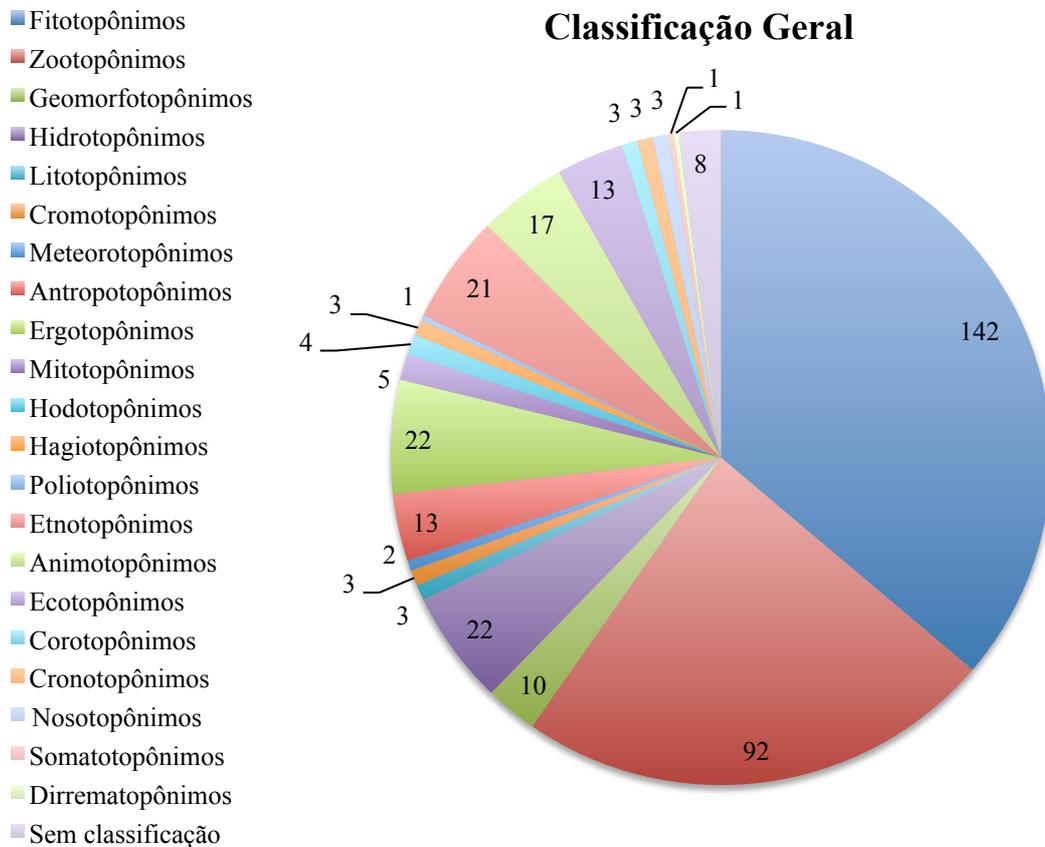
Seguindo os preceitos teórico-metodológicos de Dick (1990), orientamos a nossa classificação adotando a taxionomia proposta em sua tese, outras categorias apresentadas em seu artigo⁷⁸ (1990), e em complemento, propomos ainda uma nova taxa: **nosotopônimo**, que achamos a mais pertinente para classificar os topônimos *Rio Merepe*, *Comorongo* e *Caruaru*. *Merepe*, segundo Melo (1931) e Sampaio (1987), é corruptela de *mereb*, ferida ou sarna. Por ser tratar de uma enfermidade ou lesão, propomos a categoria **nosotopônimo**, do grego *nósos* (doença), para classificação de topônimos relativos a doenças, enfermidades, moléstias e chagas que afligem o ser humano e/ou animais. Esta taxa pertenceria ao mesmo grupo das taxas de natureza antropocultural. A localidade de *Comorongo* também teve relação com uma doença (a febre do rato), a qual também atribuímos a taxa de **nosotopônimo**.

Com base nesta classificação, no gráfico seguinte, esboçamos o quantitativo geral de taxas toponímicas atribuídas aos topônimos de nosso *corpus*. Alguns dos nomes foram classificados em duas ou mais categorias por trazerem mais de um elemento motivador. Há uma predominância dos elementos da natureza física que refletem nomes de plantas, animais e outros elementos da paisagem natural, merecendo destaque à flora e à fauna. Poucos topônimos parecem não estar de acordo com a realidade toponímica do Nordeste como o fitotopônimo *Macapá* (São Caitano) e o hidrotopônimo *Fazenda Pororoca* (Pesqueira), *Pororoca* (Bezerras), que em Caruaru aparece como *Pororuca*. Acreditamos que os topônimos *Pororoca* e *Pororuca* não se relacionem com o fenômeno de encontro de águas entre rio e mar, conhecido como pororoca, na região Norte, mas que *pororuca* ou *pururuca* seja alteração de pororoca, que segundo Nascentes (1955), “é qualificativo do milho quebradiço”; f.hist. 1877 pururúca, 1877 pureruca”. Em texto extraído dos Anais da Biblioteca Nacional, vol.76, ano 1956, encontramos também o mesmo adjetivo para qualificar o milho:

Nos ranchos ficaram o capitão Lourenço Ribeiro e o capitão José dos Santos, e os camaradas, para o que se varreu um dos ranchos, onde foi achado um cirio de milho branco, róxo e amarelo, todo **poruruca**, que teria um bom alqueire, do qual se remediou a necessidade do cavalo cansado, e a nossa com puruases de milho assado[...]. (1956, p. 218)

⁷⁸ DICK, M. V. de P. do A. O problema das taxonomias toponímicas: uma contribuição metodológica. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. 2. Ed. São Paulo, 1990. p. 23-33 (Coleção de Estudos).

Gráfico 4 – Quantificação geral das taxes



Fonte: Silva (2014)

Com relação a *Macapá*, por ser nome de um acidente humano (fazenda), é possível que seja um artificialismo da toponímia, não guardando qualquer correlação com o ambiente natural, diferentemente de pororuca.

Optamos por utilizar a categoria hierotopônimo com as suas subdivisões hagiotopônimos e mitotopônimos. Como hagiotopônimo classificamos apenas o topônimo híbrido *Estrada São Caitano – Tapiraim*, por se tratar de um dos santos da religião católica, e como mitotopônimos *Zumbi*. Como hierotopônimos, classificamos *Magé*, *Pajeú* e *Exu*, por serem nomes sagrados relativos a crenças indígenas e africanas.

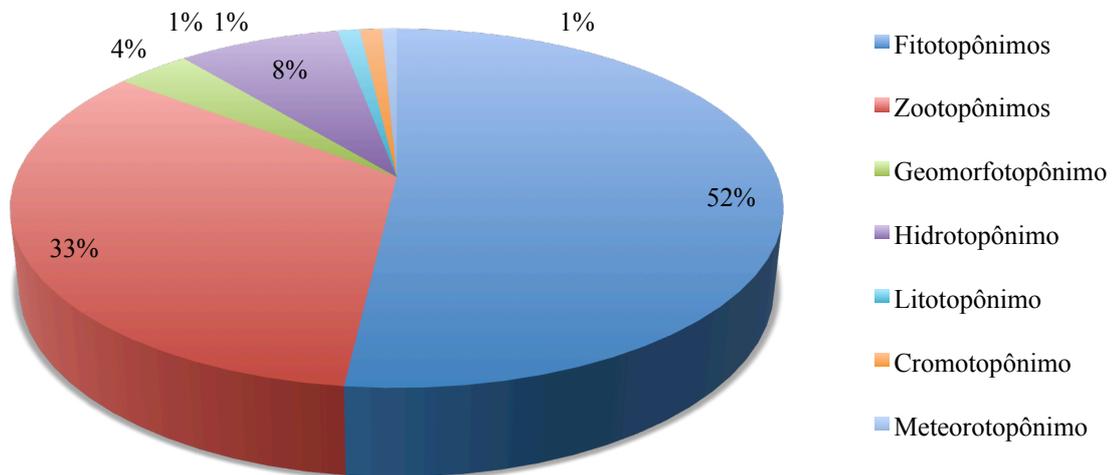
4.4.2 Taxes de Natureza Física

Ao classificarmos os topônimos de nosso *corpus* identificamos que a maioria possui um elemento motivador proveniente da **flora** da região. Foram 142 fitotopônimos, correspondendo a 52%, dentre os topônimos de natureza física. Os zootopônimos (92),

juntamente com os fitotopônimos, correspondem a 85% da motivação entre os elementos da geografia física. O elemento água, representado pelos hidrotopônimos possui apenas 8% (**22 ocorrências**).

Classificamos também como hidrotopônimos os nomes híbridos [português + tupi], mesmo que o elemento motivador seja um nome português, como no caso de “*Olho d’Água*”. Como não foi possível apontar uma única definição para *Massauassu* ou *Maçau Açú*, temos como uma das suas acepções “chuva grossa ou tempestade”, segundo Mario Melo. Portanto, optamos por atribuir também a taxa de meteorotopônimo estes topônimos. Apresentamos abaixo a distribuição percentual das taxas de natureza física.

Gráfico 5 – Percentual das taxas de natureza física



Fonte: Silva (2014)

4.4.3 Taxes de Natureza Antropocultural

As taxionomias de ordem antropocultural que apresentaram maior frequência em nosso corpus foram: ergotopônimos (22), etnotopônimos (21), animotopônimos (17) e os eco e antropotopônimos, com 13 ocorrências cada. Como ergotopônimos, destacamos *Timbó* e *Timbó Açú*, que se trata de uma espécie de cipó venenoso com o qual os índios e caboclos matam os peixes, segundo Tibiriçá (1997). *Tinideira*, do topônimo *Serra Tinideira*, apesar de étimo desconhecido, refere-se a um instrumento musical utilizado na dança do bumba-meu-boi no Nordeste e Norte do Brasil. Temos que certas plantas da flora brasileira têm as suas partes utilizadas com alguma finalidade pelos índios; é o caso do timbó, do coité e do sapé,

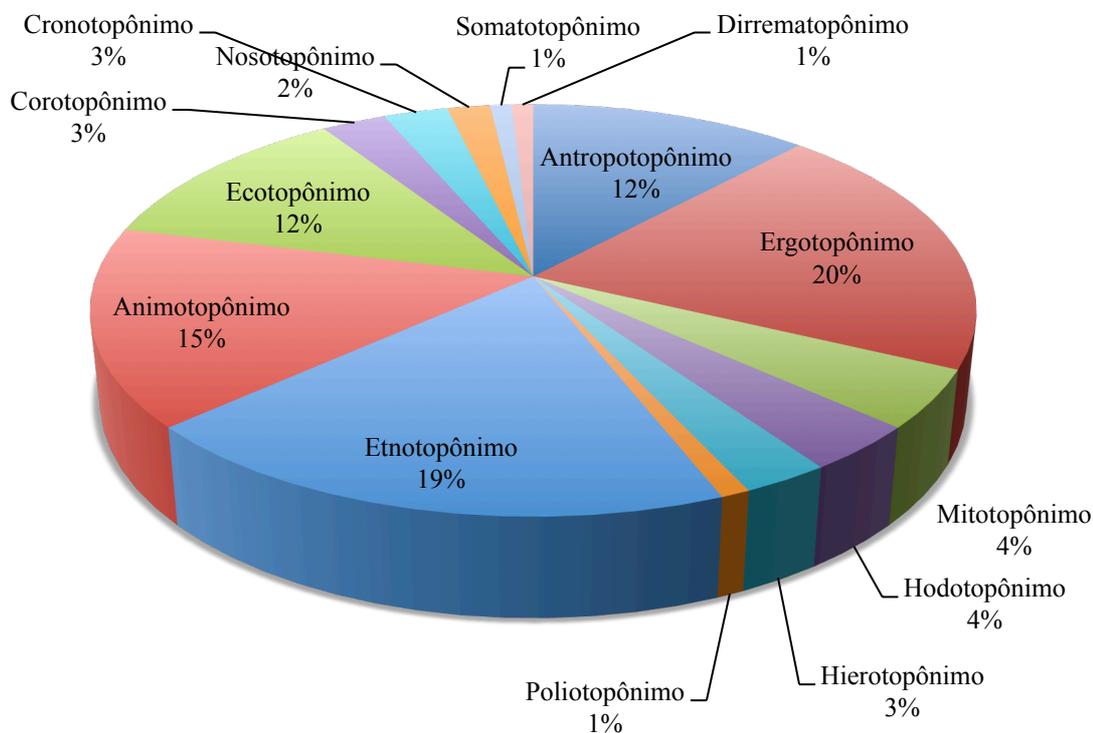
este último utilizado na cobertura das choupanas e outros tipos de habitações. A esse topônimos atribuídos duplamente as taxes fitotopônimo e ergotopônimo.

Os etnotopônimos presentes em nosso *corpus* representam, juntamente com alguns outros nomes de étimo tupi e de outras línguas, indicativos do povoamento destes grupos durante o período colonial, nos séculos iniciais da colonização. A presença de topônimos africanos pode indicar locais que foram concentrações de negros escravizados que fugiram da dominação na zona do açúcar, fixando-se em pequenos quilombos. Acreditamos também que muitas fugas partiram de fazendas produtoras de algodão e de outros produtos, na região da Mata e Agreste. Devemos considerar que, na condição de não escravos, houve fluxos de moradores que almejavam uma melhor condição de vida indo trabalhando na agricultura de subsistência no Agreste e Sertão, fixando-se em mucambos. Ainda podemos identificar que, no período pós-abolição, houve novos fluxos de ex-escravos rumo ao interior com a finalidade de tentar a sobrevivência em alguma atividade fora dos centros urbanos, que foram incapazes de absorver toda a mão-de-obra africana.

Os ecotopônimos, todos de origem indígena, referem-se tanto a habitações humanas como *Tapera Baité*, *Tabatinga*, como a lugares onde se encontram ou habitam animais (ex.: *Tejupaba*, *Tatuoca*). Da classe somatotopônimo, tivemos apenas a ocorrência de *Caxingu*, que tem como uma de suas acepções a referência a uma parte do corpo, a “úvula”, conhecida também como sineta. Como dirrematopônimo, classificamos *Tiropeia*, que acreditamos ser aglutinação da expressão cristalizada “tirar a peia [pele]”, proveniente do português popular brasileiro, que remete a uma atividade comum na vida rural de tirar a pele ou “peia” de animais como bode, carneiro ou boi; como também pode ser tirar a peia (maniota) das bestas.

São corotopônimos *Angola Nova* (Pesqueira) e *Quirimeia* (Escada). O primeiro pode ser um núcleo de povoamento de origem africana que merece uma maior investigação. Já *Quirimeia*, forma do português popular rural, nomeia um engenho e é alteração de Criméia. *Arembepe* nomeia também um engenho e foi o único a receber a taxe de poliotopônimo pelo sentido de “ao redor da população”, segundo Melo (1931). Apesar de Melo (1931) e Sampaio (1987) identificarem a palavra *maracaípe*, unicamente como “o rio do chocalho” ou “da maraca”, entendemos que pode ser interpretada como “caminho do rio da mata para o mar”, conforme consta no glossário, desta forma, sendo classificado também com a taxe de hodotopônimo.

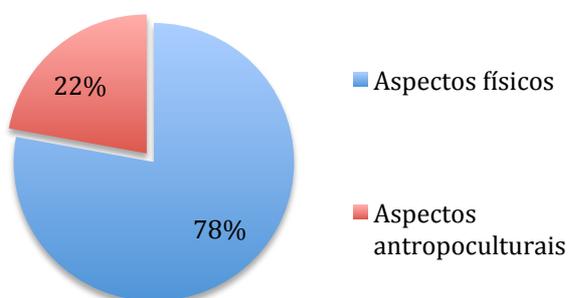
Gráfico 6 – Quantificação das taxas de ordem antropocultural



Fonte: Silva (2014)

No gráfico abaixo analisamos qual foi a predominância de nomes entre as taxas de natureza física e antropocultural.

Gráfico 7 – Taxas físicas x taxas antropoculturais



Fonte: Silva (2014)

As pesquisas brasileiras em toponímia indígena têm apontado que os acidentes físicos são topônimos que geralmente foram cunhados pelos próprios indígenas. Quando tratamos de

topônimos da malha hidrográfica e da orografia pernambucana podemos levar em conta que os colonizadores referenciavam-se pelos caminhos, limites e acidentes geográficos que os índios tão bem conheciam e cujos nomes eram familiares aos nativos. O rio Ipojuca, como uma das principais rotas de interiorização, é exemplo de acidente geográfico, conhecido por suas águas estagnadas, e a partir do qual foi possível que se abrissem caminhos paralelos orientados pelo seu curso no processo de interiorização. Esse e outros topônimos de étimo tupi estão em muitos acidentes físicos da região da mata, adentrando também pelo Agreste.

Como expusemos no início deste capítulo, concordamos com Rodrigues (2010) de que não houve ambiente favorável à difusão de uma língua geral em Pernambuco. No entanto, o processo de catequese dos índios em aldeamentos, sobretudo aqueles comandados por jesuítas, impuseram o tupi como língua que deveria ser falada pelos cativos dominados. Enquanto a situação linguística no contexto dos aldeamentos parecia ser de falantes de um tupi ou de uma língua geral, conforme indicam os documentos da época. Fora das aldeias, não dispomos de dados que sejam capazes de elucidar o panorama linguístico das comunidades na região, considerando também que ainda era baixa a ocupação dos interiores até o final do século XVIII. Desta forma, devemos compreender que, nos primeiros séculos do período colonial, embora tivesse havido ou não a difusão de uma língua geral, o léxico tupi foi herdado pelos falares dos brasileiros, inclusive os topônimos da terra, que foram incorporados pelos europeus, como cita Castro (1941).

Dos peixes que comiam, das aves que caçavam, aprendiam os nomes, assim como de muitas outras coisas da terra em que se instruíam. Correndo baías, ancoradouros, ou rios do litoral pernambucano bojado em pontas ou cabos, marcado por outros acidentes geográficos, iam melhor penetrando a inteligência do falar do aborígene. [...] Se Pojuca ou Ipojuca, se definia topograficamente, e a língua tupi o confirmava, como água estagnada, alagadiço ou pântano, iam esses termos e muitos outros sendo transmitidos aos novos navegadores ou feitores que aí aportavam... (CASTRO, 1941, p. 60-61).

Nas investidas constantes pelos interiores em processos de luta contra índios rebeldes, como nos episódios da Guerra dos Bárbaros, os primeiros exploradores devem ter se orientado muito pelo conhecimento dos povos (índios, caboclos mestiços) que ocupavam a região ou por informações imprecisas que outros viajantes tinham sobre a região, assim,

registrando topônimos que eram conhecidos destes povos. Como citamos no capítulo 2, durante a distribuição de terras do Agreste e Sertão aos sesmeiros do litoral, não se tinha um conhecimento suficiente da geografia da região e os limites das terras doadas eram imprecisos. Pesquisas diacrônicas mais pontuais podem elucidar estágios da toponímia e, assim, confirmar ou não se os topônimos ditos de origem tupi que descrevemos neste trabalho possuem uma origem mais remota ou se originaram de um período mais recente em que foram cunhados muitos termos tupis em substituição a topônimos portugueses.

Em fase posterior ao processo de interiorização, já à época do independência do Brasil, tivemos um novo momento em que o tupi foi privilegiado como língua que melhor refletia o ideal de nação. Como aludimos anteriormente, a toponímia pernambucana no século XX, sobretudo nas décadas de 30 e 40 passou por reformas que privilegiaram novamente o tupi, numa espécie de preciosismo, chegando a serem traduzidos nomes portugueses para o tupi. A cidade de Tuparetama, sertão de PE, recebeu este nome de forma artificial, por Mario Melo, sendo uma tentativa de tradução de “Terra de Deus”. Casos como estes de artificialismos que se processaram na toponímia são mais recentes e envolvem nomes de municípios e distritos. Podemos interpretar o topônimo *Tacaimbó* (nome do município) como um relativo artificialismo, que também foi cunhado por Mario Melo. Apesar de ter havido a necessidade de mudança do nome de Antonio Olinto para Tacaimbó, Melo recorreu a uma pesquisa histórica e identificou a origem do nome relacionada a uma tribo de índios que habitavam aquele local. Temos o topônimo *Riacho Tacaimbó*, que, seguindo a lógica dos outros topônimos de acidentes físicos, teria uma origem anterior ao nome do município e talvez tenha sido este elemento fossilizado na toponímia que motivou Melo a investigar as origens da palavra *tacaimbó*.

Desta forma, acidentes humanos na toponímia indígena são suscetíveis a uma motivação a partir de algum acidente físico próximo; por livre escolha lexical realizada por um denominador, mas que não necessariamente refletem a realidade geográfica daquela região; ou por artificialismos forjados, como tentativas de valorizar o tupi ou outros aspectos que o intelectual pretenda privilegiar.

4.5 Resultados da Amostra de Pesquisa de Campo

Com a finalidade de complementar os dados lexicográficos e buscando fornecer algumas informações históricas restritas a um conhecimento popular, realizamos uma pequena pesquisa de campo nos municípios de Caruaru, Pesqueira e Arcoverde, como amostra do que

poderiam resultar os trabalhos com a microtoponímia local. Visitamos as seguintes localidades abaixo, munidos de um questionário que foi aplicado ao morador mais antigo encontrado na localidade (sem distinção de sexo), e que, de preferência, tivesse nascimento naquele local. As perguntas feitas tinham como objetivo motivador o morador a rememorar história(s) sobre as origens da localidade:

- De onde vem o nome X?
- Você já ouviu alguma história sobre o porquê deste lugar se chamar X?
- Há quanto tempo você reside neste local?
- Este lugar já teve um outro nome? Caso sim, qual(ais) nome(s) teve antes?
- Já ouviu falar da presenças de índios ou escravos que moraram neste local?

4.5.1 Comorongo – Pesqueira (PE)

Em pesquisa de campo realizada no município de Pesqueira, visitamos o sítio Comorongo e descobrimos que ele se subdivide em Comorongo I e II⁷⁹. Na entrevista realizada com um morador de 47 anos, do sítio Comorongo (I), ele relata que os pais diziam que o nome tem a ver com o rato, o camundongo. Houve uma época em que a população foi assolada pela febre bubônica, morrendo muitos moradores, e veio alguém de fora da comunidade e disse que a causa da morte era por conta do camundongo, que os habitantes interpretaram como *comorongo*. Segundo o entrevistado, os moradores da época tiveram dificuldade em entender a pronúncia do nome. A subdivisão entre Comorongo I e II foi realizada pelo prefeito de Sanharó que batizou o local de Comorongo I e de Comorongo II, onde era anteriormente apenas Comorongo. Já ouviu relatos da existência de negros aquilombados na Fazenda Quatro Cantos, mas não em Comorongo.

4.5.2 Ipojuca – Arcoverde (PE)

Morador de 70 anos, nascido e criado no distrito de Ipojuca, Arcoverde (PE), apenas morou uma época fora de lá. Segundo o entrevistado, o topônimo é motivado pelo nome do rio Ipojuca (região próxima da sua nascente). Ele relata que a sua família Brito, antes de fixar residência em Ipojuca, encontrou no local moradores que tinham o nome de ipojuicanos, e

⁷⁹ As pesquisas toponímicas mais localizadas são importantes também para esclarecer sobre as localizações e mudanças nos nomes que ainda não foram contempladas nos mapas. Também é possível encontrar **topônimos paralelos** reconhecidos pela comunidade e ausentes em documentos oficiais.

eram descendentes de holandeses, e ainda segundo o morador, o povoado já possui mais de 100 anos. Pelo relato do morador, os ipojuicanos viviam da agricultura e pecuária e construíram as primeiras casas. Após a chegada dos Britos, descendentes de ingleses, estes compraram as terras dos ipojuicanos. Até 30 anos atrás, naquele vilarejo, havia poucas casas. Ele relembra que com a construção de uma usina de processamento de leite, o lugar foi sendo melhor ocupado e que houve doações de terras da igreja para algumas pessoas. Não ouviu relatos da presença de africanos ou índios na região.

4.5.3 Gravatá-Açu – Caruaru (PE)

Morador de 42 anos, vive lá desde o seu nascimento, mas não tem conhecimento sobre as origens do nome Gravatá-Açu. Apenas relata que o sítio foi herdado de seu pai. Não conhece se houve outros nomes para o local. Informa que os limites da região se dá com Barbatão, Jucá, Serra Verde. Não ouviu falar da presença de africanos ou índios na região.

4.5.4 Sítio Tapuia – Caruaru (PE)

Morador, nascido e criado no sítio, 70 anos, lembra que desde que nasceu o local já tinha este nome. Fala dos limites com Serra Verde, Sítio Anta, Sítio Caldeirão, Sítio Serra Velha, Riachão. Não sabe da existência anterior de índios e ou escravos na região. Ele diz que os nomes das chácaras e outras propriedades que vão sendo construídas ainda preservam alguma referência ao nome original, por exemplo, Fazenda Serra Verde. Observa que muitas pessoas da cidade estão indo morar nos sítios construindo chácaras.

4.6 Aspectos Morfofonológicos dos Topônimos

Muitas das formas atuais em que se apresentam os topônimos, se grafados em mapas ou em uso pelos falantes de uma comunidade, são produtos de adaptações fonológicas sofridas a nível estrutural na passagem da língua de origem para o português. Selecionamos em nossos dados os topônimos que apresentaram maiores modificações entre a sua forma atual e o provável étimo. Assim, elaboramos um quadro comparativo com a provável forma de base da língua de origem e a realização atual do nome sob a forma de topônimo como consta nas cartas geográficas, buscando identificar adaptações fonético-fonológicas que estes nomes possivelmente sofreram quando do processo de nativização para o português. O quadro

busca apenas ilustrar como se deram certas adaptações, levando em consideração que algumas das formas descritas como “da língua de origem”, podem ser já adaptações que assim ficaram registradas nas fontes lexicográficas consultadas⁸⁰.

Optamos por não utilizar a transcrição fonética, tendo em vista que os dados foram extraídos de fontes escritas, sendo algumas formas reconstruídas. A identificação dos fonemas /i/, /β/ e /ʒ/ do tupinambá foi feita com base no trabalho de Silva (1993). Para a explicação de alguns processos do tupi para o português, utilizamos como referência o trabalho de Silva (1993) e explicações sobre as regras fonológicas do tupinambá em Rodrigues (1981).

Quadro 7 – Adaptações fonético-fonológicas dos topônimos indígenas para o português

Tupi (forma de origem)	Topônimo atual	Metaplasmos**
Etimologias extraídas de Silva (1993)		
kaʔáísára	Caiçara	- áferese do /ʔ/ - crase do /a/
*kapiβár	Capivara	- substituição do /β/ por /v/ Silva (p. 30) - paragoge do /a/.
Karaíβa	Caraíba	- substituição do /β/ por /b/ Silva (1993: 29)
Kaβa	Cava	- substituição do /β/ por /v/ Silva (1993: 29)
Karawatá ⁸¹	Gravatá	- vozeamento do /k/ que passa a /g/ - /w/ foi substituído pelo /v/ Silva (1993: 30), sendo uma consonantização
ʔípanéma	Ipanema	- aférese do /ʔ/.
*Itápé(β) + usú	Itaperussu	- epêntese do /r/
Yanypápe	Jenipapo	- há apenas mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma ⁸² . - substituição de /a/ para /e/ (elevação e anteriorização); - substituição de /y/ para /i/; - substituição de /e/ para /o/ (posteriorização)
Yuá	Juá	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma
Yuniá	Jundiá	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma - substituição do /n/ pela sequência /nd/
Yamanákaru	Mandacaru	- áferese do /ya/ - /n/ foi substituído por /nd/ Silva (1993: 29)
Mosorániba	Massaranduba	- centralização e abaixamento dos /o/, que

⁸⁰ Foram consultadas as obras de: Cunha (1978), Silva (1993), Sampaio (1987), Tibiriçá (1997), Castro (2005), Melo (1931), Mendonça (2012) e outros.

⁸¹ Segundo Silva (1993, p. 30), o /w/ foi substituído por /gw/ e, esporadicamente, por /w/ e por /ø/. Isto explica a possível mudança de Karawatá para Karagwatá, forma que também se preservou em alguns topônimos.

⁸² De acordo com Silva 1993 (p. 17), no tupinambá, o fonema /y/ em início de sílaba se realiza como [ʒ] diante de vogais orais e como [ɲ] seguido de fonema nasal na mesma palavra.

		passam a /a/; - substituição do /n/ pela sequência /nd/; - substituição do /i/ por /u/ (posteriorização).
Amokó	Mocó	- aférese do /a/
Muresí	Murici	- elevação do /e/ para /i/
Yasapé	Sapé	- aférese do /ya/.
Tamanuá	Tamanduá	- substituição do /n/ pela sequência /nd/
Uruβú	Urubu	- substituição do /β/ por /b/ como atesta Silva (1993: 29)
*eírusúmirĩ	Uruçu Mirim	- Silva (1993: 30) diz que o /e/ pode ser substituído esporadicamente por /u/ e /o/ em sílabas átonas -Silva (1993: 31) afirma ser comum a alternância /ĩ/ e /im/
Etimologias extraídas de Cunha (1978)		
*iuasa'i	Açaí	- aférese da sílaba inicial [iu-].
Caá-eté	Caeté	- crase do /a/.
Ia'naia	Jandaia	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ž] é a mesma - substituição do /n/ pela sequência /nd/
*Iapikana	Japecanga	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ž] é a mesma - abaixamento do /i/, que vira /ε/; - substituição do /ŋ/ do tupi por /ng/ Silva (1993:29)
Yara-cati-á	Jaracatiá	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ž] é a mesma
Iu'ka	Jucá	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ž] é a mesma
Ĩi'sara	Juçaral	- mudança de grafia <i> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ž] é a mesma - substituição do /i/ por /u/ - sufixação -al (português)
Iuru'ti	Juriti	- mudança de /u/ para /i/ (de posterior para anterior), como atesta Wolff (p. 31) o /u/ pode ser substituído por /e/, /i/, /o/ ou /ø/ em sílaba átona no português.
Iuru'ti	Juruti	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ž] é a mesma.
*maka'mira	Macambira	- oralização /m/ > [ᵐb], Silva (1993:29) fala em substituição do /m/ por /mb/ em meio de palavra
*manisoua	Maniçoba	- substituição do /u/ por /b/ (fortalecimento)
*imu'nĩua	Munguba	- aférese do /i/; - epêntese do /g/; - síncope do /i/; - epêntese do /b/.
Ûi'ti	Oiti	- abaixamento do /ü/, que passa a /o/.
Pitoma	Pitomba	- oralização /m/ > [ᵐb], Silva (1993:29) fala em

		substituição do /m/ por /mb/ em meio de palavra
Toua'tina	Tabatinga	- substituição do /o/ por /a/ - /u/ passa a consoante /b/ mantendo o traço labial - substituição do /ŋ/ do tupi por /ng/ Silva (1993:29)
Etimologias extraídas de Sampaio (1987)		
Mbaé-ité	Baité	- oralização do [ᵐb], segundo Silva (1993:29) /m/ é substituído por /b/ em início de palavra - síncope do /ɛ/.
Ybirá-úna	Baraúna	- aférese do /y/; - abaixamento do /i/, que passa a /a/ (assimilação).
Cáa-boc	Caboclo	- crase do /a/; - paragoge do /lo/.
Caiapé ⁸³	Caipé	- síncope do /a/.
Acayá (Mcg)	Cajá	- síncope do /a/ - mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma
Caá-mbará	Camará	- crase do /a/; - nasalização [ᵐb]
Cambucy	Camucim	- Nasalização da vogal final, segundo Dietrich e Noll (2010, p. 90)
Cará-uá	Caruá	- síncope do /a/.
Ca-uçú-pin	Cassupim	- síncope do /u/
Acutí-g-y	Cotegi	- aférese do /a/ - abaixamento do /u/, que passa a /o/ - abaixamento de /i/ para /e/
Cúi-eté	Cuité	- Pode ter ocorrido a substituição do /e/ por /i/ Silva (p. 30) e posterior queda do /i/
Curuã	Curuanhas ⁸⁴	- paragoge do /nas/
Ypuera	Ipoeira	- anteriorização do /i/ para /i/; - abaixamento do /u/, que passa a /o/; - ditongação do /e/, passando a /ej/.
Yapó-yuc ⁸⁵	Ipojuca	- anteriorização do /i/ para /i/ - síncope do /a/ - mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma - paragoge do /a/ final;
Yambo-ticada	Jabuticaba	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma - perda da nasal /m/ - substituição do /d/ por /b/; - elevação do /o/ para /u/

⁸³ Como não é possível precisar a etimologia, adotamos a forma caiapé que pode ter advindo de acaya-apé ou não.

⁸⁴ Muitos nomes tupis passaram

⁸⁵ O /i/ central do tupi é grafado com <y> na ortografia da línguas tupi-guaranis..

Yabutí-guaba		- substituição do /g ^w / por /k/.
Y-iké-i	Jequi	- abaixamento de /i/ a /e/ - síncope do /e/
Yu-ker-i	Jiquiri	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma - mudança de /u/ para /i/ (de posterior para anterior) - elevação do /e/ para /i/
Yá-atã-y ⁸⁶	Jitaí	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma - crase do /a/ e posterior substituição do /a/ por /i/, em síbala átona do port. Silva (1993:31) - desnasalização do /ã/.
a-yú-á	Juá	- aférese do /a/; - mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma
Macá-paba	Macapá	- apócope do /ba/.
Magépe	Magé	- apócope da sílaba final [-pe].
Mana-cã	Manacá	- desnasalização do /ã/. Silva (1993:31) mostra que o /ã/ pode ser substituído por /a/ de forma alternativa.
Mair-abá	Marabá	- síncope do /i/.
Mô-buca	Mumbuca	- alçamento e nasalização do /o/, que passa a /ũ/
Piri-tyba	Pirituba	- posteriorização de /y/ para /u/.
Çooaçu-arana	Suçuarana	- elevação de /o/ para /u/ - síncope do /a/
Tapyía	Tapuia	- substituição do /y/ por /u/.
Typy	Tipim	- anteriorização do /i/ para /i/ - Nasalização da vogal final, segundo Dietrich e Noll (2010)
Tapyá	Trapiá	- epêntese do /r/.
Ymbú-rana	Umburana	- posteriorização de /y/ para /u/ e labialização
Ytinga	Utinga	- substituição do /y/ por /u/. A pronúncia do /y/ gutural se aproxima do /u/
Etimologias extraídas de Tibirá (1997)		
Camará-tyba	Camaratuba	- posteriorização de /i/ para /u/. Silva (1993:31) explica que o morfema /tiβa/ que aparece com /tiba/ ou /tuba/ evidencia diferentes tipos de adaptação do /i/ tupi a depender da região geográfica.
Cotunduba ⁸⁷	Cotunguba	- substituição do /d/ por /g/.
Caruatá ⁸⁸	Croatá	- síncope do /a/; - abaixamento do /u/, que passa a /o/.
Ybirá-assu	Ibiruçu	- substituição do /a/ por /u/

⁸⁶ Forma contrata de de yá-atã-yba, segundo Sampaio (1987)

⁸⁷ Forma alterada de catanduba, segundo Tibiriçá (1997).

⁸⁸ Já é forma adulterada de Karawatã.(tupi)

Etimologias extraídas de Melo (1931)		
Ará-yipi-bú	Aripibu	- síncope do /a/.
Ará-ndú	Atandu	- substituição do /r/ por /t/ (de vibrante para oclusiva).
Cabaru-nema	Cabromena ⁸⁹	- síncope do /a/; - abaixamento do /u/, que passa a /o/; - metátese do /n/ e do /m/.
Cabun-nema		- epêntese do /r/; - abaixamento do /u/, que passa a /o/; - síncope do /n/; - metátese do /n/ e do /m/.
Caápoí-y*	Cabuji	- crase do /a/ - síncope do /i/ - elevação de /o/ para /u/
Caá-rombi	Calumbi	- crase do /a/; - substituição do /r/ pela lateral /l/ Silva (1993:30); - elevação do /o/, que passa a /u/.
Guará-yá-y	Gurjaú	- síncope do /a/; - mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma - posteriorização de /i/ para /u/.
Mbuçú-assu	Massauçu ⁹⁰	- nasalização do [ᵐb] - aférese /u/ - epênteses do /a/.
Amana-uassú		- aférese do /a/; - substituição do /n/ por /s/.
Mereb	Merepe	- desvozeamento do /b/, que passa a /p/; - paragoge do /e/ para manutenção do padrão silábico CV.
Pirá-ú-ira	Piranira	- síncope do /u/; - epêntese do /n/.
Pirá-puama	Pirapama	- substituição do /u/ por ∅ em sílaba átona Silva (1993:31)
Cibi-rõ	Sibiró	- desnasalização do /õ/.
Tacua(r)embó	Tacaimbó	- síncope do /u/; - elevação do /e/, que passa a /i/.
Etimologia extraída de outras obras		
Kamu'ri(Mcg ⁹¹)	Camurim	- Nasalização da vogal final, segundo Dietrich e Noll (2010)
Eyxu (VLB ⁹²)	Exu	- monotongação [ej] > [e]

⁸⁹ Mais de uma explicação gera dúvidas etimológicas.

⁹⁰ Há duas possíveis etimologias sugeridas por Melo (1931)

⁹¹ MARCGRAVE, J. **História Natural do Brasil**, trad. de Mons. Dr. José Procópio de Magalhães, São Paulo: Museu Paulista, 1942.

⁹² Vocabulário na Língua Brasileira (manuscrito anônimo português-tupi do século XVII, coordenado e prefaciado por Plínio Ayrosa) Vol. 10 da Coleção do Departamento de Cultura, São Paulo, ano 1938.

Wa'riba (Rodrigues ⁹³)	Guariba	- substituição do /w/ por /gw/ Silva (1993: 30)
Yate'i (Rodrigues)	Jati	- mudança de grafia <y> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma - síncope do /e/
Ietaiba (Piso ⁹⁴) > Iatoiba >	Jatobá	- mudança de grafia <i> > <j>, tendo em vista que a realização fonética [ʒ] é a mesma - abaixamento de /e/ para /a/. - elevação de /a/ para /o/ - monotongação [oj] > [o];
Mereba (VLB)	Merepe	- desvozeamento do /b/, que passa a /p/; - substituição do /a/ por /e/ em sílaba átona Silva (1993: 31)
Minduí ⁹⁵	Mingu	- síncope do /u/; - substituição do /d/ por /g/.
S(y)uassupitanga (LB ⁹⁶)	Supitanga	- aférese do /S(y)uas/.
Tapiraí ⁹⁷	Tapiraim	- nasalização da vogal final, segundo Dietrich e Noll (2010)
Tape ⁹⁸ + *yĩ + pe ⁹⁹	Tapejipe	- Silva (1993: 30) postula o alomorfe *yĩ do morfema ʔĩ em alguns pontos do Nordeste.
Awa'ra ¹⁰⁰	Guará	- aférese do /a/ - substituição do /w/ por /gw/ Silva (1993: 30)

** Os processos elencados são apenas para evidenciar as adaptações fonético-fonológicas ao português brasileiro, não se tratando de processos comuns da língua de origem.

Fonte: SILVA (2014)

Em razão da predominância de topônimos de origem tupi em nosso *corpus*, identificamos um maior quantitativo de adaptações fonético-fonológicas nestes nomes, destacando-se as substituições, sínopes, aféreses, epênteses, crases, nasalizações de vogal final, elevações e abaixamentos de vogais. Outros processos também foram encontrados em menor número como paragoges e monotongações. Em muitos topônimos, identificou-se apenas a mudança de grafia de <y> para <j>, não sendo considerado um processo fonológico, pois em tupinambá o <y> tinha realização /ʒ/, o que equivale ao /ʒ/ do português.

Encontramos alguns topônimos que apresentavam sufixos de derivação do tipo endocêntricos, que segundo Silva (1993) *apud* Rodrigues (1981) são os que “produzem temas

⁹³ Em Rodrigues (1958).

⁹⁴ Retirado de Pickel (2008).

⁹⁵ Trata-se apenas de uma hipótese de “mingu” provir de “minduí” (tupi).

⁹⁶ Barbosa, Pe. A. Lemos. **Pequeno Vocabulário Português-Tupi**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970.

⁹⁷ Navarro (2005) explica que tapiraí é rio das andorinhas (taperá + y). Segundo o autor, rio das antas seria tapiri e não tapiraí, pois a vogal átona final de tapira cai quando se funde com “y”

⁹⁸ Do guarani, segundo Montoya (1879, p. 153)

⁹⁹ Explicação etimológica nossa.

¹⁰⁰ Em Rodrigues (1958, p. 14)

da mesma classe da respectiva base”, enquanto que os exocêntricos produzem temas de classe diferente da sua base. Abaixo listamos os topônimos que apresentam os sufixos endocêntricos dos tipo intensivador:

Sufixo derivativo	Topônimos
-wasú ~ -usú (maior tamanho e intensidade)	Timbó Açu, Paraguassu, Massauassu / Maçau Açu, Tapiruçu, Itaperussu

Embora não encontrados em nossos dados, há no tupinambá os sufixos atenuativos $\text{?}^{\sim}\text{i}$ ~ -?i , que indicam menor tamanho ou menor intensidade. Cabe diferenciarmos o sufixo diminutivo $\text{-?}^{\sim}\text{i}$ ~ -?i do morfema -?i^{101} referente ao rio, que pode aparecer em várias posições na palavra. Este é o problema que encontramos para decidir se *Taquari* é taboca fina ou contração de Taquaray (rio das taquaras).

Segundo Robl (1985), os sufixos *-rana*, *-guara* e *-oara* foram os únicos morfemas gramaticais herdados do tupi, tendo em vista que a situação de contato entre indígenas, africanos e portugueses resultou apenas em adaptações fonéticas e reduções morfológicas. Em nossos dados, encontramos o sufixo *-rana* nos topônimos *Umburana*, *Sapucarana* e *Suçuarana*. De acordo com o quadro acima, verificamos que foi comum a perda de elementos morfológicos do tupi para o português, resultando em topônimos como: *Mandacaru*, *Sapé*, *Macapá*, *Supitanga* e *Magé*. Em nosso *corpus* encontramos topônimos pluralizados, o que foi comum no processo de nativização: *Angicos*, *Craíbas*, *Carapotós*, *Cavas*, *Coites*, *Cruanhas*, *Guaribas*, *Guxabas*, *Jandaias*, *Marimbas*.

Com relação ao topônimo *Tapejipe*, encontramos “tape” como provável forma do guarani. Segundo Montoya (1879, p. 153):

"hapé: s: o caminho delle; vê apé que recebe t, r, h, gu, Nos dois exemplos que seguem vê-se que tapé = topé podia se reportar ao inf. do v. ho = ha ir (...) Aqui também se vê que tem-se razão quando se-attribute à todos os radicaes o signif. originário de verbo" (MONTROYA, 1879, p. 153)

Em nossos dados houve duas ocorrências do morfema *-tuba* nos nomes *Pirituba* e *Camaratuba*. De acordo o artigo de Rodrigues (1992), em seu artigo “O nome Curitiba”, ocorre variação entre *-tuba*, *-tiba* a depender da região geográfica. No Nordeste parece que houve preferência pelas formas com *-tuba*.

¹⁰¹ Forma apresentada em Silva (1993, p. 30)

Com relação aos topônimos africanos, buscamos também ilustrar mudanças a partir de formas da língua de origem. No entanto, temos maior grau de incerteza dada a dificuldade de identificar a qual língua pertencia determinado nome. O contexto do tráfico permita uma mistura de etnias e variedades de línguas, a princípio, já dificultando a documentação. Também poderemos estar considerando no quadro abaixo que o étimo “original” já se trata de uma adaptação, considerada aqui como um brasileirismo.

Quadro 8 – Adaptações fonético-fonológicas dos topônimos africanos

Processos*	Étimo original**	Topônimo
Palatalização do /s/ Substituição do /i/ por /o/ Síncope/fusão do /o/	Músóosi (YPC)	Muxoxo
Palatalização do /s/	Kasingu (YPC)	Caxingu
Epêntese do /d/ e do /g/	Kamu'nono (YPC)	Camundongo
Epêntese do /b/	Ma'rima (G)	Marimba
Substituição /k/ pelo /t/	Caculé (DS)	Catolé
Afêrese do /n/	Nzumbi (YPC)	Zumbi
Síncope do /n/	Ka-nfundo	Cafundó
Desnasalização do /u/ Substituição do /d/ pelo /l/	(mu)ndungu (RM)	Mulungu
Metafonia	Orô ¹⁰²	Oró

* Os processos elencados são apenas para evidenciar as adaptações fonológicas ao português brasileiro, não se tratando de processos comuns destas línguas africanas.

**Legenda: YPC – Castro (2005), DS – Santos (1983), G – Cunha (1978), RM – Mendonça (2012),

Fonte: Silva (2014)

No quadro abaixo identificamos processos fonológicos entre variedades do próprio português. Estes topônimos nos mostram que a fala das comunidades rurais também pode se refletir na toponímia. Um fenômeno comum é a epêntese do /i/ para desfazer encontros consonantais, comumente encontrados nos falares rurais brasileiros.

Quadro 9 - Metaplasmos do português popular

Processos fonológicos	Português	Português popular
Assimilação do /o/ Substituição do /d/ por /r/	Camundongo	Comorongó
Epêntese do /i/	Criméia	Quirimeia
Vocalização do l em /i/ Ditongação do /e/, passando a /ej/.	?(Tiro)pele	Tiropeia
Elevação de /ɔ/ para /u/	Pororoça	Pororuca

Fonte: Silva (2014)

¹⁰² Considerando que o oró provém de orô, de étimo iorubá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu situar a pesquisa em Toponímia como ramo da Onomástica, enfatizando o seu caráter interdisciplinar, com destaque para a investigação dos signos toponímicos de origem indígena ou africana, em uso pelos falantes do português brasileiro. Mobilizamos conhecimentos de áreas como a Geografia e a História a fim de fornecer subsídios que permitissem uma busca pela motivação dos topônimos de origem indígena e africana presentes ao longo do Vale do Ipojuca, tendo em vista que é fundamental compreender a inter-relação entre a história social das línguas, etnicidade e a formação dos primeiros núcleos de povoamento.

Apresentamos as dificuldades de abordagem do objeto linguístico “nome próprio”, que aqui estudamos em sua função específica de nomear os espaços geográficos. Ao darmos um nome a um local, entram em cena diversos fatores objetivos e subjetivos que irão influenciar a escolha linguística. O denominador terá a dupla tarefa de selecionar um item lexical, a partir do inventário de sua língua, e conferir-lhe um sentido, influenciado por fatores ambientais ou socioculturais. Como já evidenciamos, o caráter essencialmente motivado do signo toponímico permite-nos diferenciá-lo dos demais, ficando em evidência o componente semântico, vinculando o objeto designado e o termo designador; nas palavras de Dick (1990):

o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de **motivação** onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada”. (DICK, 1990, p. 34)

No entanto, não podemos refutar a importância do componente estrutural ao identificarmos a filiação linguística do topônimo. É importante realizar uma análise linguística, sobretudo dos seus componentes morfofonológicos, suas regras e restrições, que servirá de suporte para um estudo etimológico dos nomes.

Cabe ressaltar que as pesquisas em toponímia irão fornecer apenas pistas a respeito da real intenção do denominador, a partir de traços semânticos recuperados pelo item lexical com o subsídio das fontes históricas, lexicográficas e orais. Buscamos em nossa pesquisa privilegiar a consulta de fontes etimológicas mais fidedignas a fim de evitar as deturpações de

sentido, que muitos autores incorrem na tentativa incauta de dar explicações a nomes que ficaram semanticamente opacos. Alertamos para as etimologias que consideramos duvidosas ou que não apresentam a mínima base documental; ou ainda, com étimo confuso (algumas obras identificam o termo como indígena e outras como africano). Desta forma, optamos por classificar estes nomes como de “origem incerta”.

Entre os topônimos indígenas e africanos dos nossos dados, os que se apresentam em maior quantidade são os tupinismos, correspondendo a 70% do total do *corpus*. Foram evidenciados alguns hibridismos com o português, juntamente com alguns nomes que apresentam etimologia duvidosa. Encontramos também topônimos que não apresentam qualquer indício da sua língua de origem. Nomes como *Tiogó* e *Tionante* apenas podem indicar alguma relação com uma língua indígena não-tupi, mas não é possível ainda classificá-los. Os topônimos *Arimunã*, *Aripibu*, *Arembepe*, *Atandu/Arandu*, *Cabromena*, *Cassupim*, *Massauaçu*, de provável étimo tupi, localizados nos municípios de Ipojuca e Escada, apresentaram mais de uma interpretação e etimologia duvidosa. É necessário ainda investigar se estes nomes são híbridos, ou se constituem como empréstimos do português para o tupi, como Melo (1931) diz ser o caso de *cabromena*. Ainda é possível que sejam nomes de outro étimo. Destacamos como um possível caso de hibridismo afro-indígena *Congari* – *congá* (*banto*) + (*r*) + *y* (*tupi*), que não se encontra referenciado nas obras consultadas. Dick (1992) fala que as formações híbridas que mais se generalizaram na toponímia brasileira foram as estruturas [indígena + português] ou [português + indígena]. No entanto, acreditamos que sejam possíveis outras combinações híbridas entre nomes africanos e indígenas.

Como as relações entre o homem e a sua língua inevitavelmente são mediadas pela cultura, vinculada, sobretudo, ao inventário lexical, podemos constatar que diversos elementos da vida cultural dos indígenas e caboclos foram refletidos na toponímia do Ipojuca. A predominância foi de nomes tupis da flora, mostrando que este foi o principal elemento motivador entre nomes pesquisados. No cômputo geral, os elementos da geografia física prevaleceram sobre os de ordem antropocultural.

Com relação aos topônimos africanos, que, em comparação com os nomes tupis, têm uma presença bem menor em nossa toponímia, encontramos uma predominância de nomes do grupo linguístico banto e apenas dois nomes que podem ser do iorubá (família kwa): *Quimbá* e *Oró*. Há dificuldades na identificação da procedência dos grupos étnicos africanos em razão

da escassez de documentos da escravidão e, principalmente, pela própria mistura de etnias que o tráfico promovia. Cabe ainda lembrar, segundo Petter (2006), que:

As línguas africanas não chegaram ao Brasil com o mesmo estatuto linguístico de que dispunham no seu continente de origem, pois o tipo de tráfico adotado pelos portugueses promoveu uma certa seleção e adaptação entre as línguas. (PETER, 2006)

Sendo assim, identificamos apenas como grupo linguístico banto todos os nomes que possuem um provável étimo quimbundo, quicongo, umbundo, dentre outros; e que teríamos como falantes destas línguas os escravos vindos do ciclo *Congo-Angola*. Segundo Mattoso (1982), este ciclo se iniciou a partir do século XVII, e para Pernambuco e Salvador houve um influxo destas etnias. Já com relação ao iorubá, Bonvini (2009) destaca a vinda de negros da costa oeste, sudaneses, dentre eles, os nagôs (iorubás), no século XIX, o que poderia indicar que estes topônimos possuem uma data mais recente.

A nossa pesquisa veio com o intuito de apresentar os dados iniciais que representam o panorama da toponímia indígena e africana da região do vale do Ipojuca, fornecendo, em um primeiro momento, subsídios a posteriores investigações que objetivem: um estudo diacrônico dos topônimos, recuperando fases anteriores e fatores que implicaram mudanças nestas denominações (ordem histórica, política, social); datação precisa dos nomes, o que permitira evidenciar nomes que foram transplantados e possíveis artificialismos; recuperação da história social de localidades específicas através de pesquisas em microtoponímia, a partir de dados da história oral e de outras fontes documentais.

Para além destes propósitos, as pesquisas em Toponímia contribuem para evidenciar estágios pretéritos da história das línguas, recuperando itens lexicais em diferentes formas fonético-fonológicas. Neste sentido, é preciso considerarmos a questão das variações regionais que as formas lexicais podem adquirir. No caso do tupi, em nosso *corpus*, o topônimo *Camucim* contrasta com a forma *Cambuci* (RJ), como provável variante regional típica da região norte. De acordo com Dietrich e Noll (2010, p. 97) “pode-se dizer que /m/ se conserva em todos os contextos fônicos sobretudo no Norte, enquanto no Sul se realiza [m] em contexto nasal, [mb] em contexto oral.” Assim, ao tratarmos de topônimos, inclusive dos tupis, devemos ter em consideração as diferentes variantes regionais que estas palavras tomaram. No caso dos topônimos *Quirimeia*, *Tiropeia* e *Comorongo*, temos exemplos de que o português popular brasileiro também pode se refletir na toponímia, com traços fonético-

fonológicos característicos. Além do trabalho com mapas, as fontes para a toponímia vindas da oralidade valem de contribuição à dialetologia, podendo trazer fenômenos do português popular, contemplando as variações regionais presentes no léxico de um povo.

REFERÊNCIAS

- ANAIIS da Biblioteca Nacional, vol.76, ano 1956, notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_076_1956.pdf> Acesso em: jan. 2014.
- ANDRADE, M. C. de. Geografia do quilombo. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na Dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL. 2001. cap. 5, p. 75-86.
- ANTIQUERA, V. **Cada nome uma história: dos nomes geográficos de São Bernardo do Campo aos nomes das ruas e vilas do bairro de Rudge Ramos**. 2011. 284 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AQUINO, S. T. **Commentaire du peryermeneias (Traité de l'interprétation)**. Traduction, introduction et notes de Bruno et Maylis Couillaud. Paris: Belles Lettres, 2004.
- ARCANJO, J. A. **“Terras de preto” em Pernambuco: negros do osso – etnogênese quilombola**. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- ASSIS JÚNIOR, A. de . **Dicionário kimbundu-português, linguístico, botânico, histórico e corográfico**. Luanda: Edição de Argente, Santos & Ca., Lda., 384 p.
- ARISTÓTELES. **De Interpretatione**. Translated with notes by J.L.Ackrill. Oxford: Clarendon Press, 1963.
- AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. São Paulo, Unicamp, 1998.
- BARBALHO, N. **Cronologia pernambucana: subsídios para a história do Agreste e do sertão**. Vol.3. Recife: FIAN, 1982.
- _____. **Cronologia pernambucana: subsídios para a história do Agreste e do sertão**. Vol.5. Recife: FIAN, 1971
- _____. **Caboclos do Urubá**. Biblioteca Pernambucana de História Municipal. Companhia Editora de Pernambuco, 1977.
- _____. **Caruaru de Henrique Pinto: visão histórica e social – 1917 a 1920**. Recife, 1981.
- BARBOSA, B. F. Cartas alfabéticas em tupi – Memória indígena em Pernambuco século XVII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.
- BARBOSA, P. A. L. **Pequeno vocabulário Português-Tupi: com um apêndice: Nomenclatura de parentescos**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970.
- BETHELL, L. **História da América Latina**. V. 1 São Paulo: EDUSP, 1997

BONVINI, Emílio. Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil: formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2009.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

BRANDÃO, M. do Carmo; RIOS, L. F. O Catimbó-Jurema no Recife. In: PRANDI, R. (Org.). **Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CARDIM, P. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**; Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925, p. 281-372

CARNEIRO, J. P. J. A. **A morada dos Wapixana**: atlas toponímico da região indígena da Serra da Lua – RR. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de São Paulo. São Paulo.

CARVALHO, M. J. M. de. O quilombo do Catucá em Pernambuco. **Revista Caderno CRH**, Salvador, n. 15, p. 5-28, jul./dez. 1991.

CARVALHINHOS, P. J. Estudos de onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. In: LIMA-HERNANDES, M. C. et al. (Org.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2008 (c). 1 CD-ROM.

CASTRO, E. de. O litoral: os primórdios do seu povoamento e da propagação e mestiçagem da Língua Portuguesa. In: _____. **Ensaio de Geografia Linguística**. 2. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1941. p. 57-80.

CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

CAVALCANTI, A. L. **História de Garanhuns**. Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1983.

CENTRO de Cultura Luiz Freire. **A formação dos quilombos no sertão de Pernambuco**. Olinda: CCLF/Gov. do Estado de Pernambuco, 2008.

CINTRA, I. de M. **Gado brabo de senhores e senzalas**. Recife: FIAM, 1988.

CONDEPE/FIDEM. **Monografia da microrregião do Vale do Ipojuca**. Recife, 2001.

_____. **Pernambuco em mapas**. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2011. 159 p.

_____. **Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca** (Série Bacias Hidrográficas de Pernambuco, 1) Recife: 2005. 64p. Disponível em:

<http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=78673&folderId=141869&name=DLFE-12005.pdf> Acesso em: jan. 2014.

COSTA, F. A. P. da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual. 1951.

COUTO, D. L. **Desagravos e glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 5. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

DANTAS, B. G. A tupimania na historiografia sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, SE, n. 9, p. 39-46, 1987. Separata.

DANTAS, M. A. **Dinâmica social e estratégias indígenas**: disputas e alianças no aldeamento do Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco (1860 – 1920). 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

DAUZAT, A. **La géographie linguistique**. Paris: Flammarion. 1922.

DICIONÁRIO Online Caldas Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: nov. 2013.

DICK, M. V. de P. do A. Atlas Toponímico: um estudo de caso in. **Acta Semiótica et Linguística**, São Paulo, v. 6, p. 27-44, 1996

_____. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o atlas toponímico do estado de São Paulo. **Revista Investigações, Linguística e Teoria Literária**, Recife, v. 9, p. 119-149, mar. 1999.

_____. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado São Paulo, 1990.

_____. Origens históricas da toponímia brasileira: os nomes transplantados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 24, p. 75-96, 1982.

_____. O problema das taxonomias toponímicas: uma contribuição metodológica. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. 2. ed. São Paulo, 1990. p. 23-33. (Coleção de Estudos).

_____. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH, 1992.

DIETRICH, W.; NOLL, V. O papel do tupi na formação do português brasileiro. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. cap. 5, p. 81-103.

DIETRICH, W. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. cap. 1, p. 9-25.

DORION, H. A qui appartient le nom de lieu?. **Onomastica Canadiana, Société Canadienne d'Onomastique**, Gatineau, v. 75, n. 1, p. 1-10, 1993.

DRUMOND, C. **Contribuição do bororo à toponímia brasílica**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

EDELWEISS, F. G. **Estudos tupis e tupi-guaranis: confrontos e revisões**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1969.

ESTEVIÃO, C. O ossuário da Gruta do Padre, em Itaparica, e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 14/17, p. 155-200, 1943.

FAUSTO, C. Fragmentos da história tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etnohistórico. In.: CUNHA, M. C. da (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP, 1992. p. 381-396.

FERREIRA, J. E. **Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru**. João Pessoa: Ideia, 2001.

FONSECA, H. **Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2006. 186 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO PERNAMBUCO. **Ipojuca**. Recife, 1991. 74 p. (Monografias Municipais, 32).

FURTADO, S. S. Os nomes geográficos e a Cartografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 103-110, jan./mar. 1959.

GALINDO, M. A submergência Tapuia. In: OLIVEIRA, J. P. de. (org.). **A presença indígena no nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 167-215

GALVÃO, S. de V. **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1927. v. 1-4.

GARDINER, A. **The theory of proper names: a controvertial essay**. London, New York: Oxford University Press, 1957.

GASPAR, L. Índios em Pernambuco. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em:
<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=649&Itemid=188>. Acesso em : 5 mar. 2013.

GUIRAUD, P. **A semântica**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

HOHENTHAL, N. D. **Relatório de viagem aos índios da I.R.4**, pelo Dr. William D. Hohenthal Jr. no ano de 1952, p.2. MI/RJ, SEDOC, microfilme 799.

_____. Notes of Shucurú indians of Serra de Ararobá, Pernambuco, Brasil. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8, p. 91-166, 1958.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda

HOYOS-ANDRADE, R. E. Resenha. **Alfa**, São Paulo, v. 29, p. 131-139, 1985.

ISQUERDO, A. N. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. Total de folhas. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP.

KIRCHOF, E. R. Teoria dos signos na idade média: a semiótica de Santo Agostinho. **Revista Acta Semiótica et Lingvistica**, João Pessoa, v. 16, ano 35, n 2, 2011.

LAPENDA, G. C. O dialeto xucuru. **Doxa** - Revista oficial do Departamento de Cultura do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco da Universidade do Recife, Recife, ano 10, n. 10, p. 11-23, 1962.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. Tomo I.

LEMTO/UFF – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades. **Comunidades e territórios quilombolas auto-identificados em Pernambuco**. Levantamento realizado por Girolamo Domenico Treccani, 2006. Disponível em: <http://www.alexandrebrito.com/novosistema/mapas/quilombos_ident_geocod_pe.jpg>. Acesso em: jun. 2014.

LIMA, D. de A. ESTUDOS FITOGEOGRÁFICOS DE PERNAMBUCO. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, [S.l.], v. 4, p. 243-274, ago. 2014. ISSN 1980-0258. Disponível em: <<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/47/44>>. Acesso em: ago. 2014.

LIMA, E. C. **A toponímia africana em Minas Gerais**. 2012. 216 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

LIMA, H. F. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

LINDOSO, D. **A utopia armada**: rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. 2. ed. rev. Maceió: EDUFAL, 2005. 408 p.

LINS, A. F. **História de Gravatá**: contribuição ao estudo do agreste de Pernambuco. Recife: Inojosa Editores, 1993.

LOGNON, A ; MARICHAL, P. ; MIROT, L. **Les noms de lieu de la France**: leur origine, leur signification, leur transformation. Paris : Champion, 1920.

MACHADO, R. C. V. Vaqueiro do Nordeste Brasileiro. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: ago. 2013.

MACIEL, J. A. **Questões de toponímia municipal pernambucana**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1984. v. 2.

MAIA, D. S. A Feira de gado na cidade: encontros, conversas e negócios. **Revista Formação**, Presidente Prudente, SP, v. 1, n. 14, p.12-30, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/695>>. Acesso em: ago. 2013.

MAPA físico do Estado de Pernambuco: escala 1:1.000.000. Rio Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <ftp://geofitp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/fisico/unidades_federacao/pe_fisico.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

MARCGRAVE, J. **História natural do Brasil**. São Paulo: Museu Paulista, 1942.

MARROQUIM, M. **A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934

MARTIUS, C. F. P. **Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)**. Tradução de Manuel Augusto Pirajá da Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. Tradução de James Amado. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEDEIROS, M. do C. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos oratorianos de Pernambuco 1659 - 1830**. João Pessoa: Ideia, 1993.

MEDEIROS FILHO, O. de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília, DF: IHG-RN, 1984. 157 p.

MELLO, J. A. G. de. **Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)**. Recife: Instituto de Ciências do Homem; Imprensa Universitária, 1966.

MELO, M. Os Carnijó de Águas Belas. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, Recife, v.. 29, n. 135-142, p 178-227, 1929.

_____. **Pernambuco: traços de sua geografia humana**. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Comercio, 1940.

_____. **Toponymia pernambucana**. Recife: Impensa Official, 1931.

MENDONÇA, R. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília, DF: FUNAG, 2012. 200 p.

MENESES, J. P. C de. Um estudo sobre a comunidade quilombola Sítio Livramento, uma questão de fontes. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 4. **Anais**, 2008, Vitória da Conquista, Bahia. Disponível em:

<http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Janine%20Primo%20Carvalho%20de%20Meneses.pdf> Acesso em: ago 2013.

MILL, J. S. **System of logic, ratiocinative and inductive**. London: Longman, 1889.

MONTOYA, P. A. R. de. Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da conquista espiritual. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1879-1880, 1879.

MÜHLHÄUSLER, P. **Language of environment, environment of language: a course in ecolinguistics**. London: Battlebridge, 2003.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió, AL: EDUFAL, 2001. cap. 2, p. 21-34.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Sobre as origens do português popular do Brasil. **Delta**, São Paulo, v. 9, p. 435-455, 1993. Número especial.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora, 1955.

NASH, J. **Toponymy and ecolinguistics**. 2013. Disponível em: <<http://hiphilangsci.net/2013/11/13/toponymy-and-ecolinguistics>>. Acesso em: jan. 2013.

NAVARRO, E. de A. **Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

NIMUENDAJU, C. **Mapa etnohistórico do Brasil e regiões adjacentes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NOLL, V. Os primeiros empréstimos tupis no português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. cap. 4, p. 61-80.

NÖTH, W. **Panorama da semiótica: de Platão a Pierce**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 1995.

PAZUKHIN, R. **Proper names: a dispute of misconceptions**. Poznan: Adam Mickiewicz University, 1988.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PESSOA DE CASTRO, Y. **Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

PESSOA, M de B. **Do oral e do escrito desde os gregos até a geografia linguística**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

- PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S. et al (Org.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-142.
- PICKEL, D. B. J. **Flora do nordeste do Brasil segundo Piso e MarcGrave: no século XVII**. Recife: EDUFRPE, 2008.
- PINTO, E. **Etnologia brasileira: fulniô - os últimos tapuias**. São Paulo: Editora Nacional, 1956.
- PLUTARCH. **Plutarch's Morals**. Tradução de Greek by several hands. Cambridge: Press Of John Wilson and son, 1874.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros – povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)**. 1998. 254 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- QUIRINO, E. G. **Memória e cultura: os Fulni-ô afirmando identidade étnica**. 2006. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIZZINI, C. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500 - 1822)**. São Paulo: Imprensa oficial do estado/IMESP, 1988.
- RIBEIRO JÚNIOR, J. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à independência. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 235-242, set. 1981.
- ROBL, A. Alguns problemas da influência tupi na fonética e morfologia do português popular do Brasil. **Revista Letras da UFPR**, Curitiba, v.. 33, p. 155-179, 1985.
- RODRIGUES, A. D. A composição em Tupi. **Separata de Logos**, Curitiba, ano 6, n. 14, p. 1-8, 1951.
- _____. Contribuição para a etimologia dos brasileirismos. **Revista Portuguesa de Filologia**, Coimbra, v. 9, p. 1-54, 1958.
- _____. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.
- _____. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. cap. 2, p. 27-47.

RODRIGUES, J. B. **Vocabulário indígena comparado para mostrar a adulteração da língua (complemento do Poranduba Amazonense)**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1892. Publicação da Bibliotheca Nacional.

RUBIM, B. da C. **Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Empresa Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito Impressor da Casa Imperial, 1853.

RUPERT, A. **A igreja no Brasil: expansão missionária e hierárquica**. Porto Alegre: PALLOTI, 1981. v. 3.

SALVADOR, F. V. do. **História do Brasil – 1500 a 1627**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. (Coleção Brasileira, v. 380).

SANTOS, D. da S. **Toponímia indigenista nos “Sertões” de Euclides da Cunha**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1983. 56 p.
 _____. **Toponímia pernambucana**. Recife: Escola Técnica Federal de Pernambuco, 1982. (Cadernos de Cultura nº 4).

SANTOS, J. de S. **Cariri e Tarairiú? culturas tapuias nos sertões da Paraíba**. 2009. 782 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Arqueologia.

SANTOS JÚNIOR, V. dos. **Os índios tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2008.

SAPIR, E. **Linguística como ciência: ensaios**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Escritos de Linguística Geral**. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler com a colaboração de Antoinette Weil. São Paulo: Cultrix, 2004.

SEABRA, M. C. T. C. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo**. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

SILVA, E. H. **Xukuru: memórias e história dos índios da serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 - 1988**. 2008. 299 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, SP.

SILVA, J. C. **Arqueologia no médio São Francisco: indígenas, vaqueiros e missionários**. 2003. 460 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, J. D. W. **Os topônimos brasileiros oriundos do Tupinambá e sua adaptação fonológica ao português**. 1993. 105 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SILVA, K. A. Da representação à associação recíproca: como se constituem signo, língua e objetos nas formulações de Saussure. **Anais do Seta**, vol 2, 2008.

SILVA, K. V. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010. 269 p.

SOUZA, G. S. de. **Tratado descritivo do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1587.

STEWART, G. R. **Names on the Globe**. New York: Oxford University Press, 1975 .

_____. And Adam Gave Names — A Consideration of Name-Lore in Antiquity. In: **Names** 6, p. 1-10, 1958.

STRAWSON, P. F. **Subject and predicate in logic and grammar**. London: Methuen & Co., 1974.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi**: significação dos nomes geográficos de origem tupi. 2. ed. São Paulo: Traço Editora, 1997.

_____. **Dicionário tupi-português com esboço de gramática de tupi antigo**. São Paulo: Traço Editora, 1984.

ULLMAN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência de significado. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964.

VARNHAGEM, F. A de. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

VASCONCELOS, J. L. de. **A evolução da linguagem**: ensaio antropológico. Porto: Typographia Occidental, 1886.

_____. **Opúsculos**: onomatologia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. v. 3.

VERSIANI, F. R. ; VERGOLINO, J. R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

VIEIRA, E. **Ponto de história do Brasil**: Paraíba do Norte. 7. ed. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1950.

VOCABULARIO na Língua Brasilica: manuscrito português-tupi do século XVII. Coordenado e prefaciado por Plínio Ayrosa. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

WILSON, L. **Ararobá lendária e eterna**: notas para a história de Pesqueira. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980.

APÊNDICE – Glossário Toponímico do Vale do Ipojuca

Legenda:

BaRo: Vocabulário Indígena comparado para mostrar a adulteração da língua (complemento do poranduba amazonense) - Barbosa Rodrigues

BR: Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa - Braz Rubim.

C.Au – Dicionário Online Caldas Aulete

DS: Daury Silveira – Toponímia indigenista nos “Sertões” de Euclides da Cunha

G: Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi – Antonio Geraldo da Cunha

GSS: Tratado Descritivo do Brasil em 1587 - Gabriel Soares de Souza

H: Dicionário Houaiss (2009)

LB: Pequeno Vocabulário Português-Tupi – Pe. A. Lemos Barbosa

M: Vocabulário das Palavras Guaranis usadas pelo tradutor da Conquista Espiritual do Pe. A. Ruiz de Montoya.

MaMa: A Língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco) - Mario Marroquim

MM: Toponymia Pernambucana - Mario Melo

Pickel: Flora do Nordeste do Brasil segundo Piso e Marcgrave no século XVII – D. Bento José Pickel

R.M.: A influência africana no português do Brasil - Renato Mendonça

S: O Tupi na Geografia Nacional - Teodoro Sampaio

SG: Dicionário Corográfico PE vol. 2 - Sebastião Galvão

Ti: Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi – Luiz Caldas Tibiriçá

Ti1984: Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi – Luiz Caldas Tibiriçá (ano 1984)

VLB: Vocabulário na Língua Brasilica

VM: Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844) (1939) - Carl Friedrich Philipp von Martius

WS: Os topônimos brasileiros oriundos do tupinambá e sua adaptação fonológica ao português - João Domingos Wolff da Silva

YPC: Falares africanos na Bahia – um vocabulário afro-brasileiro – Yeda Pessoa de Castro

As obras consultadas para o presente glossário encontram-se devidamente referenciadas na seção de Referências Bibliográficas deste trabalho. As bases lexicais com * indicam etimologia duvidosa por: múltiplas interpretações, falta de outras fontes documentais ou hibridismos.

Base lexical	Etimologia consultada/explicações	Topônimo	Estrutura morfológica
Açaí	S: Assahí. A-çaí, a fruta ácida, de referência ao coquilho da palmeira (<i>Euterpe oleracea</i> , Mart), de que se faz vinho refrigerante. Pará. T: Assaí - cidade do Paraná; de assaí, nome de uma palmeira da fam. Das ceroxilíneas, cujo fruto é comestível e fornece uma bebida fermentada muito apreciada. G: Espécie de palmeira da subfam. Das ceroxilíneas, cujo fruto é comestível e fornece uma bebida fermentada muito apreciada' assaí 1763, açay c1767, uaçai c1777 etc. Do tupi *iuasa'i açaiç-a	Açaí	Nm [Ssing] tupi
Angico	Ti: esp. de acácia do Brasil; é sem dúvida alt. de anjyca; ang, raiz tupi que significa sombra, deve ter sido primitivamente sinônimo de árvore; a partir deste conceito podemos dissecar anjyca em dois termos: ang(g) e jyca, que literalmente designaria: árvore fibrosa, resistente. R.M. (p. 78) "Negros bantu foram os Angolas, Congos ou Cabindas, Benguelas, Cassanges, Bangalas ou Imbangalas, Dembos, Macuas e Angicos . Predominaram os bantu no sul do Brasil: estado do Rio, Minas, São Paulo, bem como no norte: Pernambuco e Maranhão. Estas origens tão diversas e mal conhecidas refletem-se nas denominações confusas" MaMa (p. 151): diz que angico é palavra tupi.	Angico	Nm [Ssing] or. incerta
		Angicos	Nm [Spl] or. incerta
Angola	País da África ocidental do qual provieram africanos escravizados do grupo linguístico banto.	Angola Nova	NCf [Ssing + Asing] híbrido banto
Arara	S: s. voz onomatopaica com que se designam os grandes papagaios.. (<i>Psittacus macrocereus</i>) LB: arara – arara vards. ara(ra)úna, canindé, arassá, maracanã WS: es <i>arár</i>	Araras	Nf [Spl] tupi
Arembepe*	S: Arembépe - A-rembé-pe, à volta ou em torno da gente, à borda da povoação. Bahia, Pernambuco. Ti: praia da Bahia; de arembé, embarcadouro, e pe, partícula locativa átona. MM: Arendepe (Eng. No Munic. De Ipojuca) - corr. Ará-endape, no lugar dos papagaios - A.C.	Arambepe	Nm [Ssing] tupi
Arimbu*	MM: arimbu "pode proceder de aráimbu, traduzindo imbuzeiro dos papagaios. Pode ser de ará-iembú, manancial ou fonte dos papagaios.	Arimbi	Nm [Ssing] tupi

Arimunã*	MM: (Eng. no Munic. da Escada) — Corr. de aríb, cacho, espiga, monã, nascer, gerar, formar, criar; o cacho formado, onde se gera o cacho. — M. M. S: arybe - cacho ou penca LB: espiga – ara; aryba – cacho VLB: Aimonhã é “causa ser ou causar”.	Arimunã	Nm [Ssing] tupi
Aripibu*	MM: (pov. Do Mun. de Amaragy) "pode ser corr. De ará-y-pi-bú em que aráypi quer dizer - tempo seco, tempo em que não chove, bú ou ybu, significa fonte, nascente, olho d'água; e então Aripibú significará fonte da seca, isto é, fonte que atura pelo tempo seco, ou que resiste à seca"(Th, S, Ns. Ms.) - A. C.	Aripibu	Nm [Ssing] tupi
Atandu*	Ti: Arandu - localidade de Pernambuco; este nome pode ter várias interpretações; a mais objetiva seria: ará-andu, ervilha de arara (nome de alguma planta); em guarani, arandu significa sábio. S: Arandú corr. Ará-ndú, o rumor dos papagaios. Pernambuco. MM: (riacho afluente do Pirapama) Arandú é o mesmo que ará-ndú, e quer dizer, ruído dos papagaios o vosear destes pássaros.	Atandu	Nm [Ssing] tupi
Baité*	S: corr. Mbaé-ité o feio, o de má aparência. Pernambuco. Pode ser referência à tribo dos índios “Abaeté” que habitavam o vale do rio Abaeté, no alto São Francisco. ¹⁰³ VLB (p.256): abá é homem ou pessoa que diferencia dos brutos ou de mulher. Etê é verdadeira coisa.	Tapera Baité	Nm [Ssing] tupi
Baraúna	G: Braúna – árvore da família das leguminosas, cuja madeira é utilizada em construção' brauna 1765, brahúnia 1817 etc. Do tupi ïmïra'una < ïmï'ra 'madeira, árvore' + 'una', “preto, negro” S: Ybirá-una, a madeira preta. Alt. Birauna, Brauna. T1984: ybyraúna - planta da família das anacardiáceas, cuja madeira é preta e muito rija. Ibiráúna p. 52 Wolf	Baraúna	Nf [Ssing] tupi
Caboclo	S: v. cabôco corr. Caá-boc, tirado ou procedente do mato. 111. Quintino do Valle (apud Neiva, p. 284) explica que caaboc originou caboca, caboco e caboculo.	Caboclo	Nm [Ssing] tupi
Cabromena*	MM: cabrunema (Eng. Mun. Escada) cabarú-nema (cavalo ruim) ou corruptela de cabun-nema (vespão fétido)	Cabromena	Nm [Ssing] origem incerta
Cabuji*	Ti: Cabugi - pico culminante do sistema orográfico do R. G. Norte, provável alt. de caápoi-y, rio do mato fino, ou talvez, cabü-y, rio da cabuna (esp. de vespa).	Cabuji	Nm [Ssing] tupi

¹⁰³ <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/abaete.pdf>

Caçaruta	Etimologia desconhecida	Caçaruta	-
Cocoa	Etimologia desconhecida	Cocoa	-
Caeté	Etnia presente no litoral de Pernambuco e Alagoas quando da chegada dos europeus. Após 1560, com a expulsão dos caetés, Ipojuca foi colonizada. S: corr. Caá-etê, a mata real, constituída de árvores grandes, a mata virgem; a folha larga, 88. Minas Gerais, Pernambuco. Alt. Caheté, Cahité. Ti: cid. De Minas Gerais; de caá-etê, floresta, mata verdadeira. G: Caeté – nome de várias plantas de cujas folhas os índios do Brasil se utilizavam para diversos fins caeté 1587, caheté 1918 Do tupi * kae'te <ka'a folha + e'te verdadeiro, legítimo	Caetés / Caité	Nm [Spl] tupi
Cafundó*	JR ¹⁰⁴ "Do amb. Ka-nfundo, com acutização, como em quingombô, ou com o som do demonstrativo, reduzido no Brasil a apenas um ió ou ó, com o qual se indicava a distância, a lonjura: ka-(n)fundu-ó. Senna (1921) ¹⁰⁵ admite a possibilidade de cafundó ser híbrido com o tupi "caá" (mato), com mudança do acento para a última sílaba.	Cafundó	Nm [Ssing] banto ou hidrismo
Caiana	T1984: caiana - Am. Neol. Cana-de-açúcar.	Caianinha	Nf [Ssing] [tupi adapt + suf. Port.)
Caiapé*	S: caiapé - corr. Acayá-apé, a vereda ou caminho das cajazeiras. Pode também proceder de caia-apé, a vereda das queimadas. Pernambuco. Ti: loc. De Pernambuco; este nome pode ter várias interpretações: a) cajá-pé, caminho dos cajás ou cajazeiros; b) caiapé, caminho das queimadas, c) caí-apé, caminho dos macacos.	Caipe / Caipé	Nm [Ssing] tupi
Caiçara	Ti: cid. Do Pará; cid. da Paraíba; nome de várias pequenas loc. do litoral brasileiro; de caiçara, pescador praiano; etim. Caá-yssá - cerca de ramos, fortificação para vedar o trânsito. Caá (mato) + içara (armadilha) WS: tupi: ka?áísára	Caiçara	Nf [Ssing] tupi
		Caiçarinha	Nf [Ssing] híbrido [tupi + suf. Port]
Cajá	S: acayá - acã-yá, o fruto de coroco cheio, graúdo; fruto que é todo caroço (<i>Spondias brasiliensis</i>). Alt. cajá. Ti: acaíá - nome de uma ponta no litoral do Rio de Janeiro; de acajá, cajá. Piso e Marcgrave também citam a árvore "Acaíá" ou "Ibametara".	Cajá	Nm [Ssing] tupi
Cajazeira		Cajazeira	Nf [Ssing] híbrido [tupi + suf. port.]

¹⁰⁵ SENNA, Nelson de. Africanismos no Brasil. Revista de Língua Portuguesa, n.10, mar. 1921, p. 159-163.

Calumbi*	Ti: sede municipal de Pernambuco, provável alt. de carumbé, nome do jaboti macho. Em Guarani (carumbé - jaboti macho) MM: Caá-r-ombi, mato verde ou folha azulada ou tirando a azul. DS: tem a significação de "a folha azul", o anil. Nome de cidade de Pernambuco, zona do sertão do Alto Pajeú.	Calumbi	Nm [Ssing] tupi ou guarani
Camaçari	S: corr. Cama-çary, a lágrima do peito, isto é, o fio de leite; alusão à matéria leitosa que deita a árvore deste nome, quando ferida. Pode também proceder de caá-moçary que quer dizer planta que lacrimeja. Madeira que, outrora se faziam caixas para a exportação do açúcar. Bahia. DS: cidade da Bahia, até 1939 denominada Monte Negro. Antiga Abrantes. Nome de árvore da família das Terstremiáceas. São árvores naturais de areias e terras fracas. Delas se fazem mastros para os navios. MM.: corruptela de camará - çaryb, camará de cacho ou de penca, penca de camarás. pode ser cama-çary, lágrima do peito ou cáa-moçary, planta que lacrimeja.	Camaçari	Nm [Ssing] tupi
Camará	S: corr. Caá-mbará , a planta variegada; a planta de folhas de várias cores. (Lantana C.) Alt. Cambará, Capará. Ti: nome comum a várias plantas das famílias das solanáceas e verbenáceas; no sul do Brasil este nome é dado a uma árvore da fam. Das compostas. Pickel (p. 24) cita camará como nome marcgraviano da planta Cambará.	Camará	Nm [Ssing] tupi
Camaratuba	Ti: serra de Pernambuco; cid.da Paraíba; de camará-tyba, lugar onde abunda o cambará. MM: (riacho no mun. de Bom Conselho; serra em diversos munic.) - de camará, herba (lantana) tuba, lugar - MM	Camaratuba	Nf [Ssing] tupi
Camucim	T1984: camussi - pote, vaso; urna funerária. S: Cambucy corr. Cambu-chi, o vaso d'água, o pote, cântaro. Alt. Camucy, Camucim, Camotim. São Paulo. Pode proceder, ainda, de caá-mbocy , significando fruto de duas partes juntas. VLB: camuci – vaso qualquer Camucim acompanha o sufixo atenuativo ?i ~ -?í, indicando vaso pequeno.	Camucim	Nm [Ssing] tupi
Camundongo	RM: Camundongo – sm. Rato pequeno etim: do quimbundo ka, prefixo diminutivo + mundongo, rato (M. Soares, Dicionário) YPC: Kik./Kimb. kamingondo. Amb./ Kimb. ca pref. dim. + mundongo: rato doméstico.	Camundongo	Nm [Ssing] banto

Camurim	S: Camury - o robalo. (Sciaena, undecimalis, Bloch). Alt. Camurú, Camburú. Peixe saboroso de água doce, abundante no Baixo São Francisco. Camurupim - o peixe conhecido, Alt. Camboropí. G: Peixe da fam. Dos centropomídeos 1817, camuri 1587, camorim 1618 Do tupi kamu'ri MM: (riachos nos Muns. de São Lourenço e Goyanna; eng. no de São Lourenço) - Camurí, nome de peixe muito vulgar - M.M.	Camurim	Nm [Ssing] tupi
Capivara	Ti: nome de vários rios do Brasil; de capií-guara, comedor de capim, nome de grande roedor.	Capivara	Nf [Ssing] tupi
Cabuçu / Cabaçu	Rodrigues (p.20): PDB – esp. De vespa social P.C ¹⁰⁶ .: espécie de abelhas mansas que produzem um sofrível mel, vespídeo da espécie <i>Myschocyttarus ater</i> .	Capuxu ¹⁰⁷	Nf [Ssing] tupi
Caraíba	S: carahyba - forte, duro, valente, sábio; sagrado, santo. Alt. caray, caryba, cariua, carahy. T: craíba - vila nas proximidades de Arapiraca, AL; de caraíba, homem branco, estrangeiro. DS: rio de PE. Árvore de regiões úmidas. Serra da Bahia, no município de Monte Santo. Significa: forte, valente, sábio, santo, sagrado. Alterações: caray, cariba, carina. WS: karaíBa, árvore (p. 92), VLB (p.256): caraíba - homem branco, a diferença dos índios, benta coisa	Caraíba Nova, Caraíba Velha, Craíbas	NCm [Ssing + ADJsing] híbrido [tupi + português]
Carapotó	Etnia indígena que atualmente habita a aldeia Plakô e o povoado de terra Nova em São Sebastião (AL). No final do século XVII, com a distribuição de sesmarias na região onde hoje pertence aos municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá e outros, os carapotós se dispersarem desta área.	Carapotós	Nm [Spl] origem incerta
Carauá	S: v. carauá, talo armado de espinho, nervura farpada; bromélia, cujas folhas dão excelentes fibras para vários misteres industriais: cordas, tecidos, papel. Alt. Crauá. Norte do Brasil. MM: (Serra do Município de Gravatá) corr. caruar, espécie de paralisya que ataca as pernas do gado vaccum - A. C. Para Th. Sampaio é corr. de carauá, vulgarmente conhecido por crauá, bromélia cujas folhas dão excelentes fibras para vários misteres industriaes: cordas, tecidos, papel - M.M.	Caruá	Nm [Ssing] tupi

¹⁰⁶ COSTA, F. Pereira da. Anais Pernambucanos. 2ª. ed. Recife: Fundarpe, 1983.

¹⁰⁷ O “xu” pode ser “çu” que se cristalizou na pronúncia de Pernambuco, mas que há outras palavras tupi como xanchim que é possível a pronúncia como chan-chim ou çam-ci como diz Sampaio (p. 345)

Caruaru*	Este nome apresenta diversas versões que não serão todas contempladas aqui. Ti1984 : paca, no dial. apiacá; de caru-aru, comilão nocivo prejudicial. S : caruar-ú, a aguada das caruaras: alusão à fonte ou água que, na localidade, produzia a moléstia da caruara, no gado. MM : corr. Caruar-y, alt. Caruar-ú, rio das caruaras – A.C. Th. Sampaio dá para caruara várias interpretações: a) uma espécie de formigas que dá nas árvores, cuja mordedura coça como sarnas; b) qualidade de abêlha, cujo mel é nocivo; c) caru-ara, o que come ou corroe – comichão, sarna, boubas; d) moléstia que ataca o gado. Onde Caruarú é a aguada das caruaras; água que produz a moléstia da caruara no gado. MM . Barbalho (1981, p. 79) cita que alguns congressistas julgam que caruaru é termo afro-brasileiro formado pela junção do africanismo caruru com a palavra “aru” do iatê. Os moradores da fazenda do Caruru, eram quilombolas e utilizavam o breo caruru, que passou a ser alimento ofensivo ao gado.	Caruaru	Nm [Ssing] origem incerta
Cauçupim*	S : corr. Ca-uçú-pin, a picada do marimbondo ou vespão. V. Cabuçú. Pernambuco. MM : (Eng. Mun. Escada) corr. Caçú, cauçu-pim, picada de vespão ou o vespão morde" (Th. S. Ns. Ms) - A. C. O VLB registrar “picar como bespa, ortiga, etc” – ajopi, act, aporopi, neut.”.	Cassupim	Nm [Ssing] tupi
Catolé*	DS : caculé, o mesmo que catolé, segundo Teodoro Sampaio, o vocábulo que não aparece da língua tupi e que só se encontra no Sertão, designa uma palmeira. Cidade baiana à margem direita do rio do Antônio. S : Não parece de procedência tupi; é vocabulário do sertão com que se denomina a palmeira (<i>Atalea humilis</i>). Alt. Catulé, Caculé, Cacolé As : katöle - sub (IX) bot. Palmeira de água (<i>hyphaena guineensis</i>) Coquilho Palmito. Pickel : PISO escreve: “A sétima “Aqué”, uma palmeira de porte mediano com fôlhas cinzentas, produz frutos em cachos, do tamanho de uma ameixa, amarelos quando maduros, de sabor doce e caroço branco, agradável, do qual os habitantes fabricam um vinho. Os negros chamam-na no seu idioma “Catolé” . Esta árvore é própria do Brasil setentrional, não do austral”.	Catolé	Nm [Ssing] origem incerta
Caturama	T1984 : que é bom preságio. S : Catú-rama, o que há de ser bom; a boa ventura, o que virá para bem. Alt. Gaturama, Gaturamo. VLB : catu – bom. Em tupinambá, os nomes apresentam marca de futuro através do morfema “rama”.		Nm [Ssing]

Cava	WS (p. 44): vesp kaba	Cavas	
Caxingó	YPC : do quimbundo, kasingu, “que ou aquele que manca; animal ou pessoa magra; esquelético”. Se for caxingo, YPC é também do quimbundo (kia)masingu, “pinguela, ponte”	Caxingu	Nm [Ssing] banto
Caxito	É topônimo capital da província do Bengo em Angola. C.Au.: caxito fulvo, amarelado. Cf. melado-caxito. caxito 2 s. m. (Angola) designação indígena das aves parídeas. Cf. caxitito.	Caxito	Nm [Ssing] origem incerta
Coité	Ti : nome de várias localidades do Nordeste; de cuieté, cabaça usada como recipiente. S : corr. Cúi-eté, vasilha verdadeira, capaz; a cuiá (Crescentia Cuyeté,L.) Pernambuco, Bahia, Nordeste do Brasil), Alt. Cuité, Cuieté. MM : (Serra, mun. de Nazareth) - c. cuieté, vaso real, cuiá grande, ou cabaz, cúia boa. (B. C. 80) - A. C.	Coites	Nf [Spl] tupi
Comorongo	Comorongo, povoado da zona rural de Pesqueira (PE), parece ter seu nome associado ao camundongo, que foi apontado como a causa para a doença que assolou a região. Os moradores pronunciaram comorongo ao invés do nome camundongo.	Comorongo	Nm [Ssing] português popular
Congari	Origem incerta	Congari	Nm [Ssing] origem incerta
Acutigy	S : Cotigy corr. Acutí-g-y, o rio das cotias. Pernambuco MM : Cotigy (Riacho. Mun. de Escada) corr. Acuti-g-y, rio das cotias. A. C. Rodrigues (p. 23) cutia, aguti – PDB “roedor da fam. Dos cavídeos, Dasyprocta aguti L. T aku’ti: Mcg 224 aguti ou acuti ‘Dasyprocta aguti Erxl’.	Cotegi	Nm [Ssing] tupi
Cotunduba/Cotinguiba	Ti : Cotunduba - nome de uma ilha da baía da Guanabara, RJ, alt. de catanduba, cerradão, matagal rasteiro e espinhoso. M.M.: Em outros lugares, Cotinguiba, é corruptela de cotynga-yba, que quer dizer pau de vela, isto é, mastro de embarcação.	Cotunguba	Nm [Ssing] tupi
Cré-Cré	Provável forma onomatopaica.	Cré-Cré	Origem Incerta
Croatá	Ti : cidade do Ceará; de caruatá, certa planta bromeliácea. S : carauatá v. caraguatá - corr. Carauá-tã, o carauá rijo, duro.	Croatá	Nm [Ssing] tupi

Cumbé*	<p>Ti1984: Cumbeba - esp. de cacto, planta medicinal da fam. Das piperáceas; o fruto dessa planta; de cumbeba, língua chata. S: não parece procedor do tupi; mas se o for, pode-se aproximar de cum-be, que quer dizer, na língua; ou se equiparar a cumbí, que vale dizer, barbicacho, cabeça. Bahia. Pernambuco. C.Au: (cum.bé) [é] sm. 1. Dança de origem africana. 2. Bras. Qualquer bicho mole, como a lesma, sanguessuga, etc. 3. Bras. Fig. Indivíduo indolente, mole, sem graça, insípido, desenhado. sf.4. Bras. Pop. Aguardente, cachaça. [Hom./Par.: cumbe (sf.)]</p>	Cumbé	Nm [Ssing] or. Incerta
Curuanha	<p>GSS (p.216): "Dá-se no mato perto do mar e afastado dele uma fruta que se chama curuanhas, cuja árvore é como vides, e trepa por outra árvore qualquer, a qual tem pouca folha; o fruto que dá é de uns oito dedos de comprido e de três a quatro de largo, de feição da fava" S: Cruangy corr. Curuã-g-y, o rio das curuanhas, árvores silvestres que crescem à margem do rio. Pernambuco.</p>	Cruanhas	Nm [Spl] tupi
Exu/Eichú/Ensu*	<p>S: Eichú ou eira-chú, abelha negra, a que faz um ninho rugoso, áspero. Alt. Enxú, Inchú. Ceará. Pernambuco. MM: (mun. e villa; serras nos muns. De Buique e Brejo da Madre de Deus) - "C. eichú ou eira-chú, abelha negra que faz ninho rugoso, áspero" - (Th. S, 124) - A. C. O nome deve de ser tapúio, pois, a cidade de Exú está situada onde os jesuitas localizaram a tribo Ansú. Provavelmente ansú se corrompeu em ensú, eixú, exú - M.M. Rodrigues (p. 23): Enxu PDB: vespa social da fam. Dos vespídeos, Nectarina lecheguana Latr; colmeia desta vespa'Ey'su - VLB: Eyxu RM (p. 145): sm.: diabo, espírito maligno na macumba. Etim. do ioruba exu, o espírito do mal.</p>	Exu	Nm [Ssing] or. Incerta
Gaipió*	<p>MM:(Pov. no Mun. de Ipojuca) - corr. de ingáipiog, raiz de ingazeiro = MM. LB: raiz é apó. Gaipió e Tejió apresentam "piog" M (p. 394): piog – v. Trans. Tirar de dentro ou do fundo, extrair, arrancar; esvasair, evacuar; em tupi <captivar> é evidentemente alterado de <i>piár</i>; no gerúndio <i>pióca</i> e part. Corresp.; s. Nome de raízes edules, talvez de <i>ipiog</i>.</p>	Gaipió	Nm [Ssing] origem incerta
Gitó*	<p>Pickel (p.125): <i>Trichilia cathartica</i> "Piso escreve um capítulo próprio sobre o "jito" onde diz o seguinte: "esta árvore tem o porte de uma "pereira" europeia sendo encontrada por toda parte na Prefeitura de Pernambuco; a qual é conhecida de muitos devido ao aspecto estranho dos frutos..."</p>	Jitó	Nm [Ssing] origem incerta

Gravatá	Ti: nome de várias pequenas localidades do Brasil; de caraguatá, planta bromeliácea. S: ver carauatá, caraguatá corr. Carauá-tã, o carauá rijo, duro.	Gravatá Açú / Gravatá	Nm [Ssing + ADJsing] tupi
Guará ou Aguará	Rodrigues (p. 24): guará – PDB “ave da fam. Dos inidídeos, <i>Eudocismus ruber</i> L., “flamingo”. T wa’ra Mcg 203 guara <i>Guara rubra</i> (L). S: a garça vermelha, a ave aquática (Ibis rubra). É frequente a troca de guirá , pássaro, ave, por guará . Ti: (...) pode ser, também, alt. de aguará , esp. de canídeo que muitos caboclos chamam de guará. Guará também o nome de um córrego do mun. de Santo André, SP. Rodrigues (p. 14): PDB ‘mam. Carniceiro da fam. dos canídeos, <i>Chrysocyon brachyurus</i> Desm.’ T awa’ra. VLB 2.23 aguaraguaçu ‘lobo, animal’	Guará	Nf [Ssing] tupi
Guariba	G: var.: guariba, gariba, guaribba, guariua, guariba, guaryba. T: [ua’riua] Macaco da família dos cebídeos. S: Guar-ayba, o individuo feio; a gente ruim. Designa uma casta de macacos (Mycetes). Alt. Guariva, Guarí Rodrigues (p. 25): PDB “macacos do gên. <i>Alouatta</i> ” T wa’riba: Mcg 226	Guaribas	Nm [Spl] tupi
Gurjaú	PEREIRA ¹⁰⁸ : (Câmara Cascudo, 1956), pg. 183-184: "Na embocadura a que chamamos Das Duas Barras, caem três outros rios: — o Iuripraxaca (Jurissaca), o Pirapama e o Iauapoatã (Jaboatão). ... O Pirapama, de curso muito maior, tem apenas um afluente, à esquerda, o Guarujai, de estirado trajeto e tão sinuoso quanto o Pirapama. ... Há, de meio, uma lagoa com ligação aos dois rios Pirapama e Guarujai que é o Gurjaú. " MM: "GURJAÚ — (Pov. e riacho no Mun. de Jaboação) — Ant. Gurujáy. C. guará-yá-y, rio do viveiro dos sapos, ou onde se criam os sapos. — A. C. DGB ¹⁰⁹ : Arujá, diz o Dr. T. Sampaio, corrupção de ará-yá, o sapo ou rã se cria ou surge, o viveiro das rãs; é o mesmo que guarujá"" Alfredo Moreira Pinto"	Guriaú e Gurjaú	Nm [Ssing] tupi
Guxaba	Etimologia desconhecida	Guxabas	Origem incerta

¹⁰⁸ PEREIRA, Levy. "Pirápama (rio)". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/biblioatlas/Pir%C3%A1p%C3%A1ma_\(rio\)](http://lhs.unb.br/biblioatlas/Pir%C3%A1p%C3%A1ma_(rio)). Data de acesso: 9 de julho de 2014

¹⁰⁹ SUPPLEMENTO AOS APONTAMENTOS PARA O DICCIONARIO GEOGRAPHICO DO BRAZIL. Disponível em: https://archive.org/stream/suplementoaosap1935alfr/suplementoaosap1935alfr_djvu.txt

Ibiraçu*	Ti: Ibiraçu - cid. Do Espírito Santo; de ybirá-assu, árvore grande e grossa. S: Ibiriba -Mbir-yba, a árvore da embira; aquela de cuja casca se tiram fios que servem como cânhamo e de que se fazem amarras e toda a sorte de cordoalha, e se faz estopa. A madeira é duríssima e má de lavar. Alt. Biriba.	Ibiriçu	Nf [Ssing] tupi
Ipanema	S: corr. Y-panema, a água ruim, imprestável; o rio sem peixe, ou ruim para a pesca. São Paulo. Alt. Ipane. WS: (p. 73) panema ?ípanéma, p. (71) ném = fedor.	Ipanema	Nm [Ssing] tupi
Ipanema		Ipaneminha	Nf [Ssing] [tupi + suf. Port.]
Ipoeira	S: Ypuera – fundo de lagoa seca endurecido pelo sol. Ypuera – charco formado pelo transbordamento dos rios.	Ipoeira / Impueira	Nf [Ssing] tupi
Ipojuca	DS: Pojuca cidade da Bahia. Corruptela de iapó-iuc. Pântano corruto, podre, estagnado. Ti: cid. De Pernambuco; bairro da cid de São Paulo; de ypu, olho d'água, e juca, podre; água não potável. Pojuca - este topônimo pode ter duas interpretações a) apó-juca, raiz podre; b) ypu-juca, fonte d'água podre, fonte não potável. LB: juca: estar ou ficar podre; ypytinga: água turva.	Ipojuca	Nm [Ssing] tupi
Itã	S: corr. Ytã, a concha grande, lacustre (Mytilus). Alt. Intã. Rodrigues (p.29): itã, intã – PDB “esp. De conchas bivalves q se encontram nas areias dos rios”. T i'tã; VLB 2.37 itãmiri ‘mexilhões dagoa doce”	Itans	Nf [Spl] tupi
Itaúna	S: Itá-una, a pedra preta; o ferro, o minério. 107, Rio de Janeiro WS (p. 62): itá + ún + a	Itaúna	Nf [Ssing] tupi
Jaboticaba*	G: Fruto da jaboticabeira, planta da fam. Das mirtáceas 1702, jaboticaba c1584, jaboticaba c 1594c etc. Do tupi iauoti'kaua jaboticabal jabo-1883 jaboticabeira 1817, jabo- 1813 T1984: jaboticaba - fruta da jaboticabeira, mirtácea brasileira de grande porte; etim. Joboti-caba, sebo de jaboti. S: corr. Yabuti-caba, a gordura do cágado . O vocabulário, porém, é dos que admitem diversas interpretações. Considerando como corrupção de yabuti-guaba, quer dizer comida de cágado; se, porém, como opina Batista Caetano, for composto de yambo-ticada, significa fruto em botão, ou abotoamento de fruto . (Eugenia cauliflora)	Jaboticaba	Nf [Ssing] tupi

Jacu	S: Yacú, adj. esperto, cuidadoso, desconfiado, cauteloso. É o nome da ave do gênero Penelope. Batista Caetano decompõe o vocábulo em y-a-cú e o traduz o que come grãos.. G: Ave galiforme da fam. Dos cracídeos 1576. Do tupi ia'ku jacucaca c1594. Do tupi iaku'kaka jacuguaçu WS (p. 65)	Jacu	Nm [Ssing] tupi
Jacurutu	S: voz onomatopaica, denominando uma coruja grande. (Strix). Alt. Nhacuturú. T: jacurutuoca - localidades do Rio de Janeiro e do Ceará; de jacurutu, esp. de coruja, e oca, casa, portanto: jacurutu-oca, casa ou abrigo de jacurutu. Rodrigues (p.30-31) PDB - ave da fam. Dos bubonídeos, Bubo virginianus nacurutu Vieill, Bubo magellanicus Gm, T yakuru'tu Mcg 199 jacurutu; VLB 1.6 jacurutú "bufo, pássaro".	Jacurutu	Nf [Ssing] tupi
Jandaia	S: corr. Nhand-ái , correndo sempre; o andarejo, o errante. É um papagaio pequeno de cabeça, peito e encontros amarelos. Em Minas Gerais, Nhandaia. G: Ave psitacíforme da fam. Dos psitacídeos jandaj(ete) c1594, hyendaya 1618, jimdaia c1631 etc. Do tupi ia'naia. Rodrigues (p. 32): jandaia, nhandaia, nandaia – PDB 'ave da fam. dos psitacídeos, Conurus aureus Gm. T ya'naya: Mcg 206 iendaya 'Aratinga jandaya (Gmelin)'	Jandaias	Nf [Spl] tupi
Japecanga	S: corr. Ya-apé-canga, aquele que tem a casca seca (Smilax). É a salsaparrilha do Brasil. Alt. Juapecanga, Inhapecanga, Japicanga, Jupicanga. G: Planta da fam. Das liliáceas 1875, japi- 1813 Do tupi *iapi'kana	Japecanga	Nf (Ssing) tupi
Jaracatiá	S: corr. Yara-catí-á, o que de exalar. É o mamoeiro brasílico (Cárica dodecaphylla, Vieill). G: Planta da fam. Das caricáceas jaracateá 1587, jaracatia c1594, yaraquatia c1631 etc. Do tupi iarakati'a	Jaracatiá	Nm [Ssing] tupi
Jati	S: corr. Ya-tí, o indivíduo branco; a branca; casta de abelhas. Alt. Yatybá, Jatubá, Jatobá. Rodrigues (p.33) jataí PDB: 1. esp. de abelha, abelha da fam. Dos apídeos, Melipona mosquito Sm" T yate'I, VLB jateí	Jati	Nf [Ssing] tupi
Jatobá*	Pickel (p. 107): "PISO escreve entre outras coisas: "Entre elas (as árvores produtoras de goma), as matas sempre-verdes, especialmente do Distrito da Paraíba, produzem a densa e especiosa árvore "Ietaiba" que tem madeira dura, branca, com casca flexível(...)" MM: (mun. e villa; riacho afl. Do Una) - "corr. Y-atã-obá, o que tem dura a casca ou a superfície"(Th. S., 136) - A. C. outra interpretação de Th. Sampaio: "yatay-ybá, o fruto do yatahy, ou	Jatobá	Nm [Ssing] tupi

	jatahy"MM		
Jenipapo	S: v. genipapo corr. Yanipab ou yandipab, podendo escrever-se nhandipab, que se decompõe yandi-ipab, e significa fruto das extremidades que dá suco. (...). G: Planta da fam. Das rubiáceas, jenipapeiro c1574, ge- c1574, janipaba c 1584 etc. Do tupi iani'paua (iani'paua) jenipapeiro ju-1734, genipapeyro 1752, ginipapeiro c1762 etc. WS (p. 66-67) yanypápe	Jenipapo	Nm [Ssing] tupi
Jequi	S: jiquí - corr. Y-iké-I, aquele em que se entra (Batista Caetano). É o covão ou nassa para apanhar peixe. No Norte do Brasil, Juki. Alt. Jequí, Jukí. Pinto¹¹⁰ (p. 49): “ <i>Pescaria de covão</i> . Os tupis usavam, também, <i>jiquiás</i> , "covos afunilados, às vezes com duas sangas, que metiam nos caneiros". Eram artificios de vime ou taquara.”	Jequi / Jiqui	Nm [Ssing] tupi
Juqueri	Pickel (p. 99): “MarcGrave escreve: “a “Juqueri – omnano” dos Brasilienses é uma espécie de “Erva viva”. É um frutice, com caules quadrados, verdes e armados de muitos espinhos amarelados. Nv. Juquei-omnano, jaquiri, erva viva, cacaeo, erva casta, erva mimosa”. S: corr. Yu-ker-í, o espinho propenso a dormir. Nome comum das Mimosáceas.	Jiquiri	Nm [Ssing] tupi
Jitá / Jataí*	S: v. jatahy, corr. Yá-atã-yba , contrato em ya-atã-y, a árvore de fruto duro (yá-atã). É a árvore Hymenea Cubaril. Alt. Gitahy, Jutahy. Designa também uma qualidade de abelha, que toma este nome pela predileção de se aninhar nesta árvore. MM: (pov. No Mun. de Ipojuca) - pode ser ia-atã-iba, a árvore de fruto duro, ou iataí, qualidade de abelha que tem predileção pela árvore; ou ainda corr. de jataí ou jatobá - MM. Rodrigues (p.33) jataí PDB: 1. esp. de abelha, abelha da fam. Dos apídeos, Melipona mosquito Sm" T yate'I, VLB jateî	Jitá	Nf [Ssing] tupi
Juá	S: a-yú-á, a fruta do espinho. Pickel (p. 205) “MarcGrave escreve o seguinte: o “iuá” dos brasilienses é um arbusto que cresce do mesmo modo como a “iurepeba”, com lenho semelhante, porém costuma ser mais alto.” WS (p. 67): yuá	Juá	Nf [Ssing] tupi
Juazeiro		Juazeiro	Nm [Ssing] híbrido [tupi + suf. Port.]

¹¹⁰ Os indígenas do Nordeste – 2º vol (1938): disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/os-indigenas-do-nordeste-2-vol/pagina/49>

Jucá	<p>G: Jucá - “pau-ferro”1878. Do tupi iu'ka “matar”.Os portugueses chamaram pau de jucar ao pau que os índios utilizavam para matar os inimigos; pau de jucar ocorre em textos de 1612,1648, a1667.; a forma jucar, em lugar de jucá, deve-se à influência analógica dos verbos portugueses da primeira conjugação, em -AR.</p> <p>Pickel (p. 297): “ O pau de <u>Caesalpinia ferrea</u> [jucá ou pau ferro]_servia para a fabricação das clavas que os índios usavam para matar.”.</p>		Nm [Ssing] tupi
Juçara	<p>S: juçara - o espinhoso, ou espinhento. Como sub., yú-çara, o espinho ligador, ou a agulha. Os espinhos da palmeira deste nome serviam de agulha aos índios. A coceira. G: Juçara – palmeira da subfam. Das ceroxilíneas c1767, yçara 1568, isara 1575, gesara c1607 etc. Do tupi iĩ'sara (ieĩ'sara)</p>	Juçaral / Jussaral	Nf [Ssing] híbrio [tupi + Suf. Port.]
Jundiá	<p>S: Corr. Yu-ndi-á, a cabeça armada de barbatanas. É o peixe d'água doce <i>Platystoma spatula</i>. Jundiahy corr. Yundiá-y, o rio dos jundiás. São Paulo. WS (p. 67): yuniá Rodrigues (p. 32) : jandiá; nhadiá, jundiá – PDB ‘nome comum para todos os bagres de água doce’; “bagre-de-lagoa, Rhandia rebae (...)”</p>	Jundiá	Nm [Ssing] tupi
Jurema	<p>S: corr. Yu-r-ema, o espinheiro suculento; árvore espinhenta do sertão, da qual o gentio extraía um suco capaz de dar sono e êxtase a quem o ingeriu. Alt. Gerema, Jerema. Pickel (p. 297): “o espinheiro suculento. “jurema branca” chamam no Nordeste o <u>Phithecolobium foliolosum</u>”</p>	Jurema / Jureminha	Nf [Ssing] tupi
Jurubeba / Iurepeba / Iuripeba	<p>MM: (Serra do Mun. de Bezerros) - Iurubeba, nome de uma planta medicinal – MaMa(p. 152): é palavra tupi. Pickel (p.296): “Iurepeba, iuripeba, jurubeba – feito de espinhos chatos. A planta <i>Solanum paniculatum</i> é toda coberta de espinhos, até nas fôlhas”.</p>	Jurubeba	Nf [Ssing] tupi
Juruti / Jeruti / Jurati	<p>G: Dos peristerídeos, rôla juruti 1587, yoroti c 1631 etc Do tupi iuru'ti Rodrigues (p. 33): PDB: "aves da fam. Dos columbídeos" T. yeru'ti Ab 239 [yeru'ti] S: yurú-ty, colo teso; alusão ao aspecto da ave deste nome no ato de cantar; pode ser procedente de juriti (jurúti) que significa o colo branco.</p>	Juruti	Nf [Ssing] tupi
Loca	<p>S: Loca - corr. Roca (o r brandíssimo), a casa, o abrigo, o esconderijo do peixe. Alt. Toca.</p>	Locas	Nf [Spl] tupi

Macambira	S: corr. Mã-cambira, o manajo ou molho pungente, cheio de espinhos. É uma bromeliácea, de que, no sertão, se extraem fibras para cordas. G: Planta da fam. Das bromeliáceas XIX Do tupi *maka'mira Pickel (p.297): planta carnuda que dá imbira; manajo picante, <i>Encholyrium spectabile</i> ”	Macambira	Nf [Ssing] tupi
Macapaba	Ti: capital do território do Amapá; de macapá, nome de uma palmeira, no dial. Galibi, pode ser derivado do tupi macaba, com acentuação tônica. S: “corr. Macapá, contração de macá-paba, a estância das macabas, o pomar de macabas. Pará. V. Macaba”. Acreditamos que trata-se de um nome transplantado para a região pela não correlação com a flora local.	Macapá	Nf [Ssing] tupi
Magé	S: antigamente Magépe, c. magé-pe, o feiticeiro ou no pagé, de referência à resistência deste. Rio de Janeiro. Alt. Mbagé, Magé, Bagé, Pagé WS: payé 'pajé" VLB, 1137	Magé	Nm [Ssing] tupi
Manacá	Ti: vila do município de Ouricuri, PE; de manacá, belíssima árvore ornamental. S: corr. Mana-cã, o ramallete ereto; alusão à floração abundante desta planta (<i>Franciscea uniflora</i>), floração que a faz parecer com um ramallete em pé. Pickel (p. 200): “PISO tem um capítulo inteiro sôbre esta planta cresce em lugares sombreados, florescendo em janeiro e enchendo toda a mata com seu perfume de ‘Narciso’”	Manacá	Nm [Ssing] tupi
Mandacaru	S: Manda-carú, o feixe ou molho pungente, cheio de espinhos. V. Jamacarú.. DS.: mandacarus - pode ser grafado com manducuru (= o feixe ou molho de espinhos). G: Planta da fam. Das cactáceas modurucu 1587, mandacarú 1702 etc.; Janamacara 1618, iamandacaru 1618, iamacarú 1663 etc.; comanacaru c1631, comandacaru c1631 Do tupi iamanaka'ru (namanaka'ru). De acordo com Wolff da Silva (p. 31), alguns topônimos como mandacaru perderam elementos na passagem do tupi para o português (yamanakarú -> Mandacaru)	Mandacaru	Nm [Ssing] tupi
Maniçoba	G: Folha da mandioca ext. Guisado feito com grelos de mandioca, carne e peixe 1605, -soba 1618 etc do tupi mani'soua “folha de mandioca” <*ma'ni (<mani'iua 'mandioca') + 'soua “folha' maniçobAL XX. VLB: çoba - folha de qualquer árvore.	Maniçoba	Nf [Ssing] tupi

Marabá	S: corr. Maír-abá, raça de francês (maír), gente que é procedente do estrangeiro. Era como se denominava, entre os índios, o filho do prisioneiro ou estrangeiro. V. Maír. LB: estrangeiro – maira, caraíba	Marabá	Nm [Ssing] tupi
Maracaípe	G: Maracá – espécie de chocalho, itamaracá' 1561. Do tupi mara'ka MM: maracahype (ponta, riacho e pov. No mun. de Ipojuca) - "corr. maracá-y-pe, no rio do maracá ou do chocalho". (Th. S., 139) - A.C. WS (p. 69): maraká. VLB: pe – caminho da gente.. Uma outra possível interpretação que daremos ao nome maracaípe é: mbará (mar) + caá (mata) + y (rio) + pe (caminho) – caminho do rio da mata para o mar.	Maracaípe	Nm [Ssing] tupi
Maracajá	Rodrigues (p. 35) PDB: esp. de gato-bravo, Felis pardalis Neuw' T maraka'ya Mcg 233 VLB 1.147 maracaya 'gato'	Maracajá	Nm [Ssing] tupi
Maribondo	RM (p. 215): inseto, vespa. Etimologia: do quimbundo ma, prefixo plural da quarta classe + rimbondo, vespa, que deu diretamente a forma popular marimbondo, de que maribondo já é uma alteração culta. AN¹¹¹: S. m. Variante nasalada de maribondo, q. v. Maribondo s. m. Nome comum a todos os himenópteros que não são abelhas nem formigas, chamados calas no Norte e no Maranhão e vespas de São Paulo para o Sul. (Do quimbundo maribundu). YPC: (banto) (oBR) –s.m. vespa. Var. maribondo. Kik./Kimb. (ma)di(m)bondo/Umb. Omalimba.	Maribondo	Nm [Ssing] banto
Marimba	RM (p. 215): espécie de tambor. Etimologia: do quimbundo, prefixo ma + rimba, tambor. G: Instrumento músico 1681. Do quimb. Ma'rima. Do pref. ma- e “rima” “tambor”.	Marimbas	Nf [Spl] banto
Massaranduba	Pickel (p.185 e 297): Maçarandiba, maçaranduba, masarandiba – o pau que faz escorregar. É uma árvore da praia, nos oiteiros do Nordeste, e suas frutas doces e leitosas comem-se. WS (p. 68): mosorániba	Massaranduba / Maçaranduba	Nf [Ssing] tupi
Massauaçú*	MM: Massauassú (Usina de açúcar no mun. da Escada) - corr., talvez de mbuçú-assú, o mussú grande, ou de amana-uassú, a chuva grossa, a tempestade. - MM LB: muçum – mossu ou mussu MaMa (p. 150): Massauassu nome geográfico de	Massauaçú / Massau Açú	Nm [Ssing] origem incerta

¹¹¹ NASCENTES, Antenor. Dicionário da Língua Portuguesa. Tomo de A a P. 1943.

	origem tupi.		
Mereba / Mereb	MM: MEREPEs — (Riacho afl. do Ipojuca) — Corr. de mereb, feridas, sarnas". (Th. S., Ns., Ms.) — A. C. VLB: chaga, qualquer outra - mereba. VM (p. 283): “Nas grandes úlceras (tupi: <i>mereba</i>) o pajé se serve do fogo para apressar a cicatrização.”	Merepe	Nm [Ssing]
Mingu*	BR: árvore do mato virgem, que serve para obras de machetaria; há varias espécies: preto, pardo, e roxo. T1984: minduú - mordido, rasgado	Mingu	Nm [Ssing] or. incerta
Mocó	G: Mamífero roedor da fam. Dos caviédeos 1789, moquô 1618 moquo S: corr. Mo-coó, bicho que rói, animal roedor (<i>Cavia rupestris</i>) T1984: roedor da fam. Dos caviédeos, abundante no interior da Bahia. WS (p. 69): amokó	Mocó	Nm [Ssing] tupi
Mombuca*	S: corr. Môm-buca, o furo, o furado, nome de uma abelha silvestre. (<i>Trigona mombuca</i>).100 T1984: mombuca - furar, rebentar, rachar, var. de abelha do gênero <i>Trigona</i> (Ihering). LB: mombuco - dilatar VLB: furar - aimôboc	Mombuca e Mombuca / Mombuco	Nm [Ssing] tupi
Mombuco*	Pode ser variação de Mombuca. LB: mombuco – dilatar		
Mundéu	G: sm var.: mundéu, monde, mondè, mundéo, mundeu, mundeio T. mu'ne ~VLB I. 41: armadilha que tomba com peso ou estalando = Mundê (...)	Mondé dos Negros/ Mondé dos Cabrais	NCm [SSing+ Prep + Apl + Spl] híbrido [tupi + port]
Mororó*	Lima ¹¹² : <i>Bauhinia rubiginosa</i> , planta conhecida como pata-de-vaca ou unha-de-vaca. MM: (riacho afl. Do Brígida e do Ipanema) - também de origem duvidosa. Provirá de moroirô, apressar? - MM. SG (p. 364): “mororó - utilissimo nas molestias bronchiaes. No sertão servem-se os sertanejos do entrecasco desta planta, em infusão, com efficaz nas contusões, como peitoral hemostatico.” BaRo: molhar – mororô, mururu (língua geral)	Mororó	Nm [Ssing] or. Incerta
Mulungu	RM: mulungu: sm.: árvore leguminosa. Etim.: é o mesmo que mulúngu, nome de uma árvore africana, com acutização.	Mulungu	Nm [Ssing] banto

¹¹² LIMA, Dárdano de Andrade. **ESTUDOS FITOGEOGRÁFICOS DE PERNAMBUCO** Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, vol. 4, p.243-274, 2007.

Munguba	G: Planta da fam. Das bombacáceas (Bombax munguba) 1618, mon- 1618, ibomguiua c 1631 etc . Do tupi *imu'níua < 'íma “fuso”+ 'un “negro” + 'íua 'árvore”, mungubeira, mon- 1833	Munguba	Nf [Ssing] tupi
Murici	GSS (p. 218): “murici é uma árvore pequena, muito seca da casca e da folha, cuja madeira não serve para nada dá umas frutas amarelas, mais pequenas que cerejas, que nascem em pinhas como elas, com os pés compridos; a qual fruta é mole e come-se toda; cheira e sabe a queijo do Alentejo que requeima. Estas árvores se dão nas campinas perto do mar em terras fracas.” WS (p. 95): muresí “murici”	Murici	Nm [Ssing] tupi
Muriçoca	G: Variedade de mosquito muruçoca 1833, morissoca 1888 Do tupi *muri'soka	Muriçoca	Nm [Sing] tupi
Muçum	G: s.m. var. mocim, musu, mocu, mussú < T. mu'su ~ VLB II. 12: Jnguía = moçû. Peixe da ordem do simbrânquios, espécie de enguia MM: riacho (afl. Do Ipojuca) - corr. Mbuçú , vulgo muçum, espécie de enguia d'água doce - A. C. LB: muçum – mossu ou mussu	Mussu	Nm [Ssing] tupi
Mutuca	Ti: nome de pequenas localidades do país; de mutuca, moscardo da fam. Dos tabanídeos, portador de enorme ferrão. G: Nome comum às moscas da fam. Dos tabanídeos 1587. Do tupi mu'tuka WS (p. 71): mutúka	Mutuca	Nf [Ssing] tupi
Muxoxo	YPC: banto "estalido com a língua e os lábios, semelhante a um beijo demonstrando enfado ou desdém. Var. bixoxo Kik (mu-/bi) nsóso /Kimb. músóosi. Michaelis ¹¹³ : Bot Arbusto de Angola, da família das Euforbiáceas (Sapium mannianum); também chamado sapato-do-diabo.	Muxoxo	Nm [Ssing] banto
Oiti	S: v. uiti - a massa apertada ou comprimida; alusão à polpa dessa fruta, que é uma massa granulosa, úmida e muito rijá. (Brosimum), Alt. Oyty, Guti, Guiti. Utim. G: Planta da fam. Das rosáceas, oitizeiro' guti 1587, foti 11618, gyiti 1627 etc. Do tupi ïi'ti	Oiti	Nm [Ssing] tupi
Orô/Oró*	Ti: Orós - cid. Do Ceará; de orô, fantasma, assombração; termo africano possivelmente de origem joruba. RM: orô: aparição, fantasma nas macumbas. Etim: termo iorubano. Michaelis ¹¹⁴ : sm Bot 1 Planta leguminosa (Periandra arenaria). 2	Oró	Nm [Ssing] or. Incerta

¹¹³ Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/muxoxo%20_1006257.html

¹¹⁴ Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/oro%20_1012615.html

	O mesmo que feijão-oró.		
Ororobá/Ararybá/Urá-ubá*	Ti : serra de Pernambuco situada no mun. de Pesqueira. Possível alt. de ararybá, nome comum a diversas plantas leguminosas. Ararybá - árvore da fam. Das rubiáceas, empregada em tinturaria pelos índios; m. q. ruivinha. MM : (Serra do Mun. de Pesqueira) - igualmente de origem duvidosa, provavelmente cariri, porque na serra habitavam os succurús. Se for tupi, pode provir de urá-ubá, o fruto do pássaro. - M.M.	Ororobá	Nm [Ssing] or. Incerta
Pajeú	S : corr. Pagé-ú, o feiticeiro come ou vive. É o nome de uma planta (<i>Triplaris Pachaú</i> , Mar.) Alt. Pajahú, Pachaú. MM : pajehú - (rio) - "corr. payé-ú ou payé-y, rio do feiticeiro (Th. S. 143) A. C.	Pajeú	Nm [Ssing] tupi
Papagaio	G : Ave da fam. Dos psitaciformes que imita a voz humana, papagay XIII. De etimologia obscura; parece derivar do ar. Babbagâ, papagaiada XX papagaiair 1813 papagaieira XX papaguear 1881	Papagaio de Cima	NCm [Ssing] + {[Prep + ADV]} híbrido [or. Inc. + port.]
Paraguassu	Ti : Paraguaçu - rio da Bahia; cid. De Minas Gerais; de pará-guassu, rio grande, caudaloso; paraguassu é, também, o nome de uma var. de macaco. S : Pará-guassú, o mar grande, o oceano.	Paraguassu	Nm [Ssing] tupi
Peba	S : adj. Plano, chato, rasteiro, inferior. É o nome de uma qualidade do tatu, o <i>Dasypus scynctus</i> , L. Alt. Pé, Péua, Peva. T1984: esp. de tatu de cabeça chata; contra. De tatu-peba. VLB : chã, cousa como lagea ou taboa - peba.	Casco de Peba	NCm [Ssing] + {[Prep + Adj]} híbrido port + tupi
Pirajá	S : corr. Pirá-yá, capaz de peixe, o viveiro de peixes. Nome primitivo do esteiro vizinho de Itapagipe, na Bahia. MM : (Riacho e engenho. no Mun. de Água Preta) - pira-iá, viveiro de peixes - MM.	Pirajá	Nm [Ssing] tupi
Pirapama*	Ti : loc. De Pernambuco, de pirá-puama, salta-peixe. S e MM : pirapama (rio) - "c. pirá-pama, bate o peixe, onde o peixe salta nágua"(Th. S., 147) - A. C.	Pirapama	Nm [Ssing] tupi
Pirauira*	MM : Pirauhyra (pirá-ú-ira) água temporária do peixe. GSS (p. 345): "Piraquiras são uns peixinhos como os peixes-reis de Portugal e como as ruivacas de água doce, os quais se tomam na água salgada em camboas, que são umas cercas de pedra ensoça [sic] onde se estes peixinhos vêm recolher fugindo do peixe grande e ficam com a maré vazia dentro das poças, onde se enchem balaios deles..."	Piranira	Nf [Ssing] tupi

Piritiba	Ti: loc. Suburbana da cid. De São Paulo; de piri-tyba, lugar onde abunda o junco ou cana-do-brejo. S: corr. Piri-tyba, o sítio do junco; o juncal ou junqueira. Alt. Piritiba, Pirituva. São Paulo. 129.	Pirituba	Nm [Ssing] tupi
Pitomba	G: s. F. Var.: pitomba, pitoma, pitôma T < pi'toma. Pickel (p. 139): "MARGRAVE descreve duas árvores com os nomes supra, que porém, ao nosso vêr, são idênticas, porque a descrição é muito semelhante. Mas, enquanto a "Pitoma" é descrita minuciosamente, "Nhua" é tratada profuntôriamente, tanto assim que nem sequer há uma alusão às flores." LB: pitomba - pitoma	Pitombeira	Nf [Ssing] híbrido [tupi + suf. Port.]
Pororoca*	G: Fenômeno que ocorre próximo à foz de rios volumosos, como o Amazonas, e que consiste na formação de ondas de vários metros de altura, que se deslocam com grande estrondo e destroem tudo que encontram em seu caminho 1636, pa- 1636 etc. "pipoca" pororuca, 1771, perurúca 1817, Do tupi poro'roka. Weider Abreu 2009 (p. 127) apud Nascentes: "é qualificativo do milho quebradiço"; f.hist. 1877 pururúca, 1877 pureruca".	Pororoca / Pororuca	Nf [Ssing] tupi
Quati	Rodrigues (p. 41): PDB 'mam. da família dos procionídeos, Nasua solitaria e N. Nasua. T kwa'ti; Mcg 228 coati (...) S: Qua-ti, o que é riscado, ou lanhado; o que traz riscas pelo corpo. É o Nasua dos naturalistas. Alt. Coati. Wolff (p. 78) kwatí	Quati	Nm [Ssing] tupi
Quimbá*	Pode ser de origem iorubá, significando "espírito das trevas". ¹¹⁵	Quimbá	Nm [Ssing] origem incerta
Criméia	Adaptação da palavra Crimeia, referência ao conflito Guerra da Crimeia, entre 1853 e 1856 (sul da Ucrânia).	Quirimeia	Nf [Ssing] português popular
Quixaba*	Ti: Quixaba - cid. Da Bahia; de kessaba, pouso, lugar de dormir. Menezes ¹¹⁶ : Pisonia aculeata é a quixaba.	Quixaba	Nf [Ssing] or. Incerta
Sabiá	G: Pássaro da família do turdídeos de canto mavioso 1618 do tupi saui'a. Empraba ¹¹⁷ : <u>Mimosa caesalpiniaefolia Benth</u> , Nome comum: sabiá, cebiá, sansão do campo. É uma espécie que ocorre espontaneamente em áreas de "Caatinga" semi-úmidas, com precipitações variando de 600 a 1.000 mm. Estende-se desde o Estado do Maranhão até o	Sabiá	Nm [Ssing] tupi

¹¹⁵ Fonte consultada: <http://www.templodovaledosoledalua.org.br/artigos-e-textos/pequeno-dicionario-yoruba-x-portugues/>

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/flora-da-bahia/pagina/245>

¹¹⁷ <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/309651/1/comtec104.pdf>

	Estado de Pernambuco, na chapada do Araripe, divisa dos Estados de Pernambuco e do Ceará. VLB 2132 çabiã		
Sagui	Rodrigues (p. 43): “sagui, saguim, sauí, sauim, soim, souhim, xauim – PDB ‘macaco da fam. dos hapalídeos’ T sa’wi / sa’wĩ (...)	Sagui-Juá	NCm [Ssing + Ssing] tupi
Sanharó*	S: corr.: Çoó-nharô, o bicho branco; animal agitado. É o nome de uma abelha preta mordaz. (Trigona Amalthea, Oliv.) Alt. Sanharão, Sonharão Ti: sanharó/sanharõ – var. De abelha do gênero Trigona (Ihering). O nome do município se relaciona com uma árvore frondosa que era ponto de parada dos tropeiros, e nela havia um cortiço de abelhas chamadas Sanharó.	Sanharó	Nf [Ssing] or. incerta
Sapé	Ti: cid. Da Paraíba; nome de muitas povoações do Brasil; de sapé, planta da fam. Das poáceas, com que se cobrem choupanas. WS (p.79): Yasapé LB: sapé – jassapé	Sapé	Nf [Ssing] tupi
Sapucaia	Ti: significa clamor, grito, nome que os Tupi do norte deram ao galo, quando este for a introduzido no Brasil, mas os vários topônimos que trazem esse nome, sem dúvida, provêm de sapucaia, planta silvestre da fam. Das lecitidáceas; sapucaí-y, rio das sapucaias. S: corr. çapucaia, s., o grito, o clamor; o galo, a galinha. Como corrupção de yaçapucaí é o fruto conhecido por sapucaia (Lecythis). LB: sapucaia - jassapucaia	Sapucaii / Sapucaia	Nf [Ssing] tupi
Sapucarana*	Acreditamos ser a junção de sapucaia com “rana” que significa “semelhante”, tal como ocorre em imburana. MaMa: cita sapucarana como palavra tupi. BR: sapocairana: árvore do mato virgem; a madeira serve para obras de carpintaria.	Sapucarana	Nf [Ssing] tupi
Sibiró*	MM.: “cibiró parece corruptela de cibi-rõ, significando cibi ferido; um passarinho pardo conhecido por cibi, nome que se alterou para cebinho. Hemitriccus striaticollis”. Com relação à espécie que Melo cita, encontramos em Figueiredo ¹¹⁸ outros nomes populares: sebinho-de-papo-estriado, ceguinho, maria-de-papo-riscado.	Sibiró	Nm [Ssing] or. Incerta.

¹¹⁸ FIGUEIREDO, L. F. de A. Dicionário de Nomes Populares das Aves Brasileiras, Centro de Estudos Ornitológicos, 2010.

Sororoca	S: É o nome de um peixe abundante nas costas do Norte do Brasil, chegando de arribação à Bahia, em tempo de verão (Roteiro do Brasil). Rodrigues (p. 45) : PDB ‘peixe da fam. dos escombrídeos, ‘Scombromorus maculatus’ T soro’roka VLB 1.69 çororoca - cavalinhos ou sardas (...)	Sororoca	Nm [Ssing] tupi
Suassurana / Sussuarana	S: Çooaçu-arana, o que se assemelha ao veado, o que tem a cor do veado. É o nome de um felino de pele parda. Ti : var. de onça parda, menor que a pintada, porém muito brava; é chamada, também, por corruptela de suassurana e sussuarana. LB : onça: variedade s(yg)uassu(a)rana.	Suçuarana	Nf [Ssing] tupi
Sauassupitanga / Supitanga	MM : "Pode ser corr. de çoo-pitanga, bicho vermelho; como pode ser abreviação de çoo-açupitanga, alterado para suassupitanga e abreviado em Supitanga, que quer dizer — veado vermelho". (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.". LB : s(yg)uassupitanga – variedade de veado galheiro. Rodrigues (p. 45) : suaçu – PDB ‘nome tupi de várias espécies de cervos ou veados’. T. siwa’su / suwa’su: VLB 1.81 ciggoaçu ‘corço ou veado de casta piquena’.	Supitanga	Nm [Ssing] tupi
Tabatinga	S: corr. Tauá-tinga, o barro branco, o barreiro de argila branca. 107. Amazonas. G : Argila sedimentar, mole e untuosa, geralmente esbranquiçada, a qual, dissolvida em água, é utilizada para caiar 1610. Do tupi toua’tina LB : barro branco – tobatinga.	Tabatinga	Nf [Ssing] tupi
Taboca	Ti : taboca - var. de canácea; Tabocal, povoação amazonense; Tabocas, povoação do Piauí. S : Tabóca, a haste furada, o tronco oco. É a gramínea conhecida (Bambusa). V. Ta. Alt. Tapoca, Tauoca, Tabó, Taó. Pickel (p. 33) : “MarcGrave descreve bem esta planta dizendo: “a iataboca” dos Brasileiros é uma espécie de Arundo silvestre. Surge até a altura de vinte ou mais pés e adquire a grossura de um antebraço, é medulosa e, fora de côr verde amarelada.”	Taboca	Nf [Ssing] tupi
		Taboquinha	Nf [Ssing] híbrido [tupi + suf. Port]
Tacaimbó *	Nome de tribo indígena descoberta em pesquisa de Mario Melo. Se for nome tupi, apresentamos a seguinte explicação: Ti : mun. de Pernambuco; corruptela de tacua-(r)-embó, broto de taquara ou bambu.	Tacaimbó	Nm [Ssing] origem incerta
Tamanduá	Ti : rio do mun. de São Manoel, SP; ilha do litoral norte do E. de São Paulo; de tamanduá, conhecido mimercófago de nossa fauna. S : o caçador de formigas. O componente -ta- é forma contrata de tacy, a formiga. Rodrigues (p. 47) : “PDB ‘vários mams. da ordem dos xenartros, q. se alimentam de	Tamanduá	Nm [Ssing] tupi

	formigas'. T tamanu'a (...)" WS (p. 80): tamanuá		
Tapejipe*	Segundo Montoya (1879, p. 153) " tapé = topé podia se reportar ao inf. do v. ho = ha ir " Tal como Sergipe, [gipe ou jipe – y (água, rio) + (-pe) partícula locativa] pode indicar “no rio”. Desta forma, teríamos a interpretação de Tapejipe como “ir, ou no caminho do rio” Ti: “tapejara, do guarani, tapé-jara, o senhor dos caminhos, o guia”.	Tapejipe	Nm [Ssing] tupi
Tapera	G: Tapera – aldeia indígena abandonada, habitação em ruínas, 1562. Do tupi ta'pera < 'taua 'taba' + 'puera 'que foi" taperado adj. Abandonado, me ruínas XX taperização XX. S: corr. Tab-éra, a aldeia extinta, a ruína, lugar onde existiu uma povoação. Alt. Taguéra. V. Taba.. VLB: Tapiya é choupana do que guarda alguma coisa WS (p. 60): tapér +a	Tapera Baité	NCf [Ssing + ADJsing] tupi
		Itaperussu (prótese do /i/) + sufixo “ussu”	Nm [Ssing] tupi
Tapira	Tapiruçu pode ser anta, vaca ou boi grande. Tapira + suf. de intensidade wasú, usú. Rodrigues (p.48): PDB ‘anta’, Tapirus americanos Briss’ T tapi’ira: cf. VLB 2.140 tapijra ‘vaca ou boy’. WS (p. 98): tapi?ir	Tapiruçu	Nm [Ssing] tupi
Tapiraiá	Segundo Navarro (2005), tapiraiá é rio da andorinhas. Dietrich e Noll (2010) apontam que é possível ocorrer nasalização da vogal final, ficam assim, <i>tapiraim</i>	Tapiraim	Nf [Ssing] tupi
Tapuia	S: Tapyía, s.c. Ta-epy-ía que H. Stradelli identifica com t aua-epy-ía, traduzindo fruto-origem das tabas ou aldeias, isto é, originário das aldeias e não-inimigo, de referência aos antigos habitantes que, pela invasão dos Tupis, se refugiaram no sertão. Ti: riacho de Pernambuco; de tapuia (tapyya), selvagem, inculto; termo com que os Tupi denominavam. LB: tapuia – tapyyia ou tapyia ou tapuia.	Tapuia	Nm [Ssing] tupi
Taquara	S: Ta-quara, a haste furada, ou oca. Alt. Taquá. MM: (riachos afl. Do Ipojuca e do Una) - "C. tâ-quara, haste furada, ou cheia de buracos". (Th. S, 152) - A. C. WS (p. 81): takwára	Taquara	Nm [Ssing] tupi

Taquari*	S: Taquar-y, o rio das taquaras. Rio Grande do Sul. Ti: rio do E. de São Paulo; cid. Do Rio Grande do Sul; de tacuari, planta da fam. Das euforbiáceas. MM: (riacho, engenhos, povoados, logarejos em diversos municípios) - nome de uma espécie de taboca fina - MM.	Taquari	Nf [Ssing] tupi
Tatu	S: Ta-tú, o casco encorpado, ou grosso, couraça. LB: tatu – tatu, vards. tatueté, tatupeba.	Tatu	Nm [Ssing] tupi
Tatuoca	S: tatú-oca, a casa do tatu, o covil ou buraco do tatu. Pará. MM: (Rio que despeja na barra de Suape) - C. tatú-oca, a casa ou refúgio dos tatús - M. M.	Tatuoca	Nf [Ssing] tupi
Tejipió*	MM: Tegipió (riacho no mun. do Recife) - "parece alt. de teju-pió, corr. De teyú-piog, raiz de tejú - (T. S., Ns. Ms.) - A.C. Cascudo (1956), pg. 184 ¹¹⁹ : "Barléu ressalta o Capiibari (Capibaribe) com seus afluentes: o Tapacurá à direita (e neste o Iuna, o labaira e, perto da foz, o Teiibipió, Tijipió)"	Tejipió	Nf [Ssing] origem incerta
Teju	S: teyú corr. Ty-ú, o que come escondido; o lagarto. Alt. Teyú, Tiju.	Teju	Nm [Ssing] tupi
Tejupaba*	S: Tejupá corr. Teyí-u-paba, a estância ou pouso onde vive o povo, a rancharia, pois que teyu é a comunidade, a gente em conjunto. Teyiupá ou Teyupá, forma contrata do guarani, é a rancharia. Alt. Tejupar, Tijupá. LB: teyu – teju; lago – upaba.	Tejupaba	Nm [Ssing] tupi
Timbó	S: o bafo, a fumarada, o vapor. Planta cujo suco mata o peixe. Ti: rio e cid. De Santa Catarina; de timbó, esp. de cipó venenoso com o qual os índios e os caboclos matam peixes, porém, em guarani quer dizer fumo. WS (p. 98): timó (timbó)	Timbó Açú, Timbó	NCm [Ssing + ADJsing] tupi
Tinideira	Segundo Frungillo (2003, p. 351) ¹²⁰ , "tinideiras", tamborete grande com cerca de 23" de diâmetro, "casco" de madeira com cerca de 2" de altura, segurado com a "mão" esquerda, apoiado no ombro e percutido com a "mão" direita ou com "baqueta". Possui sonoridade grave e são usados vários instrumentos na dança do "bumba-meu-boi" no norte e nordeste do Brasil."	Tinideira	Nf [Ssing] [or.inc + suf. Port.]
Tiogó	Origem incerta. Possivelmente pertencente ao léxico brobo (xucuru)	Tiogó	Nm [Ssing] origem incerta

¹¹⁹ PEREIRA, Levy. "Teiibipio (rio)". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/biblioatlas/Teiibipio_\(rio\)](http://lhs.unb.br/biblioatlas/Teiibipio_(rio)). Data de acesso: 14 de julho de 2014.

¹²⁰ FRUNGILLO, Mário D. Dicionário de percussão. UNESP: 2003, p. 424

Tionante	Origem incerta. Possivelmente pertencente ao léxico brobo (xucuru)	Tionante	Nm [Ssing] origem incerta
Tipi	Ti: Tipi - loc. De Pernambuco; de <i>typy</i> , nome de várias plantas do Brasil. Oliveira ¹²¹ : “ <i>Petiveria alliacea</i> L., conhecida popularmente como atipim, tipim, tipi, erva-pipi, guiné e amansa-senhor apresenta toxicidade dependendo do modo de uso. É utilizada como abortiva e o pó da raiz em pequenas doses provoca insônia, alucinações e abala o sistema nervoso; o uso contínuo determina apatia, imbecilidade, podendo provocar a morte e tais propriedades eram usadas pelos escravos para “amansar” os seus senhores ou mesmo matá-los (Pinto <i>et al.</i> 2000; Lorenzi & Matos 2002).”	Tipim	Nm [Ssing] tupi
Tiropeia*	Peia é forma alterada de “pele”, típica dos falares rurais. Peia é uma espécie de dispositivo que segura os pés das bestas. É possível que o sentido seja “tirar as peias”, desembaraçar-se. O Novo Dicionário da Língua Portuguesa de José da Fonseca (p. 261) traz o verbo despejar, despejar com o sentido de “tirar a peia, maniota (a besta)”.	Tiropeia	Nf [Ssing] português popular [verb + subst]
Trapiá / Tapiá	S: corr. Tapiá ou tapyá (<i>tapy-á</i>), a glândula, o grão, o testículo. Nome de um fruto silvestre da árvore <i>Gallesia scorododendron</i> , Cas) Pickel (p. 94): Tapiá, Trapiá. “PISO escreve: “na cidade de Olinda e em quase toda a Prefeitura de Pernambuco, nasce esta árvore que toma a altura da “faia”(!), tem (tronco com) casca lisa e cinzenta e muitos ramos.”	Trapiá	Nm [Ssing] tupi
Imburana	G: imburana s.f. var.: emburana, imburana, umburana T < ïmu’rana < ïmu “imbu” + “rana” semelhante”]. Planta da família das burseráceas. S: v. Imburana corr. Ymbú-rana, o imbu falso; semelhante ao imbu (<i>Bursera leptophlocos</i>). Norte do Brasil. MM: (pov. No mun. de S. José do Egypito e no de Caruarú) - umbú-rama, semelhante a umbú. Therebintácea. - M. M.	Umburana	Nf [Ssing] tupi
Urubu	S: corr. Urú-bú, a galinha preta, a ave negra (<i>Cathartes</i>). Alt. Urumú. WS (p. 86): uruβú	Urubu	Nm [Ssing] tupi

¹²¹ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062010000200026

Uruçu	S: o mesmo Uruçuí - a abelha menor do que a uruçú, menor do que uma mosca e amarela. MM : Uruçú - (Serra no Mun. de Gravatá) - corr. Eiruçuí , abelha grande, de côr avermelhada e que não morde" - (Th. S., 157) - A. C. WS (p. 86) : *eírusúmir~I	Uruçu Mirim	NCf [Ssing + ADJsing] tupi
Utinga	S: corr. Y-tinga, a água ou rio branco. Alt. Otinga, Itinga, 75. Bahia. Ti : cid. Da Bahia; loc. Suburbana da cid. De São Paulo; de y-tinga, rio branco; o y, que no tupi significa água, rio, é pronunciado guturalmente quase como u, razão por que em muitos topônimos aparece assim grafado (acará-u, tambá-u, tapui-u). LB : branco – adj. Tinga, morotinga.	Utinga de Baixo	NCm [Ssing + Prep + ADV] híbrido [tupi + port.]
Xique-Xique*	Ti: esp. de cacto do Nordeste; termo onomatopaico.	Xique-Xique	Nm [Ssing] origem incerta
Xucuru / Xicuru	Nome de tribo indígena presente atualmente no município de Pesqueira, na região da Serra do Ororubá. Segundo Pinto (1935, p. 138) ¹²² “Os sucurus , que se encontravam nos rios do Meio, da Serra Branca, de São José e de Taperoá, todos tributários do Parnaíba, assim como nos afluentes do alto Piranhas, na serra do Arubá e em Cimbres (Pernambuco).”	Xucuru, Xicuru	Nm [Ssing] Origem incerta
Zumbi/Zambi	RM (p. 173) : zambi: sm. Chefe de quilombo. Etim. Do quimbundo <i>nzambi</i> , deus. Há também a forma zumbi, mais comum, que vem de nzumbi, com acutização. YPC : Kik (ka)mvumbi. Kik. nzumbi, auxiliar, ajudante. C. A. ¹²³ : “1. Segundo a mitologia afro-brasileira, fantasma que vagueia pelas casas e campos à noite; CAZUMBI 2. Fig. Pessoa que só sai à noite ou que é mais ativo nesse período do dia. 3. Hist. Título dado ao chefe de um quilombo; ZAMBI 4. N.E. Nome que se dá, no interior, à alma de certos animais, como o cavalo e o boi. 5. Lugar deserto, ermo, no sertão. [F.: Do quimb. <i>nzumbi</i> . Hom./Par.: <i>zumbi</i> (sm.), <i>zumbi</i> (fl. de zumbir).]”	Zumbi	Nm [Ssing] banto

¹²² PINTO, E. Os indígenas do Nordeste – 1o. volume (1935)

¹²³ Disponível em: <http://www.aulete.com.br/zumbi#ixzz3AuoCITaO>

